



REVISTA DA ASBRAP

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE PESQUISADORES
DE HISTÓRIA E GENEALOGIA

2025

A
A S B R A P
ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE PESQUISADORES
DE HISTÓRIA E GENEALOGIA tem
por finalidade:

- ☐ Promover o intercâmbio entre pesquisadores de História, Genealogia e demais ciências afins, de todo o território nacional, bem como integrá-los com os arquivos de fonte primária existentes no país.
 - ☐ Promover, em âmbito nacional, cadastramento de arquivos civis, militares, eclesiásticos, diplomáticos, universitários, particulares e outros, bem como o estudo e a divulgação de sua documentação.
 - ☐ Coordenar e divulgar projetos de pesquisa em todo o território nacional, podendo firmar convênios e promover publicações de pesquisas.
 - ☐ Promover cursos e palestras de História, Genealogia e ciências correlatas.
 - ☐ Despertar o interesse das autoridades e do público em geral, para a importância dos arquivos.
 - ☐ Apresentar propostas de melhorias no atendimento aos pesquisadores e na preservação de documentos.
 - ☐ Colaborar com entidades e com órgãos públicos em todas as iniciativas que a ASBRAP julgar por bem.
 - ☐ Credenciar pesquisadores junto às entidades e aos arquivos públicos e privados, nacionais e estrangeiros.
 - ☐ Envidar esforços junto às autoridades competentes com vistas ao reconhecimento e regulamentação da profissão de pesquisador em História e Genealogia.
-

Participam desta revista:

Antônio Seixas
Caio Cesar Tourinho-Marques
Prof. Dr. Alexandre Augusto Moreira Santos
Fabio De Gennaro Castro
Gilberto de Abreu Sodré Carvalho
Marcus Benatti Antonini Rangel Pimentel
Matheus Miranda de Sá Campelo
Dra. Mônica Piccione Gomes Rios
Paulo Paranhos
Rafael José Nogueira
Thatiane Carneiro Sotano Machado

REVISTA DA ASBRAP

32

REVISTA DA ASBRAP Nº 32



2025

RESPONSABILIDADE

Os conceitos e informações contidos nos artigos assinados são de exclusiva responsabilidade dos seus autores.

DIREITOS AUTORAIS

Os direitos autorais sobre os artigos ora publicados foram cedidos, por seus autores, gratuitamente, para a presente edição e disponibilização na internet (*site* da ASBRAP).

PROPRIEDADE

ASBRAP

Associação Brasileira de Pesquisadores de História e Genealogia

ENDEREÇO PARA CORRESPONDÊNCIA:

Caixa postal 6921

30190-970 – Belo Horizonte, MG - BRASIL

Visitem o nosso *site* na Internet: **www.asbrap.org.br**

E-mail de Contato: **contato@asbrap.org.br**

.....

DIRETRIZES , METODOLOGIA, MEDIDAS E PARÂMETROS DA REVISTA DA
ASBRAP

(acessar a página: <https://www.asbrap.org.br/index.php?mpg=09.01.00>)

COMISSÃO DE PUBLICAÇÕES

Membros titulares:

Gustavo Henrique de Almeida Pedroso
Marco Polo Teixeira Dutra Pheneé Silva
Maria Aparecida Almeida Dias de Souza
Paulo Roberto Paranhos da Silva
Rafael de Castro Baker Botelho
Luiz Gustavo de Sillos (Suplente)

Coordenadora:

Regina Celia Boschi Vighetto

SUMÁRIO DA REVISTA DA ASBRAP Nº 32

APRESENTAÇÃO DA REVISTA	9
BENS CULTURAIS DA IGREJA NO MUNICÍPIO DE MAGÉ (RJ)	11
<i>Antônio Seixas</i>	
EDUCAÇÃO PATRIMONIAL, MEMÓRIA E PERTENCIMENTO: JOAQUIM BONIFÁCIO DO AMARAL NA HISTORIOGRAFIA CAMPINEIRA	37
<i>Thatiane Carneiro Sotano Machado e Dra. Mônica Piccione Gomes Rios</i>	
BRÁS PIRES FARINHO: SEUS PAIS, SEU BATISMO E SUA VIDA NA VILA DE SERPA	55
<i>Matheus Miranda de Sá Campelo</i>	
ITALIANOS NO SUL DAS MINAS GERAIS (O CASO DA FREGUESIA DE SÃO JOSÉ DO PICÚ)	63
<i>Paulo Paranhos e Prof. Dr. Alexandre Augusto Moreira Santos</i>	
OS AÇORIANOS NA CAPITANIA DO ESPÍRITO SANTO E A FUNDAÇÃO DA POVOAÇÃO DE VIANA 1813 - 1822	85
<i>Marcus Benatti Antonini Rangel Pimentel</i>	
JUDAÍSMO E JUDEIDADE TRANSGERACIONAIS: O CASO DOS JUDAICO-DESCENDENTES FLUMINENSES (SÉCULOS 17 E 18)	105
<i>Gilberto de Abreu Sodré Carvalho</i>	
VOVÔ NICOLA DE GENNARO OU NICOLA DI GENNARO? SUA HISTÓRIA E GENEALOGIA ADENDA E CORRIGENDA	135
<i>Fabio De Gennaro Castro</i>	
RAPHAEL PIRES PARDINHO: FONTES PARA GENEALOGIA E BIOGRAFIA	149
<i>Rafael José Nogueira</i>	
FOROS DE FIDALGUIA DA CASA IMPERIAL	165
<i>Caio Cesar Tourinho-Marques</i>	

APRESENTAÇÃO DA REVISTA Nº 32

Publicada anualmente desde 1994, a Revista da ASBRAP tem servido para divulgar informações inéditas de cunho histórico e genealógico, notadamente com base em fontes primárias, resultantes de pesquisas realizadas por nossos associados.

Visando aperfeiçoar os textos encaminhados para publicação em nosso periódico, divulgamos, no volume anterior, boas práticas para produção de artigos para a Revista da ASBRAP, que podem nortear as mais variadas publicações relacionadas às ciências histórica e genealógica.

Boa leitura a todos!

Coordenadora da Comissão de Publicações
Regina Celia Boschi Vighetto

BENS CULTURAIS DA IGREJA NO MUNICÍPIO DE MAGÉ (RJ)

Antônio Seixas¹

Resumo: Bens Culturais da Igreja são bens móveis, imóveis, integrados e imateriais, dotados de valor histórico, artístico e pastoral, relacionados à fé Católica. Esses bens podem integrar ou não o Patrimônio Cultural, mas a sua preservação constitui um legado espiritual para às futuras gerações. Com o presente artigo, objetivamos o mapeamento dos Bens Culturais da Igreja, no Município de Magé, Estado do Rio de Janeiro, tombados pelo Poder Público. Entre as fontes consultadas, autos de processos de tombamento, inventários culturais e obras de memorialistas.

Abstract: Artistic and Historical Patrimony of the Church are movable, immovable, integrated and intangible assets, endowed with historical, artistic and pastoral value, related to the Catholic faith. These assets may or may not be part of the Cultural Heritage, but their preservation constitutes a spiritual legacy for future generations. With this article, we aim to map the Cultural Assets of the Church, in the Municipality of Magé, State of Rio de Janeiro, listed by the Public Authority. Among the sources consulted, records of listing processes, cultural inventory and works of memorialists.

Introdução

O Município de Magé foi criado em 9 de junho de 1789, por decisão do Vice-Rei Dom Luís de Vasconcellos e Souza, sendo formado pelas freguesias de Nossa Senhora da Piedade de Magé (sede), de São Nicolau de Suruí, de Nossa Senhora da Ajuda de Guapimirim, de Nossa Senhora da Guia de Pacobaíba e de

¹ Advogado e Historiador. Doutor em História (UNIVERSO). Mestre em História (UNIVERSO). Especialista em História do Brasil (IUPERJ), em História do Rio de Janeiro (UFF), em História da Arte Sacra (FSBRJ), em História Militar (UNISUL), em Patrimônio Cultural (CEFETRJ) e em Pastoral da Cultura (PUCMinas). Membro titular da Academia Mageense de Letras, do Instituto Histórico e Geográfico de Niterói e do Instituto Histórico e Geográfico de Teresópolis. Sócio Adjunto do Colégio Brasileiro de Genealogia. Filiado ao Centro de Estudos da Imaginária Brasileira – CEIB, à Associação Nacional de História – Seção do Rio de Janeiro (ANPUH-RJ) e à Sociedade Brasileira de Estudos do Oitocentos – SEO. Membro do Instituto dos Advogados Brasileiros e do Conselho Estadual de Tombamento do Rio de Janeiro. E-mail: antonioseixasadv@gmail.com.

Nossa Senhora da Piedade de Inhomirim. O povoado de Magé recebeu os predicados de vila (1789), de cidade (1857) e de sede de comarca (1860).²

Outras freguesias foram criadas no Município de Magé, mas não fazem mais parte do território municipal, a exemplo da Freguesia do Senhor Bom Jesus do Monte de Paquetá, criada a 13 de janeiro de 1809,³ da Freguesia de São José da Serra, datada de 25 de novembro de 1815,⁴ e da Freguesia de Santo Antônio do Paquequer, criada em 25 de outubro de 1855.⁵

Em 1892, o Município de Magé passou a ser constituído pelos distritos de Magé (1.º), Santo Aleixo (2.º), Guapimirim (3.º), Suruí (4.º), Guia de Pacobaíba (5.º) e Inhomirim (6.º), com território remanescente das antigas freguesias.⁶ Em 1990, o então 3.º distrito, Guapimirim, obteve sua emancipação político-administrativa.⁷

O Município de Magé criou, sem realizar plebiscito, um novo 3.º distrito, denominado “Distrito Agrícola de Rio do Ouro”, com sede no bairro de Rio do Ouro,⁸ confundindo zoneamento especial agrícola com divisão político-administrativa. A existência do novo distrito foi ratificada, em 2011, por lei municipal que tratou de estabelecer os limites dos distritos e do próprio município.⁹ O Plano Diretor de Magé de 2016 reconhece a existência de seis distritos: Magé (1.º), Santo Aleixo (2.º), Rio do Ouro (3.º), Suruí (4.º), Guia de Pacobaíba (5.º) e Inhomirim (6.º).¹⁰

O Município de Magé está inserido na circunscrição eclesiástica da Diocese de Petrópolis, criada a 13 de abril de 1946, pelo Papa Pio XII, que pertence à Província Eclesiástica de Niterói e integra a Regional Leste 1 da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil – CNBB. O território municipal está eclesiasticamente dividido, atualmente, em nove paróquias, que fazem parte do Decanato São José de Anchieta:

- 1) Paróquia de Nossa Senhora da Piedade de Magé (1696);
- 2) Paróquia de São Nicolau de Suruí (1755);
- 3) Paróquia de Nossa Senhora da Guia de Pacobaíba (1755);

² SANTOS, Renato Peixoto dos Santos. *Magé, a terra do Dedo de Deus*. Rio de Janeiro: IBGE, 1957, p. 48-50.

³ COARACY, Vivaldo. *Paquetá: imagens de ontem e de hoje*. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio, 1964, p. 34.

⁴ CUSATIS, José de. *História de São José do Vale do Rio Preto*. Niterói: Imprensa Oficial do Estado do Rio de Janeiro, 1990, p. 22.

⁵ OSCAR, João. *História de Teresópolis: síntese cronológica*. Niterói: Cromos, 1991, p. 26.

⁶ SILVA, Antônio José Caetano. Corografia Fluminense: o Estado do Rio de Janeiro em 1896. *RIHGB*, Rio de Janeiro, n. 67, tomo II, 1906, p. 726-730.

⁷ ABREU, Antônio Izaías da Costa. *Municípios e Topônimos Fluminenses*. Niterói: Imprensa Oficial do Estado do Rio de Janeiro, 1994, p. 39.

⁸ MUNICÍPIO DE MAGÉ. Lei Municipal n.º 1.532, de 24 de setembro de 2002.

⁹ MUNICÍPIO DE MAGÉ. Lei Municipal n.º 2.112, de 08 de abril de 2011.

¹⁰ MUNICÍPIO DE MAGÉ. Lei Complementar Municipal n.º 6, de 15 de dezembro de 2016.

- 4) Paróquia de Nossa Senhora da Conceição e Santo Aleixo (1960);
- 5) Paróquia de Nossa Senhora da Conceição de Raiz da Serra (1965);
- 6) Paróquia de São Sebastião de Piabetá (1986);
- 7) Paróquia de Nossa Senhora Aparecida de Piabetá (2001);
- 8) Paróquia de Santo Antônio de Nova Marília (2016);
- 9) Paróquia de Santa Teresinha do Menino Jesus de Parque Caçula (2019).

Nossa Senhora da Piedade de Magé é a paróquia mais antiga da Diocese de Petrópolis, que abrange, atualmente, os municípios de Magé, Guapimirim, Petrópolis, Teresópolis, Areal e São José do Vale do Rio Preto, além dos distritos de Inconfidência (Paraíba do Sul) e Bemposta (Três Rios).¹¹

O território do Município de Magé era tão extenso, nos séculos XVIII/XIX, que da Freguesia de Nossa Senhora da Piedade de Inhomirim, por exemplo, saíram as paróquias de Petrópolis, de Cascatinha, de Itaipava, de Areal, de São José do Vale do Rio Preto e de Inconfidência (ex-Sebollas), originalmente sediadas em antigas capelas rurais.¹²

Ao longo da história, várias capelas rurais construídas no território mageense desapareceram, bastando-nos citar a Capela de Nossa Senhora de Copacabana (construída antes de 1647), em Suruí, cujo culto era estimulado pela Irmandade de Nossa Senhora de Copacabana. Nela, vários devotos, que lhe deixaram legados, foram sepultados. Em data incerta, mas posterior a 1709, a capela, a imagem da padroeira e a irmandade desapareceram, mas, no final do século XVIII, as ruínas da capela ainda podiam ser vistas nas terras que foram do Padre Antônio Duarte Raposo, Cônego da Sé do Rio de Janeiro.¹³

Outras estão em processo de arruinamento, a exemplo da Capela de Nossa Senhora da Estrela (erguida por volta de 1670), em Inhomirim, vestígio material do tempo do porto e do arraial de Estrela, que serviu de sede provisória da Freguesia de Nossa Senhora da Piedade de Inhomirim, entre 1861 e 1897, quando os religiosos do Convento Franciscano de Petrópolis assumiram a paróquia e transferiram as imagens sacras para o oratório da Fábrica de Pólvora, em Raiz da Serra.¹⁴

As ordens religiosas estiveram presentes em Magé desde o início da colonização: os jesuítas foram os primeiros a prestar assistência espiritual ao povo e a tornar-se proprietários de terras no município, como atestam os primeiros biógrafos do Padre Anchieta e a escritura de venda da sesmaria jesuítica, em Iriri, aos frades carmelitas, datada de 1595, origem das fazendas da Piedade e de Iriri, pertencentes à Província Carmelita Fluminense. Já os monges do Mosteiro de São Bento do Rio de Janeiro receberam uma sesmaria, em

¹¹ DIOCESE DE PETRÓPOLIS. *Estatutos, Diretórios e Subsídios da Diocese de Petrópolis*. Petrópolis: Diocese de Petrópolis, 2014, p. 9.

¹² KROKER, Aniceto. *Inhomirim, 250 anos de Paróquia*. Petrópolis: Vozes, 1946, p. 15.

¹³ COARACY, Vivaldo. *Memórias da Cidade do Rio de Janeiro*. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: EDUSP, 1988, p. 126.

¹⁴ KROKER, Aniceto. *Inhomirim, 250 anos de Paróquia*. Petrópolis: Vozes, 1946, p. 21 e 37.

Guapimirim, em 1590, tendo-se notícia da fazenda até meados do século XIX. E não podemos deixar de mencionar a ação missionária dos franciscanos, a partir do final do século XIX, em Suruí, Guia de Pacobaíba e Inhomirim.¹⁵

Felizmente, um conjunto representativo das igrejas e capelas dos séculos XVII-XIX chegou ao século XX relativamente preservado, sendo inventariado pelo Estado do Rio de Janeiro.

O inventário mais antigo que localizamos foi realizado nos anos de 1980 e contém as fichas de identificação da Igreja Matriz de Magé, da Igreja Matriz de Guia de Pacobaíba, da Igreja Matriz de Suruí, da antiga Igreja Matriz de Guapimirim, das ruínas da Igreja Matriz de Inhomirim, da Capela de Nossa Senhora dos Remédios, da Capela de Nosso Senhor do Bonfim, da Capela de Santo Aleixo, da Capela de São Francisco do Cruará e das ruínas da Capela de Nossa Senhora da Estrela.¹⁶

Um segundo inventário cultural, em 2004, atualizou as fichas de identificação da Igreja Matriz de Magé, da Igreja Matriz de Suruí, da Igreja Matriz de Guia de Pacobaíba, da Capela de Nossa Senhora dos Remédios, da Capela de São Francisco do Cruará e das ruínas da Igreja Matriz de Inhomirim e da Capela de Nossa Senhora da Estrela.¹⁷

Outras capelas de interesse histórico ficaram de fora desses inventários, bastando-nos citar a Capela de Santa Terezinha, na Rua Salgado Zenha, em Magé, construída por Conrado de Paulo, nos anos de 1960, em agradecimento pela cura de sua filha Tereza.¹⁸ É a única capela no município que é um *ex-voto*.

Uma parte significativa da imaginária devocional mageense, dos séculos XVI-XIX, foi catalogada pelo Estado do Rio de Janeiro, por ocasião da exposição *Devoção e Esquecimento* (2001), realizada na Casa França-Brasil, no Rio de Janeiro.¹⁹ O Estado do Rio de Janeiro chegou a desenvolver um projeto de Inventário de Arte Sacra Fluminense, em 2010, mas foram publicados apenas os catálogos referentes às regiões Baixadas Litorâneas, Norte e Noroeste.

Com o presente artigo, objetivamos o mapeamento dos Bens Culturais da Igreja, no Município de Magé que foram objeto de tombamento pelo Poder Público. Entre as fontes consultadas, autos de processos de tombamento, inventários culturais e obras de memorialistas.

¹⁵ ALONSO, José Inaldo. *Notas para a história de Magé*. Niterói: Edição do Autor, 2000, p. 58.

¹⁶ ESTADO DO RIO DE JANEIRO. Fundação para o Desenvolvimento da Região Metropolitana do Rio de Janeiro. *Inventário dos Bens Culturais do Município de Magé*. Rio de Janeiro: Fundação Roberto Marinho, 1984.

¹⁷ ESTADO DO RIO DE JANEIRO: Instituto Estadual do Patrimônio Cultural. *Desenvolvimento Territorial dos Caminhos Singulares do Estado do Rio de Janeiro: Inventário de Bens Culturais Imóveis do Caminho do Ouro*. Rio de Janeiro: SEBRAE, 2004.

¹⁸ SANTOS, Renato Peixoto dos. *A Saga dos Ullmann: História da Cidade de Magé (1870-1950)*. Petrópolis: Jornal da Cidade, 1988, p. 51.

¹⁹ MONTEIRO, Marcus; LAZARONI, Dalva (org.). *Devoção e Esquecimento: presença do Barroco na Baixada Fluminense*. Rio de Janeiro: Fundação Casa França-Brasil, 2001.

Bens Culturais da Igreja são os bens imóveis, móveis, integrados e imateriais dotados de valor histórico, artístico e pastoral relacionados com a fé Católica, incluindo as bibliotecas e arquivos eclesiásticos e os museus de Arte Sacra, integrantes ou não do Patrimônio Cultural do país, ou seja, aqueles que foram patrimonializados pelo Poder Público, através do inventário, registro ou tombamento, ou pela própria Igreja, a partir de um processo de inventariação e catalogação em nível diocesano.

Mesmo que não tenha sido efetivado o tombamento pelo Poder Público, os Bens Culturais pertencentes à Igreja Católica, ou a ela confiados, devem ser tombados, isto é, inscritos no Livro Tombo da Paróquia ou Diocese em que se encontram.²⁰

O Código de Direito Canônico de 1983 prescreve, inclusive, que uma cópia do inventário dos bens imóveis e móveis, valiosos ou que dizem respeito aos Bens Culturais da Igreja, seja arquivada na Cúria.²¹

A Carta de Vila Vigoni define que “os bens culturais da Igreja constituem uma das expressões mais elevadas da tradição cristã vivida por inúmeras gerações de crentes e representam uma parte essencial da herança cultural da Humanidade” (§ 1.º).²²

A Comissão Pontifícia para os Bens Culturais da Igreja orienta que a inventariação e catalogação é voltada para os bens imóveis (locais de culto e anexos, mosteiros e conventos, casas episcopais e paroquiais, complexos educacionais e de caridade etc.) e móveis (pinturas, esculturas, mobiliário, utensílios domésticos, vestuário, instrumentos musicais e outros) dotados de valor histórico, artístico e pastoral.²³

Pelo Acordo Brasil-Santa Sé, promulgado em 2010,²⁴ o Estado brasileiro reconhece a finalidade própria dos bens eclesiásticos, de propriedade da Igreja Católica ou de outras pessoas jurídicas eclesiásticas, que sejam considerados pelo Brasil como parte de seu patrimônio histórico e artístico (artigo 6.º), de modo a patrimonialização pelo Poder Público não pode impedir o culto e a ação pastoral da Igreja.

A Confederação Nacional dos Bispos do Brasil orienta que cada diocese tenha uma Comissão Diocesana de Arte Sacra, ampliada, posteriormente, para Comissão Diocesana de Arte Sacra e Bens Culturais da Igreja, constituída por especialistas em arquitetura, engenharia e arte, com especialização em Arte Sacra e Espaço Litúrgico, e, quando possível, com a presença de técnicos do

²⁰ MENEZES, Ivo Porto de. *Bens Culturais da Igreja*. São Paulo: Loyola, 2006, p. 20.

²¹ Código de Direito Canônico, cân.1.283.

²² SECRETARIADO DA CONFERENCIA EPISCOPAL ALEMÃ; COMISSÃO PONTIFÍCIA PARA OS BENS CULTURAIS DA IGREJA. *Carta de Vila Vigoni sobre a conservação dos Bens Culturais Eclesiásticos*, Vila Vigoni, 1.º de março de 1994.

²³ COMISSÃO PONTIFÍCIA PARA OS BENS CULTURAIS DA IGREJA. *Carta Circular sobre a necessidade e urgência do inventário e catálogo dos Bens Culturais da Igreja*, Cidade do Vaticano, 8 de dezembro de 1999.

²⁴ BRASIL. Decreto n.º 7.107, de 11 de fevereiro de 2010.

Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional - IPHAN ou do órgão estadual de patrimônio.²⁵

A Diocese de Petrópolis criou a Comissão Diocesana de Liturgia e Patrimônio Cultural, cujos estatutos foram aprovados a 20 de dezembro de 2013, por Dom Gregório Paixão, OSB, Bispo de Petrópolis. A comissão é dividida em Subcomissão de Liturgia, Música e Canto Litúrgico e Subcomissão de Arte Sacra e Patrimônio Cultural. Compete ao Bispo Diocesano a presidência da Comissão e a indicação dos coordenadores das subcomissões.²⁶

O tombamento é o mais antigo instrumento de proteção do Patrimônio Cultural, regulado pelo Decreto-lei n.º 25, de 30 de novembro de 1937, recepcionado pela Constituição Federal de 1988 (§1.º do artigo 216), pela Constituição do Estado do Rio de Janeiro de 1989 (artigo 324) e pela Lei Orgânica de Magé de 1990 (artigo 202).

É preciso diferenciar preservação e tombamento. Preservar compreende toda e qualquer ação que vise conservar a memória de fatos ou valores culturais. Dessa forma, “o conceito de preservação é genérico, não se restringindo a uma única lei, ou forma de preservação específica”. Um bem pode ser preservado, por exemplo, pelo Cadastro Arqueológico, instituído pela Lei da Arqueologia de 1961. Já o tombamento é uma das formas legais de preservar, produzindo efeitos jurídicos próprios ao impor condições de uso e conservação do bem.²⁷

Os efeitos jurídicos do tombamento envolvem a proibição de danificar, demolir, mutilar ou destruir total ou parcialmente o bem tombado, podendo o dano ser resultante de omissão quanto à adoção de medidas destinadas a impedir o seu perecimento ou degradação; o dever de preservar do proprietário e, subsidiariamente, dos órgãos responsáveis pelo tombamento, quando aquele comprovadamente não dispuser de recursos para as ações de conservação e restauro; a proibição de tolher a visibilidade dos imóveis tombados, garantindo que não sejam instalados elementos que impeçam ou reduzam a percepção de seu aspecto exterior, estendendo-se essa obrigação para a vizinhança, ou seja, o ambiente em que está inserido; e, por fim, a proibição de exportar bens móveis tombados.²⁸

Frise-se que, para os bens imóveis, móveis e integrados tombados, qualquer obra de reparo, pintura ou restauração depende de licença prévia do órgão responsável pelo tombamento,²⁹ o que exige uma maior atenção dos padres e da

²⁵ CONFEDERAÇÃO NACIONAL DOS BISPOS DO BRASIL. *Orientações para projeto e construção de igrejas e disposição do espaço celebrativo*. São Paulo: Paulus, 2013, p. 49-50.

²⁶ DIOCESE DE PETRÓPOLIS. *Estatutos, Diretórios e Subsídios da Diocese de Petrópolis*. Petrópolis: Diocese de Petrópolis, 2014, p. 49-54.

²⁷ RABELLO, Sônia. *O Estado na preservação de Bens Culturais: o Tombamento*. Rio de Janeiro: IPHAN, 2009, p. 19-22.

²⁸ ZANDONADE, Adriana. *O Tombamento à luz da Constituição Federal de 1988*. São Paulo: Malheiros, 2012, p. 130-153.

²⁹ BRASIL. Decreto-lei n.º 25, de 30 de novembro de 1937, artigo 17; ESTADO DO RIO DE JANEIRO. Lei Estadual n.º 509, de 3 de dezembro de 1981, artigo 2.º.

própria diocese, afinal, a execução de obras sem licença ou em desconformidade com a autorização dada, caracteriza crime contra o Patrimônio Cultural.³⁰

Os processos de Tombamento

No Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – IPHAN localizamos dois processos de tombamento de Bens Culturais da Igreja, no Município de Magé, sendo que os pleitos foram negados pela autarquia.

Compulsando os autos do processo de 1974, identificamos que o mais antigo pedido de tombamento dirigido ao IPHAN foi de Dom Manuel Pedro da Cunha Cintra, Bispo de Petrópolis, em novembro de 1953, e contemplou a Igreja Matriz de Nossa Senhora da Guia de Pacobaíba e a Capela de Nossa Senhora dos Remédios, mas a autarquia não viu motivo para tombá-las.³¹

O processo de tombamento de 1974 foi aberto a partir de ofício da Câmara Municipal de Magé, por proposta do vereador Mário Fernandes Maia, em que se buscou a proteção do Poço Bento, da Igreja Matriz de Nossa Senhora da Ajuda de Guapimirim, da Capela de Nossa Senhora da Conceição da Barreira do Soberbo, da Estação de Guia de Pacobaíba e de seu píer, da Igreja Matriz de Nossa Senhora da Piedade de Inhomirim, da Igreja Matriz de Nossa Senhora da Guia de Pacobaíba e da casa sede da Fazenda da Barreira.³²

O segundo processo, datado de 1987, versa sobre o tombamento dos remanescentes da Vila de Estrela e da Vila de Inhomirim, aberto a pedido do Deputado José Barbosa Porto (ex-Prefeito de Magé), incluindo as ruínas da Igreja Matriz de Nossa Senhora da Piedade de Inhomirim e da Capela de Nossa Senhora da Estrela.³³

Os pedidos formulados em 1974 e 1987 foram indeferidos sob o fundamento de que a proteção conferida pela Lei da Arqueologia de 1961 já seria suficiente para a proteção pelo IPHAN das ruínas e do Poço Bento, ao passo que a Igreja Matriz de Guia de Pacobaíba, a antiga Matriz de Guapimirim e a Capela de Nossa Senhora da Conceição da Barreira do Soberbo já seriam tombadas pelo Estado do Rio de Janeiro.

Já no Instituto Estadual do Patrimônio Cultural – INEPAC localizamos quatro processos de tombamento de igrejas e capelas no Município de Magé, o mais antigo iniciado em 1978 e o mais recente em 2005.

O primeiro processo, aberto em 1978, versa sobre o tombamento da Igreja Matriz de Nossa Senhora da Guia de Pacobaíba,³⁴ enquanto o segundo, de 1980,

³⁰ BRASIL. Lei n.º 9.605, de 12 de fevereiro de 1998, artigo 63.

³¹ Processo IPHAN n.º 902-T-1974. Igreja de Nossa Senhora da Piedade (antiga Matriz de Inhomirim) e outros imóveis, no Município de Magé, fl. 32.

³² Processo IPHAN n.º 902-T-1974. Igreja de Nossa Senhora da Piedade (antiga Matriz de Inhomirim) e outros imóveis, no Município de Magé.

³³ Processo IPHAN n.º 1258-T-1987. Vila de Estrela e Vila de Inhomirim, Município de Magé.

³⁴ Processo INEPAC n.º E-03/34.922/78. Igreja Matriz de Nossa Senhora da Guia de Pacobaíba, Município de Magé.

trata daquela igreja e da Igreja Matriz de Suruí.³⁵ Os processos foram reunidos, resultando no tombamento provisório em 3 de junho de 1980, convertido em definitivo a 17 de março de 1989.³⁶

O processo mais emblemático foi aberto, em 1984, envolvendo o tombamento de dez templos: Nossa Senhora da Piedade de Magé, Nossa Senhora da Ajuda de Guapimirim, Nossa Senhora da Conceição de Raiz da Serra, Nossa Senhora dos Remédios, São Francisco do Cruará, Nossa Senhora da Conceição de Suruí, Sant'Anna, Nosso Senhor do Bonfim, Santo Aleixo e Nossa Senhora da Conceição da Barreira do Soberbo, provisoriamente tombados desde 18 de janeiro de 1989.³⁷

O Estado do Rio de Janeiro, no inventário de 1984, confundiu a Capela de Sant'Ana, no bairro da Piedade, com a Capela de Sant'Anna, erguida na região de Iriri, por volta de 1737, e relacionada por Monsenhor Pizarro.³⁸ O resultado foi o tombamento da capela, na Piedade, como se fosse a capela em Iriri, mas a confusão só ficou evidente quando, em 1995, foram localizadas as ruínas da Capela de Sant'Anna do Iriri, no bairro Vila Inca, reconstruída pela paróquia.³⁹

Em 2005, foi instaurado o processo de tombamento dos remanescentes da extinta Vila de Estrela, provisoriamente tombados em 3 de maio de 2005, o que resultou na proteção das ruínas da Capela de Nossa Senhora da Estrela por parte do Estado do Rio de Janeiro.⁴⁰

Mais recentemente, o Conselho Municipal de Política Cultural de Magé, criado em 2013,⁴¹ mas extinto em 2023, quando foi substituído pelo Conselho Municipal de Cultura de Magé,⁴² tombou uma série de bens culturais em Magé, por nossa iniciativa, enquanto presidente do órgão colegiado, utilizando-se dos inventários realizados pelo Estado do Rio de Janeiro.⁴³

Os dados apontam para a existência de igrejas e capelas tombadas pelo Estado do Rio de Janeiro e pelo Poder Público municipal, além de ruínas e de sítios históricos protegidos pelo IPHAN, através da Lei da Arqueologia de 1961, que detalharemos na próxima seção.

Bens Culturais da Igreja

³⁵ Processo INEPAC n.º E-03/06.999/80. Igreja Matriz de Nossa Senhora da Guia de Pacobaíba e Igreja Matriz de São Nicolau de Suruí, Município de Magé.

³⁶ ESTADO DO RIO DE JANEIRO. *Guia dos bens tombados pelo Estado do Rio de Janeiro*. 2 ed. Rio de Janeiro: INEPAC, 2012, p. 32.

³⁷ Processo INEPAC n.º E-18/300.049/84. Tombamento de várias igrejas e capelas, no Município de Magé.

³⁸ ESTADO DO RIO DE JANEIRO. Fundação para o Desenvolvimento da Região Metropolitana do Rio de Janeiro. *Inventário dos Bens Culturais do Município de Magé*. Rio de Janeiro: Fundação Roberto Marinho, 1984, p. 66.

³⁹ ESTADO DO RIO DE JANEIRO. *Guia dos bens tombados pelo Estado do Rio de Janeiro*. 2 ed. Rio de Janeiro: INEPAC, 2012, p. 34.

⁴⁰ Processo INEPAC n.º E-18/000.348/2005. Vila de Estrela, Município de Magé.

⁴¹ MUNICÍPIO DE MAGÉ. Lei Municipal n.º 2.181, de 11 de janeiro de 2013.

⁴² MUNICÍPIO DE MAGÉ. Lei Municipal n.º 2.816, de 10 de julho de 2023.

⁴³ SEIXAS, Antônio. *A Política Cultural em Magé*. Magé: Edição do Autor, 2015.

O mapeamento dos Bens Culturais da Igreja, tombados, no Município de Magé, considerou a atual divisão eclesiástica do Decanato São José de Anchieta, apresentando as paróquias em ordem cronológica:

Paróquia de Nossa Senhora da Piedade de Magé

A Paróquia de Nossa Senhora da Piedade de Magé foi criada a 18 de janeiro de 1696, ao tempo de Dom José de Barros Alarcão, Bispo do Rio de Janeiro, e seu território incluía também o arquipélago de Paquetá e a Serra dos Órgãos. Sua primeira sede paroquial foi o Santuário de Nossa Senhora do Monte da Piedade de Magepe, na Praia da Piedade, de onde a pia batismal e as imagens sacras foram transferidas para a atual Igreja Matriz de Nossa Senhora da Piedade de Magé, que entrou em uso em 1750, dando origem ao povoado de Magé, elevado a sede municipal em 1789.⁴⁴ No território paroquial, são tombados:

- a) **Igreja Matriz de Nossa Senhora da Piedade** (Fig. 1). Construída no século XVIII, em terreno doado por Joana de Barros, viúva do Capitão Inácio Francisco de Araújo, proprietária da Fazenda Magepe-mirim, com provisão datada de 10 de agosto de 1748, tendo entrado em uso em 1750.⁴⁵ É a igreja que tem o programa mais elaborado das igrejas matrizes de Magé. Se os três vãos centrais na fachada principal encontram exemplo em São Nicolau de Suruí, o alteamento da janela central causa uma movimentação particular em toda a fachada. Por volta de 1780, renovaram a capela-mor e a sacristia e no final do século XVIII foi construído o consistório, a torre e o frontispício.⁴⁶ Localizada no núcleo histórico de Magé. Tombamento estadual.⁴⁷ Tombamento municipal.⁴⁸

Fig. 1. Igreja Matriz de Nossa Senhora da Piedade de Magé (1980).

⁴⁴ ARAÚJO, José de Souza Azevedo Pizarro e. *Memórias históricas do Rio de Janeiro*: terceiro volume. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1945, p. 132-142.

⁴⁵ ARAÚJO, José de Souza Azevedo Pizarro e. *Memórias históricas do Rio de Janeiro*: terceiro volume. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1945, p. 133-134.

⁴⁶ ESTADO DO RIO DE JANEIRO. Fundação para o Desenvolvimento da Região Metropolitana do Rio de Janeiro. *Inventário dos Bens Culturais do Município de Magé*. Rio de Janeiro: Fundação Roberto Marinho, 1984, p. 139.

⁴⁷ Processo INEPAC n.º E-18/300.049/84. Tombamento de várias igrejas e capelas do Município de Magé – Capela de Nossa Senhora dos Remédios e outras.

⁴⁸ MUNICÍPIO DE MAGÉ. Conselho Municipal de Política Cultural. Deliberação CMPC n.º 1, de 3 de junho de 2014. BIO n.º 470, de 1.º a 15 de junho de 2014.



Fonte: IBGE, Cartão Postal (Código 45557).

- b) **Capela de Nosso Senhor do Bonfim.** Construída pela Sociedade de Música Recreio Mageense (antes de 1878), em terreno doado pelo sócio Manoel Gonçalves da Costa, no alto do Morro da Figueira.⁴⁹ A capela tem como peculiaridade a presença de capela-mor. O campanário, inaugurado em 28 de agosto de 1883, contrasta com a fachada em estilo neoclássico e busca proporções mais leves e delicadas. Ainda resta a mesa do altar em gosto Rococó (que foi removida para o Poço Bento).⁵⁰ Localizada no bairro Figueira (Magé). Tombamento estadual.⁵¹ Tombamento municipal.⁵²
- c) **Capela de Sant'Anna.** Construída, no século XIX, voltada para a Estrada de Magé a Sapucaia. Localizada no bairro Piedade (Magé). Tombamento estadual.⁵³ Tombamento municipal.⁵⁴
- d) **Capela de Sant'Anna.** Construída pelo Capitão-mor Domingos Viana de Castro (antes de 1737), no Engenho de Iriri.⁵⁵ As ruínas foram descobertas

⁴⁹ SANTOS, Renato Peixoto dos. *A Saga dos Ullmann: História da Cidade de Magé* (1870-1950). Petrópolis: Jornal da Cidade, 1988, p. 40.

⁵⁰ ESTADO DO RIO DE JANEIRO. Fundação para o Desenvolvimento da Região Metropolitana do Rio de Janeiro. *Inventário dos Bens Culturais do Município de Magé*. Rio de Janeiro: Fundação Roberto Marinho, 1984, p. 142.

⁵¹ Processo INEPAC n.º E-18/300.049/84. Tombamento de várias igrejas e capelas do Município de Magé – Capela de Nossa Senhora dos Remédios e outras.

⁵² MUNICÍPIO DE MAGÉ. Conselho Municipal de Política Cultural. Deliberação CMPC n.º 8, de 3 de junho de 2014. BIO n.º 470, de 1.º a 15 de junho de 2014.

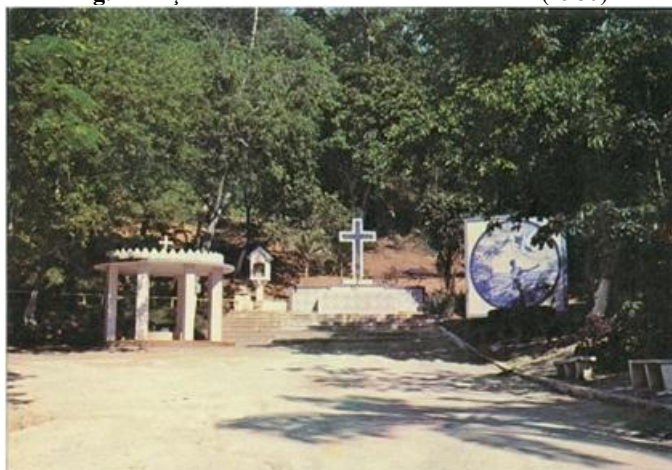
⁵³ Processo INEPAC n.º E-18/300.049/84. Tombamento de várias igrejas e capelas do Município de Magé – Capela de Nossa Senhora dos Remédios e outras.

⁵⁴ MUNICÍPIO DE MAGÉ. Conselho Municipal de Política Cultural. Deliberação CMPC n.º 16, de 1.º de julho de 2014. BIO n.º 471, de 16 a 30 de junho de 2014.

pelo Padre José Luiz Montezano, Pároco de Magé, em 1995, que realizou um interessante trabalho de reconstrução e anastilose.⁵⁶ Localizada no bairro Vila Inca (Magé). Tombamento municipal.⁵⁷

- e) **Busto do Padre Anchieta.** Inaugurado pelo Prefeito Waldemar Lima Teixeira, em 1952, com a presença de Dom Manuel Pedro da Cunha Cintra, Bispo de Petrópolis. Localizado diante da Igreja Matriz, no núcleo histórico de Magé. Tombamento municipal.⁵⁸
- f) **Sítio Arqueológico do Poço Bento do Padre Anchieta (Fig. 2).** Localizado no bairro Piedade (Magé). Protegido pelo IPHAN através do Cadastro Arqueológico.⁵⁹ Tombamento municipal.⁶⁰ Declarado Patrimônio Cultural pelo Estado do Rio de Janeiro.⁶¹

Fig. 2. Poço Bento do Padre José de Anchieta (1980).



Fonte: IBGE, Cartão Postal (Código 45535).

⁵⁵ ARAÚJO, José de Souza Azevedo Pizarro e. *Memórias históricas do Rio de Janeiro*: terceiro volume. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1945, p. 137.

⁵⁶ ESTADO DO RIO DE JANEIRO. *Guia dos bens tombados pelo Estado do Rio de Janeiro*. 2 ed. Rio de Janeiro: INEPAC, 2012, p. 34.

⁵⁷ MUNICÍPIO DE MAGÉ. Conselho Municipal de Política Cultural. Deliberação CMPC n.º 66, de 5 de maio de 2015. BIO n.º 947, de 16 a 31 de julho de 2015.

⁵⁸ MUNICÍPIO DE MAGÉ. Conselho Municipal de Política Cultural. Deliberação CMPC n.º 36, de 7 de outubro de 2014. BIO n.º 482, de 1.º a 15 de dezembro de 2014.

⁵⁹ INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO ARTÍSTICO NACIONAL. CNSA RJ00410. Sítio Poço Bento do Padre Anchieta, Município de Magé.

⁶⁰ MUNICÍPIO DE MAGÉ. Conselho Municipal de Política Cultural. Deliberação CMPC n.º 32, de 7 de outubro de 2014. BIO n.º 482, de 1.º a 15 de dezembro de 2014.

⁶¹ ESTADO DO RIO DE JANEIRO. Lei Estadual n.º 10.768, de 8 de maio de 2025.

A São José de Anchieta (1534-1597) é atribuída a cura de um asmático, em Magé, com a água do Poço Bento.⁶² O escritor francês Charles Sainte-Foy, no século XIX, menciona curas alcançadas por fiéis que visitaram a ermida de Nossa Senhora do Monte da Piedade de Magé e aproveitaram para tomar a água do poço do Padre Anchieta.⁶³ Em 1964, o Prefeito José Barbosa Porto inaugurou as benfeitorias que transformaram o Poço Bento em um atrativo turístico religioso: o entorno do poço foi calçado e foi construído o altar monumental, sendo o poço protegido por um teto imitando a coroa de espinhos de Cristo.⁶⁴ Já em 1984, foi inaugurada, no Poço Bento, a primeira capela no Brasil e no mundo dedicada ao Padre Anchieta, beatificado em Roma a 22 de junho de 1980.⁶⁵

Paróquia de São Nicolau de Suruí

A Paróquia de São Nicolau de Suruí foi criada a 11 de janeiro de 1755, ao tempo de Dom Frei Antônio do Desterro, OSB, Bispo do Rio de Janeiro.⁶⁶ No território paroquial, são tombados:

- a) **Igreja Matriz de São Nicolau de Suruí.** Construída no século XVIII, provavelmente antes de 1710, por Félix de Proença Magalhães, no outeiro próximo ao Rio Suruí.⁶⁷ A fachada atual é de alvenaria de tijolos, resultado da reforma ocorrida em 1925 e segue o estilo eclético, constituindo, por isso, exemplar único no município. A fachada lateral leste ainda é original do século XVIII, com acesso para a nave e para a capela-mor e óculos compostos de modenatura em cantaria.⁶⁸ A reforma de 1925 foi uma iniciativa de Frei Basílio Röwer, OFM, Vigário-Coadjutor de Suruí, sendo presidente da comissão de obras o Coronel Sérgio José do Amaral.⁶⁹

⁶² VASCONCELLOS, Simão de. *Vida do Venerável Padre José de Anchieta*: segundo volume. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1943, p. 188.

⁶³ SAINTE-FOY, Charles. *Anchieta, o Santo do Brasil*. São Paulo: Artpress, 1997, p. 198-200.

⁶⁴ MOUTINHO, Murillo. *Bibliografia para o IV Centenário da morte do Beato José de Anchieta (1597-1997)*: primeiro volume. São Paulo: Loyola, 1997, p. 105-109.

⁶⁵ CHAVES, Dagmar Aderaldo. *O Bem-Aventurado José de Anchieta*, S.J.: Vida e Obra. 2.^a ed. Rio de Janeiro: Companhia Brasileira de Artes Gráficas, 1996, p. 95-98.

⁶⁶ ARAÚJO, José de Souza Azevedo Pizarro e. *Memórias históricas do Rio de Janeiro*: terceiro volume. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1945, p. 68.

⁶⁷ ARAÚJO, José de Souza Azevedo Pizarro e. *Memórias históricas do Rio de Janeiro*: terceiro volume. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1945, p. 67.

⁶⁸ ESTADO DO RIO DE JANEIRO. Fundação para o Desenvolvimento da Região Metropolitana do Rio de Janeiro. *Inventário dos Bens Culturais do Município de Magé*. Rio de Janeiro: Fundação Roberto Marinho, 1984, p. 117.

⁶⁹ BARCELOS, Aurêa Maria Siqueira de; RESENDE, Padre Leonardo Tassinari. *A Paróquia de São Nicolau através dos séculos*. Petrópolis: Diocese de Petrópolis, 2014, p. 18-19.

Localizada no núcleo histórico de Suruí. Tombamento estadual.⁷⁰
Tombamento municipal.⁷¹

- b) **Capela de Nossa Senhora da Conceição.** Construída por Antônio Nunes da Costa Paquetá (1718) e reedificada pelo Alferes Luís de Souza Vaz (1784), com provisão datada de 23 de abril de 1784.⁷² Localizada no bairro Conceição (Rio do Ouro). Tombamento estadual.⁷³ Tombamento municipal.⁷⁴

Paróquia de Nossa Senhora da Guia de Pacobaíba

A Paróquia de Nossa Senhora da Guia de Pacobaíba foi criada em 14 de dezembro de 1755, ao tempo de Dom Frei Antônio do Desterro, OSB, Bispo do Rio de Janeiro.⁷⁵ No território paroquial, são tombados:

- a) **Igreja Matriz de Nossa Senhora da Guia de Pacobaíba.** Construída no final do século XVII e início do século XVIII, no mesmo local onde antes existiu a Capela de Santa Margarida, erguida, por volta de 1647, pelo Padre Gaspar da Costa, próximo ao Engenho de Nossa Senhora da Guia.⁷⁶ A igreja tem o programa arquitetônico mais elaborado que o das capelas da região, composto, além de nave/coro, capela-mor, sacristia, torre, capelas colaterais e alpendre lateral. Única no município que apresenta uma janela única sobre a porta principal.⁷⁷ Localizada no bairro Praia do Anil (Guia de Pacobaíba). Tombamento estadual.⁷⁸ Tombamento municipal.⁷⁹

⁷⁰ Processo INEPAC n.º E-03/06.999/80. Igreja de São Nicolau, Município de Magé.

⁷¹ MUNICÍPIO DE MAGÉ. Conselho Municipal de Política Cultural. Deliberação CMPC n.º 4, de 3 de junho de 2014. BIO n.º 470, de 1.º a 15 de junho de 2014.

⁷² ARAÚJO, José de Souza Azevedo Pizarro e. *Memórias históricas do Rio de Janeiro*: terceiro volume. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1945, p. 69.

⁷³ Processo INEPAC n.º E-18/300.049/84. Tombamento de várias igrejas e capelas do Município de Magé – Capela de Nossa Senhora dos Remédios e outras.

⁷⁴ MUNICÍPIO DE MAGÉ. Conselho Municipal de Política Cultural. Deliberação CMPC n.º 7, de 3 de junho de 2014. BIO n.º 470, de 1.º a 15 de junho de 2014.

⁷⁵ ARAÚJO, José de Souza Azevedo Pizarro e. *Memórias históricas do Rio de Janeiro*: terceiro volume. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1945, p. 63.

⁷⁶ ARAÚJO, José de Souza Azevedo Pizarro e. *Memórias históricas do Rio de Janeiro*: terceiro volume. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1945, p. 61.

⁷⁷ ESTADO DO RIO DE JANEIRO. Fundação para o Desenvolvimento da Região Metropolitana do Rio de Janeiro. *Inventário dos Bens Culturais do Município de Magé*. Rio de Janeiro: Fundação Roberto Marinho, 1984, p. 33.

⁷⁸ Processo INEPAC n.º E-03/34.922/78. Igreja de Nossa Senhora da Guia de Pacobaíba, Município de Magé.

⁷⁹ MUNICÍPIO DE MAGÉ. Conselho Municipal de Política Cultural. Deliberação CMPC n.º 3, de 3 de junho de 2014. BIO n.º 470, de 1.º a 15 de junho de 2014.

- b) **Capela de Nossa Senhora dos Remédios.** Construída por Antônio Vidal de Castilho, com provisão datada de 6 de agosto de 1740.⁸⁰ Em seu programa arquitetônico, é marcante o sentido de verticalidade da fachada conferido pelas proporções da torre sineira, pelo alto pé direito da nave e pela marcação dos elementos decorativos.⁸¹ Localizada no bairro Praia do Imperador (Guia de Pacobaíba). Tombamento estadual.⁸² Tombamento municipal.⁸³
- c) **Capela de São Francisco do Cruará.** Construída por João da Silva Mello, com provisão datada de 28 de agosto de 1745.⁸⁴ É possível reconhecer uma influência da arquitetura jesuítica na composição de sua fachada principal, com elementos de gosto clássico, frontão triangular, largos cunhais e cimbalha de grandes proporções. Os reduzidos pés-direitos, principalmente, na sacristia, conferem-lhe uma volumetria particular, que remete a construções de épocas anteriores.⁸⁵ Localizada no bairro São Francisco do Cruará (Guia de Pacobaíba). Tombamento estadual.⁸⁶ Tombamento municipal.⁸⁷

Paróquia de Nossa Senhora da Conceição e Santo Aleixo

A Paróquia de Nossa Senhora da Conceição e Santo Aleixo foi criada em 8 de dezembro de 1960, por decreto de Dom Manuel Pedro da Cunha Cintra, Bispo de Petrópolis. Tem sede paroquial na Igreja Matriz de Nossa Senhora da Conceição e Santo Aleixo, inaugurada, em 1983, onde antes existiu a Capela de

⁸⁰ ARAÚJO, José de Souza Azevedo Pizarro e. *Memórias históricas do Rio de Janeiro*: terceiro volume. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1945, p. 64.

⁸¹ ESTADO DO RIO DE JANEIRO. Fundação para o Desenvolvimento da Região Metropolitana do Rio de Janeiro. *Inventário dos Bens Culturais do Município de Magé*. Rio de Janeiro: Fundação Roberto Marinho, 1984, p. 39.

⁸² Processo INEPAC n.º E-18/300.049/84. Tombamento de várias igrejas e capelas do Município de Magé – Capela de Nossa Senhora dos Remédios e outras.

⁸³ MUNICÍPIO DE MAGÉ. Conselho Municipal de Política Cultural. Deliberação CMPC n.º 5, de 3 de junho de 2014. BIO n.º 470, de 1.º a 15 de junho de 2014.

⁸⁴ ARAÚJO, José de Souza Azevedo Pizarro e. *Memórias históricas do Rio de Janeiro*: terceiro volume. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1945, p. 64.

⁸⁵ ESTADO DO RIO DE JANEIRO. Fundação para o Desenvolvimento da Região Metropolitana do Rio de Janeiro. *Inventário dos Bens Culturais do Município de Magé*. Rio de Janeiro: Fundação Roberto Marinho, 1984, p. 51.

⁸⁶ Processo INEPAC n.º E-18/300.049/84. Tombamento de várias igrejas e capelas do Município de Magé – Capela de Nossa Senhora dos Remédios e outras.

⁸⁷ MUNICÍPIO DE MAGÉ. Conselho Municipal de Política Cultural. Deliberação CMPC n.º 6, de 3 de junho de 2014. BIO n.º 470, de 1.º a 15 de junho de 2014.

Nossa Senhora da Conceição de Andorinhas (1928).⁸⁸ No território paroquial, são tombados:

- a) **Capela de Santo Aleixo.** Construída por José dos Santos Martins, com provisão datada de 4 de setembro de 1743, entrou em uso em 1747.⁸⁹ A nave segue as mesmas proporções das outras edificações religiosas de Magé, mas a capela-mor foge ao habitual alinhamento pelo lado direito com a parede da nave, devido a sua maior largura.⁹⁰ Localizada no bairro Capela (Rio do Ouro). Tombamento estadual.⁹¹ Tombamento municipal.⁹²
- b) **Gruta de Nossa Senhora de Lourdes.** Construída pela Companhia de Fiação e Tecelagem Bezerra de Mello (1947), por iniciativa de Alcina Lynch Bezerra de Mello (1884-1966), na pedreira de propriedade da companhia.⁹³ Localizada no bairro Poço Escuro (Santo Aleixo). Tombamento municipal.⁹⁴

Paróquia de Nossa Senhora da Conceição de Raiz da Serra

A Paróquia de Nossa Senhora da Conceição de Raiz da Serra foi criada a 31 de maio de 1965, por decreto de Dom Manuel Pedro da Cunha Cintra, Bispo de Petrópolis.⁹⁵ No território paroquial, são tombados:

- a) **Igreja Matriz de Nossa Senhora da Conceição de Raiz da Serra.** Construída durante a ação pastoral dos franciscanos (1906), em terreno da Fábrica de Pólvora da Estrela, sendo que, nos anos de 1930/40, passou por uma ampliação, quando se construiu o altar-mor, o coro em cimento

⁸⁸ ESTADO DO RIO DE JANEIRO. Fundação para o Desenvolvimento da Região Metropolitana do Rio de Janeiro. *Inventário dos Bens Culturais do Município de Magé*. Rio de Janeiro: Fundação Roberto Marinho, 1984, p. 205.

⁸⁹ ARAÚJO, José de Souza Azevedo Pizarro e. *Memórias históricas do Rio de Janeiro*: terceiro volume. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1945, p. 137.

⁹⁰ ESTADO DO RIO DE JANEIRO. Fundação para o Desenvolvimento da Região Metropolitana do Rio de Janeiro. *Inventário dos Bens Culturais do Município de Magé*. Rio de Janeiro: Fundação Roberto Marinho, 1984, p. 193.

⁹¹ Processo INEPAC n.º E-18/300.049/84. Tombamento de várias igrejas e capelas do Município de Magé – Capela de Nossa Senhora dos Remédios e outras.

⁹² MUNICÍPIO DE MAGÉ. Conselho Municipal de Política Cultural. Deliberação CMPC n.º 9, de 3 de junho de 2014. BIO n.º 470, de 1.º a 15 de junho de 2014.

⁹³ MELLO, Juçara da Silva Barbosa de. *Identidade, memória e história em Santo Aleixo*: aspectos do cotidiano operário na construção de uma cultura fabril. Curitiba: Prismas, 2019, p. 177-178.

⁹⁴ MUNICÍPIO DE MAGÉ. Conselho Municipal de Política Cultural. Deliberação CMPC n.º 24, de 2 de setembro de 2014. BIO n.º 476, de 1.º a 15 de setembro de 2014.

⁹⁵ LEAL, Maria Beatriz. *“Recordo-me de ti, terra bendita!”*: centenário da Matriz de Raiz da Serra (1906-2006). Rio de Janeiro: Vide, 2006, p. 72.

armando, bem como os dois altares laterais.⁹⁶ Depois do tombamento, passou por uma reforma, entre 1998 e 2000, que a descaracterizou por completo: o piso antigo foi trocado por granito, o altar modificado, uma laje foi construída, as antigas janelas trocadas por vitrais, erguida uma segunda torre e modificados a fachada e o telhado,⁹⁷ não lembrando em nada a edificação tombada. Localizada no bairro Vila Inhomirim (Inhomirim). Tombamento estadual.⁹⁸

- b) **Capela de Sant'Anna.** Construída pela Companhia América Fabril (1918), em terreno da própria companhia.⁹⁹ O seu programa arquitetônico segue o estilo neogótico, o que a torna única no município.¹⁰⁰ Em 1891, os trabalhadores da fábrica encaminharam à diretoria o pedido de construção de uma capela, sendo no natal daquele ano lançada a pedra fundamental. A obra foi subvencionada por contribuição dos diretores e acionistas da América Fabril. No final dos anos 1910, a capela foi demolida para dar lugar a atual, mais moderna, projeto do diretor-gerente Mark Sutton.¹⁰¹ Localizada no bairro Pau Grande (Inhomirim). Tombamento municipal.¹⁰²
- c) **Capela de São Sebastião.** Construída pela Fábrica de Tecidos Cometa (1921), em terreno da Fábrica de Pólvora da Estrela.¹⁰³ Em 1890, já existia uma capela dedicada a São Sebastião, pertencente a fábrica, e situava-se nos fundos da atual, construída por Alceu Amoroso Lima.¹⁰⁴ Localizada no Meio da Serra (Inhomirim). Tombamento municipal.¹⁰⁵

Paróquia Nossa Senhora Aparecida de Piabetá

⁹⁶ KROKER, Aniceto. *Inhomirim, 250 anos de Paróquia*. Petrópolis: Vozes, 1946, p. 29-30.

⁹⁷ LEAL, Maria Beatriz. *“Recordo-me de ti, terra bendita!”: centenário da Matriz de Raiz da Serra (1906-2006)*. Rio de Janeiro: Vide, 2006, p. 78 e 95-99.

⁹⁸ Processo INEPAC n.º E-18/300.049/84. Tombamento de várias igrejas e capelas do Município de Magé – Capela de Nossa Senhora dos Remédios e outras.

⁹⁹ KROKER, Aniceto. *Inhomirim, 250 anos de Paróquia*. Petrópolis: Vozes, 1946, p. 29.

¹⁰⁰ ESTADO DO RIO DE JANEIRO. Fundação para o Desenvolvimento da Região Metropolitana do Rio de Janeiro. *Inventário dos Bens Culturais do Município de Magé*. Rio de Janeiro: Fundação Roberto Marinho, 1984, p. 179.

¹⁰¹ WEID, Elisabeth von der; BASTOS, Ana Maria Rodrigues. *O Fio da Meada: estratégia de expansão de uma indústria têxtil (Companhia América Fabril, 1878-1930)*. Rio de Janeiro: Fundação Casa de Rui Barbosa, 1986, p. 161-163.

¹⁰² MUNICÍPIO DE MAGÉ. Conselho Municipal de Política Cultural. Deliberação CMPC n.º 21, de 5 de agosto de 2014. BIO n.º 474, de 1.º a 15 de agosto de 2014.

¹⁰³ KROKER, Aniceto. *Inhomirim, 250 anos de Paróquia*. Petrópolis: Vozes, 1946, p. 29.

¹⁰⁴ LEAL, Maria Beatriz. *“Recordo-me de ti, terra bendita!”: centenário da Matriz de Raiz da Serra (1906-2006)*. Rio de Janeiro: Vide, 2006, p. 77.

¹⁰⁵ MUNICÍPIO DE MAGÉ. Conselho Municipal de Política Cultural. Deliberação CMPC n.º 20, de 5 de agosto de 2014. BIO n.º 474, de 1.º a 15 de agosto de 2014.

A Paróquia de Nossa Senhora da Piedade de Inhomirim foi criada a 12 de abril de 1698, mas com a decadência da sede paroquial e a sua mudança para a nova igreja matriz, construída às margens da Estrada Mineira, foi recriada em 12 de janeiro de 1755.¹⁰⁶ O seu território paroquial já foi imenso, compreendendo capelas rurais na Região Serrana e na Baixada Fluminense, a exemplo da Capela de Nossa Senhora do Amor Divino (Petrópolis) e da Capela de Nossa Senhora da Estrela de Imbariê (Duque de Caxias).¹⁰⁷ Diante do arruinamento da igreja, teve sua sede paroquial transferida para a Capela de Nossa Senhora da Estrela (1861), para a Capela de Nossa Senhora da Conceição de Raiz da Serra (1906) e para a Capela de Nossa Senhora Aparecida de Piabetá (1965). Em 6 de dezembro de 2001, foi oficializada a mudança de sua denominação, quando passou a se chamar Paróquia de Nossa Senhora Aparecida de Piabetá, por decreto de Dom José Carlos de Lima Vaz, Bispo de Petrópolis.¹⁰⁸ No território paroquial, são tombados:

- a) **Antiga Igreja Matriz de Nossa Senhora da Piedade de Inhomirim.** Construída em terreno da Fazenda Figueira, diante da Estrada Mineira, por volta de 1754. Rebaixada a condição de capela filial, em 1861, quando a paróquia foi transferida para a Capela de Nossa Senhora da Estrela. Entrou em processo de arruinamento na segunda metade do século XIX, permanecendo no altar-mor a imagem da padroeira.¹⁰⁹ Com o desmoronamento da nave e da torre, somente restaram a capela-mor e uma parte da antiga sacristia, já que não há mais o piso do consistório. O arco-cruzeiro foi fechado com uma parede de alvenaria, onde instalaram uma porta que dá acesso à capela. A pouca altura do que restou da torre sineira sugere uma construção marcada pela horizontalidade. As ruínas das paredes da nave indicam a presença de seis altares laterais e um púlpito na lateral direita. O seu cemitério original, à esquerda da igreja, foi totalmente violado, ainda restando o antigo cruzeiro e alguns poucos túmulos.¹¹⁰ Localizada no bairro Bongaba (Inhomirim). Protegida pelo IPHAN através do Cadastro Arqueológico.¹¹¹ Tombamento municipal.¹¹²

¹⁰⁶ ARAÚJO, José de Souza Azevedo Pizarro e. *Memórias históricas do Rio de Janeiro*: terceiro volume. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1945, p. 223-224.

¹⁰⁷ KROKER, Aniceto. *Inhomirim, 250 anos de Paróquia*. Petrópolis: Vozes, 1946, p. 29-31.

¹⁰⁸ LEAL, Maria Beatriz. “*Recordo-me de ti, terra bendita!*”: centenário da Matriz de Raiz da Serra (1906-2006). Rio de Janeiro: Vide, 2006, p. 48.

¹⁰⁹ KROKER, Aniceto. *Inhomirim, 250 anos de Paróquia*. Petrópolis: Vozes, 1946, p. 20-23.

¹¹⁰ ESTADO DO RIO DE JANEIRO. Fundação para o Desenvolvimento da Região Metropolitana do Rio de Janeiro. *Inventário dos Bens Culturais do Município de Magé*. Rio de Janeiro: Fundação Roberto Marinho, 1984, p. 77.

¹¹¹ INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO ARTÍSTICO NACIONAL. CNSA RJ 0502. Ruína da Igreja de Inhomirim, Município de Magé.

- b) **Busto de Frei Acúrsio.** Inaugurado, em 1983, por iniciativa dos paroquianos. Localizado diante da Igreja Matriz de Nossa Senhora Aparecida, no bairro Piabetá (Inhomirim). Tombamento municipal.¹¹³

Frei Acúrsio Bolwerk (1908-1982), OFM, nasceu na Alemanha, de família holandesa, e faleceu em Magé. Chegou em Raiz da Serra, em 1946, para auxiliar Frei Aniceto Kroker, OFM. Foi pároco em Raiz da Serra (1946-1965) e em Piabetá (1965-1982). Construiu a Capela do Sagrado Coração de Jesus, em Vila Serrana, a Capela de São Roque, em Jardim Nazareno, e a Capela de São Sebastião, no loteamento Vila Guarany, em Piabetá; concluiu a Igreja de Nossa Senhora Aparecida de Piabetá (1964) e ergueu o salão anexo, que serve para as missas com maior público; e acompanhou a construção da Capela de São Benedito, custeada com a doação de Pelé e Carlos Alberto Torres, então jogadores do Santos Futebol Clube. A sua ação pastoral se estendeu para o Município de Duque de Caxias, onde restaurou a Capela de Nossa Senhora do Rosário, na Taquara, e construiu a Capela de Nossa Senhora das Graças, na Fábrica Nacional de Motores, em Xerém. O busto de bronze foi inaugurado, em 1983, diante do salão paroquial recém-construído.¹¹⁴

Paróquia de Santo Antônio de Nova Marília

A Paróquia de Santo Antônio de Nova Marília foi criada em 7 de novembro de 2016, por decreto de Dom Gregório Paixão, OSB, Bispo de Petrópolis, sendo instalada a 8 de novembro daquele ano, com a posse do primeiro administrador paroquial, o Padre Manoel da Silva Gouvêa.¹¹⁵ A sua origem remonta à Capela de Santo Antônio de Jororó, que ficava à beira da Estrada de Magé a Santo Aleixo (atual Estrada Adam Blumer), próxima à Parada de Trens de Nova Marília, dela restando apenas uma fotografia dos anos 1950.¹¹⁶ No território paroquial, é tombada a

Antiga Igreja Matriz de Nossa Senhora da Ajuda de Guapimirim (Fig. 3). Construída no século XVIII, foi elevada a sede paroquial em 15 de

¹¹² MUNICÍPIO DE MAGÉ. Conselho Municipal de Política Cultural. Deliberação CMPC n.º 2, de 3 de junho de 2014. BIO n.º 470, de 1.º a 15 de junho de 2014.

¹¹³ MUNICÍPIO DE MAGÉ. Conselho Municipal de Política Cultural. Deliberação CMPC n.º 28, de 2 de setembro de 2014. BIO n.º 476, de 1.º a 15 de setembro de 2014.

¹¹⁴ MOSER, Frei Antônio; FIGUEIREDO, Frei Fernando A. Frei Acúrsio (Aloisio Gonzaga) Bolwerk, OFM. *Vida Franciscana*, São Paulo, 1983, p. 118-122.

¹¹⁵ Criada Paróquia de Santo Antônio de Nova Marília. Disponível em: <https://diocesepetropolis.com.br/criada-paroquia-santo-antonio-de-nova-marilia/>. Acessado em 22 mar. 2025.

¹¹⁶ SANTOS, Renato Peixoto dos Santos. *Magé, a terra do Dedo de Deus*. Rio de Janeiro: IBGE, 1957, p. 251.

janeiro de 1755,¹¹⁷ porém perdeu sua condição de Matriz no século XIX, quando a sede paroquial foi transferida para a Capela de Sant'Anna, no Bananal, diante da Estrada de Magé a Sapucaia, parada obrigatória para quem viajava até Teresópolis, antes da construção da ferrovia.¹¹⁸ É uma edificação de proporções clássicas com apuro formal no tratamento de suas fachadas. A principal fachada é encimada por frontão recortado de gosto barroco. A janela única sobre a porta principal encontra paralelo na Igreja Matriz de Nossa Senhora da Guia de Pacobaíba. Seu programa arquitetônico foi mais elaborado do que o das outras igrejas na região., com maiores dimensões e presença de galerias laterais, consistório e tribunas sobre a capela-mor. A planta demonstra erudição com a sacristia nos fundos da capela-mor, a está ligada pelas galerias laterais. O arco-cruzeiro foi fechado com uma parede de alvenaria. Estava em processo de arruinamento no início dos anos 1980. O seu cemitério, totalmente violado, ficava ao lado esquerdo da igreja. Localizada no distrito de Vale das Pedrinhas, no Município de Guapimirim. Tombamento estadual.¹¹⁹

Fig. 3. Antiga Igreja Matriz de Nossa Senhora da Ajuda de Guapimirim (19--).



Fonte: IBGE, Acervo Municípios Brasileiros (Código 45556).

Paróquia Santa Terezinha do Menino Jesus de Parque Caçula

¹¹⁷ ARAÚJO, José de Souza Azevedo Pizarro e. *Memórias históricas do Rio de Janeiro*: terceiro volume. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1945, p. 204.

¹¹⁸ VIEIRA, Armando. *Therézópolis*. Rio de Janeiro: Pongetti, 1938, p. 120-121.

¹¹⁹ Processo INEPAC n.º E-18/300.049/84. Tombamento de várias igrejas e capelas do Município de Magé – Capela de Nossa Senhora dos Remédios e outras.

A Paróquia Santa Terezinha do Menino Jesus de Parque Caçula foi criada por decreto de Dom Gregório Paixão, OSB, Bispo de Petrópolis, datado de 20 de dezembro de 2019, quando ocorreu a posse do primeiro administrador paroquial, o Padre João Marcos José.¹²⁰ No território paroquial, é tombada a

Capela de Nossa Senhora da Estrela. Construída por Simão Botelho (1670). Serviu, provisoriamente, como sede paroquial da Freguesia de Nossa Senhora da Piedade de Inhomirim, nos anos de 1860. Diante do abandono do Porto da Estrela e o arruinamento da capela, Frei Diogo de Freitas, OFM, em 1897, transferiu as imagens sacras para o oratório da Fábrica de Pólvora da Estrela.¹²¹ A capela de pequenas proporções era composta de nave, capela-mor e sacristia. Única no município com a torre sineira isolada do corpo da capela.¹²² Localizada no núcleo histórico de Estrela. Protegida pelo IPHAN através do Cadastro Arqueológico.¹²³ Tombamento estadual.¹²⁴ Tombamento municipal.¹²⁵

Considerações finais

Como vimos, os Bens Culturais da Igreja não são apenas aqueles reconhecidos pelo Poder Público como dotados de valor histórico ou artístico excepcional, mas todas as obras de arte, os objetos litúrgicos e os monumentos, testemunhos da fé Católica e destinados à evangelização.

O reconhecimento público do valor histórico, artístico, arqueológico ou paisagístico dos bens eclesiásticos demanda, por parte da Igreja, o desafio da gestão compartilhada com os órgãos de preservação e da rigorosa observância da legislação patrimonial.

Os resultados da pesquisa sinalizam que os Bens Culturais da Igreja, no Município de Magé, vão além das igrejas e capelas tombadas pelo Estado do Rio de Janeiro, nos anos 1980, compreendendo, por exemplo, ruínas inscritas no

¹²⁰ Inaugurada a nova Paróquia da Diocese: Santa Teresinha. Disponível em: <https://diocesepetropolis.com.br/inaugurada-a-nova-paroquia-da-diocese-santa-teresinha/>. Acessado em 22 mar. 2025.

¹²¹ KROKER, Aniceto. *Inhomirim, 250 anos de Paróquia*. Petrópolis: Vozes, 1946, p. 27 e 37.

¹²² ESTADO DO RIO DE JANEIRO. Fundação para o Desenvolvimento da Região Metropolitana do Rio de Janeiro. *Inventário dos Bens Culturais do Município de Magé*. Rio de Janeiro: Fundação Roberto Marinho, 1984, p. 86.

¹²³ INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO ARTÍSTICO NACIONAL. CNSA RJ0417. Sítio Arqueológico Villa da Estrela: compreendendo três ruínas principais - a igreja, o porto e a casa das três portas -, e outros vestígios da Villa propriamente dita, Município de Magé.

¹²⁴ Processo INEPAC n.º E-18/000.348/2005. Vila de Estrela, Município de Magé.

¹²⁵ MUNICÍPIO DE MAGÉ. Conselho Municipal de Política Cultural. Deliberação CMPC n.º 11, de 1.º de julho de 2014. BIO n.º 471, de 16 a 30 de junho de 2014.

Cadastro Nacional de Sítios Arqueológicos, mantido pelo IPHAN, e tombadas pelo Poder Público municipal.

A Igreja Católica tem ainda a missão de preservar aqueles bens culturais que interessam apenas às comunidades, dotados de valor documental para a história paroquial, a exemplo da Capela de São Pedro dos Pescadores, construída por Jader Ullmann, na Praça Comendador Guilherme, em Magé, ao lado da Banca de Peixe, e inaugurada em 1947, com a presença do Governador Macedo Soares, em sua primeira visita à cidade.¹²⁶

É recomendável que toda paróquia tenha o seu próprio “Livro Tombo” para nele inscrever os seus bens históricos e artísticos, não só os tombados pelo Poder Público, mas aqueles indicados pela própria comunidade, contribuindo assim, em nível diocesano, com a preservação dos Bens Culturais da Igreja.

É recomendável ainda, que cada paróquia organize a sua Pastoral da Cultura a fim de desenvolver ações de Educação Patrimonial, incentivando a participação direta da comunidade em todas as etapas da promoção e preservação dos bens eclesiais, inclusive com a elaboração do inventário participativo paroquial, que pode seguir a metodologia desenvolvida pelo IPHAN.¹²⁷

Fontes

Cadastro Nacional de Sítios Arqueológicos (IPHAN)

CNSA RJ0502. Ruína da Igreja de Inhomirim, Município de Magé.

CNSA RJ00410. Sítio Poço Bento do Padre Anchieta, Município de Magé.

CNSA RJ0417. Sítio Arqueológico Villa da Estrela: compreendendo três ruínas principais - a igreja, o porto e a casa das três portas -, e outros vestígios da Villa propriamente dita, Município de Magé.

Conselho Municipal de Política Cultural de Magé

Deliberação CMPC n.º 1, de 3 de junho de 2014. BIO n.º 470, de 1.º a 15 de junho de 2014. Tomba a Igreja Matriz de Nossa Senhora da Piedade de Magé.

Deliberação CMPC n.º 2, de 3 de junho de 2014. BIO n.º 470, de 1.º a 15 de junho de 2014. Tomba a antiga Igreja Matriz de Nossa Senhora da Piedade de Inhomirim, no bairro Bongaba.

Deliberação CMPC n.º 3, de 3 de junho de 2014. BIO n.º 470, de 1.º a 15 de junho de 2014. Tomba a Igreja Matriz de Nossa Senhora da Guia de Pacobaíba.

Deliberação CMPC n.º 4, de 3 de junho de 2014. BIO n.º 470, de 1.º a 15 de junho de 2014. Tomba a Igreja Matriz de São Nicolau de Suruí.

¹²⁶ SANTOS, Renato Peixoto dos. *A Saga dos Ullmann: História da Cidade de Magé* (1870-1950). Petrópolis: Jornal da Cidade, 1988, p. 164-165.

¹²⁷ INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL. *Educação Patrimonial: Inventário Participativo* (manual de aplicação). Brasília: IPHAN, 2016.

Deliberação CMPC n.º 5, de 3 de junho de 2014. BIO n.º 470, de 1.º a 15 de junho de 2014. Tomba a Capela de Nossa Senhora dos Remédios, no bairro Praia do Imperador.

Deliberação CMPC n.º 6, de 3 de junho de 2014. BIO n.º 470, de 1.º a 15 de junho de 2014. Tomba a Capela de São Francisco do Cruará, no bairro São Francisco do Cruará.

Deliberação CMPC n.º 7, de 3 de junho de 2014. BIO n.º 470, de 1.º a 15 de junho de 2014. Tomba a Capela de Nossa Senhora da Conceição de Suruí, no bairro Conceição.

Deliberação CMPC n.º 8, de 3 de junho de 2014. BIO n.º 470, de 1.º a 15 de junho de 2014. Tomba a Capela de Nosso Senhor do Bonfim, em Magé.

Deliberação CMPC n.º 9, de 3 de junho de 2014. BIO n.º 470, de 1.º a 15 de junho de 2014. Tomba a Capela de Santo Aleixo, no bairro Capela.

Deliberação CMPC n.º 11, de 1.º de julho de 2014. BIO n.º 471, de 16 a 30 de junho de 2014. Tomba as ruínas da Capela de Nossa Senhora da Estrela, em Estrela.

Deliberação CMPC n.º 16, de 1.º de julho de 2014. BIO n.º 471, de 16 a 30 de junho de 2014. Tomba a Capela de Sant'Anna, no bairro Piedade.

Deliberação CMPC n.º 20, de 5 de agosto de 2014. BIO n.º 474, de 1.º a 15 de agosto de 2014. Tomba a Capela de São Sebastião, no bairro Meio da Serra.

Deliberação CMPC n.º 21, de 5 de agosto de 2014. BIO n.º 474, de 1.º a 15 de agosto de 2014. Tomba a Capela de Sant'Anna, no bairro Pau Grande.

Deliberação CMPC n.º 24, de 2 de setembro de 2014. BIO n.º 476, de 1.º a 15 de setembro de 2014. Tomba a Gruta de Nossa Senhora de Lourdes, no bairro Poço Escuro.

Deliberação CMPC n.º 28, de 2 de setembro de 2014. BIO n.º 476, de 1.º a 15 de setembro de 2014. Tomba o Busto de Frei Acúrsio Bolwerk, OFM, no bairro Piabetá.

Deliberação CMPC n.º 32, de 7 de outubro de 2014. BIO n.º 482, de 1.º a 15 de dezembro de 2014. Tomba o Poço Bento do Padre José de Anchieta, no bairro Piedade.

Deliberação CMPC n.º 36, de 7 de outubro de 2014. BIO n.º 482, de 1.º a 15 de dezembro de 2014. Tomba o Busto do Padre José de Anchieta, em Magé.

Deliberação CMPC n.º 66, de 5 de maio de 2015. BIO n.º 947, de 16 a 31 de julho de 2015. Tomba as ruínas da Capela de Sant'Anna do Iriri, no bairro Vila Inca.

Digitais

Criada Paróquia de Santo Antônio de Nova Marília. Disponível em: <https://diocesepetropolis.com.br/criada-paroquia-santo-antonio-de-nova-marilia/>. Acessado em 22 mar. 2025.

Inaugurada a nova Paróquia da Diocese: Santa Teresinha. Disponível em: <https://diocesepetropolis.com.br/inaugurada-a-nova-paroquia-da-diocese-santa-teresinha/>. Acessado em 22 mar. 2025.

Documentos da Igreja

COMISSÃO PONTIFÍCIA PARA OS BENS CULTURAIS DA IGREJA. *Carta Circular sobre a necessidade e urgência do inventário e catálogo dos Bens Culturais da Igreja*, Cidade do Vaticano, 8 de dezembro de 1999.

CONFEDERAÇÃO NACIONAL DOS BISPOS DO BRASIL. *Orientações para projeto e construção de igrejas e disposição do espaço celebrativo*. São Paulo: Paulus, 2013.

SECRETARIADO DA CONFERENCIA EPISCOPAL ALEMÃ; COMISSÃO PONTIFÍCIA PARA OS BENS CULTURAIS DA IGREJA. *Carta de Vila Vigoni sobre a conservação dos Bens Culturais Eclesiásticos*, Vila Vigoni, 1.º de março de 1994.

Fotografias (IBGE)

Município de Magé. Igreja Matriz de Nossa Senhora da Piedade de Magé, Cartão Postal (Código 45557).

Município de Magé. Igreja Matriz de Nossa Senhora da Ajuda de Guapimirim, Acervo Municípios Brasileiros (Código 45556).

Município de Magé. Poço Bento do Padre José de Anchieta, Cartão Postal (Código 45535).

Impressas

DIOCESE DE PETRÓPOLIS. *Estatutos, Diretórios e Subsídios da Diocese de Petrópolis*. Petrópolis: Diocese de Petrópolis, 2014

ESTADO DO RIO DE JANEIRO. Fundação para o Desenvolvimento da Região Metropolitana do Rio de Janeiro. *Inventário dos Bens Culturais do Município de Magé*. Rio de Janeiro: Fundação Roberto Marinho, 1984.

ESTADO DO RIO DE JANEIRO. *Guia dos bens tombados pelo Estado do Rio de Janeiro*. 2 ed. Rio de Janeiro: INEPAC, 2012.

ESTADO DO RIO DE JANEIRO: Instituto Estadual do Patrimônio Cultural. *Desenvolvimento Territorial dos Caminhos Singulares do Estado do Rio de Janeiro: Inventário de Bens Culturais Imóveis do Caminho do Ouro*. Rio de Janeiro: SEBRAE, 2004.

INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL. *Educação Patrimonial: Inventário Participativo (manual de aplicação)*. Brasília: IPHAN, 2016.

Legislação

BRASIL. Constituição Federal de 1988.

BRASIL. Decreto n.º 7.107, de 11 de fevereiro de 2010.

BRASIL. Decreto-lei n.º 25, de 30 de novembro de 1937.

BRASIL. Lei n.º 9.605, de 12 de fevereiro de 1998.

Código de Direito Canônico.

ESTADO DO RIO DE JANEIRO. Constituição do Estado do Rio de Janeiro de 1989.

ESTADO DO RIO DE JANEIRO. Lei Estadual n.º 509, de 3 de dezembro de 1981.

ESTADO DO RIO DE JANEIRO. Lei Estadual n.º 10.768, de 8 de maio de 2025.

MUNICÍPIO DE MAGÉ. Lei Complementar Municipal n.º 6, de 15 de dezembro de 2016.

MUNICÍPIO DE MAGÉ. Lei Municipal n.º 1.532, de 24 de setembro de 2002.

MUNICÍPIO DE MAGÉ. Lei Municipal n.º 2.112, de 08 de abril de 2011.

MUNICÍPIO DE MAGÉ. Lei Municipal n.º 2.181, de 11 de janeiro de 2013.

MUNICÍPIO DE MAGÉ. Lei Municipal n.º 2.816, de 10 de julho de 2023.

MUNICÍPIO DE MAGÉ. Lei Orgânica de Magé de 1990.

Processos de Tombamento (IPHAN)

Processo IPHAN n.º 902-T-1974. Igreja de Nossa Senhora da Piedade (antiga Matriz de Inhomirim) e outros imóveis, no Município de Magé.

Processo IPHAN n.º 1258-T-1987. Vila de Estrela e Vila de Inhomirim, Município de Magé.

Processos de Tombamento (INEPAC)

Processo INEPAC n.º E-03/34.922/78. Igreja Matriz de Nossa Senhora da Guia de Pacobaíba, Município de Magé.

Processo INEPAC n.º E-03/06.999/80. Igreja Matriz de Nossa Senhora da Guia de Pacobaíba e Igreja Matriz de São Nicolau de Suruí, Município de Magé.

Processo INEPAC n.º E-18/300.049/84. Tombamento de várias igrejas e capelas do Município de Magé – Capela de Nossa Senhora dos Remédios e outras.

Processo INEPAC n.º E-18/000.348/2005. Vila de Estrela, Município de Magé.

Referências

ABREU, Antônio Izaías da Costa. *Municípios e Topônimos Fluminenses*. Niterói: Imprensa Oficial do Estado do Rio de Janeiro, 1994.

ALONSO, José Inaldo. *Notas para a história de Magé*. Niterói: Edição do Autor, 2000.

ARAÚJO, José de Souza Azevedo Pizarro e. *Memórias históricas do Rio de Janeiro*: terceiro volume. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1945.

BARCELOS, Aurêa Maria Siqueira de; RESENDE, Padre Leonardo Tassinari. *A Paróquia de São Nicolau através dos séculos*. Petrópolis: Diocese de Petrópolis, 2014.

CHAVES, Dagmar Aderaldo. *O Bem-Aventurado José de Anchieta*, S.J.: Vida e Obra. 2.^a ed. Rio de Janeiro: Companhia Brasileira de Artes Gráficas, 1996.

COARACY, Vivaldo. *Memórias da Cidade do Rio de Janeiro*. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: EDUSP, 1988.

COARACY, Vivaldo. *Paquetá: imagens de ontem e de hoje*. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio, 1964.

CUSATIS, José de. *História de São José do Vale do Rio Preto*. Niterói: Imprensa Oficial do Estado do Rio de Janeiro, 1990.

KROKER, Aniceto. *Inhomirim, 250 anos de Paróquia*. Petrópolis: Vozes, 1946.

- LEAL, Maria Beatriz. *“Recordo-me de ti, terra bendita!”: centenário da Matriz de Raiz da Serra (1906-2006)*. Rio de Janeiro: Vide, 2006.
- MELLO, Juçara da Silva Barbosa de. *Identidade, memória e história em Santo Aleixo: aspectos do cotidiano operário na construção de uma cultura fabril*. Curitiba: Prismas, 2019.
- MENEZES, Ivo Porto de. *Bens Culturais da Igreja*. São Paulo: Loyola, 2006.
- MONTEIRO, Marcus; LAZARONI, Dalva (org.). *Devoção e Esquecimento: presença do Barroco na Baixada Fluminense*. Rio de Janeiro: Fundação Casa França-Brasil, 2001.
- MOSER, Frei Antônio; FIGUEIREDO, Frei Fernando A. Frei Acúrsio (Aloisio Gonzaga) Bolwerk, OFM. *Vida Franciscana*, São Paulo, 1983.
- MOUTINHO, Murillo. *Bibliografia para o IV Centenário da morte do Beato José de Anchieta (1597-1997): primeiro volume*. São Paulo: Loyola, 1997.
- OSCAR, João. *História de Teresópolis: síntese cronológica*. Niterói: Cromos, 1991.
- RABELLO, Sônia. *O Estado na preservação de Bens Culturais: o Tombamento*. Rio de Janeiro: IPHAN, 2009.
- SAINTE-FOY, Charles. *Anchieta, o Santo do Brasil*. São Paulo: Artpress, 1997.
- SANTOS, Renato Peixoto dos Santos. *Magé, a terra do Dedo de Deus*. Rio de Janeiro: IBGE, 1957.
- SANTOS, Renato Peixoto dos. *A Saga dos Ullmann: História da Cidade de Magé (1870-1950)*. Petrópolis: Jornal da Cidade, 1988.
- SEIXAS, Antônio. *A Política Cultural em Magé*. Magé: Edição do Autor, 2015.
- SILVA, Antônio José Caetano. *Corografia Fluminense: o Estado do Rio de Janeiro em 1896. RIHGB*, Rio de Janeiro, n. 67, tomo II, 1906.
- VASCONCELLOS, Simão de. *Vida do Venerável Padre José de Anchieta: segundo volume*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1943.
- VIEIRA, Armando. *Therezópolis*. Rio de Janeiro: Pongetti, 1938.
- WEID, Elisabeth von der; BASTOS, Ana Maria Rodrigues. *O Fio da Meada: estratégia de expansão de uma indústria têxtil (Companhia América Fabril, 1878-1930)*. Rio de Janeiro: Fundação Casa de Rui Barbosa, 1986.
- ZANDONADE, Adriana. *O Tombamento à luz da Constituição Federal de 1988*. São Paulo: Malheiros, 2012.

EDUCAÇÃO PATRIMONIAL, MEMÓRIA E PERTENCIMENTO: JOAQUIM BONIFÁCIO DO AMARAL NA HISTORIOGRAFIA CAMPINEIRA.

Thatiane Carneiro Sotano Machado¹²⁸

Dra. Mônica Piccione Gomes Rios¹²⁹

Resumo: Este artigo apresenta os resultados de uma pesquisa documental dedicada a reconstruir a genealogia de Joaquim Bonifácio do Amaral, o Visconde de Indaiatuba, e de sua esposa Ana Guilhermina Pompeu do Amaral, com o propósito de identificar seus descendentes diretos e compreender melhor sua trajetória familiar. A investigação utilizou registros de batismo preservados no Arquivo Histórico da Cúria Metropolitana de Campinas e o Inventário de Joaquim Bonifácio do Amaral, consultado no Centro de Memória da Unicamp, além de pesquisas em jornais antigos e obras sobre a história campineira. Os resultados confirmaram a existência de treze filhos do casal, número superior ao registrado em fontes amplamente divulgadas. Ao destacar o valor dos documentos e arquivos históricos para o resgate de memórias familiares, o estudo contribui para o fortalecimento da memória local e reafirma a educação patrimonial como caminho para a valorização do pertencimento e da identidade cultural de Campinas.

Abstract: This article presents the results of a documentary research project dedicated to reconstructing the genealogy of Joaquim Bonifácio do Amaral, the Viscount of Indaiatuba, and his wife, Ana Guilhermina Pompeu do Amaral, to identify their direct descendants and gain a better understanding of their family trajectory. The investigation used baptismal records preserved in the Historical Archive of the Metropolitan Curia of Campinas and the Inventory of Joaquim Bonifácio do Amaral, consulted at the Memory Centre of Unicamp, in addition to research in old newspapers and works on the history of Campinas. The results confirmed the existence of thirteen children of the couple, a number higher than that recorded in widely disseminated sources. By highlighting the value of documents and historical archives in the recovery of family memories, the study contributes to the strengthening of local memory. It reaffirms heritage education as a path to valuing the sense of belonging and cultural identity of Campinas.

¹²⁸ Mestranda em Educação pela Pontifícia Universidade Católica de Campinas com bolsa FAPESP. Possui especialização em Educação Patrimonial e História do Brasil, licenciatura em História e bacharelado em Direito, ambas pela Universidade Paulista.

¹²⁹ Doutora em Educação (Currículo) pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (2004). Atualmente é professora da Pontifícia Universidade Católica de Campinas - PUC-Campinas do Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu em Educação e do Curso de Pedagogia.

Introdução

Inspirado na reflexão de Jörn Rüsen (2001), segundo a qual a história assume o papel central na orientação temporal da vida humana, este artigo propõe uma reflexão sobre como a presença ou a ausência de memórias influencia a construção das identidades locais. Rüsen destaca que é por meio da apropriação crítica do passado que indivíduos e comunidades conferem sentido ao presente e delineiam possibilidades para o futuro. Nessa perspectiva, a trajetória de Joaquim Bonifácio do Amaral (1815¹³⁰–1884¹³¹), o Visconde de Indaiatuba¹³², ultrapassa o simples registro de um personagem histórico, tornando-se parte viva da memória campineira e símbolo de pertencimento coletivo.

Resgatar sua história significa valorizar um patrimônio que é tanto histórico quanto afetivo. A recuperação da memória desse personagem insere-se, assim, em um exercício de patrimonialização que não se limita à coleta de dados genealógicos, mas também envolve os campos da cultura, da identidade e da resistência ao esquecimento. A pesquisa teve início em um estudo anterior sobre a Fazenda Sete Quedas, em Campinas (SP), onde o nome do Visconde de Indaiatuba surgiu de forma recorrente e despertou o interesse por um levantamento mais detalhado sobre sua vida e descendência.

Embora Joaquim Bonifácio do Amaral ocupe posição de destaque na história paulista, as informações disponíveis em fontes públicas, como a Wikipédia e sites de genealogia, mostram-se incompletas ou incorretas. Essa constatação reforçou a necessidade de um olhar mais cuidadoso sobre sua trajetória, reunindo dados dispersos em diferentes arquivos e obras regionais. Além de preencher uma lacuna na historiografia campineira, o estudo dialoga com pesquisas que tratam da relação entre memória, pertencimento e educação. Inserido em um percurso acadêmico voltado à educação patrimonial e à cultura de paz, o resgate da trajetória do Visconde ganha novos sentidos. Valorizar histórias locais e figuras esquecidas é também uma forma de educar para o reconhecimento da própria história, fortalecendo vínculos entre passado e presente. Assim, entende-se que a educação patrimonial ultrapassa a preservação de prédios e objetos: ela desperta o sentimento de pertencimento e o respeito pela memória coletiva.

¹³⁰ Livro de Batismos, vol. 3, p. 39, Paróquia Nossa Senhora da Conceição, Campinas. Registro de batismo de 02 de setembro de 1815, com 8 dias. Pais: Tenente José Rodrigues Ferraz e Anna Matilde Pacheco Almeida.

¹³¹ Livro de Óbito, Paróquia de N.S. da Conceição, vol. 8, 1881-1889, p. 330.

¹³² VASCONCELLOS, Barão de; VASCONCELLOS, Barão Smith de. *Archivo Nobiliarchico Brasileiro*. Lausanne (Suíça): Imprimerie La Concorde, 1918. p. 188.

O interesse genealógico, inicialmente secundário, ganhou destaque quando, ao consultar a Hemeroteca Digital Brasileira¹³³, surgiram referências esparsas aos descendentes do Visconde e de sua esposa, Ana Guilhermina Pompeu do Amaral (04 de novembro de 1824¹³⁴), com quem se casou em 24 de junho de 1839¹³⁵, em Campinas. A especificidade desse casamento, entre tio e sobrinha, prática socialmente aceita na época e comum entre famílias da elite agrária paulista¹³⁶, também despertou questionamentos sobre as dinâmicas familiares e sociais desse grupo.

Do ponto de vista metodológico, esta pesquisa articula procedimentos de revisão de literatura com a análise documental de fontes primárias, como registros paroquiais e fontes hemerográficas. A abordagem é qualitativa e busca reconstituir a história familiar com base em evidências concretas, estabelecendo conexões entre genealogia, memória e educação patrimonial. Mais do que listar descendentes, a pesquisa procura compreender como a história das famílias locais ajuda a revelar identidades e permanências culturais no território de Campinas.

Com este trabalho, pretende-se contribuir tanto para os estudos genealógicos quanto para a valorização da memória local, entendendo que reconhecer o passado é também preservar o sentido de pertencimento que une gerações. O artigo inaugura, assim, uma linha de investigação voltada à genealogia e à memória social de Campinas, abrindo caminho para novas pesquisas sobre famílias e patrimônios históricos da cidade.

Historiografia

Contar a trajetória de Joaquim Bonifácio do Amaral é também revisitar a própria forma como narramos o passado. Toda história é feita de escolhas: o que lembramos, o que deixamos de lado, o que o tempo transforma em silêncio.

¹³³ Gazeta De Campinas. Gazeta de Campinas. Campinas, 21 jul. 1870, p. 2. Disponível em: <https://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>. Acesso em: 12 out. 2025.

¹³⁴ Livro de Batismos, n. 4, p. 99, Paróquia Nossa Senhora da Conceição, Campinas. Registro de nascimento de 25 de outubro de 1824 e batismo em 04 de novembro de 1824. Pais: Antônio Pompeu de Camargo e Dona Thereza Miquelina do Amaral. Padrinhos: Dona Anna Matilde de Almeida Pacheco (avó).

¹³⁵ Livro de Casamentos, p. 188, Paróquia Nossa Senhora da Conceição, Campinas.

¹³⁶ Para algumas famílias da elite mineira, a prática de casamentos consanguíneos era tão recorrente que, no século XIX, os índices de consanguinidade atingiram cerca de 80% dos casamentos em determinadas gerações, CHAGAS (2020, p. 120).

Olhar para o passado, portanto, é aceitar que há muitas vozes e sentidos em disputa. Como observa Freitas (1997), a escrita da história no Brasil, especialmente quando se trata da educação, nasceu de um esforço de compreender o país em meio a seus contrastes, entre o urbano e o rural, o moderno e o antigo, o nacional e o regional.

Em Campinas, essa mesma forma de olhar para o passado também se faz presente. Ainda são poucos os estudos que se debruçam com profundidade sobre figuras como Joaquim Bonifácio do Amaral, cuja presença política, social e econômica marcou o ritmo do desenvolvimento regional no século XIX. As palavras de Freitas (1997, p. 41) ajudam a compreender esse cenário ao lembrar que “o Brasil real estaria oculto num Estado que não era uma nacionalidade, num país que não era uma sociedade, numa gente que não era um povo.” Essa reflexão convida a retomar as fontes e a questionar as versões oficiais da história, abrindo espaço para novas vozes e sentidos que permanecem à espera de serem narrados.

Ao trazer de volta à memória a figura de Joaquim Bonifácio do Amaral e o espaço que habitou, a Fazenda Sete Quedas, lugar que hoje também abriga parte de minha trajetória pessoal e profissional, este estudo se propõe a revisitar a história com novos olhos, ampliando as vozes que contam o patrimônio e a identidade local. Pensar o patrimônio cultural, como lembra Chuva (2020), é reconhecer que ele nasce de escolhas permeadas por disputas políticas e simbólicas: o que preservar, o que valorizar e o que o tempo ou o poder decide silenciar. A autora recorda que esse campo se constituiu como “um espaço de tensões, debates e ações, nem sempre lineares ou bem-sucedidas, sobre as identidades, os direitos culturais e urbanos” (CHUVA, 2020, p. 3). Compreender essa dinâmica é essencial para questionar quais narrativas ganham visibilidade e quais permanecem à margem, reflexão que se aplica diretamente à história da família de Joaquim Bonifácio do Amaral.

A investigação empreendida nesta pesquisa, ao dedicar-se ao levantamento e à sistematização dos descendentes de Joaquim Bonifácio do Amaral, busca contribuir para o enriquecimento das fontes disponíveis sobre a história social de Campinas, revelando um conjunto de dados até então pouco explorado pela historiografia local. A relação entre memória, patrimônio e pertencimento constitui o eixo central da educação patrimonial, pois, como afirma Horta (1999, p. 33), “o reconhecimento e a valorização dos bens culturais só são efetivos quando promovem o sentimento de pertencimento e identidade junto às comunidades envolvidas.” Assim, ao reunir e disponibilizar informações sobre essa família, este trabalho não apenas preenche lacunas documentais, mas também desperta reflexões sobre os vínculos históricos que conectam gerações, lugares e afetos.

Como observa Freitas (1997), a escrita da história no Brasil é atravessada por “paradigmas interpretativos que, ao longo do século XX, buscaram dar sentido à identidade nacional a partir da leitura de suas regiões, de

seus sujeitos e de seus conflitos” (FREITAS, 1997, p. 41). Nessa perspectiva, ao revisitar a trajetória dessa família campineira, esta pesquisa busca fortalecer o sentimento de pertencimento e inspirar novas narrativas sobre a cidade e seus habitantes. Trata-se de ampliar o repertório de interpretações sobre o patrimônio cultural local, reconhecendo que a memória e a identidade se constroem de modo coletivo e contínuo, sempre em diálogo com o território.

Joaquim Bonifácio do Amaral – Visconde de Indaiatuba

Os estudos dedicados à trajetória de Joaquim Bonifácio do Amaral, o Visconde de Indaiatuba, ainda são incipientes na historiografia campineira. As consultas realizadas no âmbito desta pesquisa revelam que as referências ao personagem permanecem restritas a breves menções, dispersas em obras de historiadores locais como Celso Maria de Mello Pupo, Jolumá Brito e José Roberto do Amaral Lapa. Esses autores, embora fundamentais para a compreensão da formação histórica de Campinas, abordam Joaquim Bonifácio apenas de modo pontual, sem um estudo específico, aprofundado e sistematizado sobre sua biografia ou sobre o papel político, econômico e social que desempenhou no desenvolvimento regional ao longo do século XIX.

Diante dessa constatação, este artigo se apresenta como um dos primeiros esforços acadêmicos voltados exclusivamente à abordagem historiográfica de Joaquim Bonifácio do Amaral. Mais do que reivindicar ineditismo, a proposta é reunir, organizar e analisar as fontes disponíveis, de modo a resgatar aspectos de sua trajetória individual e destacar sua relevância histórica no contexto campineiro. Ao fazê-lo, o estudo pretende abrir espaço para novas investigações que aprofundem outras dimensões de sua vida pública e privada, bem como sua inserção nos processos históricos mais amplos da região.

A análise dos mecanismos de construção da memória coletiva em Campinas revela que trajetórias como a de Joaquim Bonifácio do Amaral e da Fazenda Sete Quedas ainda ocupam um espaço periférico nas narrativas oficiais e nas políticas locais de preservação. Essa ausência reforça o que Chuva (2020) denomina de caráter político do patrimônio, resultado de disputas simbólicas que determinam o que é lembrado e o que é silenciado. Reconhecer essas lacunas é também um modo de compreender que a memória social se constrói por escolhas e que revisita-las é um gesto de justiça histórica.

Como observam Nascimento e Chuva (2020, p. 3), “as disputas por memórias e narrativas acerca da identidade nacional colocaram o passado e a preexistência física das cidades no campo de disputas que pressionaram por ações para além daquelas impostas pela chamada ‘ortodoxia do patrimônio’”. Essa perspectiva amplia a reflexão sobre os critérios que determinam quais memórias são preservadas e quais permanecem silenciadas, evidenciando como

as práticas de educação patrimonial podem contribuir para tensionar e transformar tais escolhas.

Ao recuperar e sistematizar dados sobre a trajetória do Visconde de Indaiatuba, este artigo não apenas contribui para suprir uma lacuna nos estudos regionais, mas também propõe a ampliação das narrativas sobre o passado campineiro. O objetivo é fomentar novas agendas de pesquisa que aprofundem a compreensão do legado de Joaquim Bonifácio do Amaral, situando-o no processo de formação histórica, política e cultural de Campinas.

Educação Patrimonial, Memória e Pertencimento

A construção historiográfica acerca do patrimônio cultural, segundo Chuva (2020), não pode ser dissociada das disputas políticas e simbólicas que permeiam as escolhas sobre o que preservar, valorizar ou silenciar. A autora salienta que o campo do patrimônio se configura como "um espaço de tensões, debates e ações, nem sempre lineares ou bem-sucedidas, sobre as identidades, os direitos culturais e urbanos" (Chuva, 2020, p. 17). Essa perspectiva reforça a necessidade de problematizar os processos seletivos que definem quais narrativas históricas ganham visibilidade, questão que se conecta diretamente à pesquisa aqui desenvolvida, voltada à identificação e sistematização da genealogia dos descendentes de Joaquim Bonifácio do Amaral.

A partir da análise de fontes primárias, especialmente os registros localizados no Arquivo Histórico da Cúria Metropolitana de Campinas, este estudo evidencia uma lacuna significativa na produção historiográfica campineira no tocante à história dessa família. Tal ausência aponta para um processo de silenciamento ou de invisibilização que, ao longo do tempo, limitou o reconhecimento de personagens e linhagens que exerceram papel relevante na formação da cidade.

No campo da educação patrimonial, a relação entre memória, patrimônio e pertencimento emerge como um eixo estruturante. Conforme destaca Horta (1999, p. 33), "o reconhecimento e a valorização dos bens culturais só são efetivos quando promovem o sentimento de pertencimento e identidade junto às comunidades envolvidas". Esse entendimento amplia o alcance da educação patrimonial para além de uma prática informativa ou meramente preservacionista, propondo uma ação crítica e socialmente engajada, capaz de tensionar as narrativas oficiais e de estimular novas formas de apropriação da história local por diferentes grupos sociais.

Em consonância com essa perspectiva, Freitas (1997) observa que a produção historiográfica brasileira tem sido atravessada por distintos paradigmas interpretativos que, ao longo do século XX, buscaram atribuir sentido à

identidade nacional por meio da leitura das especificidades regionais, dos sujeitos sociais e dos conflitos históricos. Ao trazer à tona os nomes e as histórias dos descendentes de Joaquim Bonifácio do Amaral, a presente pesquisa propõe-se a contribuir para o alargamento dos debates historiográficos locais, reforçando o direito à memória como uma dimensão fundamental na construção da identidade campineira e no fortalecimento do sentimento de pertencimento.

Caminhos de Pesquisa: Entre Arquivos

A construção deste levantamento genealógico teve como base principal a análise de documentos originais preservados no Arquivo Histórico da Cúria Metropolitana de Campinas, com destaque para os livros de batismo do século XIX. A leitura atenta desses registros permitiu identificar nomes, datas de nascimento e laços familiares dos descendentes de Joaquim Bonifácio do Amaral, além de corrigir informações imprecisas encontradas em plataformas digitais de acesso público, como a Wikipédia¹³⁷.

Entre as fontes consultadas, também se destaca o processo de inventário de Joaquim Bonifácio do Amaral (Processo nº 5225), pertencente ao acervo do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, Comarca de Campinas, atualmente sob guarda do Centro de Memória da Unicamp. Esse documento, reproduzido na foto nº 1, oferece um olhar mais próximo sobre o contexto familiar e o patrimônio do Visconde de Indaiatuba, enriquecendo a compreensão sobre sua história e o legado deixado à cidade.

Capa do Inventário de Joaquim Bonifácio do Amaral (1884), Visconde de Indaiatuba.

¹³⁷ “Joaquim Bonifácio do Amaral.” Wikipédia: a enciclopédia livre. Disponível em: https://pt.wikipedia.org/wiki/Joaquim_Bonif%C3%A1cio_do_Amaral. Acesso em: 12 out. 2025.

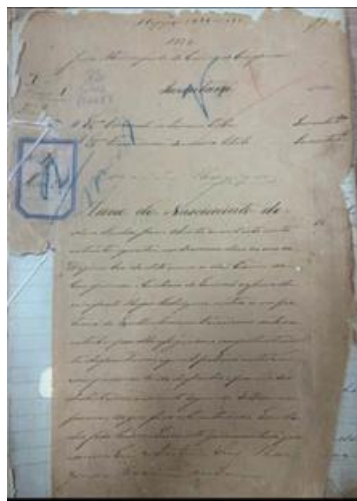


Foto 1 – Foto Thatiane C. S. Machado. Fonte: Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, Comarca de Campinas, Processo nº 5225. Acervo do Centro de Memória da Unicamp.

Esta pesquisa nasceu do desejo de compreender, a partir das próprias fontes do século XIX, quem foram Joaquim Bonifácio do Amaral e seus descendentes. Para isso, foi necessário voltar aos lugares onde a memória ainda se guarda em papel: arquivos, cartórios e jornais antigos.

O primeiro passo foi um mergulho em livros, artigos e registros públicos disponíveis, o que permitiu identificar lacunas e contradições nas informações já divulgadas sobre a família, inclusive em plataformas digitais como a Wikipédia. Em seguida, a investigação se concentrou nas fontes primárias, com destaque para o processo de inventário do Visconde de Indaiatuba (Processo nº 5225), preservado no acervo do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo e sob guarda do Centro de Memória da Unicamp.

As visitas ao Arquivo Histórico da Cúria Metropolitana de Campinas possibilitaram o contato direto com os livros originais de batismo e casamento, datados entre 1819 e 1858: entre eles o Livro de Casamentos nº 4 (1826–1841) e os Livros de Batismos nº 4 (1819–1830), nº 5 (1830–1839), nº 6 (1839–1850) e nº 7 (1850–1858). Cada registro foi transcrito com atenção aos detalhes: nomes, datas, filiação e até pequenas notas deixadas à margem. A leitura paleográfica, cuidadosa diante das grafias e abreviações do período, foi essencial para garantir a fidelidade das informações.

Também foram consultadas edições da Gazeta de Campinas (1860–1879) e do Correio de Campinas (1880–1899), disponíveis na Hemeroteca

Digital Brasileira. Esses jornais ajudaram a reconstruir aspectos do cotidiano e das relações sociais do Visconde e de sua família, oferecendo uma visão mais viva do contexto campineiro oitocentista.

Mais do que uma busca por nomes e datas, o trabalho revelou uma rede de vínculos familiares e afetivos que atravessa o tempo e compõe parte da história da cidade. Ao valorizar o patrimônio documental como fonte de aprendizado e pertencimento, esta pesquisa aproxima-se dos princípios da educação patrimonial, mostrando que a preservação da memória é também um gesto de reconhecimento do que somos e de onde viemos.

Desse modo, a metodologia adotada, que combina revisão bibliográfica, análise documental e leitura crítica das fontes, contribui para renovar o olhar sobre o passado regional e fortalecer o diálogo entre história, genealogia e memória social.

Ao final desse percurso, mais do que reunir documentos, a pesquisa permitiu reencontrar histórias. Cada nome, cada data e cada assinatura revelaram fragmentos de vidas que ajudaram a moldar Campinas no século XIX. A genealogia do Visconde de Indaiatuba, quando vista sob essa perspectiva, deixa de ser apenas uma sequência de descendentes e se transforma em um espelho da própria formação social da cidade. O resultado desse trabalho não se resume, portanto, a um levantamento de registros, mas a uma tentativa de devolver voz e presença àqueles que, silenciosamente, participaram da construção de nossa memória coletiva.

Genealogia e Patrimônio: Mapeando os Descendentes do Visconde de Indaiatuba

A consulta aos livros de batismo do século XIX, preservados no Arquivo Histórico da Cúria Metropolitana de Campinas, permitiu identificar treze filhos legítimos do casal Joaquim Bonifácio do Amaral e Ana Guilhermina Pompeu do Amaral, nascidos entre 1841 e 1859. O estudo dessas fontes originais revelou um quadro familiar muito mais amplo do que o conhecido até então, preenchendo lacunas da história local e oferecendo um retrato mais completo da vida do Visconde de Indaiatuba e de seus descendentes.

Registro original de batismo

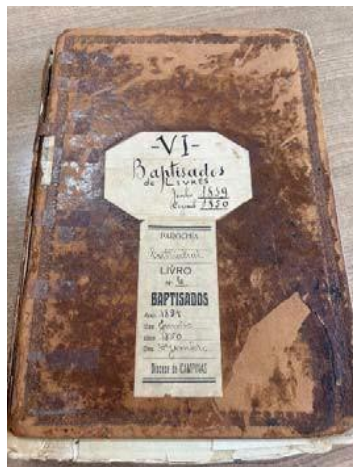


Foto 2 – Foto Thatiane C. S. Machado. Fonte: Livro VI de Batismos (junho de 1839 a dezembro de 1850), Arquivo Histórico da Cúria Metropolitana de Campinas. Registro consultado em 21 de maio de 2025.

As informações disponíveis em plataformas digitais de acesso público mostravam-se bastante limitadas. A Wikipédia, por exemplo, indicava que Joaquim Bonifácio do Amaral teria se casado com sua sobrinha Ana Guilhermina Pompeu do Amaral, com quem teria apenas uma filha, Elisma do Amaral. A análise dos registros originais, porém, revela um cenário muito mais amplo: o casal teve treze filhos, todos devidamente documentados nos livros de batismo da Cúria Metropolitana de Campinas. Essa constatação evidencia a importância de confrontar os dados disponíveis na internet com as fontes históricas originais, garantindo maior precisão às narrativas sobre o passado.

Durante a análise, também foram encontradas inconsistências em bases digitais como o Family Search¹³⁸, que apontava catorze filhos, incluindo duas crianças nascidas em 1845, “Otília” e “Vília”. A leitura paleográfica dos registros revelou, porém, que se tratava da mesma filha, Utília, batizada em 8 de setembro de 1845. O equívoco decorre da dificuldade de interpretação da caligrafia oitocentista, um exemplo claro dos desafios que envolvem a transcrição e indexação de documentos antigos em plataformas digitais.

Registro original de batismo de Utília do Amaral

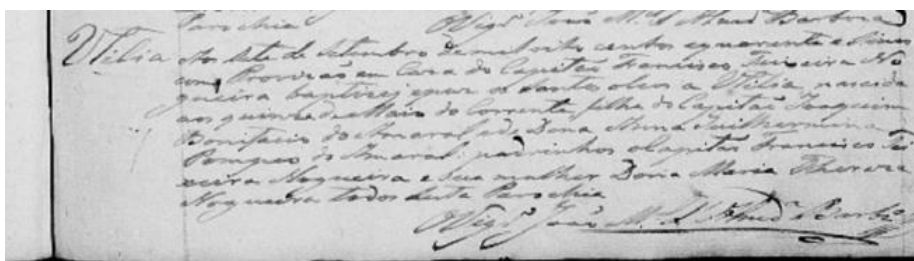


Foto 3: Foto Thatiane C. S. Machado. Fonte: Livro VI de Batismos (junho de 1839 a dezembro de 1850), Arquivo Histórico da Cúria Metropolitana de Campinas. – Pág. 105. (21 de maio de 2025).

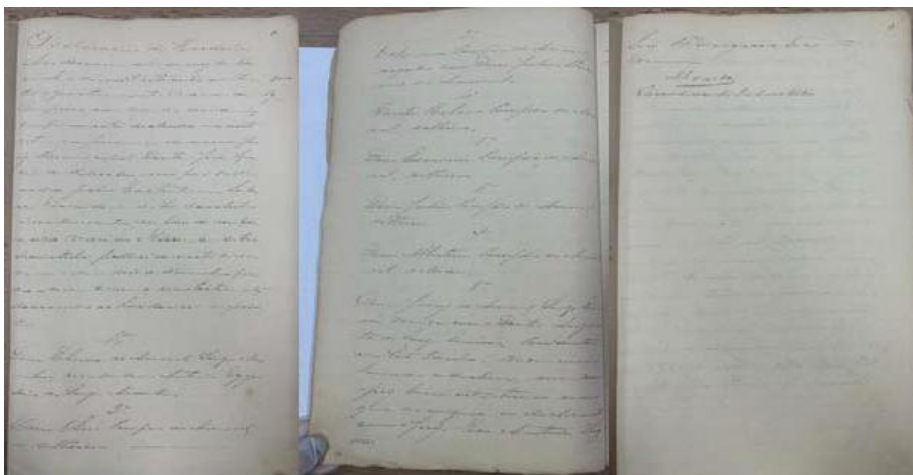
Além de esclarecer essa duplicidade, os registros paroquiais trouxeram informações valiosas, como datas de nascimento e batismo, nomes de padrinhos e anotações posteriores sobre casamentos. Esses detalhes permitiram

¹³⁸ Disponível em: <https://www.familysearch.org/pt/tree/pedigree/portrait/9NVQ-RH9>. Acesso em: 12 out. 2025.

compreender não apenas a genealogia da família, mas também as redes de convivência e os vínculos sociais que marcavam a elite campineira do século XIX.

O estudo do Inventário de Joaquim Bonifácio do Amaral (pp. 4 a 6) revelou que, à época de sua morte, oito dos treze filhos permaneciam vivos. Na declaração de herdeiros, constam: 1.^a Elisma do Amaral, casada com Antônio Egídio de Souza Aranha; 2.^a Olívia Pompeu do Amaral, solteira; 3.^o Octaviano Pompeu do Amaral, casado com Dona Júlia Bueno do Amaral; 4.^o Urbano Pompeu do Amaral, solteiro; 5.^a Ismênia Pompeu do Amaral, solteira; 6.^a Júlia Pompeu do Amaral, solteira; 7.^a Albertina Pompeu do Amaral, solteira; e 8.^a Jessy do Amaral, casada com o doutor Augusto de Souza Queiroz. As páginas do inventário que registram essa declaração encontram-se reproduzidas a seguir, como fonte primária que confirma a composição familiar do Visconde de Indaiatuba e serve de base para o levantamento genealógico apresentado neste estudo:

Declaração de Herdeiros no Inventário de Joaquim Bonifácio do Amaral, Visconde de Indaiatuba



Fotos: 4, 5 e 6: Fonte: Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, Comarca de Campinas, Processo nº 5225, Ação de Inventário. Acervo do Centro de Memória da Unicamp. Fotos de Thatiane Carneiro Sotano Machado (14 de setembro de 2025).

Nem todos os documentos que comprovam as datas de falecimento dos demais filhos foram localizados até o momento. Entre os registros identificados, destacam-se a certidão de óbito de Carolina, falecida em 30 de dezembro de 1844, e a nota de falecimento de Uília Amaral, publicada na Gazeta de

Campinas em 21 de julho de 1870. Quanto a Alberto, Fausto e Gustavo, ainda não foram encontrados registros que indiquem suas datas de falecimento, embora a busca continue em andamento, com o objetivo de completar o quadro genealógico da família.

Essas informações, cruzadas com os registros paroquiais, permitem compreender que a família de Joaquim Bonifácio do Amaral, o Visconde de Indaiatuba, ocupava posição de destaque na sociedade campineira do século XIX, mas também evidenciam as lacunas e os silêncios que ainda marcam a reconstrução de muitas trajetórias familiares desse período.

A partir desse conjunto de evidências, torna-se possível compreender melhor as dinâmicas familiares e sociais da época, reconhecendo o valor da pesquisa histórica como forma de preservar a memória e fortalecer o sentimento de pertencimento ao território. O levantamento a seguir apresenta, em ordem cronológica, os filhos do casal Joaquim Bonifácio do Amaral e Ana Guilhermina Pompeu do Amaral.

Todos os registros de batismo aqui citados pertencem ao Arquivo Histórico da Cúria Metropolitana de Campinas, consultados presencialmente entre março e maio de 2025.

Quadro 1 – Registros de batismo dos filhos de Joaquim Bonifácio do Amaral e Ana Guilhermina Pompeu do Amaral (1841–1855)

Nome	Data de Nascimento
Elisma do Amaral ¹³⁹	04 de maio de 1841
Carolina do Amaral ¹⁴⁰	28 de outubro de 1842
Alberto do Amaral ¹⁴¹	20 de janeiro de 1844

¹³⁹ Livro de Baptisados nº 6, p. 38. Batismo de Elisma do Amaral, realizado em 4 de maio de 1841, com 37 dias de idade. Madrinha: Dona Thereza Miquelina do Amaral. Batizada no Engenho do Finado Pompeo.

¹⁴⁰ Livro de Baptisados nº. 6, pág. 69. Batismo de Carolina do Amaral, realizado em 14 jul. 1842. Nascida em 28 out. 1842. Padrinhos: Dr. Carlos Engles e Dona Carolina Engles. Batizada no Engenho do Finado Pompeo.

¹⁴¹ Livro de Baptisados nº. 6, pág. 79. Batismo de Alberto do Amaral, realizado em 20 jan. 1844, com 15 dias de idade. Padrinhos: Tenente Antônio Rodrigues e Dona Anna Thereza de Camargo. Cerimônia realizada na casa de Dona Thereza Miquelina do Amaral.

Uília do Amaral ¹⁴²	07 de setembro de 1845
Olívia do Amaral ¹⁴³	07 de junho de 1846
Octavio do Amaral ¹⁴⁴	19 de março de 1849
Urbano do Amaral ¹⁴⁵	29 de setembro de 1850
Ismenia do Amaral ¹⁴⁶	04 de janeiro de 1852
Júlia do Amaral ¹⁴⁷	08 de agosto de 1852
Fausto do Amaral ¹⁴⁸	11 de junho de 1854
Gustavo do Amaral ¹⁴⁹	03 de setembro de 1855
Albertina do Amaral ¹⁵⁰	14 de abril de 1857

¹⁴² Livro de Baptisados nº. 6, pág. 105. Batismo de Uília do Amaral, realizado em 7 set. 1845. Nascida em 15 de maio de 1845. Padrinhos: Capitão Francisco Teixeira Nogueira e Dona Maria Thereza Nogueira. Cerimônia realizada na casa de Francisco Teixeira Nogueira.

¹⁴³ Ressalva no Livro de Baptisados nº 7, pág. 198. Batismo de Olívia do Amaral, realizado em 20 jun. 1846, na Matriz de Campinas. Nascida em 12 jun. 1846. Padrinhos: Carlos Augusto do Amaral e Dona Anna Cândida Pacheco e Silva.

¹⁴⁴ Livro de Baptisados nº. 6, pág. 167. Batismo de Octaviano do Amaral, realizado em 3 mar. 1849, com 2 meses de idade. Padrinhos: Antônio Pompeo do Amaral e Dona Thereza Miquelina do Amaral. Cerimônia realizada na Matriz de Campinas.

¹⁴⁵ Livro de Baptisados nº. 6, pág. 198. Batismo de Urbano do Amaral, realizado em 29 set. 1850, com 2 meses de idade, na Matriz de Campinas. Padrinhos: Francisco Emílio do Amaral Pompeo e Dona Maria Delfina de Campos.

¹⁴⁶ Livro de Baptisados nº 7, pág. 20. Batismo de Ismênia do Amaral, realizado em 4 jan. 1852, na Matriz de Campinas. Nascida em 6 jul. 1852. Padrinhos: Antônio Augusto da Fonseca e Dona Anna Cândida da Fonseca.

¹⁴⁷ Livro de Baptisados nº 7, pág. 30. Batismo de Júlia do Amaral, realizado em 8 ago. 1852, com 20 dias de idade, na Matriz de Campinas. Padrinhos: Antônio Carlos Pacheco e Silva e Dona Antônia Amália Pacheco.

¹⁴⁸ Livro de Baptisados nº 7, pág. 64. Batismo de Fausto do Amaral, realizado em 11 jun. 1854, com 37 dias de idade, na Matriz de Campinas. Padrinhos: Manoel Antônio Bittar e Dona Anna Laura do Amaral.

¹⁴⁹ Livro de Baptisados nº 7, pág. 92. Batismo de Gustavo do Amaral, realizado em 3 set. 1855, com 22 dias de idade, na Matriz de Campinas. Padrinhos: Joaquim Egídio de Souza Aranha (*Marquês de Três Rios*) e Dona Ana Francisca da Silva Pontes.

¹⁵⁰ Livro de Baptismo nº 7, pág. 144. Batismo de Albertina do Amaral, realizado em 14 abr. 1857, com 12 dias de idade, na Matriz de Campinas. Padrinhos: Francisco Emílio do Amaral Pompeo e Dona Gertrudes Egídio do Amaral Pompeo.

Gessia do Amaral ¹⁵¹	19 de janeiro de 1859
---------------------------------	-----------------------

Fonte: Autoras

A construção dessa linha do tempo, além de facilitar a visualização da sucessão cronológica dos nascimentos, integra-se aos objetivos da educação patrimonial ao transformar o dado genealógico em um recurso visual e didático. Essa representação favorece o desenvolvimento de novos olhares sobre o processo de constituição familiar na Campinas do século XIX.

Considera-se, ainda, que o material produzido poderá futuramente servir como subsídio para projetos educativos em escolas, museus e outras iniciativas culturais voltadas à história local e à formação da identidade campineira. A recuperação dessa memória, fundamentada em fontes primárias e metodologicamente validada, reforça o compromisso com uma abordagem que valoriza o patrimônio documental como parte essencial da construção das narrativas sobre o passado regional.

Conclusão: O Primeiro Capítulo de uma História Ainda em Construção

O presente estudo buscou ampliar o conhecimento genealógico sobre Joaquim Bonifácio do Amaral e sua esposa Ana Guilhermina Pompeu do Amaral, destacando a relevância das fontes primárias, especialmente os registros de batismo da Cúria Metropolitana de Campinas, na reconstrução de fragmentos da história local. A identificação de treze filhos legítimos, até então pouco ou nada referenciados em fontes públicas, revela a riqueza documental dos acervos campineiros e reforça a importância de sua preservação enquanto patrimônio histórico e cultural.

Ao articular os conceitos de educação patrimonial, memória e pertencimento, a pesquisa demonstra que a genealogia vai além da simples reconstituição de linhagens familiares: ela é um instrumento formativo e identitário, capaz de despertar o reconhecimento de vínculos históricos e afetivos muitas vezes esquecidos. O resgate da história dos descendentes do Visconde de Indaiatuba contribui para compreender melhor as dinâmicas sociais, culturais e políticas que marcaram Campinas no século XIX, oferecendo subsídios valiosos tanto para a produção de conhecimento histórico quanto para práticas educativas e ações de valorização da memória local.

¹⁵¹ Ressalva no Livro de Baptisados nº 7, pág. 198. Batismo de Gessia do Amaral, realizado em 19 jan. 1859, na Matriz de Campinas. Nascida em 19 jan. 1859. Padrinhos: Antônio Egídio de Souza Aranha e Dona Elisma do Amaral, irmã da batizada.

Mais do que preencher uma lacuna na historiografia regional, este trabalho reafirma a necessidade de olhar para o passado com atenção renovada, permitindo que personagens e trajetórias até então silenciados reencontrem seu lugar na narrativa da cidade. A genealogia, nesse sentido, se converte em uma forma de educação patrimonial ativa, na qual o ato de pesquisar se torna também um gesto de pertencimento e de cuidado com a memória coletiva.

Ao trazer à luz a descendência de Joaquim Bonifácio do Amaral e as redes familiares que dele se originaram, o estudo contribui para fortalecer o diálogo entre genealogia, história e patrimônio, abrindo novas possibilidades de reflexão sobre a formação da sociedade campineira. Preservar e difundir essas memórias significa reconhecer que o passado não é estático, mas um patrimônio vivo, que continua a inspirar identidades e a construir sentidos de comunidade no presente.

Referências Bibliográficas

CHAGAS, Gabriel Afonso Vieira. Estratégia de família: entre a interdição religiosa e a científica à prática da endogamia nas Minas Gerais em fins do século XIX. **Revista de Estudos de Cultura**, São Cristóvão (SE), v. 6, n. 17, p. 115-128, 2020, p. 120.

CHUVA, Márcia Regina Romeiro. Democracia, patrimônio e direitos: a década de 1980 em perspectiva. **Anais do Museu Paulista: História e Cultura Material**, São Paulo, v. 28, p. 1-12, 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1982-02672020v28d2e48intro>. Acesso em: 20 jun. 2025.

FERREIRA JÚNIOR, Amarildo; GUIMARÃES, Larissa Maria de Almeida; SILVA, Mariana Lima da (orgs.). **Memórias do meu lugar: patrimônio cultural e território em Roraima**. Boa Vista: IPHAN, 2022.

FREITAS, Marcos Cezar de (org.). **Historiografia brasileira em perspectiva**. São Paulo: Contexto, 1997.

HORTA, Maria de Lourdes Parreiras. **Guia básico de educação patrimonial**. Brasília: Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), 1999.

NASCIMENTO, Flávia Brito do; CHUVA, Márcia Regina Romeiro. Democracia, patrimônio e direitos: a década de 1980 em perspectiva. **Anais do Museu Paulista: História e Cultura Material**, São Paulo, v. 28, p. 1-12, 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1982-02672020v28d2e48intro>. Acesso em: 20 jun. 2025

SCIFONI, Simone. Conhecer para preservar: um olhar sobre o patrimônio cultural no Brasil. In: TOLENTINO, Átila (org.). **Educação patrimonial: reflexões e práticas**. João Pessoa: Superintendência do IPHAN na Paraíba, 2012. p. 13-28.

SILVA, Carlos Roberto da. **Nobreza Paulista: Política e Poder na Formação da Elite Agrária (1800–1889)**. São Paulo: Edusp, 2002.

SILVA, Mariana Lima da; MAGALHÃES, Larissa Maria de Almeida Guimarães. Patrimônio, referências culturais e educação patrimonial: breves apontamentos. In: FERREIRA JÚNIOR, Amarildo et al. (orgs.). **Memórias do meu lugar: patrimônio cultural e território em Roraima**. Boa Vista: IPHAN, 2022. p. 16-33.

RÜSEN, Jörn. Como dar sentido ao passado: questões relevantes de meta-história. Tradução de Valdeci Araujo e Pedro S. P. Caldas. **História da Historiografia**, n. 2, p. 163-209, mar. 2009.

VASCONCELLOS, Barão de; VASCONCELLOS, Barão Smith de. **Arquivo Nobiliárquico Brasileiro**. Lausanne (Suíça): Imprimerie La Concorde, 1918.

Fontes Primárias

ARQUIVO HISTÓRICO DA CÚRIA METROPOLITANA DE CAMPINAS.

Livros de Batismos nº 4 (1819–1830), nº 5 (1830–1839), nº 6 (1839–1850) e nº 7 (1850–1858). Livro de Casamentos nº 4 (1826–1841). Campinas: Arquivo Histórico da Cúria Metropolitana de Campinas.

CORREIO DE CAMPINAS. Campinas, 1880–1899. Disponível em: <https://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>. Acesso em: 12 out. 2025. Fonte: Hemeroteca Digital Brasileira, Biblioteca Nacional.

GAZETA DE CAMPINAS. Campinas, 1860–1879. Disponível em: <https://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>. Acesso em: 12 out. 2025. Fonte: Hemeroteca Digital Brasileira, Biblioteca Nacional.

São Paulo (Estado). Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo. Inventário de Joaquim Bonifácio do Amaral, Visconde de Indaiatuba. Processo nº 5225, Comarca de Campinas, c. 1884. Fonte: Acervo do Centro de Memória da Unicamp.

Fontes Digitais e de Acesso Público

FAMILYSEARCH. Descendência de Joaquim Bonifácio do Amaral. Disponível em: <https://www.familysearch.org/pt/tree/pedigree/portrait/9NVQ-RH9>. Acesso em: 12 out. 2025.

WIKIPÉDIA: a enciclopédia livre. Disponível em: https://pt.wikipedia.org/wiki/Joaquim_Bonif%C3%A1cio_do_Amaral. Acesso em: 12 out. 2025.

BRÁS PIRES FARINHO: SEUS PAIS, SEU BATISMO E SUA VIDA NA VILA DE SERPA

Matheus Miranda de Sá Campelo

Resumo

Este artigo analisa a trajetória de Brás Pires Farinho, natural da Vila de Serpa, Portugal, e batizado na freguesia de São Salvador, destacando a importância de sua ascendência e de sua descendência na formação de linhagens coloniais no Brasil. A partir de fontes paroquiais, registros de batismo e documentos históricos, reconstroem-se dados sobre sua vida, seus pais e seu contexto social. O estudo amplia a compreensão das redes familiares, dos deslocamentos migratórios e dos vínculos entre Portugal e Brasil no período colonial, contribuindo para o aprofundamento dos estudos genealógicos e históricos.

Abstract

This article analyses the trajectory of Brás Pires Farinho, born in the town of Serpa, Portugal, and baptized in the parish of São Salvador, emphasizing the importance of his ancestry and progeny in shaping colonial lineages in Brazil. Drawing on parish records, baptismal registries, and historical documents, the life of Brás Pires, his parents, and his social context, are reconstructed. This study enhances the understanding of family networks, migratory movements, and the ties between Portugal and Brazil during the colonial period, contributing to deeper genealogical and historical research.

Conhecido povoador de Minas Gerais e fundador da localidade de Brás Pires, hoje, município, situado na zona de Dores do Turvo, Brás Pires Farinho foi o genearca de uma considerada família de desbravadores mineiros. Seus descendentes, destacaram-se no período colonial, pelo exercício de ocupações de importância na administração pública durante o ciclo do ouro.

Ainda que diversos autores tenham tratado de sua biografia, e até mesmo identificado que a origem do patriarca fosse a vila de Serpa, jamais se registrou notícia dos pormenores de sua vida em Portugal, ou então do conteúdo exato de seu batismo.

As fontes são escassas, e, especialmente quanto a Brás Pires, existe ainda a curiosa verborragia de um raríssimo livro, escrito por Abel Gomes, mas que nada nos esclarece, a respeito dos princípios de tão notável parentela¹⁵².

Felizmente, dentre os vários filhos de Brás Pires, havidos de sua esposa Sebastiana Cardoso, natural de Guaratinguetá, existiu uma Ana Pires Farinho, que foi casada com o açoriano João Martins de Medeiros, natural da freguesia de São Pedro, de Vila Franca do Campo, ilha de São Miguel. Desse casal, nasceu Inácio Martins de Medeiros, homem religioso, que para se habilitar a ordens menores, realizou o “*de genere*” de seu avô materno, no ano de 1752.

Arquivado sob o título de “Requisitória a Favor de Inácio Martins de Medeiros” no acervo do Arquivo Distrital de Évora¹⁵³, o documento é rico em detalhes.

Nele, constam os testemunhos de pessoas que chegaram a conhecer Brás Pires mesmo antes de sua partida para o Brasil.

Em 27-FEV-1753, os investigadores eclesiásticos foram até Serpa, Distrito de Beja, Portugal, para perguntar sobre a vida, os costumes e as origens desse enigmático povoador. Pedro Fernandes, trabalhador, foi o primeiro que testemunhou.

Pedro, como todos os demais depoentes do processo, não conhecia, nem tinha notícia de quem fosse Inácio Martins, mas ele conhecera “*muito bem a Brás Pires Farinho*”, ainda que ele não soubesse se era “*avô materno*” do “*habilitante*”.

Segundo Pedro, Brás era natural da vila de Serpa, e ali fora morador na freguesia do Salvador, “*e o conheceo desde sua creação até que se ausentou*”, sem saber, porém, para onde foi.

Pedro declarou que Brás havia vivido em Serpa “*aulando gramática*”, e que muito convivera com ele “*pelo tratar*”, “*falando muitas vezes com elle e por ser conhecidos seus antecessores como foi a uma Anna Fernandes Farinha*”, mãe de Brás Pires.

Pedro mencionou que não era parente de Brás Pires, e que não detinha qualquer razão particular de amizade com seu neto, Inácio Martins, a quem reiterou que não conhecia. Pedro também disse que tampouco conhecera os pais de Inácio Martins, mas se Inácio era neto de Brás Pires, Pedro fundamentou que, por essa via, ele era “*legítimo e inteiro christão velho limpo e de limpo sangue e geração sem raça alguma de judeo, christão novo, mouro, mourisco, negro mulato, ou gentio novamente convertido á nossa Santa fê catholica, ou de outra alguma infecta*”.

¹⁵² GOMES, Abel. *Braz Pires: Subsídios para a História da Colonização de Minas Gerais*. Rio de Janeiro: Editora Irmãos Pongetti Editores, 1951.

¹⁵³ Todas as demais citações mencionadas neste trabalho, exceto quando indicado de modo diverso, têm como fonte o mesmo documento: a Requisitória a Favor de Inácio Martins de Medeiros, Código de Referência PT/ADEV/FE/DIO-CEEVR/A/013/01956, Arquivo Distrital de Évora. Na atual divisão política de Portugal, Serpa pertence à região raiana do Distrito de Beja. A requisitória a favor de Inácio de Medeiros deve ter ficado em Évora, vez que Serpa pertencia à antiga administração eclesiástica desse mesmo bispado. No documento, Brás é denominado tanto como “*Farinho*” quanto “*Farinha*”.

nação”, tendo sido sempre “*tido e havido e reputado*”, inclusive por parte de “*seus progenitores*”, “*sem fama auhuma contrario*”.

Pedro igualmente acrescentou que nenhum antepassado da família havia sido preso, punido ou condenado em “*pena vil*”, nem teria pago “*finta imposta à gente de nação hebreia neste Reyno ou fora delle, nem disto fossem infamados*”.

As demais testemunhas no processo assim também repetiram, com modelar e semelhantes palavras, no filtro típico dos escravos da época¹⁵⁴.

Bento Varella, outra testemunha, disse que, como Pedro Fernandes, conhecera Brás Pires desde “*sua creação pelo ver crear nesta villa sendo estudante*” até que se “*ausentou para partes donde elle testemunha não*” sabia, nem tinha notícia. Bento também falou e tratou com Brás “*muitas vezes*”, algo que Sebastião Rodrigues, outra testemunha, disse que nunca fez, pois não o conhecera. Sebastião, todavia, conheceu “*muito bem a Anna Fernandes sua may e a muitos seus parentes*”, os quais dizem que Brás Pires “*se ausentara*” de Serpa “*por causa de hum infortúnio sendo estudante*”, sem saber Sebastião para onde Brás havia se dirigido.

Antônio Marques, oficial de sapateiro, natural de Portel, conhecera Brás “*Farinha pelo ver creár em casa de seus pays*”, donde saiu para o mundo, para lugar que desconhecia. Bento Gomes, não por menos, também o conhecera “*aulante*”, filho de Ana Fernandes, a quem ele bastante conheceu, e sabia que Brás tinha se ausentado para parte insólita, em razão de um infortúnio ocorrido, enquanto ainda estudava.

Manuel Gonçalves, de “*setenta anos pouco mais ou menos*”, disse que andou com Brás Pires “*no tempo de sua mocidade*”, e que Brás se ausentara de Serpa para “*parte melhor aonde tem sempre assistido*”, por motivo de lhe ter sucedido uma “*desgraça*”, em Serpa.

Apesar de ter sido companheiro de Brás, quando moço, Manuel fez questão de mencionar aos investigadores que não ele nunca mais tivera notícias de Brás, “*senão na presente ocasião*”, pelas inquirições de seu neto, isto é, por volta da década de 1750, portanto.

Damião Rodrigues,

“que foi oficial de cardador”, de “setenta annos pouco mais ou menos”, disse que “conheceo a Brás Pires Farinha” de “sua creação pelo ver crear em casa de sua may Anna Fernandes athé que” ele se ausentou de Serpa “para parte remotas por causa de hum infotunio lhe succedeo”, e “com elle falou muitas vezes antes de sua ausencia”.

Bento Rodrigues e Maria da Trindade, não menos idosos, ainda lembravam de Brás Pires, e ambos mencionaram que ele se ausentara de Serpa “*por causa que para isso teve*”. Maria da Trindade, assim como Manuel Gonçalves,

¹⁵⁴ Com alguma variação, os depoentes deixaram claro que Brás Pires Farinho e sua família era de origem cristã velha, e que nenhum de seus parentes jamais havia sido preso ou penitenciado pelo Santo Ofício.

ressaltou que não teve notícias de Brás Pires desde sua saída de Serpa, senão até o momento em que lhe fora perguntada por ele, em razão das habilitações de Inácio Martins.

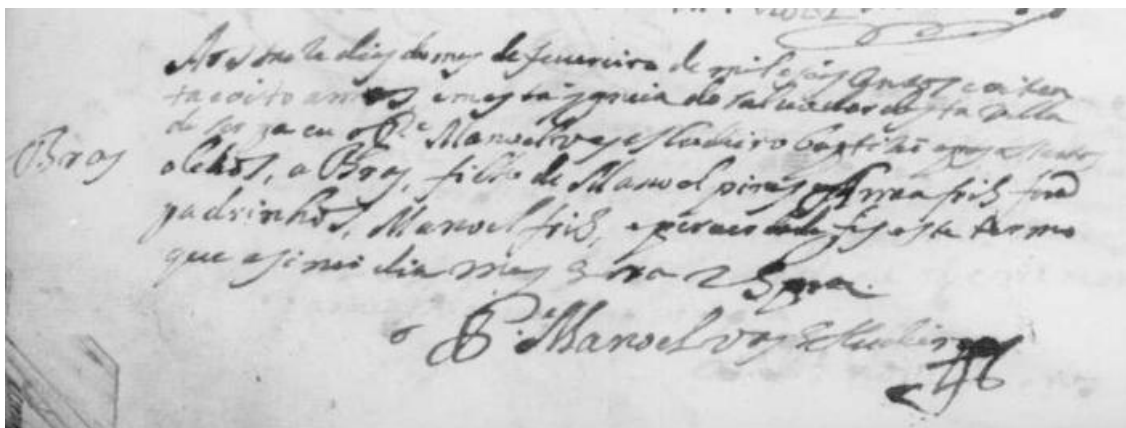
Encerrados os testemunhos, ao final do processo existe uma misteriosa carta, cujo teor indica que o próprio Brás, em determinado momento, requisitou que lhe fosse passada a certidão de seu batismo. Memória feliz, a carta e o teor da certidão, foram registrados, para o eternizar de sua história:

“Diz Brás Pires Farinha mor q^e foi nesta v^a de Serpa f^o de M^{el} Pires e de Anna Fernandes Farinha q^e p^a bem de sua justiã lhe hé necessario se lhe passe por certidão o teor do assento do seu baptismo q^e se ha de achar em hum dos livros dos baptizados da fg^{za} do Salvador desta d^a Villa aonde foi baptizado (...)”

Logo abaixo:

“Certifico eu frey Manoel Carneado Prior da parochial ig^{ra} do Salvador desta v^a de Serpa que vendo os livros dos baptizados da vila supra em hum deles a fl 92 v^o está um termo do theor seguinte = Aos sete dias do mês de fevereiro de mil seiscentos e oitenta e oito annos em esta ig^{ra} do Salvador desta v^a de Serpa, eu o padre Manoel Vaz Escudeiro baptizei e pus os santos óleos a Bras filho de Manoel Pires e de Anna fernandes: forão padrinhos Manoel fernandes, e por verdade fis este termo, que assignei dia mês e era et supra = o padre Manoel Vaz Escudeiro (...)”

Com efeito, no livro de batismos de 1681 a 1688 da freguesia do Salvador de Serpa, ainda existe o registro original de batismo de Brás Pires Farinho:



Detalhe do Assento Original Batismo de Brás Pires Farinho¹⁵⁵

A documentação de época, cuja pobreza e brevidade informacional é característica do mero cumprimento de suas funções, também não facilita a empreitada de reencontro do perfil de antigo um pesquisado, sobretudo, e como é caso, quando ele mesmo deixou pouquíssimos rastros próprios, em ambos os continentes que viveu.

Entretanto, pelas entrelinhas que se amealham, em alguns casos é possível, por mínimos detalhes, que inferências possam ser realizadas, a propósito da vivência e da trajetória de antigas figuras, as quais, por fim, revelam, e nos legam determinadas marcas – ou características pessoais.

O véu do tempo, então, torna-se relativamente transponível.

Tais detalhes, no caso de Brás Pires Farinho, localizam-se em três pequeninas questões, oferecidas pelas testemunhas que o conheceram e que ainda eram vivas ao tempo da requisitória de seu neto:

- 1) a condição social, e geral, dos depoentes arrolados no processo;
- 2) a informação de que Brás fora estudante; e
- 3) a informação de que Brás Pires saíra de sua terra natal em razão de “infortúnios”;

A partir desses três elementos, poucos, mas algo reveladores, faz-se possível identificar alguns aspectos que decerto delinearão e compuseram a presença de Brás Pires Farinho, enquanto caminhante nesta terra.

- 1) Praticamente todos os que conheceram Brás, em sua infância, e mesmo aqueles que se declararam companheiros e amigos seus, em idade de

¹⁵⁵ Batizado de Brás. Livro de Batismos de 1681 a 1688 da Paróquia do Salvador de Serpa, fôlio 92 vº, 07 fev. 1688. Arquivo Distrital de Beja. Disponível em: <https://digitarq.arquivos.pt/fileViewer/aa28a0a60ecf4ab99b399c6a898a44fb?isRepresentation=false&selectedFile=35819330&fileType=IMAGE>. Acesso em: 10 mar. de 2024.

criança, qualificaram-se, por ofício, em sua grande maioria como trabalhadores braçais, ou então artífices de alguma sorte: eram sapateiros, cardadores, obreiros, ou então apenas “trabalhadores”. A única mulher que testemunhou no processo foi Maria da Trindade, esposa de Bento Rodrigues, também testemunha na requisitória, e que se qualificou como “*Alvané*”, ou então “*alvanéu*”, o mesmo que construtor – pedreiro. De resto, Bento Varela e Bento Gomes de Negreiros, viviam de “*suas fazendas*”; Sebastião Rodrigues foi “*boticário*”;

- 2) Essas qualificações nos indicam dizer, no mínimo, que Brás fosse seguramente de origens plebeias, mas não, necessariamente, modestas: ainda que as testemunhas em momento algum do processo tenham mencionado as profissões dos pais, ou de algum parente de Brás, chama-nos especial atenção o fato de que os depoentes o tenham lembrado como um “*estudante*”, ou então, “*aulante*”, e de “*gramática*”;
- 3) É certo que os estudos eram privilégio de poucos ao tempo de Brás, e a mera indicação de que um homem seiscentista tivera a oportunidade de instruir-se, em especial no campo da gramática, constitui elemento chave, e que, por si só, destaca-o do lugar comum de seu tempo, sugerindo que sua família, e consequente criação, tenham sido abonadas;
- 4) Por fim, e a propósito dos aspectos mais pessoais de Brás – e de seu humor –, a recorrente informação de que ele simplesmente abandonou a vila de Serpa, para lugares “desconhecidos” por todos, e em razão de um “infortúnio”, ou então, de algo que o teria motivado para tanto, é também outro ponto nodal de sua história, e que é capaz de revelar, pelo menos um pouco, como agia, ou devia pensar esse antiquíssimo povoador;
- 5) Diante de dificuldades, as quais nenhum dos depoentes na requisitória especificou bem no que consistiam, Brás retirou-se da terra em que nascera, e acabou no Brasil. Esse fato, até então, era ignorado. Agora, é curioso notar, daquilo que se conhece de Brás, já no Brasil, que uma vez estabelecido nos arrabaldes de Guarapiranga, em Minas Gerais, as crônicas nos dão notícia que, “*se desentendendo*” ele, com os “*homens poderosos*” locais, Brás simplesmente teria abandonado Guarapiranga, para enfim fundar, subindo o rio Xopotó, arraial próprio, e que hoje é o município que leva seu nome¹⁵⁶;

¹⁵⁶ A respeito desses “desentendimentos”, veja-se a descrição histórica sobre a formação do município de Brás Pires, constante do endereço oficial eletrônico do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, o IBGE, em <https://biblioteca.ibge.gov.br/index.php/biblioteca-catalogo?id=33349&view=detalhes>. Além disso, GOMES, Abel. *Op. cit.*, p. 42, 43, 47 e 48, em especial.

- 6) A história não especifica bem que tipo de novos “infortúnios” Brás teria tido com os mandantes locais de Guarapiranga. Entretanto, podemos supor, de duas uma: ou Brás era um homem de difícil trato, e que nos lugares em que estabelecia a briga era certa, motivando a migração; ou também que Brás era pessoa que fácil se desapegava, para poder movimentar-se, até que as condições fossem boas o suficiente para nova residência;
- 7) Uma vez no arraial que fundou, ainda na década de 1730, Brás ali finalmente ficou-se, deixando numerosa prole, e muitas suposições acerca de si, para o futuro.

Considerações Finais sobre o Legado de Brás Pires Farinho e sua Linhagem

Fundador do arraial de Brás Pires, e aquele que abriu caminho como ponta de lança para o povoamento dos arredores do antigo termo de Mariana, é assaz difícil extrair de documentos antigos o perfil de alguém que, desde a época de seu falecimento, já dista quase dois séculos de nosso tempo. Não subsistem testemunhos diretos de sua existência e, sendo ele, como a maioria dos homens de sua época, oriundo de condição modesta, poucos são os elementos que permitem entrever algum traço de sua personalidade.

A documentação de época, também não facilita a empreitada de reencontro do perfil de um antigo pesquisado.

A carência de testemunhos diretos não impede, contudo, que algo mais sobre sua personalidade não possa ser intuído, ainda que de modo cauteloso, a partir dos poucos vestígios disponíveis.

Brás Pires Farinho surge nas fontes como estudante de gramática, proveniente de um meio modesto, mas não desprovido de recursos — sinal de uma formação acima do comum para o seu tempo. Este detalhe o distingue de muitos de seus contemporâneos, cuja origem semelhante não lhes franqueou acesso à instrução.

Menciona-se, ademais, um “infortúnio” que o teria levado a deixar Serpa, episódio que parece ser o ponto de ruptura decisiva em sua trajetória. Essa disposição para o deslocamento e a reinvenção reaparece no Brasil, quando, após desavenças com figuras locais em Guarapiranga, decide seguir adiante e fundar o arraial que perpetuaria seu nome.

Entre o estudante de gramática da vila portuguesa e o desbravador das Minas setecentistas, percebe-se uma linha de coerência: a de um homem resolutivo, cuja inquietude o impelia a recomeçar, mas preferindo contornar as adversidades. Esse traço foi a força motriz de sua trajetória, aquela que o conduziu do anonimato em Serpa à posteridade toponímica no Brasil.

A trajetória desse genearca, recomposta a partir de fragmentos dispersos, exemplifica como a história de um único indivíduo pode condensar os

movimentos de uma era: o trânsito atlântico, a mobilidade social, a persistência das linhagens e o ímpeto em fundar novos espaços de vida. Brás Pires Farinho, assim, transcende o papel de simples fundador: encarna, em sua figura, a expressão viva da perseverança e da reinvenção que sustentaram a experiência luso-brasileira nos Setecentos.

Fontes de Pesquisa

PORTUGAL. Batizado de Brás. Livro de Batismos de 1681 a 1688 da Paróquia do Salvador de Serpa, fólio 92 vº, 07 fev. 1688. Arquivo Distrital de Beja. Disponível em: <https://digitarq.arquivos.pt/fileViewer/aa28a0a60ecf4ab99b399c6a898a44fb?isRepresentation=false&selectedFile=35819330&fileType=IMAGE>. Acesso em: 10 nov. 2025.

PORTUGAL. Requisitória a favor de Inácio Martins de Medeiros. Código de referência: PT/ADEVVR/FE/DIO-CEEVR/A/013/01956. Arquivo Distrital de Évora. Disponível em: <https://digitarq.arquivos.pt/fileViewer/75c4e348f5844c36a9261b11b1d4c9f0?isRepresentation=false&selectedFile=41378818&fileType=IMAGE>. Acesso em: 10 nov. 2025.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). Histórico: Brás Pires. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/index.php/biblioteca-catalogo?id=33349&view=detalhes>. Acesso em: 20 jun. 2024.

Referências Bibliográficas

GOMES, Abel. Braz Pires: Subsídios para a História da Colonização de Minas Gerais. Rio de Janeiro: Irmãos Pongetti Editores, 1951.

ITALIANOS NO SUL DAS MINAS GERAIS (o caso da Freguesia de São José do Picú)

Paulo Paranhos

Prof. Dr. Alexandre Augusto Moreira Santos¹⁵⁷

Resumo: *Alguns aspectos da imigração italiana para a freguesia de São José do Picú, atual município de Itamonte, no sul das Minas Gerais, no final do século XIX e início do século XX.*

Abstract: *Some aspects of Italian immigration to the parish of São José do Picú, current municipality of Itamonte, in the south of Minas Gerais, at the end of the 19th century and beginning of the 20th century.*

Introdução

O Brasil é um país de imigrantes. Aqueles que aqui chegaram, deixando a terra onde nasceram e seus lares, fizeram a grandeza desta nação. O fato é que muitos desses imigrantes se viram inclinados a embarcar rumo ao desconhecido, por questões as mais diversas: guerras, falta de oportunidades em suas pátrias, perseguições políticas, perseguições religiosas, e até mesmo a vontade de começar uma nova vida em um outro território para ali plantar os seus sonhos e ideais.

A imigração de europeus e asiáticos para o Brasil do século XIX ainda merece estudos mais aprofundados, principalmente naquilo que respeita à adaptação a uma nova realidade, a um país tropical que não oferecia um aparato

¹⁵⁷ Alexandre Augusto Moreira Santos é engenheiro civil e professor da Universidade Federal de Itajubá; ex-prefeito de Itamonte, nos mandatos de 2017 a 2020 e 2021 a 2024. É coautor, com Paulo Paranhos, do livro *Do Itapeçu a Itamonte, histórias & memória*, editado em 2022. Alexandre Augusto é descendente dos Scarpa.

estrutural suficiente para acolher milhares de pessoas que tinham línguas diversas, costume diversos e, mais ainda, condições sociais diversas.

*Saturado de mar, bagagens, casacões, pesos de longas viagens, o grupo de imigrantes penetra nos campos gerais. Em presença do verde, os corpos cansados retesam-se, convencidos de que estão a chegar. Embriagam-se com o ar saudável dos campos, dos capões, bem delicados, das reses que pastam ao longo das cercas que acompanham a estrada*¹⁵⁸.

Com este sentimento, o historiador Newton Stadler de Souza inicia a sua obra *O anarquismo da Colônia Cecília*, um testemunho de assentamento italiano no Brasil do século XIX e que deu mostras de, apesar dos esforços governamentais de então, muitas foram as tentativas de fixação de imigrantes no interior, imigrantes que buscavam a terra brasileira, no oeste do Paraná, na atual cidade de Palmeira, que na realidade foi um exemplo de fracasso, pois apenas durou de 1890 a 1894 o sonho desses italianos em se estabelecerem em terras brasileiras.

Contudo, não foram poucas as oportunidades dadas pelo governo imperial de D. Pedro II para a fixação de imigrantes, e isto fica bem mais visível a partir da decadência da utilização da mão de obra escrava africana nas mais diversas culturas brasileiras. A partir da Lei Eusébio de Queiroz, seguindo pela Lei do Ventre Livre, da Lei dos Sexagenários, desembocando na Lei Áurea, a mão de obra dos campos escasseou.

O primeiro a empregar a mão de obra assalariada de europeus foi o senador e fazendeiro Nicolau de Campos Vergueiro. Entre os anos de 1847 e 1857, o senador trouxe várias famílias de origem portuguesa, alemã, suíça e belga para trabalharem em sistema de parceria na Fazenda Ibicaba, de sua propriedade. Nesse tipo de acordo, o proprietário de terras pagava todas as despesas com a viagem e a acomodação dos empregados. Ao chegar aqui, o colono estrangeiro participava nos lucros obtidos na plantação, mas também trabalhava até saldar suas dívidas.

Em pouco tempo outros fazendeiros copiaram essa mesma estratégia na obtenção de mão de obra. Vale destacar que, acostumados com a exploração dos escravos, muitos cafeicultores impuseram condições de trabalho desvantajosas aos colonos. A partir da década de 1870, a entrada de trabalhadores europeus no Brasil passou a ser oficialmente organizada pelo governo. Aproveitando das

¹⁵⁸ *O anarquismo da Colônia Cecília*, p. 8.

conturbações políticas na Europa, o império propagandeava as oportunidades de trabalho existentes no Brasil.

A realidade mostra que muitas dessas experiências não passaram apenas de experiências, haja vista o fracasso quanto à implementação do governo para garantir aos estrangeiros uma vida digna e que fosse realmente o Brasil uma terra em que pudessem fixar os laços familiares e agregar valores para o futuro.

Talvez que os versos da poetisa Ângela Torino Paletti, descendente de imigrantes italianos de São José do Picú (Itamonte), bem expresse o sentimento que ia n'alma de cada um que se aventurava em busca de novas oportunidades, em terra estrangeira, sem saber o que se lhe divisava e reservava o futuro.

*O navio apita...
E o imigrante chora...
Não sabe, no entanto,
Que reino encantado
O espera tanto...
Sê vales, planícies, serras...
Qualquer caminho que puder, tropeçaras em estranhas terras...
Em seixos de ouro e diamantes
Mas nunca mais suas raízes.*

Este artigo é uma homenagem aos imigrantes italianos que se radicaram no sul das Minas Gerais, mais especificamente na antiga freguesia de São José do Picú, atual Itamonte, e que deram uma contribuição significativa não só para o desenvolvimento da região, como também puderam fortalecer os laços de amizade que envolvia toda a colônia italiana naquele território sul-mineiro.

A imigração italiana em Minas Gerais

Ao longo dos primeiros anos da segunda metade do século XIX Minas Gerais se depara com um processo de substituição gradual de sua economia extrativista mineral pela economia agrícola, praticamente deixando de lado uma lavoura de subsistência que praticara ao longo dos séculos para, conforme anotou o professor Francisco Iglésias, *outra forma de exploração econômica: a grande lavoura do café, que, penetrando em terras da Mata e do Sul, lançará Minas no mercado internacional, caracterizando-a, agora, como província agrícola*¹⁵⁹.

Vale salientar que nas encostas da Mantiqueira, principalmente devido à ocorrência de geadas, a cultura de café não prosperou como em outras regiões, o

¹⁵⁹ “Minas Gerais”, in: HOLANDA, Sérgio Buarque de. *História geral da civilização brasileira*, t. II, v. 2, p. 391.

que de início tinha no fumo o principal produto de exportação para o Vale do Paraíba e, principalmente, para o Rio de Janeiro. Processado nas próprias fazendas, e posteriormente nos chamados “Armazéns de Fumo”, eram transportados pelas tropas, sendo este o principal elemento que contribuiu para a prosperidade das fazendas e do comércio regional.



Monumento aos tropeiros localizado na cidade de Itamonte – BR-354
Foto do autor

Não restam dúvidas de que, a partir da introdução desse novo formato de economia, representado pelo plantio do café, surgiram dois importantes vetores que determinariam o avanço econômico de Minas Gerais, principalmente o sul do território: a construção de uma malha ferroviária, que alcançaria o interior a partir da década de 1870 e a entrada de colonos, principalmente vindos da Itália, muitos deles em levas organizadas pela orientação do governo imperial para a criação de núcleos coloniais, estando essa política de colonização do governo provincial em sintonia com as disposições da Lei imperial nº 514, de 28 de outubro de 1848, que determinava a concessão, a cada província do Império, de 6 léguas quadradas de terras devolutas para a fixação do colono, conforme ensinou a professora Norma de Góes Monteiro¹⁶⁰.

¹⁶⁰ *Imigração e colonização em Minas*, p. 17.

Muitos desses assentamentos no sul de Minas Gerais, com a interveniência do governo imperial, foram realizados ao longo da incipiente malha ferroviária ou em idêntico tipo de estradas e, em muitos casos, como o de São José do Picú, num caminho¹⁶¹ que se acabava de abrir em direção ao vale do Paraíba, mas todos, indistintamente, através de trabalho assalariado, dando oportunidade para o povoamento de terras que ainda não tinham nem um pequeno arremedo de densidade demográfica, garantindo a esses estrangeiros o direito do acesso à terra, tornando-os também pequenos proprietários.

Todos os relatórios, aos quais se tem acesso na documentação de fontes fidedignas existentes no Arquivo Nacional e no Arquivo Público Mineiro, denotam, claramente, a dificuldade não só do governo imperial quanto, no caso de Minas Gerais, do governo provincial em dar efetivas condições de trabalho a esses imigrantes que buscavam uma qualidade melhor de vida, na maior parte das vezes fugindo de conflitos armados na Europa. Um dos fatores que mais deixaram clara essa assertiva, nos estertores do século XIX, foi a escassez de subsídios governamentais para a alocação do imigrante em projetos agrícolas desenvolvidos nas províncias.

No caso de Minas Gerais, a situação era ainda mais incômoda, haja vista que o proprietário rural, com raras exceções, *mantinha-se marginalizado no processo de substituição do trabalho escravo pelo trabalho livre*, conforme muito bem expressado pela professora Norma de Góes Monteiro¹⁶². Agregue-se a isto uma série de divergências verificadas no seio da política nacional, com a vigência da Lei Áurea, o que forçou muitos empreendedores agrícolas, principalmente ligados ao café, encetarem discursos mais contundentes com relação à mão de obra, considerando os reflexos daquela lei.

Avançando, portanto, para uma política de enfrentamento da demanda de mão de obra exigida pela lavoura cafeeira, e chegamos à Lei provincial nº

¹⁶¹ A estrada do Picú foi sem dúvida o motivo do desenvolvimento do povoado de São José do Picú. Antes dela já havia moradores na região desde a metade do século XVIII, porém, a própria Paragem do Itapicú, que é mencionada em documentos daquela época, estabeleceu-se ao longo dos caminhos ou mesmo das picadas que já existiam. Além da própria picada do Picú, que deu origem à futura estrada, existia também uma variante do Caminho Velho, que passava pelo local onde os viajantes faziam parada para alimentação ou pernoite. A estrada do Picú trouxe o desenvolvimento para a região, e durante cerca de 60 anos foi o principal caminho por onde as riquezas, principalmente o fumo, eram escoadas para o Vale do Paraíba e para a Corte. A abertura dessa estrada, ligando todo o sul de Minas com o Rio de Janeiro e São Paulo, através da Mantiqueira, autorizada quando ainda era governador da província o capitão-general D. Manoel de Portugal e Castro, foi iniciada no dia 20 de julho de 1820 e concluída em 1825.

¹⁶² Idem.

3.598, de 6 de dezembro de 1888, que contratava com os engenheiros Joaquim Machado Fagundes de Mello e Manuel Caetano da Silva Lara, por intermédio da Companhia de Imigração e Colonização Mineira, para a entrada e localização de 25.000 imigrantes no sul de Minas Gerais, que seriam distribuídos ao longo da malha ferroviária das então Estrada de Ferro Central do Brasil e Estrada de Ferro Minas & Rio.

Tudo leva a crer que esses imigrantes teriam passado pelas chamadas Hospedarias, uma em Juiz de Fora (Horta Barbosa) e outra na Ilha das Flores, no Rio de Janeiro, para serem, então, alocados em fazendas do interior da província.



Hospedaria da Ilha das Flores

Fonte da imagem: <https://blog.myheritage.com.br/historia-da-familia/hospedaria-da-ilha-das-flores/> - Acesso em: 20 jan. 2022.

Lembremos que a Hospedaria de Imigrantes da Ilha das Flores, na Baía de Guanabara, começou a ser construída em 1883 para acolher os imigrantes que chegavam ao Rio de Janeiro para trabalhar, principalmente, na lavoura cafeeira. A ilha, segundo consta da obra de Reznik e Costa

*Foi escolhida por causa da sua curta distância do porto do Rio de Janeiro, pela proximidade de águas navegáveis, de estradas férreas, e por ser um local isolado, afastando os recém-chegados do contato com a população para evitar a contaminação por doenças*¹⁶³.

¹⁶³ REZNIK, Luís; COSTA, Juliana Carolina Oliveira. *Como manter saudáveis nossos imigrantes: preceitos higienistas na constituição da Hospedaria de Imigrantes da Ilha das Flores*. p. 15-32.

Essa ilha deve ter sido, ao que tudo indica, o início da corrente imigratória que a partir de 1870 conduziria alguns italianos para o território de São José do Picú¹⁶⁴, considerando para esse microcosmo os mesmos fatores que delinearam a entrada de estrangeiros no território mineiro. Não nos parece, todavia (e faltam dados mais robustos para que isso seja efetivamente considerado), que para São José do Picú tivessem seguido grandes levas de colonos, como, por exemplo, aconteceu em grande parte da Zona da Mata e no Sudoeste da província.

No entanto, nem o mais desavisado pesquisador pode desconhecer a importância dessa mão de obra que deu margem ao surgimento de significativos empreendimentos, não só agrícolas, como pecuários na região, haja vista a produção leiteira que ganhou notoriedade, posteriormente, em todo o estado de Minas Gerais.

É bem verdade que a República trouxe novas ideias com relação à participação do imigrante na vida nacional e não diferentemente aconteceu no estado de Minas Gerais, ainda mais na Primeira República, quando o interesse da classe produtora agrícola particularmente influenciava as decisões governamentais. Assim, manteve-se a política de assentamento de colonos, com a criação de subsídios próprios para a manutenção e até mesmo a extensão deles.

É ainda a professora Norma de Góes Monteiro quem nos socorre:

*A Lei nº 19, de 26 de novembro de 1891, autorizava o Presidente do Estado a fazer operações de crédito com garantia de juros de 6% até o capital máximo de 50:000\$000 (cinquenta contos de réis) a empresas que se propusessem introduzir e localizar imigrantes, construir pequenas estradas de ferro vicinais, destinadas a ligar núcleos coloniais à estrada principal da zona; e construir vias férreas de bitola de um metro*¹⁶⁵.

Na realidade, todo esse novo entendimento vem na esteira do que o governo federal já havia decidido em 8 de abril do mesmo ano, quando determinou aos delegados do então Serviço de Imigração e Colonização que atentassem, dentre outros, para os seguintes pontos:

Melhor método de auxiliar a introdução de imigrantes; contratá-los ou não, e, no caso afirmativo, quais as condições principais que nos

¹⁶⁴ Somente em 4 de setembro de 1927, por decisão da Lei estadual nº 955, a freguesia de São José do Picú passou a se denominar São José do Itamonte e, em 17 de dezembro de 1938, o Decreto-lei nº 148, conferiu-lhe a denominação atual de Itamonte.

¹⁶⁵ *Imigração e colonização em Minas*, p. 40.

*contratos deverão ser adotadas, já como vantagem para os introdutores, já para os fins de rigorosa fiscalização da execução dos mesmos contratos; meios de valorizar a terra, facilitando-lhe a aquisição e assim promovendo o desenvolvimento da pequena propriedade*¹⁶⁶.

Na sequência, um significativo mandamento legal – Lei federal nº 191-B, de 30 de setembro de 1893 –, daria mais chances à imigração para o território nacional, com o custeio do serviço de entrada, transporte e localização, o que veio a beneficiar sensivelmente o governo de Minas Gerais, que, além das verbas públicas, receberia em 1895 cerca de 50 famílias (num total de 309 pessoas) do sul da Itália. Contudo, logo logo todo esse aparato subsidiado pelo governo federal iria cessar, deixando ao encargo dos governos estaduais a tarefa de cuidar de suas colonizações.

O certo é que os dados da Hospedaria de Juiz de Fora mostram que entre os anos de 1894 e 1901 entraram no território de Minas Gerais 47.096 italianos. Por esses números pode-se afirmar que em sua grande maioria a imigração para Minas Gerais não foi espontânea, como muitas outras que aconteceram em diversas partes do Brasil. Essa hospedaria funcionava como acolhida aos imigrantes que chegavam de diversos portos, principalmente do Rio de Janeiro, com destino a Minas Gerais. A Hospedaria Horta Barbosa tinha a finalidade de abrigar os imigrantes pelo prazo máximo de cinco dias, mas muitas vezes esse prazo se estendia, pois, os estrangeiros, em muitos casos, passavam lá mais tempo, até serem destinados aos seus futuros locais de trabalho.



¹⁶⁶ Idem, p. 42.

Hospedaria Horta Barbosa, em Juiz de Fora

Fonte: <http://familiafazzion.blogspot.com/2016/10/hospedaria-horta-barbosa-de-juiz-de.html> - Acesso em: 20 jan. 2022.

Há que se levar em conta também que, além da imigração incentivada, um grande número de italianos veio para o Brasil através do estímulo de parentes e amigos que por ali já se encontravam. Acreditamos que esse tenha sido o caso de São José do Picú, uma vez que não conseguimos informações de que houvesse qualquer tipo de programa de incentivo para a vinda e fixação de italianos, especificamente para aquela freguesia sul-mineira.

Tanto esse fato é verdadeiro, que pouquíssimas famílias se tornaram proprietárias de terras, dedicando-se principalmente ao comércio e às atividades especializadas, muito provavelmente as mesmas que exerciam antes de imigrarem para o Brasil. Repetindo: isto leva a crer que o estímulo dos primeiros imigrantes, e principalmente a presença de muitos padres de origem italiana, possam ter incentivado a vinda de tantas famílias para a região da Mantiqueira.

Os italianos em São José do Picú

Por certo, de um jeito ou de outro, muitos italianos estiveram nas terras do Picú, desde o início da formação do arraial, nos primórdios do século XIX, sem a necessária intervenção governamental, quer imperial, quer provincial. Porém, essas passagens não foram registradas, e possivelmente não se fixaram na região antes da metade do século XIX.

O primeiro registro de imigrantes italianos residindo em São José do Picú se dá em 1874, quando o *Almanach Sul-Mineiro* daquele ano aponta a presença na então freguesia de José Candia, caldeireiro de profissão, como era chamado aquele que trabalhava com a fabricação e conserto de objetos metálicos, como tachos e demais vasilhames. O seu nome original com certeza foi alterado, pois era italiano nato, conforme registrado à época. De José Candia não se teve mais notícias, e nem mesmo de algum descendente. O mais provável é que tenha se mudado da freguesia, pois o almanaque de 1884, quando trata do comércio de São José do Picú, não faz menção àquele personagem.

Conforme já assinalado, os italianos entraram principalmente pelo porto do Rio de Janeiro, ficando em princípio albergados e registrados na Hospedaria da Ilha das Flores, seguindo posteriormente para Juiz de Fora ou, pelo que pudemos apurar, em Piraí, próximo ao entroncamento ferroviário, em uma hospedaria. Daí eram direcionados para o sul de Minas Gerais.



Hospedaria de Pirai

Fonte: <https://acasasenhorial.org/acs/index.php/en/casos-de-estudo/casosdeestudo/678-fazenda-do-pinheiro> - Acesso em: 20 jan. 2022

Essa hospedaria, localizada em uma fazenda que originalmente pertencera ao barão de Pirai, foi deixada como herança para seu genro, o comendador José de Souza Breves. Em 1890 o governo federal declarou a fazenda de utilidade pública e a desapropriou para a instalação, no ano seguinte de uma hospedaria para imigrantes, abrigando-os durante a epidemia de cólera ocorrida na capital, o que fez com que muitos ali alojados fossem realocados em hospedarias como a de Juiz de Fora e de Pirai.

A hospedaria de Pirai contava com diversas construções para moradia dos imigrantes, administração da hospedaria e hospital. Foi extinta em 1897 e parte da fazenda cedida ao Ministério da Guerra, abrigando o 12º batalhão de Infantaria, o que de igual sorte também ocorreu com a hospedaria de Juiz de Fora.

Desta forma, é de se acreditar que, ainda nos escorando na conformação geográfica de então¹⁶⁷, muitas famílias de imigrantes italianos que vieram para a freguesia de São José do Picú, no final do século XIX, com grande probabilidade de chances passaram pela hospedaria de Pirai. A presença de italianos na freguesia está bem constatada nas edições do *Almanach Sul-Mineiro*, de 1874 e 1884, quando se verifica que diversas pessoas de nacionalidade italiana passaram a ter presença naquela comunidade, com mais importância a partir do início dos anos de 1880. É bem verdade que no ano de 1874 sua presença era praticamente nula; contudo, já em 1884 aquele almanaque registra um comércio,

¹⁶⁷ Tanto a distância quanto as condições viárias de Pirai para São José do Picú eram melhores do que aquelas que demandavam da cidade de Juiz de Fora.

principalmente os chamados “secos e molhados” e “fazendas e armarinhos”, sendo feito em sua maioria por imigrantes italianos, como Braz Brasi, Domingos Perroni, José Lopreta, Raphael Solla, Victor Torino, Luiz Lanne, Luiz Moradei e Nicolau Scarpa.

Algumas das famílias italianas

Durante o final do século XIX e nos primeiros anos do século XX, muitas famílias italianas chegaram e, por algum tempo ou de forma definitiva, fixaram sua residência na freguesia de São José do Picú. Nesse tempo de muita luta, ali viveram momentos de alegria e tristeza, deixando seus nomes gravados nos livros de registro, civis ou paroquiais, em momentos marcantes na vida de cada um deles.

Desses homens e mulheres resgatamos inúmeras famílias que plantaram em solo brasileiro e deram excelentes frutos. Famílias que, por determinado tempo, ou de forma permanente, ajudaram na construção do atual município de Itamonte e da sua identidade cultural, que além das que foram identificadas até o momento, outras ainda surgirão com o avançar de novas pesquisas históricas.

A história de cada uma dessas famílias é significativa, não apenas para seus descendentes, como também para a comunidade itamontense, que teve na chegada desses italianos um novo alento em um período de grandes dificuldades, principalmente econômicas.

Família Scarpa

No ano de 1876 chega à freguesia, vindo do outro lado da serra da Mantiqueira, exatamente do local conhecido como Palmital, o italiano Nicola Maria (Nicolau) Scarpa. Nicolau nasceu no dia 28 de novembro de 1851, na localidade de Salento, província de Salerno, região sul da Itália. Emigrou para o Brasil fugindo das agruras causadas pelo processo de unificação italiana, que impôs enormes sacrifícios, provocando uma grande onda migratória no final do século XIX, principalmente em direção às Américas.

Em 1870, aproximadamente, com quase 20 anos, partiu para o Brasil em busca de melhores oportunidades. Na época, no Brasil fervilhavam movimentos ligados ao fim da escravidão e se buscava mão de obra na Europa para substituir os escravos na lavoura, principalmente na do café, totalmente dependente daquela mão de obra.

Nicolau desembarcou no Rio de Janeiro e logo chegou ao vale do Paraíba fluminense, então grande produtor de café. Em Resende, onde se estabeleceu, conheceu Henrique Sivory, de família italiana, cuja pai teve ligação

de trabalho e amizade com o imperador D. Pedro II. Henrique Sivory era importante comerciante e político, e se tornaria mais tarde importante personagem na história de Resende.



Família Scarpa – da esquerda para a direita, em pé: Evangelina, Rita, Amélia (mãe).
Antônio, Henrique, Pedro, Maria José e Carmelinda
Sentados: Betina, Nicolau (pai) e Rosina
Fonte: Acervo do Dr. Alexandre Augusto

Em 1875 Nicolau desposou a irmã de Henrique, Amélia Francisca. Órfã de mãe, Amélia Francisca Sivory teve como tutor seu irmão Henrique, que fez com que a irmã tivesse uma formação refinada, estudando nos melhores colégios da época. Segundo informações colhidas em importante trabalho com os dados da família Moreira Scarpa, de autoria de Maria Angelina Moreira dos Santos, neta de Amélia, ela teria nascido em Nápoles, possivelmente às vésperas da viagem para o Brasil, e, por dificuldades ou conveniência da família, somente aqui foi registrada.

Como dote, Nicolau recebeu uma faixa de terra na Serra da Mantiqueira, no local conhecido como Palmital, que se localizava às margens da estrada do Picú e era ponto de parada para os viajantes que transitavam por essa via de acesso para o sul de Minas Gerais.

Nicolau e Amélia moraram por pouco tempo no Palmital. Acredita-se que já no ano seguinte tenham vendido essas terras e se transferido para o outro lado da serra. A nova morada da família também ficava às margens da estrada do

Picú, bem próximo ao local conhecido como Samambaia à cerca de 1 légua do arraial de São José do Picú.

Ali construiu a fazenda, onde desenvolveu seu bem-sucedido comércio e criou toda a família. Após alguns anos, mais precisamente no ano de 1881, construiu a sede da fazenda, que se mantém até os nossos dias, sendo uma das mais importantes construções históricas do município de Itamonte, juntamente com a igreja, conhecida por Capelinha, dedicada à Nossa Senhora da Conceição, e que dá nome ao lugar e ao bairro que ali se formou.

Todos os nove filhos do casal nasceram na Capelinha, sendo a primogênita, Rita, nascida em 1877, a primeira filha de imigrantes italianos registrada no livro de batismo da paróquia da freguesia de São José do Picú.

Nicolau viveu na fazenda da Capelinha por aproximadamente 40 anos, usufruindo a família com o que produzia e comercializava, pois, além de fazendeiro, era comerciante, mantendo um movimentado negócio em sua propriedade, onde paulatinamente se desenvolveu uma pequena comunidade. Também negociava com as vilas do vale do Paraíba e com o Rio de Janeiro. Nessa época, os produtos iam e vinham através da Mantiqueira, em lombo de burros dos tropeiros da região.

Com a inauguração em 1884 da estrada de ferro, um rápido desenvolvimento foi experimentando na região, com a inauguração da estação de Capivary, que deu agilidade à exportação de produtos regionais para os grandes centros. Nicolau se aproveitou disso e passou a enviar seus produtos para o Rio de Janeiro por via ferroviária. Em seguida, associou-se com o comerciante Delfim Pereira Pinho em uma casa de comércio situada nas imediações da estação ferroviária. Delfim Pereira Pinho tinha fortes ligações com o arraial de São José do Picú, pois era casado com Rita Catharina, filha de Antônio da Motta Paes, um dos grandes fazendeiros da freguesia.

Em 1915, Nicolau, Amélia e toda a família se mudaram para o distrito de Itanhandu. No ano de 1918 a fazenda da Capelinha foi vendida para os irmãos José Pereira Pinto Carvalhal e João Pereira Pinto Carvalhal Filho, que mais tarde a dividiram em duas propriedades, permanecendo a sede da fazenda Capelinha na propriedade de José Pereira Pinto Carvalhal e de seus descendentes até os dias presentes. Nicolau viveu em Itanhandu por mais 15 anos, tendo falecido em 30 de março de 1930, aos 84 anos de idade.

Dos Scarpa temos poucos representantes ainda residentes no município, pois praticamente toda a família se mudou no início do século XXI para a nascente Itanhandu.

Família Torino

Modesto Torino nasceu em 1833 na cidade de Eboli, província de Salerno, Itália. Ângela Rosa Guida nasceu em 1858 na cidade de Lagonegro, região de Basilicata, província de Potenza, também na Itália. Em 1871, na cidade de Lagonegro, Modesto e Ângela Rosa se casaram e lá tiveram 3 filhos. A bordo do navio a vapor *Mondego*, em 1877, Modesto, Ângela e os filhos chegaram ao Rio de Janeiro no conhecido Centro de Triagem, na Ilha das Flores. Por razões desconhecidas, a filha Maria Torino ficou na Itália. No Brasil, poucos dias após sua chegada, a família Torino, possivelmente influenciada por amigos já ali residentes, seguiu para a freguesia de São José do Picú.

Dadas as dificuldades para quase todos os imigrantes daquela época, Ângela faleceu com pouco menos de um ano em terras brasileiras, apenas dois meses após batizar seu filho mais novo, Salvador. Contudo, Modesto Torino continuou vivendo, criando seus filhos até todos alcançarem a idade adulta.

Liberato Torino (foto), o filho mais velho, mudou-se para a freguesia de Sant'Ana do Capivary, distrito de Pouso Alto, onde se casou com Carminella Blota e o casal teve dez filhos. Assim como acontecera com a mãe, faleceu muito cedo, com 44 anos de idade em 1916.



Com a morte do irmão mais velho e desde pequenos sem a mãe, os outros dois irmãos já adultos, Paschoal e Salvador, casados com as também irmãs Francisca e Maria Paulina, resolvem, juntos com o pai Modesto, tentar a vida em São José do Barreiro. Naquele município do estado de São Paulo, Modesto Torino, já com idade avançada, viveu com os dois filhos e faleceu em 25 de dezembro de 1930.

A família Torino, através dos descendentes de Liberato e Carminella, continua presente e atuante no município de Itamonte e no vizinho distrito de Sant'Ana do Capivary.

Família Cagnoni

Pietro Cagnoni era natural de Armi, no norte da Itália. De espírito aventureiro, partiu rumo ao Brasil, em busca de uma vida nova, sem, contudo, trazer sua esposa Angelina, que era natural de Pietra Santa, e seus três filhos, Amélia, Anna (Anucha) e Joseph (Pepe).

Chegando ao Brasil, também por influência de conhecidos, Pietro partiu para a freguesia de São José do Picú, onde fixou residência.

Durante um longo tempo, após sua partida, Pietro Cagnoni deixou sua esposa sem notícias de seu paradeiro e sua situação no Brasil. Angelina Cagnoni, angustiada por essa situação, demonstrando imensa coragem, juntou suas economias e, com os filhos, partiu de Pietra Santa rumo ao Brasil, na esperança de encontrar o marido, cujo paradeiro já lhe teria sido informado no ano de 1889.

Na Itália, a família de Pietro e Angelina dispunha de alguma posse, pois Angelina, ao contrário da imensa maioria dos imigrantes, trouxe consigo as joias que possuía, pertences em porcelana, tecidos em seda pura e várias peças valiosas existentes em sua residência, como cristais de Murano e outros pertences.



Família Cagnoni: Pietro, Angelina e filhos

Fonte: Acervo da Família Cagnoni \ Leone

A viagem foi de longos e sofridos quarenta dias aproximadamente, tendo Angelina mais tarde contado que durante o período no mar ela e os meninos sofreram muito com as intempéries, e com a situação que viveram, com pessoas que adoeceram, e outras que faleceram antes de chegarem ao tão sonhado Brasil. Nos casos de falecimento, o destino dos seus corpos era o fundo do mar.

A família se reuniu em São José do Picú, e, com o dinheiro que trouxe, adquiriu uma casa que transformou em comércio. Ali criou seus filhos e, além dos três que vieram da Itália, mais cinco nasceram em solo brasileiro. Foram sete mulheres e um homem. Mesmo depois de viúva, Angelina continuou conduzindo

seu comércio com sucesso, sem, contudo, esquecer-se da caridade com os menos favorecidos.

Um fato curioso a respeito do sobrenome Cagnoni na comunidade do Picú é que, devido à tradição de se passar adiante apenas com os filhos homens que constituem família, e que na família Cagnoni houve uma prevalência de mulheres, apurou-se que no ramo de Itamonte já não temos mais esse sobrenome, embora seus descendentes tenham muito orgulho de sua origem e tradição.

Família Cernicchiaro / Siniscarchio

A família Cernicchiaro se inicia em São José do Picú com a chegada do imigrante Giuseppe Cernicchiaro, nascido em 1839, na localidade de Maratea, região da Basilicata, sul da Itália.

Não se tem exatamente a data de sua chegada ao Brasil, porém, estima-se que tenha sido próximo ao ano 1860. Chegou em São José do Picú bem mais tarde, por volta de 1880, tendo residido primeiramente na cidade de Carangola e depois em Maria da Fé. Giuseppe era conhecido por José Carangola. Era caldeireiro por profissão, especializado no manuseio com o cobre. Passou a seus filhos não apenas a profissão como também o apelido.

Giuseppe casou-se duas vezes e teve um total de quatorze filhos. Um deles, José Cernicchiaro Filho (também Carangola), como caldeireiro foi responsável pela construção da primeira caixa d'água e da rede de distribuição de São José do Picú. Também foi o criador do jardim na lateral da igreja matriz, onde esculpia os pequenos arbustos nas mais diferentes formas.

Um fato interessante ocorrido com a família foi que, a partir 1942, os netos de Giuseppe Cernicchiaro, Francisco Cernicchiaro, mais conhecido como “Chico Carangola” e José Cernicchiaro Filho, passaram a adotar para seus descendentes o sobrenome Siniscarchio. A explicação dada por familiares que pesquisaram o tema foi que o sobrenome foi trocado no período em que Francisco Cernicchiaro serviu o Exército, no que foi seguido por seu irmão mais novo. Não foi fato incomum a perseguição aos descendentes de italianos durante a Segunda Guerra Mundial, inclusive com troca de sobrenome. O que se estranha é que normalmente trocavam por algum sobrenome usado na língua portuguesa, o que não foi o caso. Vale salientar que há registros da existência de outros descendentes de italianos, no início do século XX, com o sobrenome Siniscarchio, sem, no entanto, ser possível identificar qualquer parentesco com os Cernichiaros.

Família Ordine

Os irmãos Ordine são originários da cidade de Diamante, na região da Calábria, no sul da Itália. Eram ao todo seis irmãos: Luigi, Ettore, Giuseppe, Pasquale, Archangelo e Elvira, filhos de Raffaele Ordine e Giovannina Di Luna. Quatro deles, com certeza, vieram da Itália para São José do Picú, possivelmente na última década do século XIX, porém, de Pasquale Ordine e Archangelo Ordine, não foram encontrados registros. Sabe-se apenas que Archangelo era padre.



Giuseppe e Archangelo Ordini

Fonte: Maurício Ordini

Dos Ordine, hoje poucos são os representantes na comunidade itamontense. Giuseppe Ordine, assim como sua irmã Alzira, estabeleceu-se em São José do Picú, sendo que, mais tarde, parte de seus descendentes se mudaram para Itanhandu, onde a família é mais numerosa. Giuseppe Ordine era casado com Isolina Siniscarchio Ordine e moravam no bairro da Conquista, onde eram proprietários de um pequeno comércio.

Ettore Ordine casou-se com Carolina Leone, também de família de imigrantes. Seu primeiro filho nasceu no Picú, mas o que se tem registrado por um de seus netos¹⁶⁸ é que se mudou com a família para a cidade de Santa Rita de Caldas, onde criou seus filhos e deixou uma grande descendência.

Com os irmãos Ordine veio para São José do Picú um primo, que também tinha o nome de Paschoal, e sua esposa Maria Antonia Amália Vicenza Santoro.

Paschoal Ordine casou-se em segundas núpcias com Elvira Ordine, que era sua prima, tendo com ela quatro filhos. Por informações confirmadas, Paschoal Ordine retornou com a família para a Itália, em 1910, fixando-se na sua cidade natal, Diamante, onde também deixou descendentes. Retornaram para

¹⁶⁸ As informações foram passadas aos autores por Maurício Ordini, ex-prefeito do município de Itanhandu.

São José do Picú, e alguns anos depois um ramo da família se mudou para a cidade de Itanhandu. Faleceu em 1962, beirando os cem anos de idade.

Família Santoro

Da família Santoro sabe-se que os primeiros a chegarem em São José do Picú, pouco antes de 1880, foram Francesco Salvatore, Maria Biasi Santoro e sua irmã Maria Antônia Amália Vicenza Santoro, deixando na Itália, também na localidade de Diamante, seus pais, Giuseppe Santoro e Marianna Ferranti, e mais cinco irmãos.

No Picú fixaram residência na localidade denominada de Quilombo, atual bairro do Picuzinho, onde Francesco se casou com Maria Santoro, com quem teve sete filhos: José Santoro, João Santoro, Mariana Santoro Couto, Rita Santoro Guedes, Carmélia Santoro (foto), Maria Santoro Guimarães e Castorina Santoro dos Santos.

Francesco Santoro foi proprietário de um comércio e uma rancharia, local onde era servida alimentação para os viajantes da estrada do Picú. Foi assassinado por um desconhecido, no mesmo bairro onde morava, no dia 14 de setembro de 1910, quando abria seu comércio. Especulou-se à época que o crime teria sido encomendado, ou mesmo cometido por um dos seus devedores, já que Francesco Santoro tinha como negócio o empréstimo de dinheiro para terceiros, mediante cobrança de juros. Tal prática pode ter levado algum devedor a uma vingança.

Sua irmã, Maria Antônia Amália Vicenza Santoro, veio da Itália já casada com Paschoal Ordine. Ali, no ano de 1894, tiveram um filho de nome Horácio Ordine, e se têm relatos que teria mandado construir a primeira capela do bairro Picuzinho.



Família Romanelli

A história da família Romanelli em Itamonte se inicia no final do século XIX, quando por ali chegaram Francisco Romanelli e Maria Luiza Romanelli, ambos italianos. Ele, filho de Pantaleo Romanelli e Domenica Ricchiuti, nascido em Comune Di Novi Velia, Província Di Salerno, em novembro de 1863, e ela, filha de Giuseppe Romano e Maria Maddalena Talarico, nascida em Comune di San Marco Argentano, Província di Cosenza, em julho de 1867.

Casaram-se em Comune di Marco Argentano em 24 de setembro de 1885 e, logo após, embarcaram para o Brasil, onde inicialmente fixaram

residência na cidade de Passa Quatro e, logo após, em São José do Picú, onde tiveram oito filhos, sendo eles: Pantaleão, Maria, Domingos, José, Cirio, Eduardo, Humberto, João e Luiz Romanelli.



A foto registra Maria Luiza Romanelli com os filhos, José, João, Pantaleão e Eduardo

Fonte: Acervo da Família Romanelli

Francisco se tornou comerciante, possuindo uma venda no Largo da Matriz, atual Praça Francisco Mira, além de uma casa, na qual residia com a família. Com o comércio, adquiriu estabilidade financeira e ascensão social na comunidade. Após alguns anos, Francisco e Maria Luiza se mudaram, com quase toda a família, para a cidade de Cruzeiro, no estado de São Paulo, onde vieram a falecer.

José Romanelli foi o único dos filhos a fixar residência em São José do Picú após a mudança dos pais, tendo iniciado a vida como tropeiro, transportando fumo para o Rio de Janeiro. Após alguns anos, passou a trabalhar como produtor rural, dedicando-se à pecuária de leite e à produção de queijos, com a tradicional marca “Romanelli”, na Fazenda Conquista, no bairro Conquista, onde residiu com a família. Com seu espírito de comerciante, herdado de Francisco, também construiu e fez funcionar outros laticínios, em bairros da então freguesia. Ali se casou com Helena Romanelli, com a qual teve sete filhos, sendo de suas descendências a inúmera família que leva o nome Romanelli na atual Itamonte.

Família Zaroni

Giácomo Zaroni nasceu em 1838, na localidade de Chivizzano, província de Lucca, Itália, filho de Augusto Pelegrino Zaroni e Catherina Zaroni.

Ainda jovem lutou na guerra de unificação da Itália, fazendo parte dos soldados comandados por Giuseppe Garibaldi, que anos antes lutara no Brasil, na Revolução Farroupilha.

Terminada a luta, e em razão de perseguições políticas e da miséria do pós-guerra, emigrou com mais dois irmãos, rumo às Américas. Um dos irmãos ficou nos Estados Unidos, outro foi para Buenos Aires, e Giácomo decidiu ficar no Brasil, desembarcando no Rio de Janeiro nos primeiros anos da década de 1870.

No Brasil adotou o nome de Jacó Zaroni (foto), tendo de início desempenhado a profissão de mascate. Em suas andanças partiu para a província de Minas Gerais, pela antiga estrada que ligava o Rio de Janeiro a São Paulo, tomando, no caminho, a direção de São José pela estrada do Picú.

Estabeleceu-se como comerciante em São José do Picú e em 1874 o *Almanach Sul-Mineiro* o relacionava como um dos principais comerciantes da freguesia. Casou-se com Emiliana Pinto Zaroni, filha de Satiro Pinto, com quem teve três filhos, e se mudou para a cidade de Conceição do Rio Verde, onde instalou uma fábrica de sabão.

Em 1886 Jacó Zaroni volta para São José do Picú, retornando com sua casa de comércio. Pouco tempo depois perde sua esposa, ainda muito moça, e se casa novamente, agora com uma prima de sua primeira esposa, de nome Maria Theodora da Conceição Motta Arruda, por volta de 1892. Maria Theodora era filha de Antônio da Motta Paes e Cesária Vaz Pinto, da freguesia de São José do Picú, sendo na ocasião viúva e mãe de cinco filhos.

Além de seus três filhos do primeiro casamento, dos cinco de sua segunda esposa, Jacó Zaroni e Maria Theodora tiveram mais seis, totalizando uma grande família de quatorze filhos.

Atraído pela recém-construída Estação do Capivary, muda-se com a família para Itanhandu. Posteriormente, acompanha seu terceiro filho, do primeiro casamento, Arlindo Zaroni, e se muda para a vila de Maria da Fé, onde o desenvolvimento trazido pela ferrovia também atraía muitos comerciantes. Nesse local veio a falecer em setembro de 1928.

Seu filho Arlindo Zaroni foi casado com Genuína, filha de seu sócio Delfim Pereira Pinho, que era genro de Antônio da Motta Paes, um importante político do então Distrito de Itanhandu. Em Maria da Fé, Arlindo Zaroni foi figura de destaque, não apenas como industrial e comerciante, como também



como político, tendo destacado papel na emancipação e administração do futuro município.

Referências

HOLANDA, Sérgio Buarque de (dir.). *História Geral da Colonização Brasileira*. 4.ed. São Paulo: Difel, 1972. t. 1, v. 1, livro 5.

MONTEIRO, Norma de Góes. *Imigração e colonização em Minas*. Belo Horizonte: Imprensa Oficial, 1973.

PARANHOS, Paulo; SANTOS, Alexandre Augusto Moreira. *Do Itapejú a Itamonte: histórias & memória*. Itanhandu, 2022.

REZNIK, Luís; COSTA, Juliana Carolina Oliveira. Como manter saudáveis nossos imigrantes: preceitos higienistas na constituição da Hospedaria de Imigrantes da Ilha das Flores. *História, Ciências, Saúde – Manguinhos*, Rio de Janeiro, v. 26, n. 1, p. 15-32, jan./mar. 2019.

SOUZA, Newton Stadler de. *O anarquismo da Colônia Cecília*. São Paulo: Civilização Brasileira, 1970.

VEIGA. Bernardo Saturnino da. *Almanach Sul-Mineiro para o ano de 1874*. Campanha: Typographia do Monitor Sul-Mineiro, 1884.

VEIGA. Bernardo Saturnino da. *Almanach Sul-Mineiro para o ano de 1884*. Campanha: Typographia do Monitor Sul-Mineiro, 1884.

OS AÇORIANOS NA CAPITANIA DO ESPÍRITO SANTO E A FUNDAÇÃO DA POVOAÇÃO DE VIANA 1813 - 1822

Marcus Benatti Antonini Rangel Pimentel¹⁶⁹

Resumo: *A vinda da família real em 1808 insere o Brasil no mundo. O Espírito Santo, pouco povoado, é alvo de uma das primeiras experiências imigratórias do país. Paulo Fernandes Viana (1758-1821), Intendente Geral da Polícia, comanda o processo. Francisco Alberto Rubim (1768-1842), seu sobrinho, não por acaso nomeado Governador da Capitania, é o executor do projeto. Surge a colônia de Santo Agostinho, depois Viana, homenagem a seu idealizador, agora com mais de duzentos anos (1813-2024).*

Abstract: *The arrival of the royal family in 1808 inserts Brazil into the world. Espírito Santo, sparsely populated, is the target of one of the country's first immigration experiences. Paulo Fernandes Viana (1758-1821), General Superintendent of the Police, commands the process. Francisco Alberto Rubim (1768-1842), his nephew, not by chance appointed Governor of the Captaincy, is the project's executor. The colony of Santo Agostinho appears, then Viana, a tribute to its creator, now more than two hundred years old (1813-2024).*

A Capitania do Espírito Santo, assim denominada no primeiro quartel do século XIX, após 82 anos sendo governada por capitães-mores, ou seja, desde a sua compra pelo Rei de Portugal D. João V de seu último donatário, Cosme de Moura Rolim, por escritura feita em Lisboa aos 6 de abril de 1718, encontrava-se num processo de estagnação, utilizada como barreira natural para a proteção da Capitania de Minas Gerais e suas lavras de ouro e diamantes, fundamentais para a sustentabilidade do governo português.

Ao último Capitão-mor Manoel Fernandes da Silveira, sucedeu com o título de Governador, Antonio Pires da Silva Pontes, ainda subordinado ao Governo da Bahia, em 20 de março de 1800, que, entre outras realizações, fixa em 8 de

¹⁶⁹ Advogado e genealogista associado do CBG – Colégio Brasileiro de Genealogia, IHGES – Instituto Histórico e Geográfico do Espírito Santo e do CEGH- Colégio Espírito-santense de Genealogia e Heráldica.

outubro de 1800, juntamente com o Governador e Capitão-General da Capitania de Minas Gerais Bernardo José de Lorena, os limites das Capitanias do Espírito Santo e Minas Gerais, no então existente Quartel do Porto de Souza, situado na foz do Rio Guandu, que alimenta com suas águas o Rio Doce. Na sucessão governamental, assume em 17 de dezembro de 1804, Manoel Vieira de Albuquerque e Tovar, que inicia um processo de interiorização, mesmo que incipiente, edificando uma povoação, que denominou de Linhares, no lugar onde existiu a aldeia de Coutins, às margens do Rio Doce, região norte do Espírito Santo.

Com a chegada ao Rio de Janeiro da família real portuguesa, em 7 de março de 1808, impelida que foi pela invasão do país por tropas francesas comandadas pelo General Andoche Junot, Duque de Abrantes, o príncipe regente D. João, começa imediatamente a tomar providências com o intuito de viabilizar a administração da colônia brasileira. Foram, então, criados diversos ministérios, como os de Negócios do Reino, da Marinha e Ultramar, da Guerra e de Negócios Estrangeiros. Em 5 de abril de 1808 surge a Intendência Geral da Polícia da Corte e do Estado do Brasil, sendo nomeado para ocupá-la, o Desembargador do Paço Paulo Fernandes Viana, que operou mudanças significativas na cidade do Rio de Janeiro, como a edificação de quartéis, organização de livros relativos à administração como um todo, matrícula de estrangeiros, recolhimento de tributos, melhorias nas comunicações com as outras regiões do Brasil, aterros e saneamento, entre tantas realizações.

Paulo Fernandes Viana, à frente da Intendência Geral da Polícia, será o responsável pela vinda dos açorianos para a Capitania do Espírito Santo em 1813, consolidando um projeto de ocupação do solo, que era o objetivo principal para o desenvolvimento da região que compreendia o Espírito Santo e o sul da Bahia. Efetivamente, o governo central adotava medidas para povoar as regiões esparsamente povoadas ou despovoadas, que eram uma preocupação de D. João VI e seus conselheiros, naquela fase da regência.

“A parte entre a capitania do Rio de Janeiro e a cidade de São Salvador, isto é, o Espírito Santo e o sul da Bahia, constituíam um trecho pouco povoado e, portanto, pouco cultivado. As pujantes florestas à pequena distância da costa, ou mesmo no litoral, formam uma das características da paisagem, ao mesmo tempo que formavam um obstáculo à colonização, outrossim contrariada pelos bugres. Um dos esforços mais tenazes, senão dos mais felizes do governo de Dom João VI no sentido de desbravar a terra brasileira, ia justamente localizar-se neste ponto, buscando-se com empenho abrir comunicações do mar para Minas Gerais.”¹⁷⁰

O primeiro quartel do século XIX representou para o Brasil um período de mudanças econômicas, sociais e políticas, com reflexos alvissareiros na então Capitania do Espírito Santo, que amargava um século de isolamento, situado entre a Capital São Salvador da Bahia, a Capitania de Minas Gerais com suas minas de ouro e diamantes e os portos do Rio de Janeiro, por onde era escoada

¹⁷⁰ Oliveira Lima, 1996, 3ª, Ed., p.107.

essa produção.

Os reis de Portugal, após os descobrimentos das minas de ouro, relegaram a Capitania do Espírito Santo a um papel de defesa da região. Afinal, era a indústria mineradora que financiava as despesas do Estado Português, pequeno em termos de população e extensão e frágil em poderio militar, para se contrapor aos interesses de outras nações europeias, principalmente França, Espanha e Holanda, que, desde o descobrimento do Brasil e da implantação das capitanias hereditárias, cobiçavam o seu império ultramarino.

A cobertura florestal exuberante, à época, na Capitania do Espírito Santo, por si só era uma fortaleza natural às propensas intenções de invasão, sendo Vitória, sua capital, o caminho mais curto para se atingir a região aurífera mineira. Tal premissa levou os reis de Portugal a coibirem o estabelecimento de fazendas e colonos no interior, ficando seus habitantes presos ao litoral, existindo efetivamente poucas vilas e povoados, no final do século XVIII e começo do século XIX.

O temor de um ataque por parte dos países rivais motivou o governo português a desenvolver na Capitania do Espírito Santo, a partir do início do século XVIII, um processo de militarização, com as visitas frequentes de engenheiros militares, que tinham a finalidade de construir e reformar fortalezas e fortins, tais como a Fortaleza de São Francisco Xavier na barra da baía do Espírito Santo, próxima à Vila Velha, mandada construir por ordem do Governador e Capitão-General Dom Rodrigo da Costa e, posteriormente, na Vila de Vitória, a Fortaleza de São João e os Fortes de Nossa Senhora da Vitória, Nossa Senhora do Monte do Carmo, Santo Inácio e São Diogo, pelo Conde de Sabugosa, Vice-Rei do Brasil no ano de 1726. Ao término do século XVIII e começo do século XIX, a força militar capixaba era considerável, proporcionalmente à sua diminuta população, constituída de tropa de linha, subordinada ao governador-geral do Estado do Brasil, tropa auxiliar de ordenanças, subordinada ao capitão-mor, constituída de infantaria, cavalaria e artilharia, tendo esta última arma a finalidade de guarnecer os fortes e fortins, além da tropa auxiliar de milícias, sob o comando direto do alcaide-mor. Sua economia, porém, continuava dependente da monocultura açucareira, com poucos avanços na diversificação da agricultura e com resultados nem sempre satisfatórios.

Tendo início o século XIX, a Capitania do Espírito Santo contava com imensos vazios demográficos no seu território. A vinda da família real para o Brasil em 1808, fixando-se na cidade do Rio de Janeiro, trouxe ao país mudanças radicais nos costumes, nas artes, na arquitetura e na educação, que mudariam definitivamente os destinos da incipiente nação brasileira. Foi, então, adotada pelo príncipe regente D. João VI e seu recém-criado gabinete uma estratégia política para preencher esses vazios, incentivando a imigração de famílias oriundas do Velho Mundo, que caracterizaram, neste aspecto da questão em tela, esse século.

As correntes imigratórias mais conhecidas no Espírito Santo, até porque mais recentes, são a germânica e a italiana, tendo a primeira seu princípio com a

fundação da colônia de Santa Isabel, no ano de 1847, em área situada no território da então freguesia de Viana e a segunda, em 1874, com a denominada Expedição de Pietro Tabacchi, que fundou a colônia de Nova Trento, na Vila de Santa Cruz, ao norte de Vitória.

No entanto, a imigração açoriana que ocorreu entre fevereiro de 1813 e março de 1814, ou seja, exatos 34 anos antes da primeira e 61 anos antes da segunda corrente imigratória, foi precursora desse modelo de colonização adotado pelos Governos Central e Regional, no transcorrer do século abordado neste artigo.

Dentro desse contexto, efetiva-se a criação da povoação de Viana, com a instalação de colonos oriundos do arquipélago dos Açores, pertencente a Portugal, formado por nove ilhas a seguir descritas: Santa Maria e São Miguel, as primeiras a serem povoadas a partir de 1439 por intermédio de Gonçalo Velho, com famílias idas da Estremadura, Alentejo e Algarve; Terceira, no ano de 1450, sob o comando do flamengo Jácomo de Bruges, juntamente com várias famílias portuguesas; Graciosa, povoada por Pedro Correia e Vasco Gil Sodré, anteriormente a 1510, com muitas pessoas das respectivas famílias; Faial e do Pico, doadas por volta de 1466, ao flamengo Josse Van Huertere, casado com Beatriz de Macedo e sogro de Martinho da Boémia, na companhia de muitos flamengos, dentre os quais se destaca Wilhelm Van der Haagem (Guilherme da Silveira); Flores e de São Jorge, posteriormente ao ano de 1466, por intermédio do flamengo Wilhelm Van der Haagem (Guilherme da Silveira), que, após desentendimento com o colonizador das ilhas do Faial e do Pico, passou a essas, promovendo os primeiros trabalhos de povoamento; Corvo, povoada por elementos oriundos da ilha das Flores, em período posterior a 1466. Vale ressaltar que, no decorrer dos séculos, a população açoriana recebeu elementos de várias origens, como italianos, castelhanos, franceses, ingleses e escoceses¹⁷¹.

Tal fato ocorre em 15 de fevereiro de 1813, poucos anos após a transferência da corte portuguesa para o Rio de Janeiro, que, por meio de sua gestão administrativa, realizou mudanças marcantes nesse período histórico, com a implantação de projetos dos mais diferentes matizes, que se tornaram um marco referencial de desenvolvimento para o Brasil e, particularmente, para o Estado do Espírito Santo.

Além de incentivar o povoamento da região, D. João VI determina a abertura de estradas para o interior do país, sendo levada a cabo, no Espírito Santo, a construção de uma dessas, a princípio denominada estrada nova do Rubim. Esse caminho recebeu posteriormente o nome de São Pedro de Alcântara, com a extensão de mais de 70 léguas, sendo mais de 25 léguas dentro de mata virgem, cujo início se deu em 14 de setembro de 1814, ligando a Vila de Vitória a Vila Rica, na Capitania de Minas Gerais, sendo encarregado de sua construção Inácio Pereira Duarte Carneiro¹⁷². Dentre vários benefícios auferidos na construção

¹⁷¹ Serrão, 1985, p.19

¹⁷² Capitão da Companhia de Infantaria de Linha e Comandante da 2ª Divisão do Sul do Corpo de Pedestres e depois promovido a Sargento-Mor, do mesmo Corpo de Pedestres,

dessa estrada, podemos registrar o corte de madeiras de lei, como o tapinhoã, próprias para a construção naval, nos sertões às margens do rio Santa Maria, que cruzava essa estrada um pouco adiante do seu ponto de partida, para o recém-criado Arsenal de Marinha situado no Rio de Janeiro, o povoamento da região cortada por ela, com o assentamento de colonos nas suas laterais e o estabelecimento do comércio entre o Espírito Santo e Minas Gerais.

A instalação de colonos ao longo dessa estrada, ou próximo a ela, no início da sua construção, estava inserido no projeto maior de ocupação do solo espírito-santense e a formação da Vila de Viana ocupou papel fundamental nesse episódio.

Logo após as famílias de açorianos fixarem-se em Viana e, decorridos três anos do desembarque da última remessa de colonos no porto de Vitória, ou seja, no ano de 1817, o Governador Rubim mandou que se abrisse uma estrada ligando a povoação, a estrada de São Pedro de Alcântara:

“Em 1817, foi que Rubim ligou a povoação de Viana, por outra grande estrada, medindo 10 léguas de extensão, que ia encontrar a de São Pedro de Alcântara a 700 braças ao norte do Quartel de Ourém, passando pelos quartéis de Borba e Melgaço”¹⁷³.

O encarregado da obra de ligação da povoação de Viana com a estrada de São Pedro de Alcântara foi o Alferes Antonio Leite Barbosa, que comandava a guarnição militar sediada em Viana, desde a sua instalação. Apesar de já se encontrar transitável em 1816, ano em que algumas fontes, consideram-na como terminada, a finalização da construção da estrada de São Pedro de Alcântara, demoraria mais alguns anos, ou seja, até o ano de 1821, como se verifica em documento datado de 9 de fevereiro de 1836 e assinado pelo Coronel Graduado do Extinto Estado Maior do Exército, Inácio Pereira Duarte Carneiro, quando, ao completar 36 anos de serviços prestados à corporação, requer sua aposentadoria e informa que foi encarregado:

“da abertura da estrada para Minas Gerais em 1814, desde o seu começo, até sua conclusão, serviço este da maior importância pelas vantagens que dele resultaria aos povos das duas Províncias, a Fazenda Nacional, se o Governo desta Província, cuidasse na sua conservação no qual o suplicante consumiu sete anos de efetiva residência dentro de matos incultos, e com ele sua saúde, sem outra vantagem mais que o simples soldo de sua Patente, sem ter um Oficial Imediato em quem descansasse, nem Piloto que o dirigisse quando rompeu o sertão entre as duas Províncias”¹⁷⁴.

Pode-se extrair desse requerimento, subscrito pelo encarregado da construção da estrada de São Pedro de Alcântara, que os trabalhos pertinentes a sua abertura, duraram sete anos, ou seja, de 1814 até 1821, confirmando a assertiva constante

por Decreto de 27 de fevereiro de 1816, com graduação de Tenente-Coronel, em remuneração pela estrada que abriu entre as Províncias do Espírito Santo e Minas Gerais.

¹⁷³ Balestrero, 1976, p. 132.

¹⁷⁴ APE, R.P.M, L18-A 1836

na obra do historiador Heribaldo Lopes Balestrero, quando afirma que a primeira boiada conduzia pela estrada oriunda das Minas Gerais, chegou à Cidade de Vitória em 22 de junho de 1820.

Quando da sua visita à povoação de Viana em 1818, Auguste de Saint-Hilaire descreve uma visão paradisíaca do lugar.

Porém, muitos foram os problemas encontrados na sua execução e, para exemplificar, citamos o seguinte trecho¹⁷⁵:

“Eram, porém, tamanhas as dificuldades que, quando o Governador Francisco Alberto Rubim construiu uma estrada de mais de 22 léguas desde o último morador do Rio Santa Maria até perto da margem do rio Pardo, houve que lhe por guarnições de três em três léguas por causa dos índios Botocudos. Em carta régia de 4 de dezembro de 1816, recomendaria, não obstante, o soberano a conclusão dessa estrada e que outras se fizessem para reduzir a cultura do vasto sertão, aproveitar suas riquezas e facilitar as relações de comércio, ao mesmo tempo, civilizando-se os índios bravos com reprimirem-se suas correrias. Para tal fim isentavam-se de direitos, por dez anos, os gêneros transportados do Espírito Santo para Minas Gerais pelas estradas que se abrissem ou pelos rios que se achassem navegáveis, pagando apenas os impostos à beira-mar; e isentavam-se do dízimo os gêneros cultivados no sertão, dividido o terreno e concedido por sesmarias ou distribuído pelas cartas de datas para lavra de ouro das minas. No desejo ardente de conseguir estes resultados de progresso, desde 1811 se declarara conquistadas aos índios, desbravadas e entregues, ou melhor, restituídas à indústria particular para que as aproveitasse, as terras do rio Doce e afluentes. Sem a completa sujeição dos indígenas, ociosa se tornaria qualquer séria tentativa de caráter prático no interior, pois que eles o percorriam de flechas e arcos na mão, exterminando mesmo a caça que deveria servir de primeira alimentação aos colonos e levando a devastação até às povoações fundadas pelos brancos. O terror justamente inspirado pelos assaltos e depredação dos Botocudos, que dominavam as margens desse pequeno sistema fluvial, e tinham destruído as fazendas uma vez fundadas à beira dos rios Doce e Belmonte, era a principal razão de só serem habitadas na costa a capitania do Espírito Santo e a comarca baiana de Porto Seguro de não contarem com sua saída mais natural as comarcas mineiras do Sabará e Serro do Frio. A filantropia do Correio Brasiliense condenou severamente a guerra feroz aos Botocudos, empreendida por ordem do Conde de Linhares, mas, sem o emprego da força para avassalar esses selvagens rebeldes, é lícito perguntar como se conseguiria renovar com escravos, imigrantes, bestas, bois e o mais aparelho de trabalho, as 144 fazendas outrora estabelecidas naquela região.

*Entretanto, feita a guerra, informava o capitão-general conde da Palma ao ministro Linhares que as duas das divisões militares criadas haviam afluído para cima de 3.000 pessoas com fazendas ou para se ocuparem na mineração.”*¹⁷⁶

O temor se comprova nas observações feitas pelos naturalistas, Príncipe

¹⁷⁵ Saint-Hilaire, 1974, p. 108.

¹⁷⁶ Oliveira Lima, 1996, p.108.

Maximiliano de Wied-Neuwied e Auguste de Saint-Hilaire, ao visitarem a Capitania do Espírito Santo no mesmo espaço de tempo.

As narrativas a seguir justificam o medo que se alastrou entre os colonos açorianos e em toda a população da Capitania e efetivamente o Governador Rubim mandou instalar ao redor da nascente povoação de Viana quatro quartéis, que eram guarnecidos por efetivos da 2ª Divisão do Sul do Corpo de Pedestres, em número de trinta e quatro soldados pedestres e um alferes, comandada pelo Tenente-Coronel Inácio Pereira Duarte Carneiro, o mesmo que foi encarregado da abertura da estrada de São Pedro de Alcântara:

*“Todas as numerosas vantagens usufruídas pelos habitantes de Viana eram, na época de minha viagem, compensadas tristemente pelo temor que, sem cessar, causava a vizinhança dos índios inimigos. Estes, aliás, se mostravam tão bárbaros que o pavor era bem justificado. Mais ou menos 20 dias antes de minha chegada ao lugar, o Tenente Bom Jardim soube que eles haviam massacrado um colono e raptado um de seus filhos”*¹⁷⁷

Consubstanciando a citação retro, temos a seguinte informação:

*“Esses selvagens se distinguem pelo costume de comer carne humana e pelo espírito guerreiro: têm oferecido, até agora, obstinada resistência aos portugueses. Se algumas vezes se mostraram amigáveis em certo lugar, cometeram excessos e hostilidades em outro; daí nunca ter havido um entendimento duradouro com eles”*¹⁷⁸.

A preocupação com os índios Botocudos remonta ao princípio da colonização do território capixaba e das terras vizinhas ao norte:

*“As primeiras notícias sobre os Botocudos, ainda chamados de Aimoré ou Tapuia, datam dos primeiros anos de tentativa de colonização do país. O território ocupado pelos Botocudos compreendia grandes faixas da Mata Atlântica e da Zona da Mata na direção leste-sudeste, constituídas de florestas latifoliadas tropicais, cujos limites prováveis seriam o vale do salitre, na Bahia, e o rio Doce, no Espírito Santo. Desconhecemos se tal ocupação foi processada simultaneamente ou se em decorrência da intensa migração dos vários grupos, acentuada pelo contato belicoso com a sociedade dominante - a referida ocupação deu-se nos vários pontos em momentos históricos diferentes”*¹⁷⁹.

No que diz respeito aos índios que transitavam na região onde se instalou a povoação de Viana, merece que se faça uma abrangente e detalhada pesquisa, pois, como se vislumbra nessas narrativas e em outras, como a da lavra do naturalista Saint-Hilaire, os índios que hostilizavam os colonos açorianos eram os Botocudos. Os viajantes baseavam-se basicamente em observações visuais para definir os povos indígenas, valendo-se das características externas, tais como os ornamentos que usavam, sem darem atenção à língua falada, seus

¹⁷⁷ Saint-Hilaire, 1974, p. 111.

¹⁷⁸ Wied-Neuwied, 1989, p.153.

¹⁷⁹ Carneiro da Cunha, 1992, p.413.

costumes, sua divisão familiar, entre outras formas de manifestações culturais que iriam posteriormente, com o advento da antropologia e ciências afins, melhor classificá-los:

*“Como os indígenas que foram mortos nas florestas de Viana pela tropa de Bom Jardim tinham o lábio inferior e as orelhas furadas, era evidente que pertenciam à nação dos Botocudos. Mas esse nome é pouco conhecido na Província do Espírito Santo, onde os selvagens são geralmente designados pelo nome de Bugres ou Gentios”*¹⁸⁰

O conceito sobre os povos indígenas, dos naturais do país e dos viajantes estrangeiros que visitaram o Espírito Santo, à época, é fruto, notadamente, do seu etnocentrismo, característica preponderante durante todo o século XIX. Os levantamentos e estudos das assim chamadas “sociedades primitivas” só tomaram forma a partir do fim do século XIX e início do século XX, esclarecendo a maneira como viviam esses povos.

Essa assertiva não tem o cunho de menosprezar os relevantes serviços prestados por seus interlocutores à historiografia e etnografia, pois com certeza são as melhores fontes de pesquisa sobre esses povos no momento histórico em tela, até porque nos baseamos nelas, para entendermos os acontecimentos que tentamos descrever.

A denominação de “Botocudos”, atribuída a todos os povos indígenas ainda em estado selvagem, pelos portugueses e naturais da terra, na Capitania do Espírito Santo, deriva dos artefatos que eles dispunham e com os quais se ornamentavam. A antropóloga Manoela Carneiro da Cunha narra com afinidade este fato na sua obra:

*“Sua denominação genérica – Botocudos – foi-lhes atribuída pelo uso dos botoques labiais e auriculares. Esses ornamentos eram feitos da barriguda, que depois de cortada nas dimensões desejadas, eram desidratadas no fogo, o que o tornava leve e branca. Após essa fase, o botoque era pintado à base de urucu e jenipapo com desenhos geométricos”*¹⁸¹

Conclui-se dos relatos de todos os personagens que vivenciaram o referido período histórico, principalmente os naturalistas Wied-Neuwied (1817) e Saint-Hilaire (1816-1822), que os índios, que se locomoviam em suas andanças pelas matas que circundavam a povoação de Viana, eram índios da nação dos Botocudos, apesar de estudos etnográficos e arqueológicos posteriores os localizarem ao norte, tendo como limite de atuação o Rio Doce. Dado ao seu caráter nômade, esses povos indígenas circulavam pela exuberante floresta da Capitania do Espírito Santo, como sempre fizeram seus ancestrais, existindo várias ramificações entre os mesmos, assim como descrito no trecho da mesma autora a seguir:

“Os diversos povos das famílias Maxakali (Kapoxó, Kumanaxó, Makuni, Malali,

¹⁸⁰ Saint-Hilaire, 1974, p.112.

¹⁸¹ Carneiro da Cunha, 1992, p.423.

Maxakali, Panyame), Kamakã (Kamakã, Kutaxó), Pataxó e da grande família dos Botocudos (em especial os Gueren no que diz respeito ao nordeste), conhecidos por Aimoré em todo o período colonial, são conjuntamente responsáveis, com suas devastadoras incursões sobre as povoações costeiras, pelo mais completo fracasso econômico das capitanias de Ilhéus, Porto Seguro e Espírito Santo durante todo o período colonial. Vivendo, em geral em pequenos bandos no interior das matas – ao contrário dos Tupiniquins que, na mesma região, ocuparam preferencialmente as praias, estuários e manguezais - esses povos resistiram por três séculos à conquista do seu território, que só se efetivaria a partir do início do século XIX, num sangrento processo que, em seu limite, duraria até as primeiras décadas do nosso século, já em pleno apogeu da lavoura do cacau no sul da Bahia, quando foram contatados os últimos bandos Pataxós ainda isolados”¹⁸²

Mais adiante, em sua narrativa, surge outro povo indígena, citado por diversas outras fontes, quando mencionado a região e o espaço de tempo aqui suscitados, como presentes no contexto histórico e, cuja área de influência era bem próxima da povoação de Viana:

“Uma área que, no caso, estender-se-ia geograficamente do sul da Bahia a todo o estado do Espírito Santo, norte do Rio de Janeiro e leste de Minas Gerais, abrangendo, entre outros, os povos da família Puri”.

Por tudo, vale ressaltar o quanto ainda falta pesquisar sobre o assunto, elucidando fatos e acontecimentos de um determinado momento histórico, em que dois povos tão distintos culturalmente se encontraram.

Neste conjunto temporal, assume então na Capitania do Espírito Santo em 6 de outubro de 1812, sem estar sujeito ao Governador e Capitão-General da Bahia, o Capitão de Mar e Guerra Francisco Alberto Rubim da Fonseca de Sá Pereira, o terceiro com este título e primeiro independente do governo baiano. Sobrinho do Intendente Geral da Polícia e Desembargador do Paço, Paulo Fernandes Viana, torna-se responsável pela criação da povoação que chamou de Viana, em homenagem ao seu ilustre parente cuja família era oriunda da cidade de Viana do Castelo em Portugal e a instalação dos casais de açorianos em 15 de fevereiro de 1813, na região ao oeste da Vila de Vitória, conhecida como sertão de Santo Agostinho.

Ao assumir seu posto, encontrou a Capitania com apenas seis vilas, nestas incluída a de Vitória, todas espalhadas ao longo da costa até o limite de três léguas da orla litorânea, seis povoações e oito freguesias, com 3.729 fogos e 24.585 habitantes, dados demográficos levantados no ano de 1817 e constantes do livro que muitos historiados atribuem como sendo de sua autoria¹⁸³.

Entre 1790 e 1817, portanto decorridos 27 anos, a população cresceu parcamente com uma variação, ou seja, o acréscimo de 2.092 habitantes ~~a mais~~, é o que se

¹⁸² Carneiro da Cunha, 1992, p.413.

¹⁸³ “Memórias para Servir à História Até o Ano de 1817 - Breve Notícia Estatística da Capitania do Espírito Santo, Porção Integrante do Reino do Brasil, Escritas em 1818 e Publicadas em 1840 Por Hum Capixaba”, que foi publicado em Lisboa em 1840, “Na Imprensa Nevesiana”.

verifica, compulsando documento onde o Capitão-mor Inácio Mongiardino, informa ao Governador da Bahia sobre a Capitania do Espírito Santo, em 11 de julho de 1790¹⁸⁴.

Conclui-se desses censos que a maioria da população era de índios e escravos, sendo que havia efetivamente uma preocupação do governo em aumentar a população branca do país como um todo. Essa determinação é retratada na obra denominada, “Demonstração dos Trabalhos de Polícia”, nas palavras do seu autor, o Desembargador do Paço Paulo Fernandes Viana, ao afirmar:

*“Por minhas instancias projectei e consegui, que das ilhas dos Açores se transportassem cazaes de ilhéos, que viessem augmentar a população branca d’este paiz; e vieram com effeito muitos à custa das rendas da intendência, pagaram de frete de 50# a 70# por cabeça, excepto das crianças de peito, arranjaram-se com mazadas por dois annos n’esta província na de São Paulo, Porto Seguro e capitania do Espírito Santo; a todos se deram cazas, terrenos, ferramentas, carros e bois, ou cavalgaduras, e ainda que em nenhuma parte prosperassem tanto como na capitania do Espírito Santo pela inconstancia de seos genios e pouco amor ao trabalho, na capitania, pelos cuidados do governador, que ali estava, o capitão de mar e guerra Francisco Alberto Rubim, se erigio com estes cazaes a linda povoação de Viana com cazas de telhas para cada um, igreja e capellão curado, que hoje esta já com freguezia separada da Victoria, com cônica e cirurgião de ordenado pago pela intendência, que estão com seos títulos correntes de sesmaria, que já chegam a 54, e tem-se ali promovido entre si e com famílias do paiz 18 cazamentos”*¹⁸⁵.

Podemos afirmar, ainda, que vários casais de açorianos foram enviados para Minas Gerais, para Porto Seguro, pela Vila de Caravelas e outros ficaram no Rio de Janeiro, como se verifica na “Relação dos Casais de Ilhéus”, que se encontra no Arquivo Público Nacional.

Compulsando esses documentos, onde se encontra a “Relação de Ilhéus”, que vieram para o Brasil efetivar o propósito governamental de povoação de uma porção geográfica do território, podemos observar que a assim chamada “Primeira Remessa” de açorianos, apesar de constar no relatório escrito por Paulo Fernandes Viana a data de 28 de novembro de 1812, desembarcou na Cidade do Rio de Janeiro em fevereiro de 1813, vindos das “Ilhas dos Açores” a bordo do:

“Bergantim Mai de Deos do qual he Capitão Luciano Miguel S^a e Carvalho para serem distribuidos para diverços lugares com declaração das terras para onde foram remethidos”.

Dando sequência ao conteúdo do documento, temos:

¹⁸⁴ Espírito Santo: documentos coloniais - série Documentos Capixabas, 1978, p. 48

¹⁸⁵ Revista Trimestral do Instituto Histórico Geográfico Brasileiro-Arquivo Público Nacional-Tomo 55-p. 378

“Do Porto do Rio de Janeiro para a Capitania do Espírito Santo em a Lanxa Conceição e S. Antonio e Almas (Mestre Francisco Caetano Simões)”.

Nessa leva, contamos duas famílias no total de 7 pessoas: Logo a seguir, na Sumaca Estrella (Mestre Jose Gonçalves Moledo), cinco famílias no total de 24 pessoas. Por último, na Sumaca Estrella (Mestre Manuel dos Santos Braga) mais cinco famílias no total de 23 pessoas. Nessa relação de 54 pessoas estão incluídos homens, mulheres e crianças, a maioria casada, alguns viúvos de ambos os sexos, filhos deste a mais tenra idade até maiores de vinte e um anos e agregados.

Seus nomes são:

Primeira Remessa

1ª leva:

Ignacio Cardoso e sua esposa Maria Joaquina (dois filhos) e a agregada Francisca Gonçalves;

Jose de Souza e sua esposa Ana Joaquina;

2ª leva:

Sebastião da Silva Cabral e sua esposa Maria do Espírito Santo (um filho);

Paulo José e sua esposa Maria Bernada (quatro filhos) e uma agregada Fortunata de São José (viúva com dois filhos);

Manuel Rabelo e sua esposa Jacinta Micaela (um filho);

Boaventura José e sua esposa Maria Jacinta (três filhos);

Vericimo José de Freitas e sua esposa Maria Angélica (três filhos);

3ª leva:

José Joaquim e sua esposa Ana Maria (três filhos);

José de Medeiros e sua esposa Maria Francisca (três filhos);

José Francisco de Medeiros e sua esposa Maria dos Anjos (dois filhos);

Manoel Cabral e sua esposa Maria Jacinta (três filhos).

A Segunda Remessa chegou ao Rio de Janeiro no Bergantim Rosário (Capitão Sergio Francisco Ferreira), sendo mandados para a Capitania do Espírito Santo em duas levadas. Na 1ª leva, na lancha Dom Jardim (Mestre Antonio Jose de Oliveira), e, na 2ª leva, na Lancha Invencível (Mestre Manuel Francisco Coelho de Aguiar), aqui chegando em 28 de março de 1813, num total de nove casais, um viúvo, sessenta e oito filhos e quatro agregados, perfazendo 91 pessoas.

Seus nomes são:

Segunda Remessa

1ª leva:

Manuel Caetano Silveira e sua esposa Ana de Jesus (três filhos);

José Matheus Bittancourt e sua esposa Maria de Jesus e um agregado,
Manuel Machado;

Jacinto Antonio e sua esposa Maria Victoria;

Manuel Vieira da Costa e sua esposa Anna Victorina (uma filha);

2ª leva:

Antonio Machado Corrêa e sua esposa Joana Rosa (sete filhos);

Francisco Martins Pacheco e sua esposa Beatriz Josepha (uma filha);

Francisco Machado e sua esposa Beatriz Maria (dois filhos);

Manuel Luiz de Souza e sua esposa Nazária Joaquina (oito filhos), e a
agregada Francisca Mariana;

Francisco Coelho Borges e sua esposa Maria Vicência (dois filhos);

João Gonçalves e sua esposa Lourença Rosa;

Manuel de Souza e sua esposa Maria Francisca (sete filhos) e o
agregado Francisco Coelho;

Matheus do Couto Barcelos e sua esposa Maria Joaquina (seis filhos);

Manuel Machado da Costa e sua esposa Ana Teodora (seis filhos);

Manuel Tristão de Mello e sua esposa Maria Angélica (dez filhos);

José Ferreira Louro e sua esposa Maria de Nazareth (dois filhos);

Inácio Ferreira Velho e sua esposa Francisca Mariana (três filhos);

Felix Gonçalves, viúvo (seis filhos);

Antonio José do Evangelho e sua esposa Joaquina Ignacia (três filhos);

José Luiz e sua esposa Maria Joaquim (um filho), e a agregada Maria de
São José.

A Terceira Remessa chegou a bordo do Bergantim Mai de Deos (Mestre Luciano Miguel da Silva e Carvalho), no mês de novembro de 1813 e enviados em três levadas, respectivamente, na lancha Boa Viagem (Mestre Antonio do Coito), lancha Victoria (Mestre Manuel Alvarez Thomé) e Lancha Bom Destino (Mestre Antonio José de Oliveira). Desembarcaram na Capitania do Espírito Santo, nove casais na primeira, sete na segunda e um casal na terceira, perfazendo um total de dezessete casais, trinta e cinco filhos, no total de 69 pessoas, sendo a última

do ano de 1813.

Seus nomes são:

Terceira Remessa

1ª leva:

Antonio Furtado e sua esposa Maria Joaquina (três filhos);
Manuel de Lima e sua esposa Maria Joaquina (quatro filhos);
Manuel Rodrigues e sua esposa Gertrudes Rosa (três filhos);
Jacinto de Souza e sua esposa Maria Luiza (oito filhos);
Antonio Pereira e sua esposa Bebiania de Jesus (uma filha);
Manuel de Almeida e sua esposa Maria da Estrella;
Antonio Pereira e sua esposa Luiza da Estrella;
Antonio Cordeiro e sua esposa Maria Jacinta (uma filha);
Joaquim José e sua esposa Antonia Jacinta (quatro filhos);

2ª leva:

Luiz Barbosa e sua esposa Ana Jacinta (um filho);
Antonio Lopes e sua esposa Maria de Jesus (dois filhos);
João da Costa e sua esposa Francisca do Espírito Santo (uma filha);
José de Medeiros e sua esposa Maria Francisca (dois filhos);
Manuel José da Costa e sua esposa Maria Ignacia (dois filhos);
Manuel da Costa e sua esposa Luiza Joaquina (três filhos);

3ª leva:

Manuel de Medeiros e sua esposa Francisca Joaquina (um filho).

No ano seguinte, é recebida a Quarta Remessa, mais precisamente em 7 de março de 1814, sendo essa a última, destinada à Capitania do Espírito Santo. Desembarca em Vitória, mais uma leva na Lancha São João (Mestre Narcizo Jose Teixeira), trazendo um casal com cinco filhos. Logo depois desembarcou um viúvo com uma filha, seis órfãs cujo pai Inácio José da Costa, viúvo, faleceu no Rio de Janeiro e uma mulher na Lancha Bom Divino (Mestre Antonio Jose de Oliveira):

“vierão na Galera Hespanhola General de Laburia (Capitão Miguel Ayres Mendes), vindos da Ilha do Fayal na Galera denominada Divina Providência (Capitão Jacintho Manuel Radavalho)”.

No texto, consta um porto intermediário entre a Ilha do Faial e a cidade do Rio de Janeiro.

Seus nomes são:

Quarta Remessa

1ª leva:

Francisco Pereira Pimentel e sua esposa Rosa Luiza (quatro filhos);

2ª leva:

Francisco da Silveira Machado, viúvo, filha, Maria;

Maria, Luiza, Ignacia, Emerenciana, Narciza e Theodora, filhas de Inácio José da Costa, viúvo, falecido no Rio de Janeiro;

Josephina Narciza, filha de Manuel Dias de Aguiar e sua esposa D. Maria Rosa¹⁸⁶.

Um fato interessante, que merece ser citado, foi o acontecido com as seis órfãs, cujas licenças para se casarem foram expedidas ainda na Corte, logo após o falecimento de seu pai na cidade do Rio de Janeiro. Três casaram-se em Vitória, quatro meses após seu desembarque e, a quarta, um mês depois. A quinta irmã casou-se em 1818 e, quanto à sexta irmã, por contar, à época da chegada, 10 anos, só veio a contrair matrimônio alguns anos depois, porém, seu futuro marido, veio a ser seu cunhado, Manoel Pereira Pimentel.

Segue a relação das órfãs com seus respectivos esposos: Jozefa Narciza com 20 anos casou-se com João, com 21 anos, filho do colono açoriano Paulo José, que veio na Primeira Remessa, em 11 de junho de 1814; Maria com 20 anos casou-se com Manoel, com 18 anos, filho do colono Francisco Pereira Pimentel em 11 de junho de 1814 (seriam gêmeas); Luiza Aurélia da Conceição de 18 anos casou-se com o Alferes Antonio de Freitas Lira, natural de Vitória, em 2 de junho de 1814; Emerenciana Francisca da Conceição com 13 anos casou-se com Francisco com 16 anos, irmão de Manoel, filho de Francisco Pereira Pimentel em 8 de julho de 1814; Narciza Francisca com 12 anos casou-se com Francisco Xavier das Chagas, natural da Vila de Guaraparim em 18 de janeiro de 1818; Theodora Luiza quando do falecimento de sua irmã Maria em data posterior, casou-se com seu cunhado Manoel Pereira Pimentel.

Esses fatos ocorridos há mais de duzentos anos e, que foram transmitidos pelos descendentes dessas famílias de uma geração a outra, através da tradição oral, chegaram aos nossos dias na fala da historiadora Maria Stella de Novaes, ao narrar como se conheceram a órfã açoriana Luiza Aurélia e seu futuro esposo Antonio de Freitas Lira:

“Conta-se, por exemplo, a passagem da chegada dos açorianos à Vila de Vitória: - Desejoso de conhecê-los pessoalmente, o Governador Rubim chamou-os ao Palácio. E notou que, dentre eles, estavam cinco irmãs, mocinhas lindas e esbeltas. Uma, Luiza Aurélia da Conceição, tinha apenas dezoito anos; despertou a atenção de um pajem do Governador, chamado

¹⁸⁶ APN, 1813, códice 367.

Antônio de Freitas Lira, que não se conteve e alisou delicadamente os cachos maravilhosos da jovem lusitana! Acontecia, porém, que Rubim não era homem de brincadeiras”. E mais adiante: “Por isso, Antônio de Freitas Lira, dias após, casa-se com Luiza Aurélia. Originou-se, desse modo, na Capitania, a primeira família entre açorianos e brasileiros, a família Lira, que, até hoje, conserva suas belas tradições de amor ao Município e ao Espírito Santo”¹⁸⁷

Com algumas correções, o relato mítico da família é coerente e, provavelmente, descreve o que verdadeiramente aconteceu.

Para finalizar este corte sincrônico, em que se desenrolaram esses acontecimentos, destacamos essa personagem histórica, que nos seus noventa e cinco anos de vida, deixou profundas marcas na historiografia regional, com sua atuação em diversos momentos, como quando recepcionou o Governador Rubim em 1815, no início da construção da Igreja Matriz de Viana, tendo participado da primeira festa do Divino Espírito Santo, realizada em solo capixaba em 7 de julho de 1817, como Imperatriz, sendo seu esposo Antonio de Freitas Lira, Imperador, salvou já viúva, a Imagem de Nossa Senhora da Conceição, Padroeira do Município de Viana, de um incêndio que quase destruiu totalmente a Igreja Matriz em 1848, resgatando também, diversos Livros Paroquiais, sem os quais, boa parte deste texto não poderia ser escrito, hospedou em sua casa o Imperador D. Pedro II em 1860, servindo almoço e jantar ao ilustre visitante, assim como, o Presidente da Província o Dr. José Fernandes da Costa Pereira Junior na criação do Município e, instalação da Câmara Municipal de Viana em 1862, que funcionou em sua residência, por alguns anos, sem ônus nenhum para o erário Municipal. Natural da Ilha do Faial, provavelmente do Conselho de Horta, nascida no ano de 1795, teve três filhos que deixaram numerosa descendência no Espírito Santo e, em vários outros Estados do país, tendo falecido às sete horas da manhã do dia 17 de agosto de 1890 na sede da sua Fazenda Boa Vista em Viana, despertando assim, para outras aventuras em outras paragens.

Podemos extrair, dos Livros de assentos de óbito das Igrejas de N. S. da Conceição de Viana e da antiga Matriz de N. S. da Vitória, informações sobre o local de nascimento de muitos açorianos fornecidos por familiares, quanto do registro de suas mortes, nos anos seguintes aos seus desembarques e, podemos, com essas informações, identificar as suas ilhas de procedência, onde se conclui que a grande maioria é originária das Ilhas Terceira, principalmente do Conselho de Angra do Heroísmo, Freguesia de Santa Bárbara das Nove Ribeiras e de São Miguel e, em minoria da Ilha do Faial, principalmente do Conselho de Horta, pois na relação feita quando da sua vinda, somente na última remessa, aparece a Ilha do Faial como indicador de embarque.

Consta no Relatório de Paulo Fernandes Viana, Intendente de Polícia do Príncipe Regente, como data de posse do Governador Francisco Alberto Rubim, 6 de outubro de 1812, e, como data do desembarque da Primeira Remessa, na cidade do Rio de Janeiro, dos colonos açorianos, 28 de novembro de 1812. Os

¹⁸⁷ Novaes, 1969, p. 117

documentos do Arquivo Nacional e do Arquivo Público do Espírito Santo, que foram pesquisados e aqui relacionados, informam a data de 13 de fevereiro de 1813, havendo, nas fontes disponíveis, disparidade quanto a este assunto. Oficialmente, prevaleceu a segunda data, sendo esta a adotada como da fundação do atual Município de Viana.

Tudo leva a crer, baseando-se nos documentos pesquisados, que quando chegaram à vila de Vitória, alguns dos açorianos permaneceram por um determinado período de tempo, aqui hospedados, sem podermos definir o local, até que fossem enviados para a recém-fundada povoação de Viana, mais provavelmente por terra, apesar de se saber que muitos dos materiais para a construção da Igreja de N. S. da Conceição, na dita povoação, eram transportados por meio fluvial, através dos Rios Jucú, Jacarandá e finalmente o Santo Agostinho até o porto de Viana, que se localizava na encosta do morro atrás da Igreja. Esta tese é suscitada, em razão das seis órfãs da família Costa e do casamento de uma delas, Luiza Aurélia com o Alferes Antonio de Freitas Lira, que ocorreu em 2 de junho de 1814, ou seja, quatro meses após seu desembarque, com um natural da cidade, que servia, como militar, diretamente subordinado ao Governador Rubim, assim como, seu interesse em conhecê-las na sede do governo e, a responsabilidade que tinha como responsável pelo projeto de colonização e, consequentemente pela adaptação e encaminhamento das jovens em terras capixabas. Não se sabe quem ficou encarregado da construção das casas de morada dos colonos, se os próprios ou outras pessoas contratadas ou requisitadas pelo governo para este fim, como ocorreu com a construção da Igreja de N.S. da Conceição na povoação de Viana em 1815, quando foram trazidos índios aculturados, oriundos da Vila de Nova Almeida situada ao norte de Vitória, ou se essas já estavam prontas na data do desembarque, para que fossem enviados para a povoação, imediatamente. Seguindo esta linha de raciocínio, sabendo-se que a Igreja Matriz de Viana teve sua construção iniciada em 1815 e, pelas circunstâncias peculiares do evento, reforçando essa afirmação.

Efetivamente, alguns casais não se adaptaram à região, ao clima e ao tipo de trabalho para o qual foram trazidos, até porque suas profissões, alguns eram artesões, não estavam ligadas ao meio rural, o que ocasionava descontentamento e a vontade de retornar a sua terra natal.

Vários outros fatores contribuíram para a insatisfação dos colonos, apesar do projeto de instalação beneficiá-los com áreas razoáveis de terra, casa de morada, animais e ferramentas para seu labor, além de mesadas para seu sustento e de suas famílias por um período de pelo menos dois anos até o advento da primeira colheita. Algumas intempéries, afirma o naturalista Auguste de Saint-Hilaire, contribuíram para tal desconforto:

“O ar de Viana, antes dos desbravamentos, que tiveram início logo depois, estava longe de ser salubre; os colonos não estavam acostumados a trabalhar sob sol ardente dos trópicos, e cometeram, logo ao chegar, a imprudência de formar arrozais nos alagadiços, próximos de suas moradias. Muitos homens adoeceram e morreram. As mulheres foram menos sacrificadas; saíam menos

que os maridos, e assim não tiveram as mesmas ocasiões de beber águas más, e nem iam aos lugares pantanosos”.

No mesmo sentido, no seu texto:

“Assim que viram morrer alguns patricios, os ilhéus se apavoraram e pretenderam retirar-se. A isto, o governador se opôs, alguns fugiram, mas foram trazidos à força armada para Viana; quando de minha viagem, era ainda proibido aos novos colonos irem estabelecer-se em outra parte.”¹⁸⁸

A vinda de colonos dos Açores, vinha ocorrendo desde o final do século XVIII, para a região sul do Brasil, notadamente as Províncias do Rio Grande e Santa Catarina, o que era de conhecimento dos ilhéus através de parentes e conterrâneos que já haviam emigrado e, onde a agricultura e pecuária encontravam-se mais adiantadas, com as terras já desbravadas, o que não acontecia na desconhecida e inexplorada Capitania do Espírito Santo. Mais uma vez, lançamos mão do relato de Saint-Hilaire, para consubstanciar nossa assertiva:

“As queixas dos ilhéus se baseavam na razão única de lhes terem sido prometido terras em Minas Gerais, Rio Grande, Santa Catarina e não na Província do Espírito Santo.”¹⁸⁹

Nos anos seguintes à fundação da povoação de Viana, encontramos informações sobre a evasão desses ilhéus para outras regiões. Entre os anos de 1819 e 1822 na relação de passaportes do Arquivo Público Estadual, encontramos cinco famílias que embarcaram para o Rio de Janeiro, são estas: Manoel Luiz de Souza, sua mulher Narciza Joaquina e seus filhos Francisco Luiz de Souza, Joaquina Luiz, Flozinda Roza, Gertrudes Luiza e Maria Theodora, origem não relatada, em 6 de setembro de 1819; Felix Gonçalves, viúvo, suas filhas, Francisca, Claudia, Maria, Izabel e Anna, em 1 de outubro de 1819, naturais da Ilha do Faial; Jose Luiz e sua esposa Maria Joaquina, em 30 de outubro de 1819, naturais da Ilha de São Miguel; Maria Joaquina, casada com Matheus do Couto Barcellos, retorna sozinha com seus filhos Manoel do Couto e Maria, em 4 de março de 1822, naturais da Ilha Terceira; João da Silva e sua mulher Maria Balbina, filha de Antonio Jose do Evangelho, já falecido, em 25 de abril de 1822, naturais da Ilha de São Miguel, justamente no período da visita à povoação de Viana, dos naturalistas Saint-Hilaire, Wied-Neuwied e, do Bispo Dom José Caetano da Silva Coutinho, dentre outros, quando narram em seus escritos, que alguns dos colonos açorianos se encontram “afazendados” e, que prosperaram nos seus labores, fato que emana ao se pesquisar os Livros de batizados de escravos, referentes aos anos entre 1818 e 1822, do acervo da Igreja de N. S. da Conceição, Matriz de Viana, onde se pode constatar que muitos de seus donos, são os casais de açorianos, a tão pouco tempo ali instalados. Este dado é relevante, em razão do valor monetário cobrado ao se

¹⁸⁸ Saint-Hilaire, 1974, p.109

¹⁸⁹ *idem*, p.109

adquirir escravos na Província do Espírito Santo.

Outro dado em que nos baseamos para esta afirmação é o levantamento mandado fazer pelo Governo Central no ano de 1855, com a finalidade de identificar, quantas propriedades rurais existiam na Província do Espírito Santo e, quais eram os seus donos, onde verificamos que alguns dos colonos açorianos haviam adquirido vastas porções de terra, na região da povoação de Viana. Como exemplo, podemos citar Dona Luiza Aurélia da Conceição, que declara possuir três sesmarias, uma por doação de S.M. Dom João VI e as outras por compra aos herdeiros de Ignacia Pereira de Jesus. Temos também, o colono Manoel Pereira Pimentel, possuidor do lugar denominado “Bonito”, por compra que fez a Francisco Pinto Ribeiro, propriedade essa que confrontava com sua sesmaria e, seu irmão o Coronel da Guarda Nacional Jose Pereira Pimentel, filhos do colono Francisco Pereira Pimentel, falecido em 15 de março de 1815, um mês após sua chegada a povoação de Viana e, naturais da cidade de Horta capital da Ilha do Faial, que fez compra no ano de 1868 da importante Fazenda Belém, com casa de sobrado anexa a Igreja de N.S. de Belém, erguida em 1780, além de vários outros colonos e seus descendentes, tais como Francisco Xavier das Chagas, Manoel de Medeiros, Manoel Correia, Francisco Monteiro de Souza, Anna Theodora, Inácio Ferreira de Nazareth filho de Inácio Ferreira Velho, Manoel Martins de Souza, entre outros.

O projeto de colonização adotado gerou bons frutos, pois essa filosofia continuou norteando os governos futuros até o fim do século XIX. Como prova desta afirmação, nos anos seguintes foram trazidos e instalados no Espírito Santo, os pomeranos, austríacos, suíços, holandeses, espanhóis e uma grande população de italianos, dentre outras etnias, com a mesma finalidade.

Economicamente o Espírito Santo se mantinha quase que exclusivamente da produção da cana-de-açúcar, sendo que outros produtos existentes e cultivados como a mandioca, algodão, milho, feijão e arroz, eram basicamente para sustento próprio da sua população, sendo que dessa, pouco sobrava para ser comercializado em outras praças. Em 1817, existiam em todo o território da Capitania do Espírito Santo, setenta e cinco engenhos e sessenta e seis engenhocas, que produziam açúcar em quantidades ainda não claramente mensuradas, para que se pudesse avaliar com precisão o desempenho da indústria no período mencionado.

A escolha do arquipélago dos Açores para recrutamento de colonos pela Intendência Geral da Polícia, tendo à frente Paulo Fernandes Viana, deve-se a diversos fatores. Nas palavras de Oliveira Lima, era intenção do Intendente, além da vinda dos açorianos, um amplo plano de imigração portuguesa, sancionado por D. João em dezembro de 1810, com o intuito de utilizar na agricultura, a mão de obra dos expatriados em razão das repetidas destruições causadas pelos franceses em solo português. Falando mais genericamente, talvez seja pelo fato, dos açorianos em poucos anos da colonização das ilhas, já terem participado de eventos marcantes da história portuguesa em todos os continentes onde esta presença se fazia sentir, assim como, terem emigrado e se fixado nos mais remotos domínios da coroa portuguesa. Diversos autores aclamaram essa

característica, como observamos neste trecho:

*“Logo alguns decênios após o início do seu povoamento, já os açorianos marcavam a sua presença na conquista e defesa de várias praças portuguesas do Norte de África, conforme consta das Saudades da Terra, de Frutuoso.”*¹⁹⁰

Outros afirmam que:

*“Naquele tempo não havia colonos disponíveis na Metrópole de que pudesse Fernandes Viana lançar mão, para trazer para o Brasil; e por isso voltou-se para as ilhas, visando também a colonização de outras capitanias, embora somente na do Espírito Santo tivessem medrado esses colonos”*¹⁹¹

Porém, não restam dúvidas da escolha e recrutamento desses ilhéus, por Paulo Fernandes Viana, para povoarem a Capitania do Espírito Santo, se instalando na povoação de Viana.

Nesse contexto histórico, deve-se ressaltar os grandes desafios enfrentados por todos os participantes desse espaço de tempo, ao verem as mudanças que estavam ocorrendo, sendo eles próprios os principais personagens.

Perguntas ascendem, ao vislumbrarmos o período histórico, descrito nesta breve narrativa.

Era objetivo do Governo, com o assentamento dos açorianos na Capitania do Espírito Santo, diversificar a agricultura, baseada até então na monocultura da cana-de-açúcar, com a introdução do cultivo do trigo, do linho e do cânhamo, assim como, povoar regiões desabitadas. Podemos citar o historiador Heribaldo Lopes Balestrero, mais uma vez, para ilustrarmos a referência, quando escreve sobre a utilização das planícies ao redor da povoação para o plantio do trigo e do linho, o que foi feito com ótimos resultados, sendo o Governador Rubim elogiado pelo Príncipe Regente após receber amostras de linho na forma de meadas e toalhas com bordado e crivo, tecidas na povoação de Viana. A doação de pequenas propriedades, mediante sesmarias, aos açorianos, numa época onde prevaleciam os latifúndios, foi uma experiência cujos resultados foram utilizados nas próximas políticas adotadas sobre a divisão de terras.

A fundação da povoação de Viana, com a instalação dos casais de açorianos, ocorreu concomitantemente com a abertura da estrada ligando à Vila de Vitória a Vila Rica, atual Ouro Preto, na Capitania de Minas Gerais. A proximidade dessa Vila com a estrada de São Pedro de Alcântara, mais precisamente com o Quartel de Borba, que se localizava a poucas léguas dali, baseou-se num projeto pré-estabelecido, que iniciou a ocupação de uma região, cujos frutos perduraram até os nossos dias.

No presente, esses acontecimentos ocorridos há mais de duzentos anos nos fazem levantar questões que ainda permanecem sem resposta, aguardando a

¹⁹⁰ Serrão, 1985, p.20.

¹⁹¹ Balestrero, 1976, p.93.

luz da história para iluminá-la, desvendando afinal seus segredos mais íntimos.

FONTES PRIMÁRIAS:

Arquivo Público Estadual;

-Coleções: (Documentos Série Governadoria - Livro 6, série 751).

-Coleções: (Fundo Agricultura - Livro 74, 1ª série).

-Registro de Patentes Militares: Livro 18-A.

Arquivo Público Nacional;

-Relação dos Casais de Ilhéus – 1813 – código 367 – vol. I.

BIBLIOGRAFIA

BALESTRERO, Heribaldo Lopes. *O Povoamento do Espírito Santo (A Marcha da Penetração do Território)*. Sem nome Editora. Vitória, 1976.

CUNHA, Manuela C. *História dos índios no Brasil*. Editora Companhia das Letras. São Paulo, 1992.

HUM CAPIXABA, *Memórias para Servir à História Até o Ano de 1817 - Breve Notícia Estatística da Capitania do Espírito Santo, Porção Integrante do Reino do Brasil, Escritas em 1818 Por Hum Capixaba*, Publicado em Lisboa em 1840.

LEAL, João Eurípedes Franklin. *Espírito Santo: Documentos Coloniais*. Série Documentos Capixabas. Vol. 1. Editora FJSN. Vitória, 1978.

LIMA, Oliveira. D. *João VI no Brasil*. 3ª Edição. Editora Topbooks. Rio de Janeiro, 1996.

NOVAES, Maria Stella de. *História do Espírito Santo*, Rio de Janeiro, Editora: F E E S 1969. 455p.

SAINT-HILAIRE, Auguste de. *Viagem ao Espírito Santo e Rio Doce*. Editora Itatiaia. Belo Horizonte, 1974. 121p.

SERRÃO, Joel (dirigido por). *Dicionário de História de Portugal*. Volume 1. Abadágio Castanheira. Livraria Figueirinhas/Porto, 1985.

VASCONCELOS, Ignácio Accioly de. *Memória Estatística da Província do Espírito Santo*. Transcrição do manuscrito original realizada por Fernando Achiamé, Editora Arquivo Público Estadual. Vitória 1978.

VIANA, Paulo Fernandes, Desembargador do Paço. *Abreviada Demonstração dos Trabalhos da Polícia em Todo Tempo que a Serviu o Desembargador do Paço Paulo Fernandes Viana* - Arquivo Público Nacional -TOMO 55 - págs. 373 a 380.

WIED-NEUWIED, M., Príncipe de, *Viagem ao Brasil*. Edusp/Itatiaia. São Paulo/Belo Horizonte, 1989. 2 tomos em 1, 536 p.

JUDAÍSMO E JUDEIDADE TRANSGERACIONAIS: O CASO DOS JUDAICO-DESCENDENTES FLUMINENSES (SÉCULOS 17 E 18)

Gilberto de Abreu Sodré Carvalho

Resumo: *Este é um ensaio exploratório sobre o Judaísmo transgeracional dos cristãos portugueses judaico-descendentes. Os fragmentos de Judaísmo e de judeidade em sincretismo com o Catolicismo importaram apenas à Inquisição, ao povo, aos clérigos, burgueses, nobres, prelados, e ao Estado. Os próprios sincréticos não sentiam culpa. Em contraste, os judeus verdadeiramente devotos fugiram nos séculos 15 a 17. No Rio de Janeiro (século 17) houve rebelião de sincréticos contra os prelados católicos locais.*

Abstract: *This is an exploratory essay about the transgeracional Judaism of Portuguese judaico-descendents christians. Fragments of Judaism and jewishness in syncretism with Catholicism turned important only for the Inquisition, plain people, priests, bourgeois, nobles, prelates and the State. Syncretic people felt no guilt. Conversely devout Jews fled in the centuries 15 to 17. A rebellion of syncretic people happened against the local catholic prelates in Rio de Janeiro (17th century).*

Introdução

A cada tempo e nos nossos diversos ambientes sociais, como na família, no trabalho, no clube, nos espaços públicos em geral, todos queremos nos afirmar no curso de nossas vidas, ou buscar sobreviver ou, ao menos obter algum proveito (Carvalho, 2017).

Valho-me da teoria de Benedictus de Espinosa para descrever a dinâmica psicológica da interação do ser humano com seus ambientes sociais e físicos. É importante dizer que Espinosa viveu durante o século 17, sendo contemporâneo do episódio histórico dos cristãos-novos em Portugal e nos seus domínios. Ver sobre a sua obra: Espinosa, 2009; Deleuze, 2002; Lenoir, 2019 e 2024; Ramond, 2010.

Para apresentar meu pensamento, estabeleço o conceito de “autoidentidade” individual como o conjunto das formas de pensar, assumir ou rejeitar legados transgeracionais, preferir isso a aquilo, ter preconceitos, ter

certezas, ter dúvidas, sentir, mentir a si mesmo e aos outros, ter medo, agir, reagir, julgar, motivar-se, desejar e rejeitar. A autoidentidade de uma pessoa é por vezes desconhecida no plano da consciência do indivíduo (Deleuze, 2002: 24-26). Eu percebo que tive, a cada tempo de minha vida, autoidentidades de algum modo diferentes. Não que eu deixasse de ser eu mesmo, mas minhas crenças, dúvidas, interesses e o mais mudaram, ou foram mudando. Isso eu posso ver em retrospecto das minhas ações e da lembrança do que se passava na minha consciência.

Os fatores genéticos transgeracionais importam como a plataforma básica da autoidentidade. Todavia a autoidentidade que nos importa neste ensaio inicia-se nos entornos familiar e social da criança e do jovem, e a na sua interação com o ambiente (comida, higiene etc.). Durante toda a vida a autoidentidade é o resultado, atualizado no agora, dos encontros com os agentes que a afetam, de um lado, e a própria pessoa afetada, do outro. Os encontros podem ser com fatos e o que lhe chega por contatos eventuais. A autoidentidade de cada um contém as incontáveis interações que lhe afetaram, ainda que a pessoa não saiba ativamente do embaralhamento ziguezagueado das causas e efeitos havidos que se aprontam no seu agora.

Os efeitos dos encontros na autoidentidade podem ser esquematicamente *alegres* ou *tristes*, no modelo ofertado por Benedictus de Espinosa. São gerados por uma *afecção* – causa externa vinda do mundo e/ou interna como produto do processamento na mente/corpo individual – e o decorrente efeito que altera de alguma maneira o que chamo de autoidentidade e a atualiza no agora, para a recepção de novas afecções. Caso o efeito for de *alegria*, significará ânimo, autoconfiança, amor, vislumbre da própria potência. Caso o efeito seja de *tristeza* emergirá o desânimo, o ódio, o medo, o retrocesso na nossa vontade essencial de sermos a nossa própria plenitude; a diminuição de nossa potência vital.

Os judeus, cristãos-novos e judaico-descendentes autoassumidos como tais podem ter-se conduzido de várias maneiras, em sociedades formadas por cristãos intolerantes que impunham sua religião.

Havia, penso, os que desvendavam as causas da tristeza pelo escrutínio da razão e praticavam diversionismos: a autodepreciação, o humor autocrítico, a mentira e a escamoteação de si; e assim viverem uma existência mundana sem atritos, a fazerem da vida comum a sua alegria possível. Havia os que se inconformavam frente a afecção externa do meio sociopolítico, por força do desejo de manterem-se no fluxo de sua potência vital, de serem como se autoidentificavam, o que os levava eventualmente ao horror da Inquisição como movimento opressivo.

Havia os cristãos-novos que atendiam ao desejo pelas oportunidades notáveis que existiam em Portugal e na Espanha nos séculos 16 e 17, e por tal,

permaneciam por lá. E ainda, os muitos outros cristãos-novos ibéricos em geral que atendiam ao desejo de outra sorte de alegria: o pertencimento inteiro à sua judaico-ascendência ou judeidade, ao Judaísmo e ao convívio livre com outros judeus a céu aberto, em países tolerantes à etnia judaica. Esses últimos fogem de Portugal e de seus domínios e da tristeza que lhes era imposta.

No curso da vida, existem novos ambientes sociais, como: para a criança, a escola formal; para o imigrante, a terra de destino; para o *nouveau-riche*, os costumes e trejeitos do seu novo estamento social. Pode ainda ocorrer de a percepção do meio externo passar a ser outra: como a do adolescente que desdobre que seus pais não são seus genitores verdadeiros e que o sequestraram quando criança pequena; como a do cristão que foi adotado vindo de família judaica; como a do menino que passa a saber que seu pai é um criminoso de guerra etc.

Na minha experiência pessoal, eu me sentia pertencente à transgeracionalidade “Abreu Sodré”, até meus 40 anos. Eu vivia no Rio de Janeiro e os antepassados de minha mãe me traziam uma dada modelagem autoidentitária. Em seguida, essa transgeracionalidade passou a disputar com a vinda das origens de meu pai, graças à obra de meu primo Edgardo Pires Ferreira, festejado genealogista. A carga de “Carvalho de Almeida” afetou minha autoidentidade, a partir das histórias dessa minha gente de quem eu não tinha registros. Meu avô paterno Genésio Carvalho de Almeida tinha migrado do Piauí para o Paraná, e houve um corte. Soube pela pesquisa do Edgardo que os Carvalho de Almeida e posteriormente “Carvalho” foram criadores de gado vacum, processadores de carne-seca e couro, e comerciantes a grosso de artigos em geral, desde o início do século 18.

A origem do que chamo autoidentidade está na ideia de *self-identity* ou *self-concept* tratada, entre outros, pelos sociólogos Giddens e Sutton (2016). Todavia, mais ao longe, o conceito foi inaugurado por psicólogos e psicoterapeutas a contar da obra inovadora de Carl Rogers (1959). Os sociólogos, no mais das vezes, tendem a focar a identidade, como o faz Zygmunt Bauman (2005), e não a autoidentidade.

As autoidentidades são, em parte, transgeracionais, ou seja, de recepção e de busca de elementos através das gerações. Tanto no sentido do passado para o presente, como no do presente para o passado. Recebe-se dos antepassados, como também alguém, que se descobre no presente como sendo de dada origem, busca reconstruir o caminho da sua ancestralidade eleita como vinculante.

Expressões que uso

Uso a expressão “cristão-novo” para indicar os convertidos à força e as três primeiras gerações dos convertidos, os filhos e filhas, netos e netas e mais os bisnetos e bisnetas. Para os cristãos-novos, a religião judaica e o judeidade deixaram de ter suporte na presença dos seus livros sagrados e objetos litúrgicos, e ainda a ausência de rabinos e grupos de estudo dos textos. Isso fez com que o judaísmo e a judeidade perdessem a potência. A expressão cristão-novo é qualificativo do vocabulário do Estado Português, da Igreja e da Inquisição, e ainda do povo, burgueses e nobres, sempre com caráter depreciativo.

Chamo de “judaico-descendentes” os trinetos e trinetas e a seguir. Assumo que a permanência em Portugal e domínios portugueses indica a absorção autoidentitária de um sincretismo religioso judaico-católico, mais ou menos amalgamado ou em retalhos. Entendo que os que se dizem a si mesmos judaico-descendentes nos nossos dias, no século 21, seguem canhestramente a ideologia da Inquisição ao valorizarem a sua mínima parcela israelita formal vinda de seus décimo-segundos ou décimo-terceiros e além ancestrais ibéricos que se converteram ao Cristianismo nos séculos 14 a 16. Por certo, a Inquisição se deliciaria com autoidentidades construídas com remotíssimos fragmentos transgeracionais já em presença sincrética com o Catolicismo, ou ainda inventados/buscados do fundo do baú pelo esforço do interessado. Aos olhos dos rabinos contemporâneos, esses judaico-descendentes (ditos como tais a si mesmos, em detrimento de outras possibilidades de avocação transgeracional) deveriam converter-se formalmente ao Judaísmo para serem judeus.

A persistência da denominação “cristão-novo” para todos os descendentes dos judeus convertidos ao Catolicismo, mesmo que só tivessem parcela mínima de genealogia israelita formal, é um preconceito do Estado Português e da Inquisição até o final do século 18, quando o rei Dom José extinguiu a distinção.

No contexto deste ensaio, uso “Judaísmo” para significar a absorção dos ensinamentos da religião judaica e a prática da sua liturgia. “Judeidade” indica a atitude de pertencimento inteiro ou parcial à etnia judaica.

Chamo o rei de Portugal e sua hierarquia de governação de “Estado Português”, ainda que esse termo não existisse nos séculos 16 a 18, e antes. Estado Português, uma vez que a estrutura de governança era moldada para agir, mesmo sem ordens expressas, na conformidade com a imposição intransigente da religião católica e seus ditames a todos os indivíduos católicos de origem e os convertidos contidos no território português.

Este ensaio é feito de opiniões. Um estudo científico das autoidentidades dos cristãos-novos e dos judaico-descendentes dependeria do impossível: entrevistas pessoais, questionários respondidos com sinceridade, diários privados

fidedignos, cartas sigilosas, relatos de rabinos que tenham acolhido fugitivos em Amsterdã, no Oriente Médio ou no norte da África.

Resquícios do medo da Inquisição no século 20 fluminense

Quando eu tinha uns treze anos (a lembrar: a idade do *bar mitzvah*), minha avó materna me contou uma história que indicava preconceito contra os ministros de qualquer igreja cristã. Lembro do episódio em que o meu avô materno Feliciano de Abreu Sodré, que era primo da minha avó, enquanto foi prefeito de Niterói (1911-1914) e presidente do antigo Estado do Rio de Janeiro (1923-1927), não recebia em palácio, prelados e sacerdotes católicos e análogos de outras denominações cristãs. Ele preferia visitá-los em suas residências ou encontrá-los em cerimônias públicas de inaugurações.

Por que agia desse modo? Porque não confiava em ministros cristãos em geral e mais ainda nos padres católicos. Receber em casa, ou na residência onde habitava com a família era inconveniente, sem que minha avó me dissesse por qual razão exata.

Por evidente, eu não percebia a razão da “inconveniência”. Com o tempo, assumi que essas histórias de meu avô e minha avó eram resquícios da judaico-ascendência a que estavam ligados, ainda que houvesse mais de quatro séculos da origem judaica dos meus avós maternos. Eles, meus avós, não se casaram na Igreja, nem foram batizados à liturgia cristã.

Meu pai, em contraste, não tinha qualquer traço de judaico-ascendência. Seu antepassado patrilinear mais remoto era um reinol cristão-velho, vindo à Bahia como capitão do Exército, no início do século 18. Em seguida os seus descendentes e parentela foram criadores de gado, curtidores de couro e fabricantes de carne seca, no Piauí, sem aportes de judaico-descendentes por via matrilinear, uma vez que sempre casaram monotonamente com gente aparentada.

Meus ancestrais já no Brasil, tanto da linha paterna como materna, ao menos na linha patrilinear, casaram-se e procriaram nas suas regiões de origem e fixação – Piauí e Rio de Janeiro - com primas, sobrinhas e moças da família extensa, por quatro séculos. Assumo que não houve concorrência cultural de outras etnias, nos dois históricos. Quanto a mim, não tenho qualquer religião. Sou irreligioso.

Por vezes, o Judaísmo e a judeidade permaneceram incólumes no processo transgeracional, como exemplo a resiliência dos cristãos-novos de Belmonte.

Houve em Belmonte, no interior de Portugal, do escondido lado leste da Serra da Estrela, uma comunidade cristã-nova que manteve a judeidade e a fidelidade ao Judaísmo por via, inclusive, da posse dos livros e objetos rituais, até o século 20. Casaram-se entre si, esconderam suas práticas e performaram, em público, os costumes católicos, como procedimentos formais laicos. Essa gente reclusa, interiorana, esquiva, medrosa, mas coesa por centenas de anos, no final do século 20 dotou-se de um rabino residente, sinagoga, cemitério judaico. Foram reconhecidos como judeus inteiros pelo rabinato israelense (Garcia, 2003). A resiliência das autoidentidades de fundo judaico foi notável; sem a manifestação de sincretismo, a não ser nas aparências quando no espaço público.

A transgeracionalidade do Judaísmo e da judeidade

Para os judeus e, em especial, os rabinos da Diáspora, o Cristianismo, como religião que se estabeleceu na Europa a contar dos tempos do imperador Constantino, era e é uma seita profundamente herética frente ao Judaísmo. Pontos da heresia: um deus tríplice, um deus de carne e osso, uma semideusa mãe virgem do deus feito de carne e osso, uma corte celeste de santos, a concepção do imperador Constantino de uma igreja hierarquizada com bispos a tomar conta de “feudos”, uma cultura de imagens em esculturas e pinturas. E mais: uma dita comunidade cristã, a Cristandade, com reinos que se guerreavam todo o tempo, sendo inimigos e não irmãos. Do seu lado, o Judaísmo e a judeidade tinham e têm um conteúdo narrativo rico, a história de uma nação que gerou endogenamente a sua fé religiosa. Não a recebeu de invasores. Ou pelo mando de um imperador, como Constantino. Muito menos, o Judaísmo não foi imposto a ninguém à força.

O Cristianismo nos seus primeiros dois séculos foi uma variação aceitável no âmbito das possibilidades doutrinárias do Judaísmo. Uma doutrina judaica a servir de apoio aos humildes e iletrados. Ainda não havia o mistério de um deus humano, ainda não havia a escolha dos textos que comporiam o chamado Evangelho. Ainda não havia as importantes influências grega e romana na concepção da divindade de Jesus e o credo na natureza semidivina de Maria. Todos esses mistérios e dogmas se estabeleceram sob o imperador Constantino, no terceiro século. Com isso, com a modelagem de uma doutrina constantiniana contrária aos pilares da religião dos judeus, nasce o Cristianismo. De rigor, uma religião afeita aos povos gentios de lastro grego e/ou romano e aos bárbaros da Europa; não mais uma seita de fundamento judaico que pudesse ter eco entre os israelitas.

O Cristianismo desenvolveu-se, no tempo, como religião de estado, a excluir tudo que lhe fosse ou parecesse contrário, como a ciência e as inovações. A oposição culta ao Cristianismo de estado pode-se encontrar em Michel de Montaigne (1533-1592), um pensador inaugural do ceticismo filosófico (Green,

2011: 287-290). Montaigne era descendente de judeus portugueses pelo lado da mãe.

O passado dos judeus no âmbito ibérico e a emergência dos cristãos-novos

Kayserling (1971), entre muitas fontes, escreve que durante a Idade Média os judeus viveram nos vários reinos ibéricos em suas comunas, ligados diretamente a autoridades da sua comunidade e religião, sem que fossem apoquentados pelos cristãos ou pelos islamitas.

No final do século 14, com o crescente poder econômico, financeiro, cultural e político dos judeus, deu-se a disputa com os cristãos, esses compreendendo: o rei, a nobreza, a burocracia do estado, o clero, os burgueses e o povo em geral. Tal situação culminou com os massacres de judeus pela maioria cristã em 1391. Com isso, amedrontados, inúmeros judeus aceitam converter-se formalmente à fé cristã. Os conversos, como esses foram chamados, no curso do século 15, enriqueceram e adquiriam prestígio, tanto em Castela como em Portugal. No entanto, junto com o novo surto de intensa prosperidade, novamente a discriminação e ódio dos cristãos-velhos impuseram-se.

Em 1449, conversos foram mortos em Toledo, a tal se seguindo medidas legais discriminatórias: a proibição de fixação de residência em determinadas cidades, de ingresso em corporações e o impedimento de todo aquele que tivesse um bisavô que fosse judeu a ocupação de cargos oficiais, nas ordens militares e religiosas, nas universidades e a ter qualquer título nobiliárquico.

Em 1492, judeus e conversos (todos esses identificados como praticantes do Judaísmo) foram expulsos do reino de Castela, tendo parte deles feito de Portugal a sua nova terra, aceitos que foram pelo rei dom João II, mediante o pagamento de elevadas quantias, tanto para efeito de domicílio definitivo como temporário. Em Portugal, juntaram-se aos muitos judeus e conversos já existentes, os quais já tinham sido de ajuda inestimável para os projetos ultramarinos portugueses, desde a Revolução de 1383-1385, em que dom João de Avis foi feito rei e construiu os fundamentos para o futuro Império Português (Pinto, 2006).

No entanto, para desespero dos recentes imigrados, o rei dom Manuel, que governou de 1495 a 1521, comprometeu-se, junto aos reis de Castela e Aragão, Isabel e Fernando, seus sogros, a também banir os judeus do seu reino.

Logo em 1496, o rei determinou que todos os judeus devessem sair de Portugal em dez meses, e garantiu que os judeus poderiam levar os seus pertences e deixar o país pelo porto de Lisboa.

No entanto, como não fosse bom ao Estado Português que levassem seus bens e houvesse, entre os judeus, gente muito útil, o decreto é revogado em favor de outro que obriga todos a se converterem ao Catolicismo. Ainda que muitos conseguissem fugir, os judeus em boa parte foram convertidos a mando do Estado Português.

Em 30 de maio de 1497, o rei dom Manuel proibiu que as autoridades, durante os vinte anos seguintes, inquirissem os cristãos-novos sobre sua fé religiosa. Isto posto, em Portugal passou a haver, no século 16, um segmento populacional significativo de judeus de origem feitos cristãos. Esses, no seu conjunto, passaram a ser chamados de ‘cristãos-novos’. Ou ainda, no meio popular e pejorativamente, de ‘marranos’, uma vez que seguiriam a regra judaica de não comer carne de porco.

Dom Manuel - na medida em que deles precisava para a expansão do Império Português - reprimiu com severidade o grande massacre de Lisboa, em 1506, confirmando a isenção de explicações dos cristãos-novos quanto a matéria religiosa e de costumes.

Os judeus da Diáspora

De variadas formas, os cristãos-novos radicados em Portugal e os vindos para o Brasil não eram cristãos integrais, uma vez que suas autoidentidades tinham, em sincretismo, algum lastro importante de cultura judaica da Diáspora, repassada pela memória transgeracional, em especial das mães. Suas autoidentidades deviam variar muito quanto à estabilização, maior ou menor, do legado transgeracional judaico em um entorno sócio-político hostil e opressor, mas que as influenciava fortemente.

A luta genuína, entre ser e não ser cristão, nas primeiras gerações de convertidos, não parece ter ocorrido dentro dos indivíduos, mas sim deles para fora. Usaram de ardis e mentiras frente à Igreja e ao Estado Português para se manterem a eles mesmos nas construções de suas autoidentidades. Mentir ao inimigo é um ato virtuoso. A auto depreciação antecipada, antes de serem ofendidos por cristãos-velhos, e o jogo de concepções confusas foram mascaramento das suas autoidentidades.

A escamoteação e embaralhamento de conceitos se observam até recentemente nos judeus norte-americanos. Não digo que os judeus majoritariamente asquenazes dos Estados Unidos tenham o mesmo conteúdo autoidentitário das autoidentidades dos judeus ibéricos do século 15 e dos cristãos-novos e judaico-descendentes dos séculos 16 a 18. Os sefaraditas pré-modernos eram, presumo, mais tristes e circunspectos, uma vez que viventes em entornos cruelmente hostis.

A técnica da autodepreciação é um elemento do humor judaico da diáspora secundária norte-americana (Baum, 2021: 23). A opressão pela qual os judeus passaram traduziu-se em certa leveza externa de espírito, de forma a suportarem o meio cristão (Baum, 2021: 29). O conflito era fora, externo, mundano, sociopolítico.

Quanto à conversão ao Cristianismo, os judeus da diáspora norte-americana entendem que se trata de um fenômeno sociopolítico e não de fé. Isso se pode aplicar analogicamente, penso, aos cristãos-novos ibéricos e aos judaico-descendentes. Devorah Baum (2021: 39) conta a seguinte piada:

Quatro convertidos compartilham as histórias de suas conversões. O primeiro diz que foi vítima de uma acusação falsa e converteu-se para fugir da dura condenação que teria de sofrer. A segunda (uma mulher) confessa que seus pais a deixaram louca com reclamações sobre como ela era descuidada nos deveres religiosos; então ela converteu-se por despeito. A terceira conta uma história rocambolesca sobre como apaixonou-se por um rapaz cristão. Ela converteu-se para casar com ele. O quarto afirma: 'Ao contrário de vocês, eu converti-me pela firme convicção de que o Cristianismo é uma religião superior.' Os outros o interromperam: 'Ah, não me venha com essa! Essa você guarda para seus amigos goyim.'

Devorah Baum (2021:113) reporta-se a um personagem do filme “Santa Paciência” (“*The Infidel*”), de 2010, que diz que os israelenses “são judeus sem angústia, sem culpa, ou seja, não são judeus; de jeito nenhum!”

Continua a autora referida, na mesma página, a escrever que se reconhece um judeu por sua autoconsciência diante de uma “plateia de teatro” (o espaço público), o que lhe traz a percepção de como ele pode ser visto pelos outros. Os estigmatizados cristãos-novos e judaico-descendentes nos séculos 16 a 18, nas terras ibéricas e seus domínios, parecem também ter feito isso.

Miguel de Cervantes e Benedictus de Espinosa

William Egginton (2016: xvi-xvii da introdução) descreve a originalidade de Miguel de Cervantes na sua magistral obra “*El ingenioso hidalgo don Quixote de La Mancha*”.

Não se trata de uma originalidade comum, mas a de ter produzido uma “obra de ficção” como entendemos esse termo em nossos dias. Cervantes parece dizer sempre mais do que objetivamente escreve. Narra em pelo menos duas vozes. Por vezes, mostra a simplicidade unidimensional do personagem. Em outras, desenha o personagem em três dimensões, com grande riqueza de exposição, fazendo-o como que a sair do palco do romance para a vida real. Esconde possíveis histórias marginais, mas as faz imagináveis para o leitor. Cervantes é hábil em nos fazer estar dentro da ficção e além do que é dito na escrita.

Os personagens são tratados tanto no plano do que é visível como no plano do seu íntimo, dos seus projetos, crenças e expectativas, o que eu denomino “autoidentidade”. Os personagens apresentam-se aos nossos olhos e sentidos por meio de contrastes que Cervantes estabelece entre o que cada um percebe e o que o outro personagem interpreta sobre os mesmos fatos.

Na ficção literária inventada e inaugurada por Cervantes, com estrondoso sucesso, os personagens parecem reais, assim os sentimos, ainda que saibamos que não são. É um contraponto à mesmice da vida unidimensional das sociedades ibéricas subservientes à uniformização operada pelo Cristianismo.

O mundo de Cervantes é tridimensional, nuançado e colorido. É cheio de contrastes e complexidades. É o mundo visto por um *outsider*. O mundo ibérico era preto e branco, plano, obediente aos ensinamentos e dogmas da Igreja ao ponto de subordinar a atividade intelectual, a ciência, os costumes, as possibilidades de inovação, o sexo dentro das casas. A ficção literária só poderia ser criada por um gênio que fosse livre cognitivamente para ver nas entrelinhas, por trás do que se apresenta a olho nu. Até então, os autores conhecidos e anônimos viam a tudo no foco superficial de uma só dimensão.

Os desapontamentos e insucessos de Cervantes na procura de ascensão social (que atribuo à sua condição de descendente de convertidos, e Egginton cuida disso, p. xx e xxi, da introdução e p. 36-41) podem ter contribuído para o notável romancista dar vida e tridimensionalidade aos oprimidos, marginalizados e às mulheres do povo. Aqueles sem chance. Não há personagens nobres, príncipes, guerreiros, reis, rainhas.

Cervantes vale-se da experiência do teatro, em que o ator pode encenar pessoas – os personagens – diferentes dele mesmo. Na vida real, “estamos a performar para o nosso ambiente de homens e mulheres enquanto nos esforçamos para entender o que motiva as encenações deles” (Egginton, xxi, da introdução).¹⁹²

É certo que o escritor era um homem destemido, zelador de sua própria honra nos moldes castelhanos, como o seria um fidalgo de puro sangue cristão-velho, e um herói de guerra, tendo perdido os movimentos de uma das mãos por

¹⁹² O original diz: “We are performing for our fellow men and women all the while striving to understand what motivates their performances.”

ter sido atingido por um petardo. Tudo o levaria ao reconhecimento dos seus méritos por mercês régias, mas nada lhe foi dado.

É provável que tenha sido um “impuro”. A provança que fez da sua pureza de sangue foi frágil. Os fatos são de que seu bisavô patrilinear foi Rodrigo Díaz de Cervantes, um comerciante de tecidos radicado em Córdoba, lugar de concentração de gente convertida. Ademais, não se identificava o descendente de convertido apenas pela linha masculina, mas também pelas mães, avós, bisavós e trisavós e assim adiante. As mulheres eram e são as maiores contribuintes das autoidentidades transgeracionais dos filhos e filhas no âmbito de qualquer etnia.

Muitos cristãos-novos e suas famílias deixaram Portugal e a península Ibérica em geral e foram para a o norte da África e para o Oriente Próximo. Foram para leste, na Europa, em especial Amsterdã, nos Países Baixos.

Em Amsterdã, nasceu Bento de Espinosa ou Spinoza (como seria o sua sobrenomeação em castelhano) em 1632, de pais judeus devotos, cujo avô paterno fugira de Portugal para a França, e em seguida domiciliara-se em Amsterdã. Esse avô paterno chamou-se Pedro Isaac Espinosa. Os antepassados de Pedro Isaac, quando ainda na Espanha, até 1492 (data da expulsão dos israelitas daquele reino cristão), sobrenomeavam-se Spinoza. O filósofo tinha o prenome hebraico *Baruch*, como referido na sinagoga de Amsterdã, o mesmo que bento ou abençoado (Lenoir, 2019: 22).

Benedictus de Spinoza (um retorno à grafia espanhola) foi o seu nome completo para os leitores em latim do seu tempo. Assim ficou conhecido no meio culto e entre amigos, editores e conhecidos, na sua vida, produção intelectual e nas suas publicações em latim.

Benedictus de Spinoza inaugurou o questionamento absoluto da origem divina do Judaísmo, do Cristianismo e do Islamismo, bem assim de todas as religiões.

Spinoza era dito português ou castelhano (a dizer o mesmo que judeu) aos olhos dos neerlandeses, e judeu excomungado, na visão da comunidade judaica ibérica de Amsterdã, conduzida por rabinos egressos de Portugal e da Espanha. O prenome Baruch, como muitos o chamam hoje, é impróprio historicamente, uma vez que esse foi o seu nome hebraico devocional, o qual não persistiu, desde quando jovem e excomungado.

Ele foi pela totalidade de sua vida escritor de textos filosóficos em latim, a contar da leitura e estudo da literatura grega e romana, a que teve acesso pelo

seu domínio da língua latina, usada nos escritos cultos de seu tempo e de antes. A sua fonte hebraica, a que teve familiaridade em sua infância e juventude, foi por ele descartada em sua filosofia frontalmente herética frente às religiões abramicas. Na sua morte, encontraram 159 livros, entre eles a obra de Miguel de Cervantes em castelhano (Lenoir, 2019:39).

Em seus escritos (o que resultou em sua excomunhão), negou a autoria divina, seja direta ou mediada, dos textos sagrados do Judaísmo e Cristianismo, desconstruiu a concepção abramica de um deus-pessoa; estabeleceu a realidade (a que chamou Natureza, incluído o cosmos) como um sistema infinito de causas e efeitos que geram o presente (o agora, ou cada agora) das coisas vivas e não-vivas. Demonstrou a inexistência dos acasos em vista da contradição entre a consistência absoluta do mundo e um fenômeno impossível: o chamado teologicamente de “milagre”. Argumentou em favor da interimbricação do corpo e da mente (correspondente à alma teológica) de tal modo que a morte do corpo leva junto a sua mente (Lenoir, 2019: 57-62).

Spinoza – ou Espinosa ao gosto português e nas traduções em nossa língua - é um radical introdutor da era moderna, em que a Religião e o Estado se separaram, para o bem da razão e da ciência. David Ben-Gurion, primeiro ministro do Estado de Israel, um homem irreligioso, escreveu ao rabinato de Amsterdã, em meados do século 20, a pedir a restauração do grande filósofo como judeu. Não foi atendido (Telushkin, 1991:213).

A autoidentidade de Spinoza foi extraordinariamente autocrítica de suas crenças vindas da transgeracionalidade judaica ortodoxa, da qual se afastou radicalmente. Esse divórcio o fez livre para pensar com plenitude, sem amarras. Uma mente tão transformadora e corajosa é difícil de imaginar. Cabe consultar Espinosa, 2009 e 2020.

Miguel de Cervantes e Benedictus de Spinoza foram cada qual, na medida de suas contribuições disruptivas em direção à modernidade e os dias atuais, exemplos do *gênio judaico*. Ou seja, o gênio demonstrado pela grande desproporção entre a diminuta população israelita e as suas conquistas para a humanidade, nas artes e nas ciências, em comparação com o resto das etnias. Miguel pelo criticismo social e a arte livre de amarras do fazer literário de até então; e Benedictus pela separação absoluta entre qualquer religião e suas superstições, de um lado, e a razão à procura do conhecimento científico e filosófico, do outro. Benedictus fez algo originalíssimo. Ou seja, seu sistema

filosófico não é uma revisão, crítica ou resenha do que os filósofos relevantes tinham escrito. Benedictus apenas usou, no latim, termos e expressões que tinham sido usadas por escritores anteriores, mas com um sentido novo.

Os cientistas israelitas nos séculos 19 a 21, fazem com habilidade essa separação. São notáveis astrofísicos, nanobiólogos, historiadores, sociólogos, pesquisadores de todos os campos; são livres de crenças judaicas no seu labor intelectual. Ninguém mais foi excomungado da sinagoga por buscar o conhecimento pela razão e não a partir da sujeição a dogmas. Eles viveram e vivem a sua judeidade, mas seu Judaísmo é assunto tido como do seu foro íntimo, o que não se discute.

As duas inquisições ibéricas são mostras do mesmo

O historiador britânico Toby Green (2011) demonstra a validade do estudo conjunto das duas instituições inquisitoriais dos reinos ibéricos, uma vez que em um mesmo período histórico, motivadas pelas mesmas razões, mesma dinâmica, mesmas solenidades, mesmo propósito de obtenção de obediência total das pessoas.

Ponto central para o entendimento das autoidentidades dos judaico-descendentes é que eles, em Portugal e Espanha, eram odiados pela população cristã como, como sendo judeus, e desprezados pelos rabinos que os viam como cristãos. Os rabinos do norte da África não os consideravam israelitas, mas sim cristãos apegados à vida comunitária e às oportunidades de ascensão social no espaço prodigioso dos impérios do ultramar ibérico (Green, 2011).

Os judaico-descendentes nas sociedades hispânicas desenvolveram um jeito de parecerem comuns, mostrarem mediocridade no espaço público. Ou seja, seguir o modo simplório, farto de chavões e de lugares comuns dos demais portugueses e castelhanos. Os *insights* inteligentes deviam manter-se contidos na mente, porque verbalizados podiam ser impropriedade herética no entorno católico. Impunha-se serem banais como os outros. Mais que quaisquer outros indivíduos, os cristãos-novos e judaico-descendentes deviam se ver como focos da atenção de gente hostil. Suas autoidentidades tinham de ser permanentemente editadas para a exposição externa, para serem vistos como os outros.

Como nos ensina Norbert Elias (1993 e 2011), a vida social ampla só existe com crescente clareza, no Ocidente, a contar dos séculos 16 e 17, com a

afirmação do “espaço público”, que passa a contrastar com o “espaço privado”. Entenda-se que o espaço público é o do *palco* e o espaço privado é o dos *bastidores* e da intimidade. No âmbito da família imediata, os cristãos-novos e seus descendentes resilientes podiam ser eles mesmos, enquanto adestravam filhos e filhas para o “palco”.

Em contraste com dom Manuel, seu filho dom João III, que reinou de 1521 a 1557, exigiu dos cristãos-novos a prática da religiosidade cristã. Instalou o Santo Ofício da Inquisição no seu reino e domínios, em 1536, e com isso padeceram os cristãos-novos perseguições, tortura, mortes, sofrimentos e perda dos bens.

Na evasão dos cristãos-novos do Portugal continental, os fugidos procuraram também o Brasil, onde o preparo cultural e intelectual e o gênio empreendedor israelita tinham tudo para frutificar. A migração para o Brasil foi uma solução achada sábia; ficavam distanciados da Inquisição metropolitana e valiam-se de suas redes comerciais e protegiam-se uns aos outros.

Durante o período dos reis espanhóis como também reis de Portugal, de 1580 a 1640, a atividade da Inquisição aumentou, ao mesmo tempo em que os ‘estatutos de pureza do sangue’ eram cobrados daqueles que queriam ter acesso aos cargos no Estado Português. Curiosamente, o acesso à carreira religiosa era facilitado pelas dispensas da comprovação do sangue puro e as licenças papalinas, essas comuns. Um exemplo de cristão-novo plenamente assimilado foi o jesuíta José de Anchieta (Salvador, 1976: 81 e 92).

Entre outros, Herson (1996: 36-38) informa que certos pais de família cristãos-novos, em Portugal, no século 16 e início do 17, aproveitaram-se do fato de não haver proibições expressas para fazer ingressar seus filhos homens no sacerdócio católico. O *status* de padre era atrativo, uma vez que dava meios para uma vida independente economicamente. Além disso, servia como elemento de proteção da prática da “Fé Mosaica” (expressão usada pela Inquisição) pelos da família e mesmo pelo próprio sacerdote, em uma mistura sincrética com o Catolicismo no plano das autoidentidades.

O fato contundente é o da contribuição cultural dos descendentes de judeus na formação da mentalidade brasileira. Até hoje, em regra, tal aporte é confundido com aquele dos portugueses em geral. Na verdade, está provado que houve um poderoso contributo israelita para a mente e o corpo do brasileiro, junto com o elemento português comum, o indígena e o negro. A contribuição de

Israel é há muito demonstrada nos trabalhos de Wiznitzer (1966) e Salvador (1976).

Rio de Janeiro (século 17): revigoramento das parcelas de autoidentidade judaica

Dines (1992:359) compara a Capitania do Rio de Janeiro, no século 17, a Canaã:

Este imenso recôncavo, Canaã exuberante, em vez da toponímia hebraica, arrevesados nomes indígenas: Meriti, Inhaúma, Pavuna, Irajá, Sacopema, Iguaçu, Jacutinga, Jacarepaguá. Estende-se pelo fundo da Guanabara, vai até a orla do mar em Guaratiba. Outro braço contorna os mangues, ultrapassa São Gonçalo e alcança Cabo Frio, com nomes não menos estranhos: Columbandê, Guaxindiba, Maricá e Saquarema. Daqui não emana o mel bíblico, mas o aroma é doce. Demasiado, roça o azedo. Vem da cana que os escravos cortam, do caldo que escorre nos tachos, lambuza tudo e todos; vem da garapa, do melado, da rapadura e do açúcar que os engenhos fabricam dia após dia, menos no tempo das chuvas.

Desde o início do século 17, o Rio de Janeiro se tinha transformado em um lugar de refúgio para os cristãos-novos, por conta da menor visibilidade frente ao Estado Português. O Rio de Janeiro existia no fim do mundo, no lado sul do equador.

Ainda que aqui fosse também Portugal, pelas regras da conquista, havia tolerância quanto a costumes e o atendimento às práticas religiosas cristãs. Isso ocorria a ponto de, no último quarto do século 16 e início do 17, inúmeros judaico-descendentes, como Jorge Fernandes da Fonseca, mudarem-se para o Brasil na esperança de oportunidade e paz. A condição de judaico-descendente de Jorge é atestada por Salvador (1976: p.170-171). Jorge Fernandes da Fonseca é meu décimo avô, em linha patrilinear contínua por via de meu avô materno Feliciano de Abreu Sodré (Carvalho, 2008 e 2020).

Com o tempo, os povoadores do Rio de Janeiro ocuparam a porção das terras em volta da baía, em particular junto à sua entrada pelo mar. De um lado, o Rio de Janeiro; do outro, a chamada “Banda d’Além”, ou seja, além das águas cariocas da boca do recôncavo, surgiu a povoação que deu em Niterói.

Nos fundos e nos lados internos da baía, espocam povoações pequenas ao lado dos engenhos que surgem em quantidade durante o século 17.

Os colonos dedicaram-se, especialmente com o trabalho escravizado dos indígenas, à pequena agricultura, à caça e à pesca. A cidadezinha rústica era um bastião militar com responsabilidades frente ao que hoje chamamos Atlântico Sul e à proteção da rota das Índias.

O século 17 caracteriza-se como era da expansão urbana inicial. A população desceu para a várzea, vinda do seu ‘encastelamento’ no morro do Castelo, onde se tinha instalado para a sua melhor proteção contra os indígenas e os invasores. Para melhor se entender o papel do morro do Castelo, hoje arrasado, esse tinha tal nome em vista do torreão militar que ostentava em seu cume. Dali se observava o mar e a eventual aproximação hostil dos nativos de quem se invadiram as terras.

Desde logo, com a descida das pessoas para a várzea, passou-se a desenvolver a pecuária de gado bovino para o consumo da carne. Em 1649, os campos de Irajá, onde os animais eram internados, pareceram distantes. A Câmara Municipal resolveu arrendar pastos mais próximos. Mantiveram-se a agricultura de subsistência nas áreas não disputadas pela cana de açúcar, a pesca e a caça, inclusive de baleias.

A população da cidade, em meados do século 17, contava-se por volta de 10 mil pessoas, distribuída entre o centro e as terras ao longo da Guanabara. Bem menos da metade era de elementos da raça branca – inclusive os cristãos-novos e suas famílias – e mais os indígenas cativos e escravos negros. No início do século 18, a população, na mesma área, seria de cerca de 20 mil, metade no centro, metade nas terras junto à Guanabara (Gorenstein, 2005:54).

No entorno, os engenhos se multiplicaram, tendo por motivação inicial o deslocamento de São Vicente (São Paulo) para a baía da Guanabara do núcleo principal da produção açucareira do Brasil meridional. Por volta de 1630, havia 60 engenhos. Dez anos depois, 110, quando o Rio de Janeiro passou a fornecer açúcar a Lisboa em vista da tomada de Pernambuco pelos holandeses. No final do século 17, havia mais de 120 engenhos em operação. Frago e Florentino (2001: 65) reportam 130 ‘fábricas de açúcar’ no grande entorno do recôncavo guanabarrino, em 1680, conforme dados da Câmara Municipal.

Os judaico-descendentes tanto estavam na cultura e na indústria do açúcar como na sua comercialização e o comércio de produtos em geral, o que faziam por via de redes compartilhadas com judeus de todo o canto do mundo conhecido. Eram também médicos, advogados e mesmo sacerdotes católicos.

Como em Prado (1981:106-107), foram os cristãos-novos, judaico-descendentes e judeus que supriram Portugal dos meios para os escambos e escoamento das mercadorias, que compravam de produtores e revendiam, que emprestavam os recursos financeiros, que cobriam com apólices de seguro e que operavam as técnicas bancárias. As operações comerciais, no grande plano global, necessitavam da rede de judeus espalhados por todos os centros de

extração, agricultura, indústria e comércio. Todos eles capazes de ler, escrever e hábeis na matemática e na contabilidade.

É interessante, para entender-se o Rio de Janeiro do século 17 – quanto à preservação autoidentitária transgeracional do elemento judaico, maior ou menor ou sincrética – perceber-se que a conglomeração de judaico-descendentes em uma mesma dinâmica comunitária e território, levou ao forte sentimento de uma origem comum, a dizer a origem “cristã-nova”.

O fato é que no século 17, a Capitania do Rio de Janeiro mostrava uma estrutura social e econômica sob o domínio de judaico-descendentes. O grosso da população livre era de alguma remota origem judaica com a cooptação de homens e mulheres cristãos-velhos que se consorciavam a ela.

Como narra Salvador (1976: 62-63), desde a Conquista do Rio de Janeiro, vinha-se formando ali uma comunidade em reconstrução acelerada dos seus fundamentos étnicos predominantes, ou seja, dos elementos judaicos, em comum, das suas autoidentidades. No período de 1560 a 1580, estabeleceram-se dez famílias-tronco. Em seguida, até 1600, contavam-se 25. De 1601 a 1620, somam-se mais 17 casais. A quantidade de descendentes de cristãos-novos e suas famílias (ainda tidos como convertidos, passados mais de cem anos) torna-se tal que levou ao frei Diogo do Espírito Santo, em 1625, a pedir a intervenção da Inquisição, o que então não ocorreu.

A presença dos judaico-descendentes aumenta ainda mais como efeito das visitas da Inquisição à Bahia e a Pernambuco, em 1591, 1618 e 1627. Outros mais vieram para atender ao comércio com o Peru, facilitado pela união das coroas ibéricas. Como em Salvador (1976: 62 e 63), por volta de 1637, a cidade de São Sebastião do Rio de Janeiro, é a terceira da América Portuguesa, por conta dessa grande migração.

Com o término da União Ibérica, em 1640, mais aportes de judaico-descendentes ocorrem, em decorrência da vinda de muitos do Nordeste. Logo após 1640, chegaram mais 23 famílias. O processo continuou por todo o século 17. Em outubro de 1695, registra-se que entre $\frac{1}{4}$ a $\frac{3}{4}$ da população branca ou livre era originariamente, no todo ou em parte, de berço israelita (Gorenstein, 2005:144-145). O Rio de Janeiro era um porto seguro.

O recôncavo da Guanabara era berço israelita, porque cerca de 36% das mulheres ditas cristãs-novas se casaram com reconhecidos cristãos-velhos (Gorenstein, 2005:411). Isso fez crescer, mediante seus filhos e filhas, o contingente de judaico-descendentes à luz das regras do Estado Português e da Inquisição. Gorenstein (1999: 30-36 e 2005:145) avalia em 24% o número de marranos no total da população livre. Outro cálculo é de cerca de 75%: *“Dont plus de trois quarts sont originairement Juifs”* (Froger, 1698).

Estava a modelar-se uma opção coletiva e formal ao Judaísmo, a alguma semelhança do processo histórico ocorrido em Belmonte, em Portugal?

Parece-me que a resposta é não.

Na minha opinião, modelava-se um sincretismo judaico-católico, na medida em que as oportunidades dentro do Estado Português eram muito

atraentes. Os casamentos e negócios com gente cristã-velha mostrava complacência oportunista com o Cristianismo dominante. Em Belmonte, houve resistência organizada. Lá os casamentos eram entre os da etnia.

A coesão política e social da aristocracia fluminense era marcante, sendo programados os casamentos entre seus filhos, de molde a manterem-se os direitos e bens na família, em especial a abertura para as mercês régias. Concentravam-se os escravos, as terras, os engenhos e as redes de comércio.

Mostram os autos inquisitoriais do século XVIII que os hebreus do Rio de Janeiro, embora dispersos pela capitania e ocupados em múltiplas atividades, formavam uma comunidade, graças aos elos étnico-religiosos, à afeição que cultivavam e, às vezes, a interesses econômicos (Salvador, 1976:11).

Creio que não às vezes os fatores econômicos e de busca da fidalguia eram importantes. Eram esses relevantíssimos, em vista de ser a liga material que, junto com o prestígio dos judaico-descendentes como parcela importante na ocupação do Rio de Janeiro, os protegia das ameaças de fora.

Como em Fragoso (2000 e 2003), as famílias relacionadas à ocupação inicial, à Conquista, desenvolvem-se como sistemas sociais complexos de lealdades formadas e cobradas dos que se incorporam pelo casamento ou se relacionam por algum tipo de dependência.

Os judaico-descendentes, suas mulheres e famílias engessaram-se em uma estrutura econômico-social sem novidades. As atividades do cultivo da cana de açúcar, da indústria açucareira e da exportação em grandes caixas eram uma repetição monótona. Os judaico-descendentes perderam o viço de *outsiders* críticos e inovadores. A sensação de segurança em uma comunidade uniforme, no fim do mundo muito além do equador, os levou à estagnação.

A rebelião dos judaico-descendentes no Rio de Janeiro

O século 17, no Rio de Janeiro, correspondeu a um tempo de grande disputa entre a Igreja Católica e a elite comunitária majoritariamente de lastro judaico. Esse confronto teve sempre por vencedor o grupamento dos judaico-descendentes. Em todas as ocasiões, a sociedade livre se sobrepôs à administração eclesiástica. Isso até o início do século 18. A comunidade queria, com grande erro de avaliação, afastar a Inquisição do Rio de Janeiro.

Uso para escrever o texto abaixo as informações contidas em Coaracy (1944).

O Papa Gregório XIII, em 1567, instituiu uma prelazia na cidade do Rio de Janeiro, atribuindo-lhe poderes semelhantes aos de uma diocese. No começo do século 17, era prelado João da Costa, o qual entrou em franco conflito com a comunidade. As questões eram a escravidão dos indígenas e a intromissão da Igreja na vida privada e nos negócios das pessoas. Costa sofreu a revolta dos fluminenses. Temeroso, escapou para São Paulo.

João da Costa foi destituído, sendo substituído por Bartolomeu Lagarto. Esse, por sua vez, também amedrontado logo deixou o cargo.

Foi então nomeado Mateus da Costa Aborim, o qual do mesmo modo sofreu forte oposição, tanto pela questão indígena quanto pela intromissão na vida privada e na economia dos habitantes. O período de gestão de Aborim foi convulsionado. Era amigo dos jesuítas, os supostos protetores dos indígenas, a quem favoreceu para irritação geral. Isso durou até 1629, quando Aborim morreu envenenado em sua morada. Seu envenenamento é atribuído à ação de sacerdotes católicos judaico-descendentes, sob a orientação do padre Manoel da Nóbrega, um homônimo do personagem paulista.

Com a morte de Aborim, o bispo da Bahia designou o abade do mosteiro de São Bento, frei Máximo Pereira, para assumir interinamente. Pereira não teve ânimo para enfrentar a permanente indisposição da comunidade. Logo o velho abade renunciou à sua prelazia, retirando-se para Portugal. De modo a que não se ficasse sem comando, o clero local elegeu como administrador eclesiástico interino o Vigário Geral Pedro Homem de Albernaz. Esse era cunhado de Jorge Fernandes da Fonseca, meu décimo avô.

Em 1632, tomou posse como prelado, Lourenço de Mendonça, o qual tinha exercido funções de Vigário Geral do Peru. De lá veio para o Rio de Janeiro. Os principais da terra novamente antipatizaram com a autoridade eclesiástica.

Logo aos quatro dias depois de haver-se empossado, Mendonça era alvo do primeiro atentado. Em 13 de setembro de 1632, à noite, indivíduos (provavelmente judaico-descendentes ou prepostos desses) atiraram, pela janela para dentro do quarto onde dormia, um barril de pólvora com o estopim aceso. Mendonça fugiu para a rua, mas todos os bens móveis que possuía foram-se embora no incêndio que se seguiu à explosão. Noutra ocasião, em um segundo atentado, estando ele hospedado em um engenho, em visita pastoral, pessoas desconhecidas dispararam uma carga de arcabuzes contra o quarto onde ele se achava e atearam fogo à choça de palha onde dormiam escravos negros de sua escolta. Ele escapou novamente. As ofensas contra o prelado eram inúmeras. Eram pregados cartazes insultuosos contra o administrador nas paredes das igrejas. Ele se queixou de lhe terem sujado de fezes humanas a porta de entrada de sua casa.

Entre os inimigos de Mendonça havia vários sacerdotes, como os padres Francisco Carneiro, Manoel da Nóbrega e João da Cruz. Esse Manoel da Nóbrega fluminense, reconhecidamente um líder judaico-descendente dentro da

Igreja, tinha por alcunha 'Arrevessa-Toucinho', em lembrança a sua origem judaica. Arrevessar significa vomitar.

A população, instigada pelo referido padre Francisco Carneiro (provavelmente de origem israelita), por conta de algum comportamento perverso de Mendonça, deliberou deportá-lo à força. A ideia era de abandoná-lo em um barco pequeno em alto mar. Quando Mendonça soube dos planos, fugiu em um navio que estava de partida para Portugal. Antes disso, transferiu interinamente a prelazia ao padre Pedro Homem de Albernaz. Em 1639, Albernaz foi confirmado. Também os tempos de Albernaz foram agitados.

Em 1644, assumiu a administração eclesiástica o padre Antonio de Mariz Loureiro. Mariz, além da questão indígena, agiu com severidade quanto aos costumes heréticos dos moradores. Sentindo-se inseguro no Rio de Janeiro, evadiu-se para a capitania do Espírito Santo. Mesmo lá, os seus inimigos conseguiram envenená-lo na comida. Não chegou ao óbito. No entanto enlouqueceu. Foi removido para Lisboa.

Em 1659, houve novos conflitos de jurisdição entre o prelado de então, Manoel de Souza Almada, e a Câmara Municipal. Na noite de 5 de março de 1659, os inimigos de Almada deram um tiro de peça de artilharia contra a sua casa. O prelado conseguiu escapar em trajes menores.

Teve o Almada a ideia infeliz de mover uma devassa para a punição dos responsáveis. No entanto, no processo, as testemunhas ouvidas disseram que tinha sido o prelado o planejador do seu atentado: queria com isso incriminar os seus opositores. Não resistindo a toda essa situação, o rejeitado retirou-se para Portugal, transferindo o cargo ao Vigário Geral Francisco da Silveira Dias.

A gestão também tumultuada de Dias durou até 1676, quando o Papa Inocêncio XI, ao mesmo tempo em que elevou a arcebispado a sede episcopal da Bahia, criou os bispados do Rio de Janeiro e de Pernambuco. O bispado do Rio de Janeiro abrangia todo o território português desde o Espírito Santo até o Rio da Prata. A prelazia do Rio de Janeiro passou à categoria de diocese. Esperava-se que fosse dado um paradeiro ao conflito permanente da Igreja com a sociedade, o que ainda não veio a ocorrer.

O primeiro bispo foi Manoel Pereira, o qual acabou por não assumir, permanecendo em Lisboa. A administração do Rio de Janeiro continuou assim sob Dias.

Em 19 de agosto de 1680, foi feito bispo José de Barros Alarcão. Esse só se apresentou para tomar posse em 1683. Alarcão era um homem acostumado ao luxo e à vida dissipada, no que se incluía o gosto pelas mulheres. Já em 1686, a Câmara do Rio de Janeiro representou contra Alarcão por ter abandonado a sede episcopal para residir em São Paulo. Nessa cidade, negociava com ouro e instituíra um tributo em benefício próprio sobre a captura de indígenas. Tantas fez Alarcão que foi chamado de volta a Portugal. Lá ficou até o ano de 1700, quando sendo inocentado de suas faltas, voltou ao Rio de Janeiro. Veio a falecer no mesmo ano.

O contra-ataque do Estado Português e da Inquisição, e a descoberta do ouro

Em 1700, foi escolhido o sucessor de Alarcão, Francisco de São Jerônimo. Tomou posse em 1702. Francisco de São Jerônimo foi um formidável e bem-sucedido inimigo dos judaico-descendentes do Rio de Janeiro. Contribuiu de forma decisiva para o aprisionamento de muitos acusados de práticas judaizantes. Sua gestão durou por vinte anos para desgrça da comunidade que se formara durante o século 17. Escrevi um romance histórico em que Francisco é um dos personagens principais (Carvalho, 2014).

A estrutura sociopolítica e econômica modelada na Conquista do Rio de Janeiro não interessava mais ao Estado Português.

A fragilidade militar era notável, o que se explicava pelo comportamento da gente fluminense: pragmático e cosmopolita. Foi o que se viu em 1695 com a ajuda humanitária dada à esquadra francesa do almirante Gennes, precursora das invasões de Duclerc e Duguay-Trouin, em 1710 e 1711, respectivamente (Coaracy, 1944:221). A bem-sucedida incursão corsária de René Duguay-Trouin dominou a cidade do Rio de Janeiro e obteve grande resgate.

Coaracy (1944: 220) informa quanto a Gennes que, em outubro de 1695, uma esquadra francesa apresentou-se em frente da baía da Guanabara. O governador Castro Caldas tomou as providências defensivas que achou importantes. No entanto, com o apoio dos principais moradores, deu socorro ao almirante Gennes, que disse necessitar de tratamento para as guarnições enfermas de escorbuto. Consentiu-se assim a entrada e abrigo da esquadra. Durante dois meses os oficiais e marinheiros circularam pelo Rio de Janeiro livremente, socializando-se com a população.

Castro Caldas foi severamente repreendido pelas autoridades do Estado Português em vista do entender-se absurdo, em termos militares, o desembarque e estada dos franceses. Certamente tinham razão, uma vez que nas incursões francesas de 1710 e 1711, os corsários invasores Duclerc e Duguay-Trouin tiveram o concurso de marinheiros da esquadra de Gennes, além dos subsídios do livro de Froger (1698), o qual era um dos franceses desembarcados em 1695.

As invasões francesas não eram de se estranhar, uma vez que Portugal estava em guerra contra a França e a Espanha, por conta da sucessão ao trono espanhol. Além disso, no final do século 17 e início do século 18, aconteceram mudanças radicais no Brasil, em vista da descoberta de muito ouro no final de século anterior. O ouro das ‘minas gerais’ descoberto pelos paulistas logo supria o Estado Português de formidáveis recursos. É nesse quadro de fundo

que passa a ter sentido tirar o poder dos fluminenses que teriam sido afáveis com os franceses. Que procedimento poderia fazer isso legitimamente?

A resposta é que a Inquisição serviria para o trabalho, uma vez que a judeidade e o Judaísmo eram presentes no grosso da elite fluminense. Além disso havia riqueza a arrebatar para as finanças da instituição. O Estado Português, de seu lado, coordenou-se com a Inquisição ou foi o seu estimulador.

Aí está, o pano de fundo dos acontecimentos narrados em seguida.

Qual foi o pretexto imediato para o acionamento da Inquisição?

O seguinte.

Como narra Wiznitzer (1966: 130-145), reproduzido em Dines (1992) e em Herson (1996: 117-118), e Salvador (1976: 11) nos informa rapidamente, em 4 de outubro 1694, houve a união matrimonial de Catarina Marques Henriques, filha de José Gomes da Silva (antes chamado 'Marcos Henriques'), com Manuel de Paredes da Silva, ambos da comunidade de origem judaica do Rio de Janeiro.

Tal casamento à moda católica reuniu, pela vontade de José Gomes da Silva em mostrar seu poder e recursos, a aristocracia local e mais os comerciantes e profissionais liberais; além certamente de todo o mais de gente importante, inclusive os prelados da Igreja.

No entanto, como parecia ser comum, em seguida à cerimônia religiosa católica no centro da cidade, houve no dia posterior uma grande comemoração em Irajá, nos arrabaldes da povoação, no engenho de José Gomes da Silva, apenas para os judaico-descendentes e agregados. Essa festa tem relevância trágica. Em meio à alegria que sempre acompanha ou sustenta as bodas judaicas, a experiência de uma organização socioeconômica dos judaico-descendentes estava para demolir-se.

Ocorreu de Catarina Brandoa, pessoa fora do grupo principal da comunidade, que fora convidada sozinha não se sabe bem como, anos depois do acontecimento denunciar grande parte dos convidados de Irajá como praticantes da Lei de Moisés. A denúncia foi feita ao Santo Ofício, em Lisboa.

Francisco Gomes da Silva, da região do Rio de Janeiro, preso em Portugal e julgado pelo Tribunal da Inquisição em Évora no ano de 1705, denunciou como judaizantes uma porção de pessoas residentes no Rio. Foram todas detidas e extraditadas para Lisboa. O maior número de denúncias, no entanto, foi feito por uma moça portuguesa, de nome Catherina Soares Brandoa. A 15 de maio de 1706, avistou-se com o Inquisidor de Lisboa, Paulo Afonso de Albuquerque, e contou-lhe a seguinte história: em 1698 visitara parentes no Rio de Janeiro, que, naquela época, José Gomes da Silva, coletor do imposto de fumo no Rio de Janeiro, casou sua filha Catharina Marques com um senhor de engenho chamado Manuel de Paredes. Silva era um dos homens mais ricos do Rio e sua casa se encheu de convidados na ocasião. Catherina Soares Brandoa era a

única cristã-velha entre os presentes. Todos os convidados eram cristãos-novos. Homens e mulheres se reuniram em salas separadas para o banquete de bodas. Quando, após o banquete, os criados se retiraram, uma das mulheres ergueu o copo e propôs uma brinde: “que todas bebessem o sangue de Cristo.” Em resposta, ouviu-se alguém dizer: “Todos aqui somos da Nação; só aquela cachorra perdigueira não é.” Então todos os hóspedes começaram a falar-lhe, tentando convertê-la e iniciá-la em seus costumes judaizantes. Ela acabou cedendo; mas depois de se casar com um comerciante do Rio, voltou a Portugal e pôs-se a denunciar 55 dos convidados às bodas, mais tarde denunciando outros 24 judaizantes do Rio de Janeiro (Wiznitzer, 1966: 130).

O basta na construção de autoidentidades judaico-identitárias entre os fluminenses

O resultado foi o desfazimento da estrutura socioeconômica açucareira na Capitania do Rio de Janeiro. A cizânia pelas denúncias e testemunhos nos inquéritos, e o medo de novas investidas da Inquisição levam à inibição das antigas práticas, a laicização dos costumes e à perda de coesão social e cultural. Em suma: o poder político e econômico deixa de ser organizado e marrano, como tinha sido desde a Conquista. A cultura de fundo israelita, ou sincrético judaico-católico, se dilui por falta de sustentação e proteção. Reflui, intimidada, para os recônditos das autoidentidades. Não é mais processo social denso e notável, capaz de reproduzir-se. Ninguém confia em ninguém. As oportunidades com o ouro fazem o resto do trabalho desconstrutor.

O trabalho da Inquisição foi feito, muito com as investigações locais e a ajuda diligente de dom Francisco de São Jerônimo, bispo do Rio de Janeiro, a contar de 1700, nomeado que foi em dezembro, por todos os 20 anos de seu episcopado (Coaracy, 1944:185 186 e 231).

Wiznitzer (1966:134) escreve o seguinte no que importa à questão econômica da produção e do comércio do açúcar.

Diz Arnold Wiznitzer:

As perseguições, as prisões e o confisco de propriedades nestes últimos anos no Rio de Janeiro, levaram a uma paralisação a crescente fabricação e exportação de açúcar. (...). Dom Luís da Cunha relata: (...) 'Depois que a Inquisição descobriu que os judeus eram uma mina de ouro e confiscou suas propriedades antes investidas na fabricação de açúcar, agora arruinadas, Sua Majestade, à vista do grande estrago que o confisco acarretaria para o comércio desse importante produto, viu-se compelida a ordenar que não fossem confiscadas as fábricas acima mencionadas.' Nem Cunha nem outros historiadores indicam como foi resolvido esse problema extraordinariamente difícil; isto é, como as

autoridades condenaram e prenderam judaizantes em Lisboa, ao mesmo tempo deixando em suas mãos a direção de suas fábricas e plantações no Brasil. A única solução possível teria sido fazerem voltar os senhores de engenho para sua terra e restituir-lhes as propriedades; mas não há o menor indício de que se efetuasse uma tal medida.

O fato é que o Estado Português não mais precisava dos judaico-descendentes fluminenses ligados à monocultura açucareira e ao comportamento amistoso com estrangeiros. A garantia do porto do Rio de Janeiro para o escoamento do ouro era o relevante. Conforme informa Wehling e Wehling (1999: 144-146), no final do século 17 EC, o açúcar, seja de Pernambuco, da Bahia ou do Rio de Janeiro, chegara à metade dos preços internacionais de 1640. O açúcar passou a ser secundário.

João de Abreu Sodré Pereira foi um judaico-descendente influente, com engenho principal em Maricá, perto da cidade do Rio de Janeiro, na Banda d'Além.

Em fins do século XVII, mais dois fluminenses se candidatam ao ambicionado título da Ordem de Cristo: os cidadãos Francisco Viegas de Azevedo e Balthazar de Abreu Cardoso. (...) O processo de Balthazar de Abreu Cardoso iniciou-se em 1698, para ser investido no hábito da Ordem de Cristo e receber a tença de 70\$000 e recompensa por seus serviços e pelos do sogro Francisco Sodré Pereira. Não tendo produzido efeito as primeiras diligências, realizaram-se outras em 1720, por seu filho, o coronel João de Abreu Pereira (Nota do Autor: também conhecido como João de Abreu Sodré Pereira). Mas as inquirições revelaram que o bisavô, advogado Jorge Fernandes da Fonseca, natural de Buarcos, no Reino, e que, depois, veio residir no Rio de Janeiro, onde casou-se com Dona Brites da Costa Homem, carregava a mácula de sangue cristão-novo. (SALVADOR, 1976: 35)

João de Abreu Sodré Pereira estava possivelmente, com sua primeira mulher Clara de Azeredo Coutinho, na festa judaica de José Gomes da Silva, ou nas “Bodas de Irajá”, como Dines (1992) chama a recepção. João é meu sétimo avô em linha patrilinear contínua, por via de meu avô materno Feliciano de Abreu Sodré. Descendo do segundo casamento de João com Escolástica Dormundo, ou Drummond, conforme Carvalho (2020).

O famoso dramaturgo Antonio José da Silva, o Judeu, era parente de João e de boa parte dos convivas de Irajá. Foi supliciado, pelo Santo Ofício, em Lisboa, no ano de 1739. As 'Bodas de Irajá' e o suplício de Antonio José da Silva, o Judeu, bem podem simbolizar, respectivamente, o começo e o fim do processo de desmoronamento da comunidade fluminense.

Diversas pessoas da parentela de João de Abreu Sodré Pereira (que foi investigado, mas salvou-se) foram pacientes da Inquisição. Conforme Flávio

Mendes de Carvalho (1992: 65, 387 e 388) e Dines (1992: 979 e 981) João teve os seguintes parentes próximos investigados e/ou condenados pela Inquisição:

- Clara de Azeredo Coutinho, 41 anos, primeira mulher de João, foi condenada a cárcere e hábito perpétuo em 9 de julho de 1713.
- João Gomes da Silva Pereira, tio materno de João; denunciado e investigado.
- Domingos de Azeredo Coutinho, tio de Clara, mulher de João, sacerdote católico; denunciado e investigado.
- Cosme de Azeredo Coutinho, tio de Clara; denunciado e investigado.
- Ana Sodré Pereira, 30 anos, prima de João; condenada a cárcere e hábito perpétuo em 16 de junho de 1720.
- Sebastião de Lucena Montearroyo, 45 anos, marido de Ana, advogado; condenado a cárcere e hábito perpétuo em 24 de outubro de 1717.
- João Gomes Sodré Pereira, 32 anos, primo de João, militar; condenado a cárcere e hábito perpétuo em 10 de outubro de 1723,
- Catarina da Silva Pereira, 30 anos, prima de João; condenada a cárcere e hábito perpétuo também em 10 de outubro de 1723.
- Todos esses constantes em Flávio Mendes de Carvalho (1992), e ainda
- Antonio da Silva (ou de Azevedo), primo de João; penitenciado em auto de fé em 1725 (Dines, 1992: apêndice 1, Lado Materno 20).

Cem anos depois, chega o Império do Brasil. A gente fluminense não mais se percebe como remota herdeira do Judaísmo e/ou como mantenedora da judeidade, a não ser em detalhes insignificantes, como a história contada a mim por minha avó materna, referida no início deste ensaio. São fragmentos desconectados.

O que fica de tudo isso para pensar

As conclusões pontuais que fiz acima, no texto, procuram preencher o vazio de provas que documentem a voz da autoidentidade dos cristãos-novos e cristãs-novas, e seus descendentes. Só poderiam documentar uma noção de como foram as autoidentidades dos descendentes dos convertidos: os diários que tenham escrito, as cartas secretas com outros cristãos-novos e com judeus fora dos limites dos reis ibéricos. Nada disso chegou a nós como material de estudo. Ficaram os textos produzidos pelos inquisidores. Tudo suspeito.

Havia tensão entre as autoidentidades dos cristãos-novos e judaico-descendentes, incluídas as mulheres, de um lado, e o ambiente social católico opressivo, do outro. Isso ocorreu com clareza a partir de inauguração da Inquisição em 1536, por obra do rei dom João III. O arranjo não-escrito para a convivência era de os cristãos-novos recolherem seu legado para a invisibilidade, sem o que – como cristãos formais que eram – estariam sujeitos a punições graves. A visibilidade do Judaísmo dessa gente era, de regra, quando procuravam repassar aos filhos e filhas e agregados cristãos-velhos a chamada Fé Mosaica; essa era a conduta “judaizante”.

O recôncavo da Guanabara no longínquo fim do mundo português foi um agradável lugar de refúgio e concentração dos fugidos. O Judaísmo e a judeidade podem lá impor-se na sua variação sincrética, herética tanto para o Catolicismo quanto para os rabinos. Isso durou até o começo do século 18.

No Brasil, o “cristão-novismo” – a dizer a condição de alguém sentir-se judaico-descendente por via de um antepassado convertido ao Catolicismo, no remotíssimo passado, ou ser identificado como tal - não é um fenômeno registrado desde há muito. Isso é mais ainda verdadeiro desde a decretação da indistinção legal, entre cristãos-velhos e cristãos-novos, pelo rei dom José no final do século 18, por iniciativa do Marquês de Pombal. Por longos anos, até a última quadra do século 20, as genealogias publicadas em geral no Brasil não identificavam a condição da origem judaica na árvore de alguém, ainda mais se o serviço genealógico fosse encomendado pelo pesquisado, como o caso de Filipe Paes Barreto, narrado em Mello, 2009.

Desde o começo do século 21 observa-se um retorno desse sentimento de pertencimento judaico em muitas pessoas que se assumem como judaico-descendentes por via cristã-nova. Esse modo de uma pessoa sentir-se parece assemelhar-se - na dinâmica das construções autoidentitárias dos brasileiros contemporâneos - aos contributos autoidentitários transgeracionais dos portugueses da ocupação inicial, dos negros, dos indígenas, e mais dos portugueses de segunda leva imigratória, dos italianos, alemães, japoneses, chineses, árabes, eslavos, sefaraditas e asquenazes etc. Isso cresce quando se tem tornado corriqueira a dupla nacionalidade na classe média e acima. Apesar do gosto das pessoas pelas suas duplas e mesmo triplas cidadanias, percebo existir um pertencimento brasileiro comum a todos nós, uma vez que assumimos, menos ou mais, nossa identificação com os nacionais do nosso país.

Referências

BAUM, Devorah *A Piada Judaica – Um ensaio com exemplos (pouco ensaio, muitos exemplos)*. Belo Horizonte: Editora Ayné, 2021.

BAUMAN, Zygmunt. *Identidade: entrevista a Benedetto Vecchi*. Rio de Janeiro: Zahar, 2005.

CARVALHO, Gilberto de Abreu Sodré. *A Inquisição no Rio de Janeiro no Começo do Século XVIII*. Rio de Janeiro: Editora Imago, 2008.

_____. *Memorial do Ouro*. Teresina: Entretexos, 2014.

_____. *Homo Genealogicus – Gênese e Evolução do Ser Humano Socialmente Importante*. São Paulo, Edição do Autor, 2017.

_____. *Antepassados – genealogies patrilineares de minha mãe e de meu pai*. São Paulo: Edição do Autor, 2020.

CARVALHO, Flávio Mendes. *Raízes Judaicas do Brasil – Arquivo Secreto da Inquisição*. São Paulo: Editora Nova Arcádia, 1992.

COARACY, Vivaldo. *O Rio de Janeiro no século 17*. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio Editora, 1944.

DELEUZE, Gilles. *Espinosa: Filosofia Prática*, São Paulo: Escuta, 2002.

DINES, Alberto. *Vínculos de Fogo*. São Paulo: Companhia das Letras, 1992.

EGGINTON, William. *The man who invented fiction – How Cervantes ushered in the Modern Word*. New York: Bloomsbury, 2016.

ELIAS, Norbert. *O Processo Civilizador, v. 2: Formação do Estado e Civilização*. Rio de Janeiro, Zahar, 1993.

_____. *O Processo Civilizador, v. 1: Uma História dos Costumes*. Rio de Janeiro: Zahar, 2011.

ESPINOSA, Benedictus de. Ou SPINOZA, Benedictus (Baruch) de. *Ética*. 2ª. Edição. São Paulo: Autêntica, 2009.

_____. *Breve tratado de Deus, do Homem e do seu Bem-Estar*. 2ª. Edição. São Paulo: Autêntica, 2020.

FRAGOSO, João Luís Ribeiro. *A nobreza da República: Notas sobre a formação da primeira elite senhorial do Rio de Janeiro*. In Topoi – Revista de História do Programa de Pós-Graduação em História Social da UFRJ. Rio de Janeiro: UFRJ, p. 45-122, 2000.

_____. *A nobreza vive em bandos: economia política das melhores famílias da terra do Rio de Janeiro, século XVII*. In Tempo – Revista do Departamento de História da UFF, Niterói v. 8, n. 15, p. 11-35, 2003.

FRAGOSO, João Luís Ribeiro; FLORENTINO, Manolo. *O Arcaísmo como projeto – Mercado Atlântico, Sociedade Agrária e Elite Mercantil em uma Economia Colonial tardia (1790-1840)*. 4a. Edição. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

FROGER, François. *Relation d'un voyage fait en 1695, 1696 et 1697 aux côtes d'Afrique, d'Étroit de Magagen, Brésil, Cayenne et Isles Antilles etc*. Publicado em Paris em 1698, conforme Salvador (1976) e Coaracy (1944).

GARCIA, Maria Antonieta. *Judeus de Belmonte e o Poder Autárquico* www.boss.ubi.pt. (visto em 25 de fevereiro de 2025) 2003. Nota: “Poder Autárquico” significa “Poder da Câmara Municipal”.

GIDDENS, Anthony. *Modernidade e identidade*. Rio de Janeiro: Zahar, 2002. (Ed. orig. *Modernity and Self-Identity*, 1991)

GIDDENS, Anthony; SUTTON, Philip W. *Identidade. Conceitos essenciais da Sociologia*. São Paulo: Unesp, 2016.

GREEN, Toby. *Inquisição – O Reinado do Medo*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2011.

GOFFMAN, Erving. *A representação do eu na vida cotidiana*. 20ª. Edição. Petrópolis: Vozes, 2014

GORESTEIN, Lina. *O sangue que lhes corre nas veias – Mulheres cristãs-novas do Rio de Janeiro*. São Paulo: FFLH, 1999 (tese de doutorado, parte I, cap. I, p. 30-36).

_____. *A Inquisição contra as mulheres – Rio de Janeiro, séculos XVII e XVIII*. São Paulo: Associação Editorial Humanitas: Fapesp, 2005 (p. 394-405).

_____. *Um Brasil subterrâneo: Cristãos-novos no século XVIII*. In GRINBERG, Keila (organizadora). *Os Judeus no Brasil – Inquisição, Imigração e Identidade*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.

HERSON, Bella. *Cristãos-novos e seus descendentes na medicina brasileira (1500-1850)*. São Paulo: EDUSP, 1996.

KAYSERLING, Meyer. *História dos Judeus em Portugal*. São Paulo: Pioneira, 1971.

LENOIR, Frédéric. *O Milagre Espinosa: Uma Filosofia para Iluminar nossa Vida*. Petrópolis: Vozes, 2019.

_____. *O Desejo: Um Guia Filosófico para Viver Plenamente*. 2ª. Edição. Rio de Janeiro: Objetiva, 2024.

MELLO, Evaldo Cabral de. *O Nome e o Sangue: Uma parábola genealógica no Pernambuco Colonial*. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.

OMEGNA, Nelson. *A Cidade Colonial*. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio Editora, 1961.

PINTO, Luiz Fernando da Silva. *Sagres – a Revolução Estratégica*. 10ª edição. Brasília: SENAC 2006.

PRADO, João Fernando de Almeida. *O regime das capitanias*. In HOLANDA, Sérgio Buarque. *História Geral da Civilização Brasileira – Época Colonial – Do Descobrimento à Expansão Territorial*. São Paulo: Difel, 1981, p. 96-107.

RAMOND, Charles. *Vocabulário de Espinosa*. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2010.

ROGERS, Carl. A theory of therapy, personality relationships as developed in the client-centered framework. In S. Koch (ed.). *Psychology: A study of a science*. Vol. 3: Formulations of the person and the social context. New York: McGraw Hill, 1959.

SALVADOR, José Gonçalves. *Os cristãos-novos: Povoamento e conquista do solo brasileiro (1530-1680)*. São Paulo: Pioneira, 1976.

TELUSHLIN, Rabbi Joseph. *Jewish Literacy – The Most Important Things to Know About the Jewish Religion, Its People, and Its History*. New York: William Morrow and Company, 1991.

WEHLING, Arno; WEHLING, Maria José. *Formação do Brasil Colonial*. 2ª. Edição. Rio de Janeiro: Editora Nova Fronteira, 1999.

WIZNITZER, Arnold. *Os judeus no Brasil Colonial*. São Paulo: Pioneira, 1966.

VOVÔ NICOLA DE GENNARO OU NICOLA DI GENNARO? SUA HISTÓRIA E GENEALOGIA ADENDA E CORRIGENDA

Fabio De Gennaro Castro

Resumo: *O objetivo deste trabalho é corrigir o erro, ao qual fui induzido, do nome de meu avô materno Nicola De Gennaro e um alerta para eventuais pesquisas terceirizadas.*

Abstract: *The aim of this paper is to correct an error, that was induced, about the name of my grandfather, Nicola De Gennaro, and to alert about the criteria to contract external research.*

Antecedentes

Na revista ASBRAP Nº 23 foi publicado o trabalho objeto desta revisão, cuja justificativa será descrita a seguir.

Quando publiquei em 1994, na Revista ASBRAP Nº 1, o trabalho **CAVALIÈRE PROFESSOR FRANCESCO PEDATELLA E SUA PARTICIPAÇÃO NO MILAGRE AMERICANO**, para complementar a parte da ascendência deste meu bisavô, contratei o serviço de pesquisa, por alguém, que além da sua capacitação, tivesse acesso mais fácil aos arquivos da Igreja Mórmon. Naquela época, não existia acesso aos sites de pesquisa pela internet e a busca, e depois o correspondente exame, era presencial e bastante demorado.

O resultado foi muito bom e incorporado ao trabalho, tendo tido a oportunidade de certificá-lo pessoalmente em viagem posterior à Itália, em setembro de 1999, onde nos encantamos por *Fiumefreddo Bruzio*, berço dos Pedatellas, ver fotos em anexo.

Insiro aqui em anexo cópia do Atto di Nascitta (Figura 2) e cópia do livro de registro de minha avó materna, Raffaella Pedatella (

Figura 3), além de um pormenor da parte das assinaturas, este último com o intuito de mostrar a assinatura deste bisavô e a forma, a mim inusitada, como o mesmo se apresenta, dichiarante, ou seja, declarante (

Figura 4).

Na edição impressa do número 1 da revista, o artigo contém várias fotos e mesmo a cópia do artigo de jornal, que não foram digitalizados.

Face à oportunidade de correção ora feita, aproveito para inserir os elementos constantes do artigo não digitalizados, acrescentando outros correlatos, em especial a foto do *Collegio Sempre Avanti Savoia*, publicada no jornal *Fanfulla*, 1906, citado no trabalho sobre escolas italianas no Brasil de autoria de Panazzolo, C. (**Figura 1**).



Figura 1 – Foto do Collegio Sempre Avanti Savoia, de Francesco Pedatella, O Fanfulla 1906.

Com relação ao meu avô materno, falecido logo após o casamento de meus pais, sabia somente sua filiação, nomes de alguns irmãos e sobrinhos e supunha ser natural de Nápoles, como constante em alguns registros.

Pessoalmente pesquisara nos arquivos daquela cidade, e posteriormente também em Avelino, na mesma região, como relato em minha publicação.

A ansiedade em obter mais informações sobre seus ancestrais era grande e a mesma pessoa que fizera a primeira busca, continuava seu serviço.

Passados alguns anos recebo uma ligação dando-me a tão esperada notícia que encontrara o local do nascimento de meu avô materno, Valatta, na Província de Avelino e por consequência também fizera sua árvore genealógica.

Diferentemente da primeira busca, que fora previamente acertada, remunerada por certidão encontrada e com valor unitário crescente, conforme aumentava o grau de sua geração, esta segunda pesquisa, feita sem acerto prévio, foi pago o valor global pedido, não sendo-me entregue nenhuma certidão, somente a correspondente árvore de costado.

Também informara sua outra grande descoberta, que o nome de família era **Di Gennaro** e não **De Gennaro**, conforme consta em meu nome e em registros brasileiros.

Esta foi a base e a história dos bastidores do trabalho publicado na REVISTA Nº 23.

Corrigenda

Em junho de 2023, tive a oportunidade de ir até Valatta, para conhecê-la e ir ao seu cartório.

Atualmente, o município tem menos de 3.000 habitantes, 2.560 segundo a senhora responsável pelo cartório, na data da visita.

Buscamos juntos pelo registro de Nicola Di Gennaro e para meu susto, não existia.

Continuamos a busca pelo nome de seu pai, o qual eu informava igualmente Di Gennaro e nada existia.

Até que a senhora buscou por De Gennaro e todos lá estavam.

Tive a oportunidade de examinar mais gerações e colaterais e todos legivelmente **De Gennaro**.

Outra surpresa, o nome completo de meu avô é Nicola Maria De Gennaro.

Ressalto aqui o motivo desta publicação, primeiro para corrigir um erro constante no trabalho já descrito e segundo um alerta para eventuais terceirizações de pesquisas.

Não basta a idoneidade do pesquisador, deve ser também entregue cópia das certidões.

Caso isso tivesse ocorrido, com certeza o erro não teria passado, pois são claramente legíveis todos os nomes, conforme pode ser constatado nas cópias do livro aqui constantes, representadas pelas **Figura 6** e **Figura 7**.

Chamo a atenção que os registros são bilingues, ou seja, em italiano e inglês, o que facilita o entendimento para os que não dominam o idioma de Dante Alighieri.

Anexo

Fotos de *Fiumefreddo Bruzio*, Itália. Setembro de 1999.









Figura 2 - Cópia do *Atto di Nascita* de Raffaella Pedatella (notar que é bilingue, italiano e inglês).

A

Stato: REPUBBLICA ITALIANA
 Etat:
 Staat:
 Staad:
 Estado:
 Staat:
 Devlet:

Comune di: FIUMEFREDDO BRUZIO
 Commune de:
 Gemeinde:
 Municipality:
 Municipio de:
 Gemeente:
 Köy veya mahalle:

ATTO N. 47

Estratto dai registri degli atti di nascita
 Extrait des registres de l'état civil concernant une naissance
 Auszug aus dem Geburtsregister
 Extract of the register of births
 Extracto del registro de nacimientos
 Uittreksel uit de registers van de burgerlijke stand omtrent een geboorte
 Doğuma ait nüfus kayıt hülasası sureti

- a) **Luogo di nascita** — lieu de naissance — Geburtsort — place of birth — lugar de nacimiento — plaats van geboorte — doğum yeri
- b) **Data di nascita** — date de naissance — Geburtsdatum — date of birth — fecha de nacimiento — datum van geboorte — doğum tarihi
- c) **Sesso del bambino** — sexe de l'enfant — Geschlecht des Kindes — sex of the child — sexo del niño — geslacht van het kind — cöcüm cinsiyyəti
- d) **Cognome del bambino** — nom de famille de l'enfant — Familienname des Kindes — surname of child — apellido del niño — familienaam van het kind — cöcüm soyadı
- e) **Prenome del bambino** — prénom de l'enfant — Vorname des Kindes — christian names of the child — nombres de pila del niño — voornamen van het kind — cöcüm adı
- f) **Cognome del padre** — nom de famille du père — Familienname des Vaters — surname of the father — apellido del padre — familienaam van de vader — babasının soyadı
- g) **Prenome del padre** — prénom du père — Vorname des Vaters — christian names of the father — nombres de pila del padre — voornamen van de vader — babasının adı
- h) **Cognome da nubile della madre** — nom de jeune fille de la mère — Mädchenname der Mutter — maiden name of the mother — apellido de soltera de la madre — meisjesnaam van de moeder — anasının evlenmeden önceki soyadı
- i) **Prenome della madre** — prénom de la mère — Vorname der Mutter — christian names of the mother — nombres de pila de la madre — voornamen van de moeder — anasının adı

Fiumefreddo Bruzio

25.03.1886

femminile

PEDATELLA

Raffaella, Concetta Filomena

PEDATELLA

Francesco

PRANNO

Elvira

ANNOTAZIONI : NESSUNA

Data in cui è rilasciato l'estratto con firma e bollo dell'ufficio — date de délivrance, signature et sceau du dépositaire — Ausweisdatum, Unterschrift und Dienstsiegel des Registrars — date of issue, signature and seal of keeper — fecha de expedición y sello y firma del depositario — datum van afgifte, onderschrijving en de bezonderse verzijlding, nütus falvadi aláírás

FIUMEFREDDO BRUZIO 16 SET. 1999



L'Ufficiale dello Stato Civile

L'UFFICIALE DELEGATO

(FRANCO GILBERTI)

Franco Gilberti

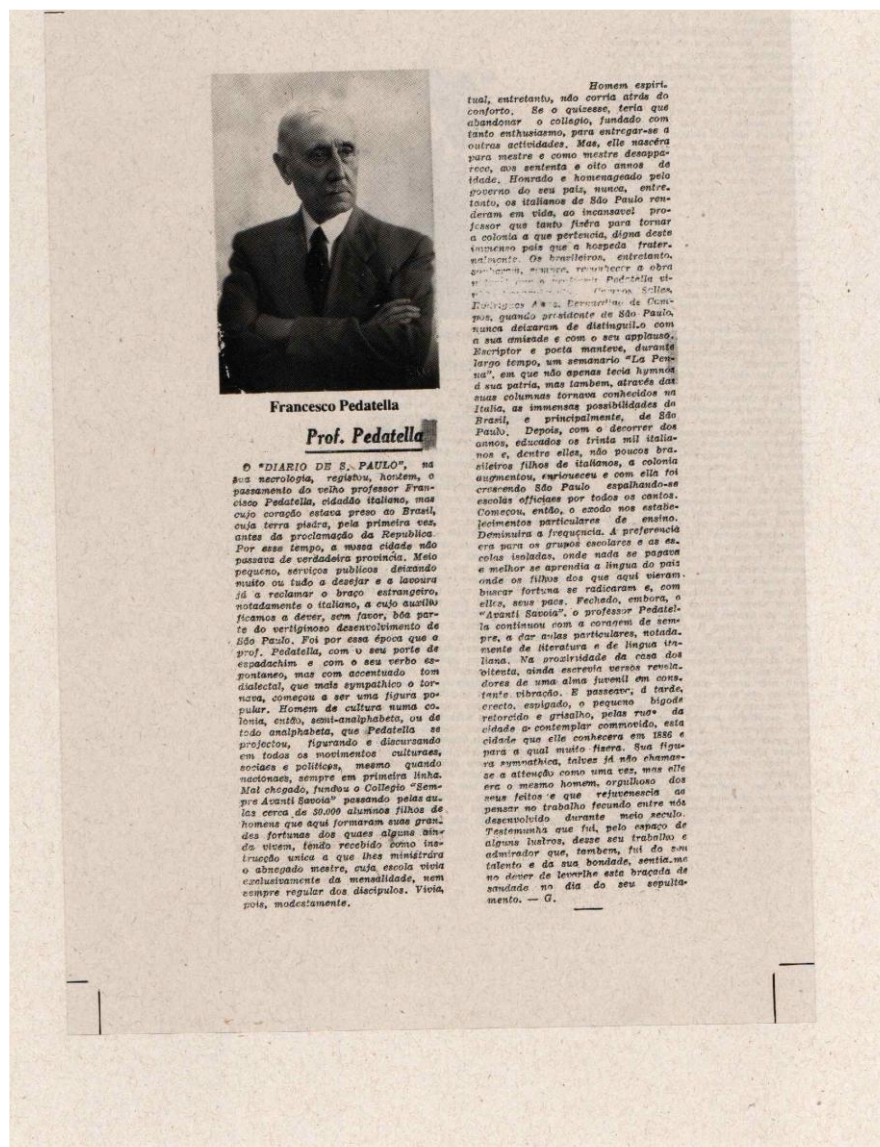
Num. <u>47</u>	L'anno millesottocento ottanta <u>quattro</u> , addì <u>ventisei</u> del mese di <u>Maggio</u> a ore <u>cinque</u> meridiane <u>due</u> e minuti <u>quindici</u> nella Casa comunale Avanti di me <u>Luca Ivano Maffei</u> <u>figlio</u> di <u>Antonio</u> <u>figlio</u> di <u>Antonio</u> <u>figlio</u> di <u>Antonio</u> <u>figlio</u> di <u>Antonio</u> <u>figlio</u> di <u>Antonio</u> <u>figlio</u> di <u>Antonio</u> <u>figlio</u> di <u>Antonio</u> <u>figlio</u> di <u>Antonio</u> Ufficiale dello Stato Civile del Comune di <u>Prampol</u> <u>figlio</u> di <u>Antonio</u> Compare <u>Stefano</u> <u>figlio</u> di <u>Antonio</u> di anni <u>ventisei</u> <u>figlio</u> di <u>Antonio</u> domiciliato in <u>Prampol</u> <u>figlio</u> di <u>Antonio</u> quale mi ha dichiarato che alle ore <u>cinque</u> meridiane <u>due</u> e minuti <u>quindici</u> del <u>ventisei</u> del <u>cinque</u> mese, nella casa posta in <u>via</u> <u>Prampol</u> <u>figlio</u> di <u>Antonio</u> al numero <u>47</u> da <u>Luca Ivano Maffei</u> <u>figlio</u> di <u>Antonio</u> <u>figlio</u> di <u>Antonio</u> <u>figlio</u> di <u>Antonio</u> <u>figlio</u> di <u>Antonio</u> <u>figlio</u> di <u>Antonio</u> <u>figlio</u> di <u>Antonio</u>
per la prima volta registrata.	è nato un bambino di sesso <u>maschile</u> che gli <u>ho</u> mi presenta, e a cui <u>ho</u> il nome di <u>Raffaello</u> <u>figlio</u> di <u>Antonio</u> <u>figlio</u> di <u>Antonio</u> <u>figlio</u> di <u>Antonio</u> <u>figlio</u> di <u>Antonio</u> <u>figlio</u> di <u>Antonio</u>

1897

Atti di Nascita.

A questo sopra e a questo atto sono stati presenti quali testimoni *Giovanni Lanza*
Domenico di anni *ventisei* e *Michele*
di anni *quarantasei* entrambi residenti in questo Comune.
L'atto è stato letto ed inteso bene da tutti i sottoscritti del Comune
Domenico *Pellegrino*
Franco *Pellegrino*
Raffaele

Figura 5 – Necrológio Francesco Pedatella



Francesco Pedatella

Prof. Pedatella

O "DIÁRIO DE S. PAULO", na sua necrologia, registou, hontem, o passamento do velho professor Francisco Pedatella, cidadão italiano, mas cujo coração estava preso ao Brasil, cuja terra pia, pela primeira vez, antes da proclamação da Republica. Por esse tempo, a nossa cidade não passava de verdadeira provincia. Meio pequeno, serviços publicos deixando muito ou tudo a desejar e a lacuna já a reclamar o braço estrangeiro, notadamente o italiano, a cujo auxilio ficamos a dever, sem favor, boa parte do vergilinos desenvolvimento de São Paulo. Foi por essa época que o prof. Pedatella, com o seu porte de espadachim e com o seu verbo egipcio, mas com accentuado tom dialectal, que mais sympathico o tornava, começou a ser uma figura popular. Homem de cultura vasta e, todo analfabeta, que Pedatella se projectou, figurando e discursando em todos os momentos culturais, sociais e politicos, mesmo quando nacionaes, sempre em primeira linha. Mal chegado, fundou o Collegio "Gemeinschaft Schule" possuindo pelas aulas cerca de 30.000 alumnos filhos de homens que aqui formaram suas grandes fortunas dos quaes alguns ainda vivem, tendo recebido como instrução unica a que lhes ministrou o abnegado mestre, cuja escola viu a conclusão da menalidade, nem sempre regular dos discipulos. Viviu, pois, modestamente.

Homem espirital, entretanto, não corria atrás do conforto. Se o quizesse, teria que abandonar o collegio, fundado com tanto entusiasmo, para emigrar-se a outras actividades. Mas, elle nasceu para mestre e como mestre desappareceu, aos sessenta e oito annos da idade, honrado e homenageado pelo governo do seu país, nunca, entre tanto, os italianos de São Paulo renderam em vida, ao incansavel professor que tanto fiedra para tornar a colonia a que pertencia, digna desta homenagem pois que a hospeda frater. Os brasileiros, entretanto, esqueceram, e esquecer a obra de um homem como Pedatella é uma falta. Pedatella nasceu em São Paulo, quando presidente de São Paulo, nunca deixaram de distinguilo com a sua amizade e com o seu aplauso. Descriptor e poeta manteve, durante largo tempo, um semanario "La Penina", em que não apenas fazia hymnos á sua patria, mas tambem, através das suas columnas tornava conhecidos na Italia, as immensas possibilidades do Brasil, e principalmente, de São Paulo. Depois, com o decorrer dos annos, educados os trinta mil italianos e, dentro elles, não poucos brasileiros filhos de italianos, a colonia augmentou, enriqueceu e com ella foi crescendo São Paulo espalhando-se escolas officiaes por todos os cantos. Começou, então, o exodo nos estabelecimentos particulares de ensino. Diminuiu a frequencia. A preferencia era para os grupos escolares e as escolas isoladas, onde nada se pagava e melhor se aprendia a lingua do pais onde os filhos dos que aqui vieram buscar fortuna se radicaram e, com elle, seus pais. Fechada, embora, a "Itali Scuola", o professor Pedatella continuou com a carreira de sempre, a dar aulas particulares, notadamente de litteratura e de lingua italiana. Na proximidade da casa dos parentes, ainda escrevia versos revellidores de uma alma juvenil em constante vibrado. E passear, d tarde, creche, espiado, o pequeno bigode retorcido e grisalho, pelas ruas da cidade o contemplar commovido, esta cidade que elle conhecera em 1888 e para a qual muito fiedra. Sua figura sympathica, talvez já não chamasse a attenção como uma vez, mas elle era o mesmo homem, orgulhoso dos seus feitos e que rejuvenescia ao pensar no trabalho fecundo entre nós desenvolvido durante meio seculo. Testemunha que fui, pelo espaço de alguns lustros, desse seu trabalho e admirador que, tambem, fui do seu talento e da sua bondade, sentia-me no dever de levellhe esta brevida de estudo no dia do seu sepultamento. — G.

[illegible]MODELLO A
FORMULE A

Figura 7 - Cópia do livro de registro de Nicola De Gennaro, para ilustrar as assinaturas do pai de Nicola, De Gennaro Pietro e testemunhas.

ATTI DI NASCITA	
L'anno millocottocentosettantasei, addì <u>quindici</u> di <u>Aprile</u>, ore <u>otto</u> meridiane <u>otto</u> e minuti <u>tre</u>, nella Casa comunale. Avanti di me <u>Stefano D'Amico, Sindaco</u>, legittimo per <u>l'atto in corso</u> Ufficiale dello Stato Civile del Comune di <u>Vallata</u>, comparsa <u>Stefano D'Amico, Sindaco</u>, di anni <u>quarantotto</u>, <u>residente</u> domiciliato in <u>quarta Piazza</u>, il quale mi ha dichiarato che alle ore <u>otto</u> meridiane <u>otto</u> e minuti <u>tre</u>, del di <u>quindici</u> del <u>quarto</u> mese, nella casa posta in via <u>San</u> al numero <u>otto</u>, da <u>Stefano D'Amico, suo figlio</u>, <u>residente, suo legittimo rappresentante</u> nato un bambino di sesso <u>maschile</u> che egli mi presenta, e a cui dà i nomi di <u>Nicola Maria</u> A quanto sopra e a questo atto sono stati presenti quali testimoni <u>Stefano D'Amico</u> <u>residente</u>, di anni <u>quarantotto</u>, e <u>Stefano D'Amico</u>, di anni <u>quindici</u>, <u>residente</u>, entrambi residenti in questo Comune. <u>Stefano D'Amico</u> <u>Stefano D'Amico</u> <u>Stefano D'Amico</u>	Num. <u>69</u> <u>De Gennaro Nicola Maria</u> COMUNE DI VALLATA (Avellino) UFFICIO DELLO STATO CIVILE Al sensi del D.P.R. n. 287 del 1954, art. 15 comma 2, la fotocopia autentica e la fotocopie copia fotostatica compilate di <u>NASCITA</u> e <u>matrimonio</u> è conforme all'originale di <u>Stefano D'Amico</u> per uso al Comune di <u>VALLATA</u> e norme del D.P.R. 3.11.2000, n. 296. <u>09.01.2007</u> <u>Stefano D'Amico</u> <u>Stefano D'Amico</u> <u>Stefano D'Amico</u>

RAPHAEL PIRES PARDINHO: FONTES PARA GENEALOGIA E BIOGRAFIA

Rafael José Nogueira¹⁹³

Resumo: *O texto tem o objetivo de apresentar e descrever fontes para ajudar em futuros estudos genealógicos e biográficos de Raphael Pires Pardino por parte de genealogistas, historiadores e pesquisadores em geral.*

Palavras-chave: *fontes, Raphael Pires Pardino, pesquisadores.*

Abstract: *The text aims to present and describe sources to support future genealogical and biographical studies of Raphael Pires Pardino by genealogists, historians, and researchers in general.*

Keywords: *sources, Raphael Pires Pardino, researchers.*

1. Pequenas notas biográficas de Raphael¹⁹⁴ Pires Pardino:

Nascido na segunda metade do século 18 em Lisboa, por volta de 1672, Raphael Pires Pardino era filho dos também lisboetas Francisco Pires e Maria Gonçalves. Da sua infância e adolescência não se sabe nada muito concreto, além de que deve ter vivido em Lisboa junto com os pais.¹⁹⁵

¹⁹³ Professor licenciado em História pela Univille – Universidade da Região de Joinville. Historiador - Registro Profissional 0000037/SC. E-mail: rjnrafa@hotmail.com

¹⁹⁴ Optou-se pela grafia do batismo em 1672.

¹⁹⁵ PEGORARO, Jonas Wilson. **Zelo pelo serviço real: ações de Ouvidores Régios nas Comarcas de São Paulo e de Paranaguá (primeira metade do século XVIII).** Orientador: Antonio Cesar de Almeida Santos. 2015. 247 f. Tese (Doutorado em História) – Programa de Pós Graduação em História, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2015. p. 80.

Conforme pesquisa de Arthur Virmond de Lacerda Neto, Raphael Pires Pardini se formou na Universidade de Coimbra, na faculdade de “Leys”, e logo inicia sua carreira jurídica, primeiro como juiz no Algarve, no bairro da Mouraria entre os anos de 1705 e 1715.¹⁹⁶

Em 1717, já com uma década de experiência em Portugal é então nomeado como ouvidor para atuar na Capitania de São Paulo, afora Servente do Ofício de Provedor das Fazendas dos Defuntos e Ausentes, Capelas e Resíduos.¹⁹⁷

Serve nessas funções até 1734, quando ganha o cargo de Intendente do Distrito Diamantino no qual fica até 1740, quando solicita demissão do cargo pela idade avançada.¹⁹⁸

Três anos depois em 1743 regressa a Lisboa e no mesmo ano alcança o posto de membro do Conselho Ultramarino, que o leva em 1754 à Conselheiro do rei. Tem seu tombamento perto dos 89 anos na cidade de Lisboa no dia 28 de dezembro de 1761.¹⁹⁹

1.1 A figura de Raphael Pires Pardini, razão da escolha e sua atuação no Brasil

Tendo essas informações em vista, optou-se por coletar e descrever algumas fontes para ancorar estudos sobre a genealogia e biografia do ouvidor Raphael Pires Pardini.

O motivo da escolha foi sua atuação destacada no Brasil colonial por mais de duas décadas durante o século 18, na região sul e sudeste como ouvidor-geral e depois como o cargo de Intendente do Distrito Diamantino, em Minas Gerais, entre outras funções que desempenhou durante sua passagem pelo Brasil colonial.

Portanto, Raphael Pires Pardini teve atuação intensa no Brasil desde os primeiros momentos até sua volta para Lisboa.²⁰⁰

Segundo o já citado Arthur Virmond da Lacerda Neto, tão logo chega ao Brasil, em 1717 Raphael tem de lidar com um esquema de fraude eleitoral na Câmara de São Paulo, em que não teve dúvidas na anulação e logo se realiza um novo pleito, agora sob sua fiscalização.

Também teve que enfrentar figuras autoritárias que aterrorizavam vilas pelo território, sem serem presos e punidos pela Coroa Portuguesa. Dois

¹⁹⁶ LACERDA NETO, Arthur Virmond de. “O ouvidor Rafael Pardini”. In: **Boletim do estudo histórico e geográfico do Paraná**. Curitiba, IHGEP.1999, p. 35.

¹⁹⁷ LACERDA NETO, 1999, p. 35.

¹⁹⁸ LACERDA NETO, 1999, p. 37.

¹⁹⁹ LACERDA NETO, 1999, p. 38.

²⁰⁰ LACERDA NETO, 1999, p. 39.

exemplos foram Bartolomeu Fernandes da Faria em Jacaré – São Paulo e Domingos Francisco Francisques em São Francisco do Sul – Santa Catarina.²⁰¹

Passou pelas localidades de Paranaguá, Curitiba, São Francisco do sul e Laguna e deixou inúmeros “provimentos”; a saber: um conjunto de orientações de praticamente todos os assuntos públicos relevantes desses locais de modo que elas pudessem se organizar e conseguirem manter ordem e progresso.²⁰² Muitos desses provimentos perduraram por um século: “Transcorrido mais de um século de sua formalização, em 1825 tais determinações vigoravam ainda”.²⁰³

Já como Intendente do Distrito Diamantino criado em 1734 em Minas Gerais, incumbiu Martinho de Mendonça de demarcar a zona de extração mineral do Distrito passando pelas cidades hoje de Diamantina, Ouro Preto e Mariana.²⁰⁴

Diz Arthur Virmond Lacerda Neto que Pires Pardinho era rigoroso na cobrança dos impostos régios no Distrito Diamantino, se opondo inclusive a figura do “Contratador” para explorar as lavras visando preservar os direitos da Coroa Portuguesa.²⁰⁵ Esse combate aos contratadores e rigidez nos tratos com o real serviço também é frisado por Carlos da Costa Pereira:

*Em muitas ocasiões rebateu com coragem as pretensões dos poderosos contratadores, quando pretendiam se desviar das condições do contrato: era-lhes mais fácil obter qualquer favor da corte ou do governador, que do inflexível intendente.*²⁰⁶

É claro que suas ações enérgicas lhe renderam inimigos, como por exemplo, o ouvidor de Minas Gerais.²⁰⁷

Em 1749, Pires Pardinho podia estar distante geograficamente do Brasil, porém ainda continuava influenciando o território, elaborando ou cancelando instruções ao governador de como receber e instalar os imigrantes oriundos do arquipélago dos Açores e da Ilha da Madeira.²⁰⁸

Anos depois em 1753, igualmente intervém no território brasileiro e, mesmo à distância, escreve longo parecer aconselhando que Portugal anexasse a “Capitania da Paraíba do Sul, ou Capitania de Campos dos Goytacazes” criada em 1674, encerrando as capitanias privadas no nosso país.²⁰⁹

²⁰¹ LACERDA NETO, 1999, p. 35.

²⁰² LACERDA NETO, 1999, p. 35.

²⁰³ LACERDA NETO, 1999, p. 36.

²⁰⁴ LACERDA NETO, 1999, p. 37.

²⁰⁵ LACERDA NETO, 1999, p. 37.

²⁰⁶ PEREIRA, Carlos da Costa. **História de São Francisco do Sul**. Florianópolis: Ed. da UFSC; São Francisco do Sul, SC: Prefeitura Municipal, 2004, p. 70.

²⁰⁷ LACERDA NETO, 1999, p. 38.

²⁰⁸ LACERDA NETO, 1999, p. 38.

²⁰⁹ LACERDA NETO, 1999, p. 38.

Sobre a relação contínua entre Brasil e Raphael Pires Pardinho já em terras portuguesas, coloca Arthur Virmond Lacerda Neto o seguinte quadro: “Subscreveu mais 76 pareceres relacionados com o Brasil, o derradeiro em 1758 com mão já trêmula”.²¹⁰

Do levantamento que Lacerda Neto realizou da atuação de Pires Pardinho, assevera que vinte e sete relatos são favoráveis a Raphael Pires Pardinho e somente um deles tece críticas, mas que seria enviesada pelo sentimento de lusofobia do autor.²¹¹

Uma outra questão em debate é a pouca disponibilidade de fontes primárias de forma organizada, acessível e minimamente contextualizada para os pesquisadores em Geral que desejam explorar mais da genealogia de Raphael Pires Pardinho.

O número de estudos sobre a biografia de Raphael Pires Pardinho ainda é baixo, dada a sua importância que teve no Brasil colonial do século XVIII, em um período marcado por grandes transformações.

O primeiro texto a mencionar Raphael Pires Pardinho surge um século após sua morte, no ano de 1868, com Joaquim Felício dos Santos (1828-1891) em suas “Memórias do districto diamantino da comarca do Sêro Frio, Província de Minas Geraes”, onde o autor busca perfilar brevemente sem detalhar muito a figura de Pardinho a partir da condução como Intendente do Distrito Diamantino. Como é próprio da “escrita historiográfica” do período, Felício dos Santos alterna entre elogios e algumas críticas a Raphael Pires Pardinho.²¹² É importante apontar que Raphael Pires Pardinho não é mencionado diretamente na obra e sim em passagens dentro dos capítulos.

Continuando agora no século XX, que na verdade foi uma nota biográfica do Ouvidor Pardinho de 5 páginas de Moises Marcondes (1869-1932) na compilação de documentos antigos que fez do Paraná, em 1923 do qual intitulou “Documentos para a história do Paraná”. O formato de “escrita histórica” se mantém em relação a Joaquim Felício dos Santos, com a diferença, que Moisés Marcondes aconselha que a conduta de Raphael Pires Pardinho deveria ser analisado dentro do próprio contexto que ele viveu e não com valores do presente. Contudo, é muito mais uma tentativa de defender Raphael Pires Pardinho das críticas de Felício dos Santos, do que um princípio metodológico para combater um pretense anacronismo.²¹³ Outra diferença, é que obviamente Moises Marcondes privilegia Pires Pardinho na sua intervenção no Estado do Paraná.

²¹⁰ LACERDA NETO, 1999, p. 38.

²¹¹ LACERDA NETO, 1999, p. 39.

²¹² SANTOS, Joaquim Felício dos. **Memórias do districto diamantino da comarca do Sêro Frio, Província de Minas Geraes**. Rio de Janeiro: Typographia Americana, 1868. p. 52-53.

²¹³ MARCONDES, Moisés. **Documentos para a História do Paraná**. Anuário do Brasil. Rio de Janeiro, 1923, p. 189.

O intelectual Carlos da Costa Pereira (1890-1967) em data desconhecida escreveu o texto “Rafael Pires Pardinho – Alguns traços biográficos” que foi coligido com outros escritos resultando no livro “História de São Francisco do Sul” editado em 1984 pela editora da Universidade Federal de Santa Catarina, sendo reeditado vinte anos depois em 2004. O artigo parece como um capítulo com o título um pouco diferente do original: “Rafael Pires Pardinho – Alguns dados Biográficos – A Correição de 1720”. A dinâmica da escrita histórica não se altera muito e mantém um tom elogioso a Pires Pardinho. Os trabalhos de Joaquim Felício dos Santos e Moises Marcondes são usados como embasamento, embora mais como citações diretas, do que uma análise mais apurada. Como era de se esperar a tônica é priorizar a correição de 1720 na vila de São Francisco do Sul, assim como Felício dos Santos e Moisés Marcondes fizeram respectivamente com Minas Gerais e Paraná.²¹⁴

Fechando o século XX, temos enfim a dissertação de mestrado de Arthur Virmond Lacerda Neto, denominada “O ouvidor Pardinho: tentativa biográfica” defendida em 1996. É a primeira publicação oficialmente “acadêmica”. Lacerda Neto lança mão de um corpus documental extenso, sobretudo, fontes primárias da administração portuguesa. Ainda apresenta algumas novas informações importantes sobre a biografia de Raphael Pires Pardinho como seu provável ano de nascimento; sua formação universitária e o começo de sua carreira na magistratura ainda em solo português.²¹⁵ Entretanto, não obstante, o intuito parece ser suas ações como ouvidor no Brasil.

Por fim, existe os trabalhos recentes do historiador Jonas Wilson Pegoraro. Na sua dissertação de mestrado de 2007 “Ouvidores régios e centralização jurídico-administrativa na América portuguesa: a Comarca de Paranaguá (1723-1812)” defendida em 2007. Pegoraro cita brevemente informações biográficas mais individuais de Pardinho, por não ser o objetivo da sua pesquisa.

Ele segue na sua tese de doutorado analisando os ouvidores régios que resulta na tese chamada “Zelo pelo serviço real: ações de Ouvidores Régios nas Comarcas de São Paulo e de Paranaguá (primeira metade do século XVIII)” defendida em 2015.

Apesar de não ter novamente como meta central os aspectos da vida de Raphael Pires Pardinho, imbuído de nova documentação, surge então um pouco mais de subsídios para a biografia de Raphael Pires Pardinho, como sua filiação; profissão de seu genitor e pai e filho como cavaleiros da Ordem de Santiago.²¹⁶

²¹⁴ PEREIRA, Carlos da Costa. **História de São Francisco do Sul**. Florianópolis: Ed. da UFSC; São Francisco do Sul, SC: Prefeitura Municipal, 2004, p.70-76.

²¹⁵ LACERDA NETO, Arthur Virmond de Lacerda. **O ouvidor Pardinho: tentativa biográfica**. 1996. 186 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Histórico-Jurídicas – História do Direito) – Faculdade de Direito, Universidade de Lisboa, Curitiba, 1996, p. 39.

²¹⁶ PEGORARO, 2015, p. 80.

Esse foi uma pequena descrição do “estado da arte” sobre os estudos biográficos antigos e atuais sobre Raphael Pires Pardiniho.

Adicionalmente a tentativa é de contribuir para genealogias de figuras ligadas à coroa portuguesa, usando neste caso a trajetória de Raphael Pires Pardiniho, buscando assim proporcionar hipóteses para entender suas decisões e os rumos que o nosso país tomou no decorrer dos séculos.

2. A importância das fontes

Já é conhecida e aceita a máxima de Charles Seignobos que “Sem documento não há história”²¹⁷ e na mesma linha é também consenso que as fontes são a matéria prima de qualquer pesquisador – seja um historiador profissional ou não –, que se coloque na tarefa de lidar com alguma temática do passado.

Sem receio, podemos usar o mesmo princípio na Genealogia. Sem fontes genealógicas, sejam quais forem, não existe um estudo genealógico por excelência. O investigador na genealogia se utiliza de todo tipo de fonte que permita rastrear as linhagens e que as fontes permitam reconstruir.

O que chamamos comumente de fontes genealógicas não nasceram já como fontes, mas se transformaram em fontes ao longo mediante uma infinidade de circunstâncias e contextos por qual ela passou. O genealogista é o artesão que identifica e conecta esses fios chamado fontes para resgatar ou tentar pelo menos as linhagens dos indivíduos.

3. Apresentação e descrição das fontes

Fontes genealógicas:

A. Eventos vitais:

Assento de batismo:

A primeira fonte é seu assento de batismo realizado na antiga freguesia de Santo Estevão em Lisboa no ano de 1672 em 28 de agosto. O assento fornece sua filiação e o nome de um padrinho, mas infelizmente não informa seus avós paternos e maternos.

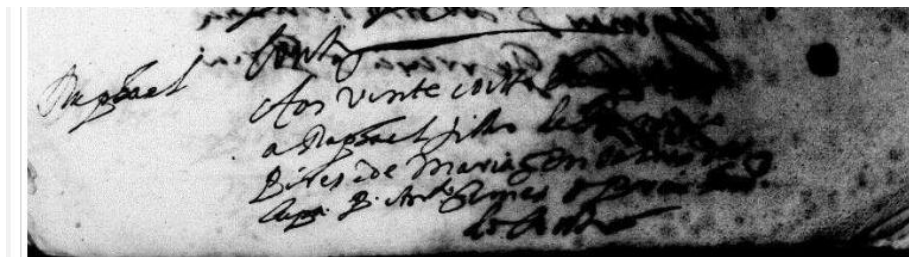
²¹⁷ SEIGNOBOS, Charles. El método histórico aplicado a las ciencias sociales. Madrid: Daniel Jorro, 1923 [original: 1901].

Abaixo uma transcrição aproximada do assento, porém esta necessita de um trabalho paleográfico mais apurado:

Raphael.

Aos vinte e oito [de agosto de 1672] baptizei a RAPHAEL, filho de Francisco Pires e de Maria Gonçalves da [Cepa]. P. Ant^o Gomes. O prior Fran^{co} da Cunha.²¹⁸

Figura 1: Foto do assento de batismo de Raphael Pires Pardinho



Fonte: Digitarq. Link:

<https://digitarq.arquivos.pt/fileViewer/39217deedbfe4b428e2b37c41a590619?isRepresentation=false&selectedFile=27050987&fileType=IMAGE>

Assento de óbito:

A outra fonte de registro vital é o registro de óbito presente no livro de óbitos da antiga freguesia de Santa Engrácia na cidade de Lisboa a 28 de dezembro de 1761. O assento menciona Raphael como desembargador e como conselheiro ultramarino. Não cita filhos ou casamentos e relata uma informação interessante: a de que ele não fez testamento, mesmo ocupando uma posição social elevada que estimulava pessoas desse nível hierárquico a deixarem testamentos. Ainda reporta onde ele foi sepultado.

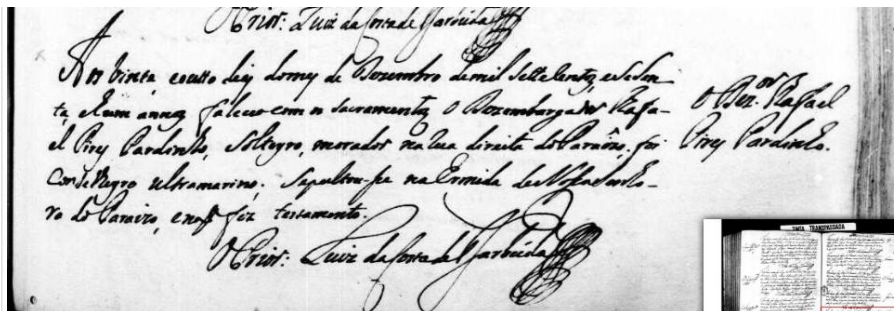
A seguir a transcrição do assento, não se descartando um trabalho paleográfico mais profundo.

Aos vinte e oito dias do mês de dezembro de mil setecentos e sessenta e um anos faleceu com os sacramentos o Desembargador RAFAEL PIRES PARDINHO, solteiro, morador na Rua Direita do Paraíso; foi conselheiro ultramarino;

²¹⁸ **Assento de batismos:** Digitarq. Link <https://digitarq.arquivos.pt/fileViewer/39217deedbfe4b428e2b37c41a590619?isRepresentation=false&selectedFile=27050987&fileType=IMAGE>. Imagem 127. Página 125.

sepultou-se na Ermida de Nossa Senhora do Paraíso, e não fez testamento. O Prior: Luiz da Costa Jarbeida.²¹⁹

Figura 2: Foto do óbito de batismo de Raphael Pires Pardinho



Fonte: Digitarq. Link:

<https://digitarq.arquivos.pt/fileViewer/cc1ea37691e54d98a06cbdf5501a64d6?isRepresentation=false&selectedFile=26929469&fileType=IMAGE>

Até o momento não foi encontrado alguma informação de casamento no Brasil ou em Portugal de Raphael Pires Pardinho, ou mesmo algo concreto que aponte alguma relação não-oficial. Também não foi verificado vestígios de filhos ilegítimos.

Fica como desafio para pesquisas posteriores. Adiante as fontes biográficas.

B. Fontes biográficas

Habilitação para Ordem de São Tiago

Em relação as fontes ditas biográficas, foram escolhidas algumas que podem ser de grande valia para quem deseja mapear a biografia de Raphael Pires Pardinho.

O primeiro documento é a diligência que Raphael passou para entrar na ordem militar e religiosa de São Tiago. Na diligência era realizada uma investigação da vida do candidato, em relação a conduta o interessado e as profissões paternas e maternas, bem como dos seus avós paternos e maternos. A

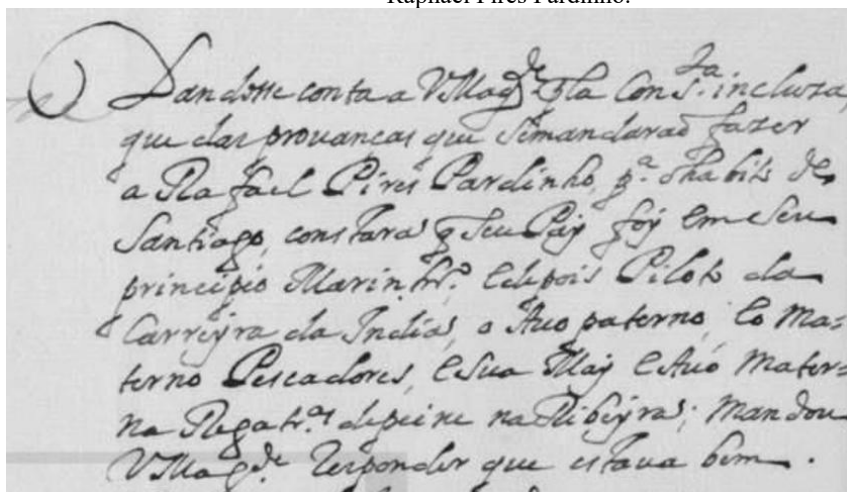
diligencia é formada por quatro páginas escritas e quatro páginas em branco. Para uma melhor leitura, recomenda-se a transcrição paleográfica básica.

Um trecho que revela a origem humilde de Raphael Pires Pardinho:

[...] Compareceu há 27 junho de 696

*Dandome conta a V. Magde da Consciencia incluza que dar provações que se mandarão fazer a Rafael Pires Pardinho para o [habilitar] de Santiago, constar a que seu Pay foi em seu principio Marinheiro e depois Piloto da Carreyra da Indias, o Avo paterno e a materno Pescadores e sua May e Avó materna Regateiras de peixe na Ribeyras; mandou V. Magde responder que estava bem [...]*²²⁰

Figura 3: Foto de uma parte da diligência para a ordem de São Tiago de Raphael Pires Pardinho.



Fonte: Digitarq. Link:

<https://digitarq.arquivos.pt/documentDetails/3b25a9c568ff43cdae5d942d88f84bc1>

Leitura de bacharel de Raphael Pires Pardinho

O próximo documento é o processo conhecido como “Leitura de bacharel”. Era um exame que habilitava o pleiteante, em caso de aprovação, a ocupar cargos na magistratura da corte portuguesa e em suas colônias,²²¹ o que ocorria em duas etapas. Uma delas era uma arguição oral do candidato avaliado

²²⁰ **Diligência de habilitação para a Ordem de Santiago de Rafael Pires Pardinho:** Digitarq. Link:

<https://digitarq.arquivos.pt/documentDetails/3b25a9c568ff43cdae5d942d88f84bc1>

²²¹ PEGORARO, 2015. p. 78.

por uma comissão. Já a outra parte do exame, era uma inquirição muito parecida com a da ordem de São Tiago, sobre a família e a vida do solicitante do exame. A diferença é que pesquisa sobre a família era mais detalhada, ouvindo testemunhas e cruzando com certidões apresentadas pelo postulante. As perguntas tinham o objetivo de saber se havia vestígios de ascendência moura, judia, mulata ou de qualquer raça de “infecta nação”. As perguntas feitas as testemunhas que conheciam Raphael Pires Pardinho eram perguntas nessa linha ou próximas as listas abaixo:

1. *se sabia, ou suspeitava, do que lhe queriam perguntar “e se lhe disse alguém que sendo perguntado dissesse mais, ou menos, da verdade”;*
2. *se conhecia o bacharel, seus pais e avós e por que motivo;*
3. *se sabia ser o bacharel cristão-velho, “sem raça alguma de cristão-novo, mouro, mulato ou de outra qualquer infecta nação”;*
4. *“se ouviu ainda que não sabia de certo, alguma fama, ou rumo em contrário, e a que pessoas ouviu, e em que ocasião”;*
5. *se sabia de ofício mecânico exercido pelo pai ou avô do requerente;*
6. *se o bacharel era pessoa de boa vida e costumes, “solteiro, ou casado com mulher de limpo sangue, sem raça”.*²²²

Um excerto que pode ser encontrado na leitura de bacharel de Raphael Pires Pardinho mencionando o local de batizado deste e os nomes de seus pais e avós paternos e maternos assim como seus locais de batismo. O documento é extenso, e sugere-se transcrição paleográfica:

Declara o Suppte. ser baptizado e morador na freguezia de Sto. Estevão d' Alfama filho do Capam. Francisco Pirs Cavalheiro da ordem de Santiago e Familiar do Sto. Officio baptizado e Sto Andre da villa de Esgueira, e de Maria Gonçalves baptizada em Sta. Engracia desta cidade. Netto por parte paterna de Manoel Matheos da villa Esgueira e Maria Francisca da villa de Angega; e por parte Materna de Miguel Gonçalves da dita freguecia de Sta. Engracia, e de Maria Dias da dita freguecia de Sto. Estevão.

*Pem. 3 de abril de 1700 Pem. 21 de outubro de 1700.*²²³

Figura 4: Foto da declaração de Raphael Pires Pardinho sobre sua filiação paterna e materna e outras informações genealógicas na sua leitura de bacharel

²²² PEGORARO, 2015, p. 79-80.

²²³ **Processo de leitura do bacharel Raphael Pires Pardinho:** Digitarq. Link: <https://digitarq.arquivos.pt/fileViewer/bf2e72a5818d4d2d99686375d321d81c?isRepresentation=false&selectedFile=13559215&fileType=IMAGE>

provanças. E. A. M.
Declaro e suplico ser baptizado e morador em freguesia
de S.^{to} Estevão d'Alfama filho do Cap.^m Fran.^{co} Pires Cavalleiro
da Ordem de Santiago, e Familiar do S.^{to} Officio baptizado e
S.^{to} Andre da Villa de Enqueira, e de M.^{te} G.^{te} baptizada
em S.^{ta} Engracia desta Cidade. Netto por parte paterna de
M.^{te} Mathem da dita Villa de Enqueira, e de M.^{te} Fran.^{co} da Villa
de Argega. E por parte Materna de Miguel G.^{te} da S.^{ta} Fre-
guesia de S.^{ta} Engracia, e de M.^{te} Dias da S.^{ta} Freguesia de
S.^{to} Estevão.

Fonte: Digitarq. Link:

<https://digitarq.arquivos.pt/fileViewer/bf2e72a5818d4d2d99686375d321d81c?isRepresentation=false&selectedFile=13559215&fileType=IMAGE>

Diligência da habilitação de Raphael Pires Pardinho para familiar do Santo Officio

A última fonte biográfica foi o processo de Raphael Pires Pardinho para se tornar um familiar do Santo Officio da Inquisição Católica Portuguesa. Uma vez habilitado o indivíduo auxiliava os inquisidores em várias tarefas, sem se dedicar exclusivamente a esse trabalho por serem leigos, continuando com seus outros trabalhos. Entre suas funções eram responsáveis por buscas, prisões, e notificações, e também na seleção e exame de pessoas suspeitas de heresia. Os familiares do Santo Officio faziam a ligação entre a população e o tribunal da Inquisição.²²⁴

Mais uma vez, Raphael Pires Pardinho teve sua vida e ascendência colocada em avaliação para que pudesse ser aceito no cargo de familiar do Santo Officio no que a inquisição chamava de “Informações de limpeza de sangue e geração”. Praticamente igual à apreciação feita na leitura de bacharel

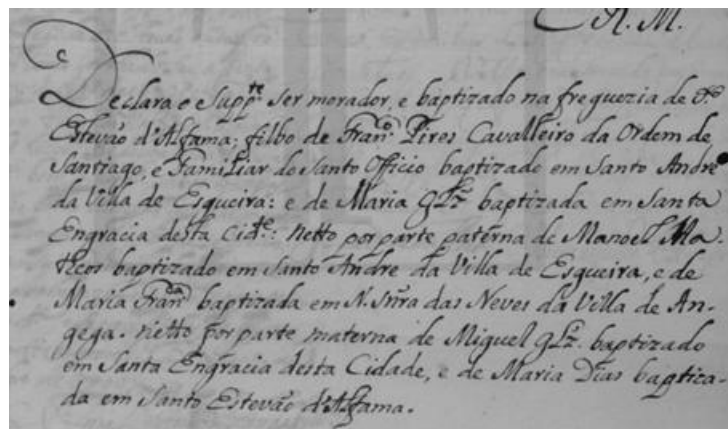
Nesses pequenos extratos, as informações bem similares à inquirição da leitura de bacharel, com a adição da data exata do batismo, que parece ter vindo de uma certidão apresentada por Raphael Pires Pardinho. Pela extensão e complexidade do documento, é aconselhável a transcrição paleográfica:

²²⁴ RODRIGUES, Aldair Carlos. Poder e autoridade inquisitorial: a atuação dos familiares do santo officio nas minas setecentistas. **REVISTA DE HISTÓRIA**, v. 162, p. 51-72, 2010, p. 52.

[...] Declara o supp^{te} ser morador e baptizado na freguesia de S^{to} Estevão d' Alfama; filho de Fran^{co} Pires, Cavalheiro da Ordem de Santiago e familiar do Santo Officio baptizado em Santo André da Villa da Esgueira: e de Maria Glz baptizada em Santa Engracia desta cid^e; neto por parte paterna de Manoel Matheos baptizado em Santo Andre da Villa de Esgueira e de Maria Fran^{ca} baptizada em n. s^{ra} das Neves da Villa de Angega; netto por parte materna de Miguel Glz. Baptizado em Santa Engracia desta Cidade e de Maria Dias baptizada em Santo Estevão d'Alfama [...]

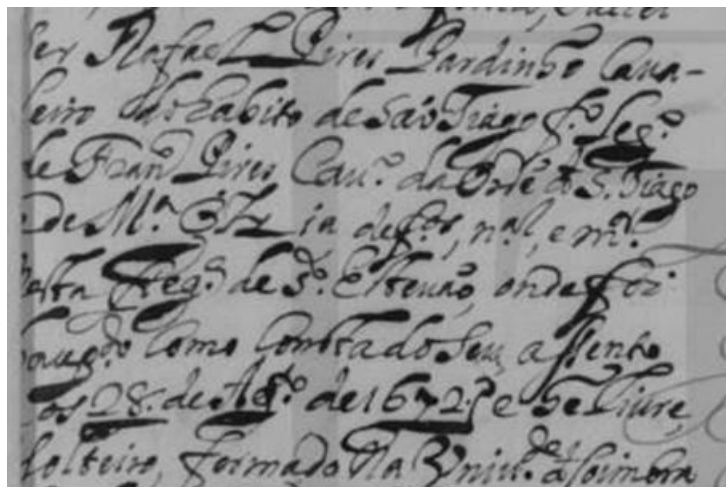
[...] Rafael Pires Pardinho Cavaleiro do habito de São Tiago f.^o leg.^o de Fran^{co} Pires Cav.^o da ordem de S. Tiago e de M.^a Glz e ele foi na^l e m^{or} nesta Fre.^a de S.^{to} Estevão onde foi baptizado como consta do seu assento aos 28 de Ag.^{to} de 1672 e de livre solteiro [...]²²⁵

Figura 5 e 6: Fotos da diligência para Familiar de Santo Officio de Raphael Pires Pardinho.



The image shows a handwritten document in Portuguese, likely a baptismal record or a declaration of lineage. The text is written in a cursive script. It begins with 'Declara o Supp^{te} ser morador e baptizado na freguesia de S^{to} Estevão d'Alfama; filho de Fran^{co} Pires Cavalheiro da Ordem de Santiago, e familiar do Santo Officio baptizado em Santo André da Villa da Esgueira: e de Maria Glz baptizada em Santa Engracia desta cid^e; neto por parte paterna de Manoel Matheos baptizado em Santo Andre da Villa de Esgueira, e de Maria Fran^{ca} baptizada em n. s^{ra} das Neves da Villa de Angega. netto por parte materna de Miguel Glz. baptizado em Santa Engracia desta Cidade, e de Maria Dias baptizada em Santo Estevão d'Alfama.'

²²⁵ **Diligência de habilitação de Raphael Pires Pardinho (Familiar do Santo Officio):**
Digitarq. <https://digitarq.arquivos.pt/documentDetails/fc1ebfd62c384b148655910e144b14fe> Link:



Fonte: Digitalq. Link:

<https://digitalq.arquivos.pt/documentDetails/fc1ebfd62c384b148655910e144b14fe>

4. Considerações finais

Nesse pequeno texto foi levantando algumas fontes que podem auxiliar pesquisadores que se interessam pela genealogia e biografia do Ouvidor e magistrado Raphael Pires Pardinho que teve atuação destacada no Brasil colonial, além de uma brevíssima descrição introdutória do que o investigador pode encontrar de útil nesse material e onde pode acessar online e se é prudente tratar a fonte com a transcrição paleográfica.

Espera-se que esse trabalho que é apenas um ponto de partida, contribua de alguma forma para que genealogistas se sintam estimulados a se aventurar na genealogia e biografia de Raphael Pires Pardinho.

5. Referências:

LACERDA NETO, Arthur Virmond de Lacerda. **O ouvidor Pardinho: tentativa biográfica**. 1996. 186 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Histórico-Jurídicas – História do Direito) – Faculdade de Direito, Universidade de Lisboa, Curitiba, 1996.

LACERDA NETO, Arthur Virmond de. “O ouvidor Rafael Pardinho”. In: **Boletim do estudo histórico e geográfico do Paraná**. Curitiba, IHGEP.1999. V. 50 pp 33-39.

MARCONDES, Moisés. **Documentos para a História do Paraná**. Anuário do Brasil. Rio de Janeiro, 1923, p. 190.

PEGORARO, Jonas. Wilson. **Ouvidores régios e centralização jurídico-administrativa na América portuguesa: a Comarca de Paranaguá (1723-1812)**, Curitiba, 2007, Dissertação (Mestrado em História) – Setor de Ciências Humanas, Letras e Artes, Universidade Federal do Paraná, 2007.

PEGORARO, Jonas Wilson. **Zelo pelo serviço real: ações de Ouvidores Régios nas Comarcas de São Paulo e de Paranaguá (primeira metade do século XVIII)**. Orientador: Antonio Cesar de Almeida Santos. 2015. 247 f. Tese (Doutorado em História) – Programa de Pós Graduação em História, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2015. p. 78.

PEREIRA, Carlos da Costa. **História de São Francisco do Sul**. Florianópolis: Ed. da UFSC; São Francisco do Sul, SC: Prefeitura Municipal, 2004.

RODRIGUES, Aldair Carlos. Poder e autoridade inquisitorial: a atuação dos familiares do santo ofício nas minas setecentistas. **REVISTA DE HISTÓRIA**, v. 162, p. 51-72, 2010,

SANTOS, Joaquim Felício dos. **Memórias do districto diamantino da comarca do Sêrro Frio, Província de Minas Geraes**. Rio de Janeiro: Typographia Americana, 1868. 438 p.

SEIGNOBOS, Charles. **El método histórico aplicado a las ciencias sociales**. Madrid: Daniel Jorro, 1923 [original: 1901].

4.1 Fontes primárias genealógicas:

4.1.1 Eventos vitais

4.1.1.1 Assento de batismos: Digitalq. Link

<https://digitalq.arquivos.pt/fileViewer/39217deedbf4b428e2b37c41a590619?isRepresentation=false&selectedFile=27050987&fileType=IMAGE>. Imagem 127. Página 125.

4.1.1.2 Assento de óbito: Digitalq.

<https://digitarq.arquivos.pt/fileViewer/cc1ea37691e54d98a06cbdf5501a64d6?isRepresentation=false&selectedFile=26929469&fileType=IMAGE> Imagem 251. Página 250.

4.1.2 Fontes biográficas

4.1.2.1 Diligência de habilitação para a Ordem de Santiago de Raphael Pires Pardinho: Digitarq.

Link:

<https://digitarq.arquivos.pt/documentDetails/3b25a9c568ff43cdae5d942d88f84bc1>

4.1.2.2 Processo de leitura do bacharel Raphael Pires Pardinho: Digitarq.

Link:

<https://digitarq.arquivos.pt/fileViewer/bf2e72a5818d4d2d99686375d321d81c?isRepresentation=false&selectedFile=13559215&fileType=IMAGE>

4.1.2.3 Diligência de habilitação de Raphael Pires Pardinho (Familiar do Santo Ofício): Digitarq.

Link:

<https://digitarq.arquivos.pt/documentDetails/fc1ebfd62c384b148655910e144b14fe>

FOROS DE FIDALGUIA DA CASA IMPERIAL

Caio Cesar Tourinho-Marques²²⁶

Resumo: Este artigo trata dos foros de fidalguia da Casa Imperial do Brasil, sua origem, classes e graus, transmissão, legislação e impostos, destacando que os foros eram um instituto nobiliárquico capaz transmitir e manter a fidalguia por gerações.

Abstract: This article deals the 'foros of fidalguia' of Imperial House of Brazil, their origin, classes and degrees, transmission, legislation and taxes, highlighting that these 'foros' were a nobiliary institution capable of transmitting and maintaining nobility for generations.

Origem dos foros de fidalguia

A palavra *fidalgo* (*hidalgo*), de origem castelhana, quer dizer *filho de alguém*. Como define Armengol y de Pereyra (1947, p. 143, tradução nossa): “A etimologia desta palavra não poderia ser mais clara: ‘filhos de algo’, isto é, de ascendentes que se tivessem distinguido por seus feitos ou por sua posição”²²⁷.

Porém, o *fidalgo* não se confunde com o *nobre*. Porque aquele já é nobre há pelos menos 4 gerações, ou seja, pai, filho, neto e bisneto (Silva, 2005, p. 16). Portanto, *todo fidalgo é nobre, mas nem todo nobre é fidalgo* (Oliveira, 2002, p. 16-17).

O tratadista seiscentista português Villas Boas e Sampayo (1754, p. 151) doutrina que:

A palavra 'Fidalgo' é espanhola antiga e vale o mesmo que filho de alguém; porque como os homens baixos e de mau procedimento, chamados filhos de ninguém, assim, pelo contrário, aos de sangue esclarecido, e nobre, que procediam como tais, chamavam antigamente 'filhos dalgo', que é filho de alguém, palavras que então se praticava (como pode ver-se com clareza nas escrituras e doações daquele tempo) do qual com pouca corrupção se derivou o

²²⁶ Procurador federal, historiógrafo e genealogista.

²²⁷ Texto original: “La etimología de esta palabra no puede ser más clara: ‘hijos de algo’, esto es, de ascendientes que se hubiesen distinguido por sus hechos o por su posición”.

título de fidalgo, que hoje se usa e tem a mesma significação.

A fidalguia portuguesa e, depois, a brasileira, transmitia-se não só pela varonia, como também por via feminina e até mesmo por bastardia, sendo, portanto, *hereditária* ou de *sangue* (Vasconcelos, 2003, p. 29) O costume herdado dos francos sális, de transmitir a nobreza apenas por linha varonil (Marotta, 2010, p. 1-9) não prevaleceu no Condado Portucale, nem posteriormente no Reino de Portugal e suas conquistas, incluindo o Brasil, tornando a Nobreza um estamento e depois uma classe permeável, tanto para sua entrada como para saída²²⁸.

Dentro do gênero de fidalgos, porque havia várias espécies deles²²⁹, havia aqueles *matriculados* ou *filhados* nos livros da Casa del Rei, por força de um *alvará* e ainda recebiam uma remuneração, chamada de *moradia*. *Filhar* significava o mesmo que reconhecer oficialmente a fidalguia do súdito sob autoridade real (Albuquerque de Bettencourt, 1937, p. 189). Tal costume começou na época do Rei Dom Afonso V, cognominado o *Africano* (1432-1481) e visava a criação e reconhecimento de uma fidalguia cortesã, a serviço da Coroa, mediante registro oficial. Foram assim criados os *foros de fidalguia*, sem paralelo em outras cortes europeias (Baêna, 2002, p. 26).

Villas Boas e Sampayo (1754, p. 165) igualmente explica a origem dessa espécie de fidalguia:

[...] até que El Rey D. Affonso V escolhendo de uns, e outros os que lhe pareceo para as assistencias, e serviço da Casa Real mandando-os matricular em livro para elles deputado, deu principio aos filhamentos, e Titulos de Fidalgos nos livros del Rey. Aos escritos neste livro cha mavaõ moços Fidalgos, cujo acrescentamento era a Escudeiros Fidalgos, e Cavalleiros Fidalgos.

Existe uma correlação direta da existência dos *foros* com a vida palaciana dos reis portugueses, sintoma do Absolutismo crescente no seio das cortes modernas e Portugal não foi exceção. Os nobres e fidalgos iam deixando para trás sua vida guerreira a fim de servirem e adornarem a corte do monarca (Leão, 2022, p. 36-48).

Durante o tempo do Brasil Colônia, antes da chegada da Corte portuguesa ao Rio de Janeiro, tanto os *foros de fidalguia* quanto os brasões de armas e ordens militares de cavalaria foram largamente concedidos aos súditos brasileiros, mas não títulos de nobreza, como ocorria na América espanhola (Silva, 2005, p. 8-10), sendo as únicas exceções feitas a Matias de Albuquerque Coelho, 1º e único Conde de Alegrete (Olinda, 1580 - Lisboa, 1647) e a Martim Correia de Sá e Benevides Velasco, 1º Visconde de Asseca (Rio de Janeiro, 06.06.1639 - Setúbal, 28.10.1678).

²²⁸ Entretanto, como se verá adiante, os *foros de fidalguia* só eram transmitidos por linha masculina legítima, através de uma agnação restrita.

²²⁹ Para os tratadistas nobiliárquicos havia várias espécies de fidalgos, como os de solar, os de linhagem, os de cota de armas, os *matriculados* ou *filhados na Casa Real*.

O Duque de Bragança, já como El-Rei Dom João IV, outorgou o título de Conde de Alegrete ao neto do Capitão Donatário de Pernambuco após derrotar os espanhóis na Batalha de Montijo, ocorrida em 1644 (Silva, 2015, p. 88-89). Já o título de Visconde de Asseca a Martim Correia de Sá foi a retribuição nobiliárquica pelos serviços prestados durante a Guerra da Restauração da Independência de Portugal e particularmente pelas vitórias nas Batalhas do Ameixial e Montes Claros, travadas em 1663 e 1665 respectivamente (Zúquete, 1960). Sem ainda olvidar o título de Conde de Arganil, anexo à cátedra episcopal do Arcebispado do Porto, Portugal, portado pelo fluminense Dom Francisco de Lemos de Faria Pereira Coutinho (Taunay, 1938).

Classes e graus dos foros de fidalguia

As mercês dos foros de *Moço Fidalgo*, *Escudeiro Fidalgo* e *Cavaleiro Fidalgo* vinham sendo concedidas até que El-Rei Dom Sebastião, através do Regimento do Mordomo-Mor de 1572, criou *duas classes* de foros de fidalgos para sua Casa: os foros *pequenos* e os foros *grandes* (Felgueiras Gayo *apud* Loureiro, 2015, p. 113).

Os *graus* dos foros *pequenos* eram os de:

Moço da Câmara, cujo acrescentamento era de

Escudeiro Fidalgo, cujo acrescentamento era de

Cavaleiro Fidalgo.

E os *graus* dos foros *grandes* eram os de:

Moço Fidalgo (com ou sem exercício), cujo acrescentamento era de

Escudeiro Fidalgo, cujo acrescentamento era de

Fidalgo Cavaleiro.

Ressalte-se, porém, que até o reinado de Dom Sebastião (1557-1578) o *Foro de Cavaleiro Fidalgo* era o mais graduado dos foros de fidalguia e, depois disso, passou a ser o maior dos foros ditos *Pequenos*. E segundo Bernardo Pimenta de Avelar (*apud* Loureiro, 2015, p. 112), os súditos agraciados com os Foros de *Moço Fidalgo*, *Fidalgo Escudeiro* e *Fidalgo Cavaleiro* integravam o grupo da chamada *Nobreza Principal*, abaixo apenas da *Nobreza Titulada*. *Mutatis mutandi*, seriam equiparados àqueles com a *nobiltà generosa* italiana.

Também existiram os foros para *eclesiásticos* de *Capelão Fidalgo* e de *Capelão da Casa*, mas esses não foram concedidos no Brasil (Beja, 2003, p. 49). Entretanto, houve os *ofícios* (e não foros) de *Pregador Imperial*, *Capelão-Mor*, *Vice-Capelão-Mor* e *Capelão da Casa Imperial* (Torres, 1957, p. 455).

O fidalgo matriculado em qualquer dos foros poderia aceder aos superiores por *acrescentamento*. Desse modo, a dinâmica de ascensão dava-se, segundo Loureiro, da seguinte maneira:

Estes foros conferiam diferentes graus de nobreza e estavam organizados de acordo com uma hierarquia interna, sendo que a mobilidade entre elas se fazia sempre no sentido ascendente e de forma progressiva. À concessão de um foro por parte do monarca e ao respectivo registro no livro de Moradores da Casa Real chamava-se filhamento ou matrícula; e a passagem de um determinado foro para o seguinte na escala hierárquica, acrescentamento (Loureiro, 2015, p. 106).

Assim sendo, os foros podiam ser concedidos: *ex novo* (mercê nova, criando ou reconhecendo a fidalguia por vontade do soberano), por *disposição de lei*, por *sucessão* ou por *acrescentamento*.

Cada foro tinha direito a uma *moradia*, ou seja, uma quantia para que o fidalgo matriculado fizesse face às suas despesas na Corte e, se tivesse cavalo, ainda receberia uma *ração de cevada*. Tal *moradia* veio praticamente a desaparecer sob a Monarquia constitucional, tanto na lusa quanto na brasileira, a fim de não sobrecarregar o Erário, à exceção dos *Moços Fidalgos com exercício* e dos *Moços da Câmara*, porque estes continuaram efetivamente a exercer funções palacianas (Baêna, 2002, p. 27).

Foros na Corte tropical

A transmigração da Família Real portuguesa para o Brasil, em 1808, repercutiu grandemente na concessão dos *foros de fidalguia*. Logo após as *ordens militares de cavalaria*, os *foros* foram as mercês mais outorgadas pelo Príncipe Regente, depois El-Rei Dom João VI.

O Visconde de Sanches de Baêna registrou em seu *Dicionário Aristocrático*²³⁰ muitas concessões de foros de fidalguia a portugueses e brasileiros ao longo da estadia da Corte portuguesa no Brasil, que vai de 1808 até 1821 (servindo de preâmbulo às futuras outorgas no Brasil Império, mas ainda não quantificadas durante os reinados dos Imperadores Dom Pedro I, Dom Pedro II, bem como nas regências da Princesa Imperial Dona Isabel). Não obstante, sabe-se que em 1870 o número de fidalgos matriculados na Casa Imperial alcançava a cifra de 200 (Torres, 1957, p. 455).

De fato, a Corte bragantina manteve em torno de si um grupo relativamente numeroso de pessoas que prestavam serviços no âmbito privado dos paços e que estavam vinculadas à Casa Real, depois Imperial, por laços de fidelidade, nobreza ou por simples contrato de trabalho.

²³⁰ O *Dicionário Aristocrático* registra o número de 617 foros concedidos durante o período da Corte portuguesa no Brasil, sendo o mais generosamente outorgado o Foro de Fidalgo Cavaleiro, este alcançando a marca de 450 concessões. Porém, lembrando que o número de fidalgos agraciados foi bem menor, já que vários foram acrescentados de seus foros menores para maiores (Baêna, 2002, p. 28). Divergentemente, Silva (2005, p. 282) apresenta o número de 523 foros concedidos naquele período.

Participar da vida da corte era o máximo a que podiam aspirar os grandes proprietários rurais e os grandes negociantes urbanos. Pisavam eles o degrau mais alto da escala social, tendo logo abaixo seus confrades com menores cabedais, os altos funcionários do Estado, as patentes mais elevadas das Forças Armadas e os profissionais liberais de renomada, muitos dos quais eram também terras-tenentes e plantavam cana, café, algodão e tabaco ou criavam gado (Costa e Silva, 2011, p. 59).

O Foro de Moço Fidalgo com exercício e o Foro de Moço da Câmara eram especialmente apreciados, porque proporcionavam o acesso frequente a funções palacianas, igualmente exercidas pelos oficiais-mores da Casa Imperial, tendo assim contato direto e frequente com o monarca e demais príncipes (Anuário da Nobreza de Portugal, 1985, III, Tomo I, p. 16).

O serviço cortesão regular, ou seja, seu *exercício na Casa*, dava-se às *semanas* e em turnos, geralmente nos paços imperiais de São Cristóvão (Quinta da Boa Vista), no da Cidade e no de verão, sito na Cidade Imperial de Petrópolis, por um grupo de 4 oficiais-mores chamados *semanários* (compostos de um Gentil Homem da Imperial Câmara ou Camarista, um Veador, um Guarda-Roupa e um Médico). Eram agregados a esses *semanários* um Moço Fidalgo e um Moço da Câmara da Imperial Guarda Roupa, ambos *com exercício* (Barman, 2012, p. 29). A entrada no serviço poderia ser o mais distinto, como por exemplo, no acompanhamento de dignatários estrangeiros em visita ao monarca ou *tomando parede* quando das audiências do Imperador, ao mais prosaico, como ler um livro para o Imperador ou jogar bilhar com Sua Majestade após o almoço e ainda falar de política, se fosse demandado.

Figura 1 – Insígnia de *Moço Fidalgo com exercício* na Casa Imperial do Brasil*



* Legenda: Também usada pelos *Veadores*, no formato de uma serpe dourada; era levada ao pescoço por uma corrente dourada.
Fonte: Coleção do autor.

Figura 2 – Insignia de Moço da *Câmara da Imperial Guarda Roupas* da Casa Imperial do Brasil*



* Legenda: Em formato de chave prateada entremeada de serpe bragantina, era levada ao pescoço por uma corrente também prateada. No Primeiro Reinado, era colocada na algibeira.

Fonte: Coleção do autor.

Figura 3 – Fardão ou uniforme de Fidalgo Cavaleiro do Barão de Souza Queiroz (Francisco Antonio de Souza Queiroz) (1806-1891)*



* Legenda: O traje era semelhante ao dos Oficiais-Mores e ao dos Ministros de Estado, previsto no Decreto de 20 de julho de 1828 (Brasil, 1828).
Fonte: Retrato do Instituto Ana Rosa, São Paulo.

Curiosamente, a última mercê outorgada pelo Imperador Dom Pedro II, no fatídico 15 de novembro de 1889, foi um alvará de foro de fidalgo cavaleiro, levado fleumaticamente pelo Mordomo Visconde de Nogueira da Gama para assinatura do monarca e referendado pelo dito mordomo (Lyra, 1964, p. 417).

Processo de filhamento

Tratando-se da *sucessão* de um foro, ou seja, do *filhamento* propriamente dito, o fidalgo apresentava requerimento à Mordomia-Mor da Casa Imperial, depois, por força do Decreto nº 545, de 23 de dezembro de 1847 (Brasil, 1847), perante a Secretaria de Estado dos Negócios do Império (ou simplesmente Ministério do Império), juntando os seguintes documentos:

- a) as *certidões* de batismo, casamento de seus pais, dos *filhamentos* de seu pai ou avô paterno extraídas diretamente do *Livro de Moradores* (porque não bastava apresentar o alvará original do foro);
- b) *atestado* jurado e assinado por dois outros fidalgos aforados onde

estivessem consignados o nome, naturalidade, domicílio e filiação do requerente, e os nomes de seus pais e de seus avós paternos e maternos, e que todos foram de conhecida nobreza e fidalguia, e que o pai e o avô do requerente foram fidalgos da Casa Imperial, e

- c) o *reconhecimento* desses documentos por um tabelião da Corte (Lacombe, 1940, p. 82).

O *processo* ou *dinâmica* do *filhamento* dava-se da seguinte forma, segundo o Conselheiro Silva Maia:

Por sucessão passam os Foros a todos os filhos, e descendentes varões, e legítimos dos que os teem, se por ventura se não interrompe, deixando de requerer os respectivos Alvarás os filhos, e netos dos Fidalgos: porque os Foros, e moradias passam a todos os filhos, e descendentes in infinitum por baronia, contanto que se não interrompa a filiação (Lacombe, 1940, p. 116).

Isso quer dizer que, segundo o Regimento da Mordomia-Mor, se o filho do aforado não fosse matriculado, seu filho ainda poderia sê-lo no foro do avô, mas já o bisneto do aforado *não*, porque o *filhamento* havia se *interrompido*: “Os alvarás de concessão do foro de fidalgo tinham um prazo para serem registrados pelos beneficiados e, quando este não era cumprido, os interessados pediam ao monarca uma dispensa por lapso de tempo” (Silva, 2005, p. 282).

Processo de concessão ou de acrescentamento

Por disposição do Decreto reinol de 13 de maio de 1789, recepcionado pelo Direito imperial, o foro de *Fidalgo Cavaleiro* era expedido *ex officio* a todos os *tenentes gerais e marechais de campo*. Tratando-se dos ministros do Supremo Tribunal de Justiça, antigo Tribunal da Relação, o dito foro era concedido pelo monarca àqueles magistrados que o requeressem, como facultado pelo Decreto de 14 de julho de 1758, igualmente recepcionado no arcabouço legal pátrio (Silva, 2005, p. 68, 116).

Por sua vez, os requerimentos de concessão de *foros novos* ou *acrescentamentos* eram protocolados e processados na Mordomia-Mor da Casa Imperial, depois perante a Secretaria de Estado do Ministério dos Negócios do Império, uma vez que a competência do Mordomo-Mor foi posteriormente absorvida por esse Ministério, *ex vi* do Decreto nº 545, de 23 de dezembro de 1847 (Brasil, 1847).

Instruído o requerimento, o Mordomo-Mor²³¹ consultava verbalmente o Imperador se o novo foro ou acrescentamento deveria ser concedido. Com a competência deslocada da Mordomia-Mor para a Secretaria de Estado do Ministério dos Negócios do Império (Ministério do Império), o Procurador da

²³¹ Depois da Mordomia-Mor de D. Francisco de Assis Mascarenhas (Marquês de São João da Palma, morto em 1843), o Imperador D. Pedro II não preencheu mais esse ofício, que passou a ser exercido por um simples Mordomo da Casa Imperial até o fim do regime monárquico, em 1889.

Coroa, Soberania e Fazenda Nacional era ouvido para opinar se o novo foro ou acrescentamento deveria ser concedido e, por sua vez, o Imperador poderia acatar ou não o parecer do fiscal da lei²³² (Lacombe, 1940, p. 66).

Procedimentos comuns

Concedido o foro ou seu *acrescentamento*, o Imperador outorgava a mercê através de um *alvará* ao interessado. O *alvará* era lavrado na *Secretaria dos Filhamentos* pelo *Escrivão da Matrícula*, chefiado pelo *Secretário dos Filhamentos* e assessorado pelo *Apontador dos Foros* (Lacombe, 1940, p. 125). Tratando-se apenas do *filhamento*, o *alvará* era expedido somente com a assinatura do Mordomo-Mor, depois Mordomo da Casa Imperial, porque Dom Pedro II não quis mais preencher o ofício de Mordomo-Mor, depois da morte do Marquês de São João da Palma, ocorrido em 1843 (Cunha, 1996, p. 112).

Fica patente que o *instituto nobiliário* dos *foros de fidalguia* tinha o propósito maior de criar, registrar e transmitir hereditariamente o *status* de fidalgo e assim fundar e conservar linhagens fidalgas na sociedade da época, orbitando essas em volta dos imperantes e de sua Casa. O cuidado burocrático do processo do *filhamento* era refletido em sua *publica forma* de decreto ou *alvará*:

Eu, O Imperador Constitucional e Defensor Perpetuo do Imperio do Brazil:

Faço saber a vós, Joze Maria Velho da Silva, do meu Concelho, Veador da Minha Imperial Casa, e que servis de meu Mordomo-Mor: Que attendendo ás qualidades que concorrem na pessoa de Francisco Peixoto de Lacerda Verneck, Hei por bem e Me apraz Fazer-lhe Mercê de o tomar no Foro de Fidalgo Cavalleiro da Minha Imperial Casa. Pagou quarenta mil reis de Direitos, que forão lançados no Livro de Receita respectivo, como constou de hum conhecimento em forma. Rio de Janeiro em treze de Dezembro de mil oitocentos e quarenta e oito, Vigesimo setimo da Independencia, e do Imperio.

IMPERADOR (com guarda)

(NO VERSO)

Izidoro Joze Martins Pamplôna Corte-Real

o fez.

Por decreto de 11 de outubro de 1848

Cyro Candido Martins de Brito

O fez escrever.

Registrado na Secretaria da Mordomia-Mór, Expediente dos Filhamentos da Casa Imperial. Rio de Janeiro em 12 de abril de 1849

²³² Não houve no Brasil o ofício de Fiscal da Mordomia-Mor, que opinava pela concessão ou não do foro ou acrescentamento, porque suas funções foram absorvidas pelo Procurador da Coroa, Soberania e Fazenda Nacional.

Francisco dos Reis e Silva

Nº 61

50\$000

Pg. cicoenta mil els

Rio 12 de abril de 1849 (Joppert, p. 280, 1999).

Ou:

Eu, O Imperador Constitucional e Defensor Perpetuo do Brazil:

Faço saber a vós, Barão de Nogueira da Gama, do meu Conselho, Gentil-Homem da Minha Imperial Camara, e que servis de Meu Mordomo-Mor, que Hei por bem e Me apraz fazer mercê do Fôro de Fidalgo Cavalleiro da Minha Imperial Casa a João Francisco da Costa Pinto, filho legitimo do Visconde de Oliveira.

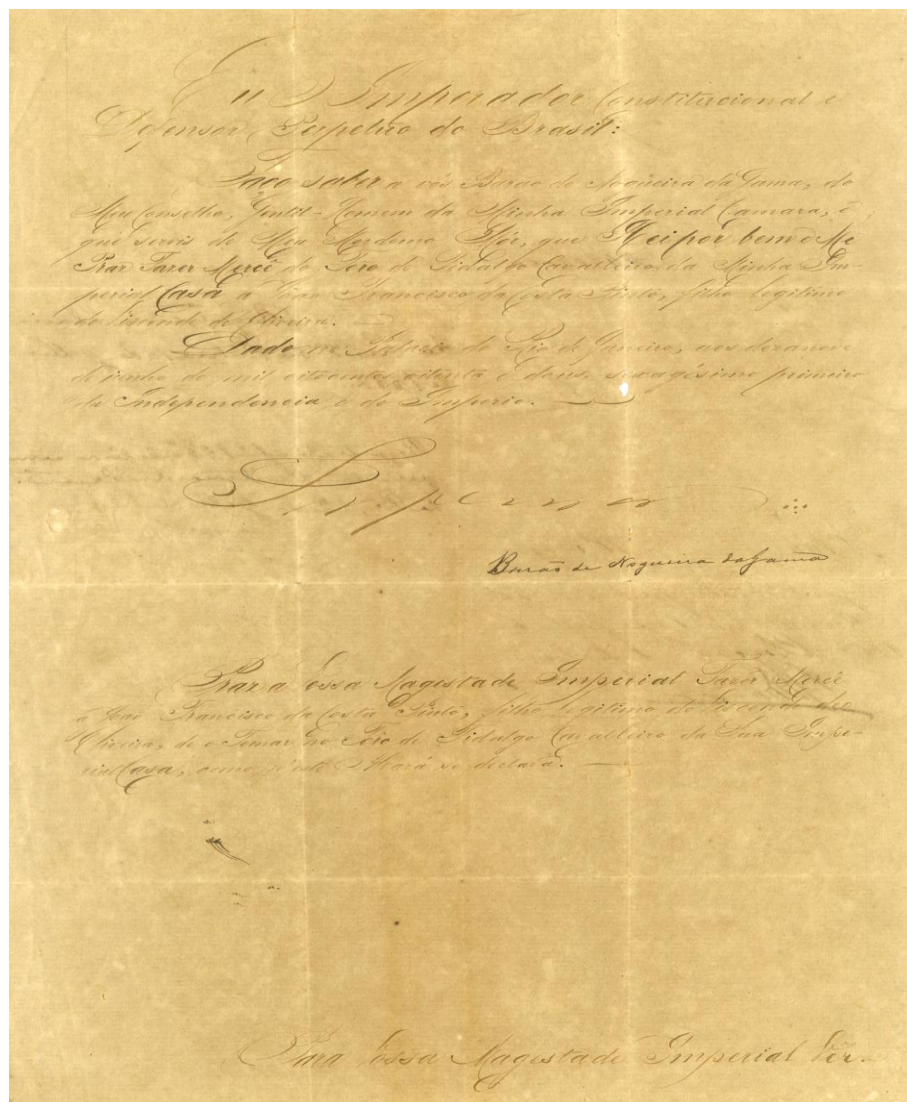
Dado no Palacio do Rio de Janeiro, aos dezanove de junho de mil oitocentos e oitenta e dous, sexagésimo primeiro da Independencia e do Imperio.

Imperador

Barão de Nogueira da Gama

Para Vossa Magestade Imperial Fazer Mercê a João Francisco da Costa Pinto, filho legitimo do Visconde de Oliveira, de o tomar no Fôro de Fidalgo Cavaleiro de Sua Imperial Casa, como n'este Alvará se declara.

Figura 4 – *Alvará de Fidalgo Cavaleiro da Casa Imperial (FCCI) de João Francisco da Costa Pinto*



Fonte: Coleção do autor.

Legislação e impostos

A regulamentação dos foros e dos respectivos filhamentos estava disposta no antigo Regimento da Mordomia-Mor, datado de 3 de junho de 1572, e no Regimento das Moradias, de 31 de agosto de 1581. A esses regimentos foram somadas novas disposições em razão do Decreto de 14 de maio de 1692. O rol de agraciados *ex officio* foi estabelecido pelo Decreto de 13 de maio de 1789. Finalmente, o § 12 do Alvará de 27 de abril de 1808 confirmou os foros anteriormente concedidos de *Moço Fidalgo*, *Fidalgo Escudeiro* e *Fidalgo Cavaleiro* (foros grandes) e aos de *Moço da Câmara*, *Escudeiro Fidalgo* e

Cavaleiro Fidalgo (foros ditos pequenos).

Durante o Império, *ex vi* do Decreto nº 545, de 23 de dezembro de 1847, foi confirmada a existência e outorga desses 6 graus de foros pelo Imperador, mas a instrução e processamento dos requerimentos dessa natureza passou, como retromencionado, da Mordomia-Mor para a Secretaria de Estado dos Negócios do Ministério do Império (Cunha, 1996, p. 112). Na prática, porém, o Imperador Dom Pedro II somente conferia os foros de *Moço Fidalgo* (com ou sem exercício) e de *Fidalgo Cavaleiro*. Tudo isso lastreado pelo artigo 102, inciso XI, da Constituição, base normativa para qualquer amerceamento imperial.

Os impostos incidentes na concessão dos foros segundo a Tabela da Lei de 21 de outubro de 1843, regulamentada pelo Decreto nº 355, de 26 de abril de 1844, estavam assim fixados:

Do Foro de Fidalgo Cavaleiro = 50\$000

Do de Moço Fidalgo com exercício = 50\$000

Do de Fidalgo Escudeiro = 40\$000

Do de Moço Fidalgo = 40\$000

Do de Cavaleiro Fidalgo = 25\$000

Do de Escudeiro Fidalgo = 25\$000

Dos Moços da Câmara = 15\$000

Com o Decreto nº 8.946, de 19 de maio de 1883 (Brasil, 1883), os impostos incidentes aos foros subiram significativamente:

Fidalgo Cavaleiro e Moço Fidalgo com exercício = 490\$000

Fidalgo Escudeiro e Moço Fidalgo = 325\$000

Cavaleiro Fidalgo e Escudeiro Fidalgo = 190\$000

Moço da Câmara da Imperial Guarda-Roupa = 285\$000 (que nessa época não era mais considerado foro, mas um ofício da Casa Imperial).

Além desses impostos ditos *do selo*, o interessado ainda pagava emolumentos devidos aos expedientes que tramitavam tanto na Mordomia-Mor e depois na Secretaria de Estado dos Negócios do Império (Lacombe, 1940, p. 123-124). Vejam-se:

Alvará de Fidalgo Cavaleiro = 28\$800

De Fidalgo Escudeiro = 28\$800

De Moço Fidalgo com ou sem exercício = 28\$800

Cavaleiro Fidalgo = 14\$400

Escudeiro Fidalgo = 11\$200

Moços da Câmara = 20\$800²³³

Atualizando os valores retroconsignados no Decreto de 1883 (Brasil, 1883) para *dólares americanos*, com data de 1º fevereiro de 2022, o foro mais grado de *Fidalgo Cavaleiro* pagava aproximadamente o montante de (imposto do selo + emolumentos) de US\$ 12,086.00 (doze mil e oitenta e seis dólares americanos). Não se tratava, portanto, de uma ninharia²³⁴.

Conclusões

De todo o exposto, conclui-se que:

- a) Houve uma fidalguia hereditária no Império do Brasil oficialmente reconhecida e registrada, à semelhança da que existiu na Casa Real portuguesa.
- b) Os foros constituíam a Nobreza Principal do Império, logo abaixo da Nobreza Titulada (isto é, dos barões, viscondes, condes, marqueses e dos 3 duques: Santa Cruz e Goiás — ambos com sangue real — e Caxias). Equiparavam-se os foros à *nobiltà generosa* italiana.
- c) Os foros eram hierarquizados em 2 classes, cada uma dividida em 3 graus. Quais sejam, os Foros Grandes (do maior para menor): *Fidalgo Cavaleiro*, *Fidalgo Escudeiro* e *Moço Fidalgo*, com ou sem exercício, e Foros Pequenos, do maior para o menor: *Cavaleiro Fidalgo*, *Cavaleiro Escudeiro* e *Moço da Câmara* (da Imperial Guarda Roupas).
- d) Os foros de *Moço Fidalgo com exercício* e *Moço da Câmara* eram os mais aspirados, mesmo não sendo os mais grados. Isso porque davam acesso ao serviço do Paço e conseqüentemente ao convívio regular com o monarca.
- e) A repartição competente para registrar os foros era a Secretaria dos Filhamentos, que fazia parte da Mordomia-Mor, depois Secretaria de Estado dos Negócios do Império, deixando evidente a oficialidade do *status quo* de fidalgo.
- f) O foro era transmitido hereditariamente aos descendentes varões do *fidalgão filhado* (chamado também *matriculado* ou *aforado* nos *Livros do Imperador*) *ad infinitum*, contanto que a filiação não fosse interrompida, porque, se fosse, não passava do neto daquele primeiro fidalgo filhado.
- g) Os foros de fidalguia se prestavam a criar, reconhecer, transmitir e preservar linhagens fidalgas ao serviço da Casa Imperial e

²³³ Notar que os emolumentos devidos aos foros de Moços da Câmara eram equiparados aos emolumentos dos demais oficiais menores da Casa Imperial, mas eram superiores aos de Cavaleiro Fidalgo e aos de Escudeiro Fidalgo, porque propiciavam o serviço no Paço e, portanto, acesso direto ao imperante e demais príncipes.

²³⁴ Para conhecimento do *corpus* normativo completo dos tributos incidentes sobre as mercês nobiliárias, ver: CUNHA, Rui Vieira. *Estudo da nobreza brasileira: grandes do Império*. V. 4. Rio de Janeiro: Edição do Autor, 1996.

consequentemente da Coroa.

- h) Não foi ainda contabilizado o número de foros durante o Império (1822-1889), sejam os de sucessão, sejam os concedidos *ex novo*.
- i) Os foros de fidalguia foram canais de transmissão hereditária da nobreza durante o regime monárquico no Brasil.

Referências

- ALBUQUERQUE DE BETTENCOURT, Jacintho d'Andrade. Nobreza de Portugal. *Revista do Instituto de Estudos Genealógicos*, São Paulo: Est. Graph. Cruzeiro do Sul, v. 1, 1937, p. 187-191.
- ANUÁRIO DA NOBREZA DE PORTUGAL. III. TOMO I. Lisboa: Instituto Português de Heráldica, 1985.
- ARMENGOL Y DE PEREYRA, Alejandro de. *Heráldica*. 2. ed. rev. e ampl. Barcelona: Labor, [1947]. (Colección Labor. Biblioteca de Iniciación Cultural. Sección VI. Ciencias Históricas, 320).
- BAËNA, Visconde de Sanches de. *Dicionário aristocrático*. 2. ed. Introdução e Índices Gustavo Gramaxo Rozeira. Porto: Centro de Estudos de História da Família da Universidade Moderna do Porto. 2002.
- BARMAN, Roderick J. *Imperador Cidadão*. São Paulo: Editora UNESP, 2012.
- BEJA, João Bernardo Freire de Andrade de. *Tratado jurídico das pessoas honradas*. 2. ed. Lisboa: Dislivro Histórica, 2003.
- BRASIL. Decreto de 20 de julho de 1828. Designa as fardas dos criados da Casa Imperial de 1º, 2º, e 3º uniforme. *Coleção das leis do Império do Brasil*, Rio de Janeiro, parte 1, p. 117, 1878.
- BRASIL. Decreto nº 545, de 23 de dezembro de 1847. Dá o Regulamento para execução dos artigos 3º e 7º da Lei de 23 de agosto de 1821, mandada observar neste Império pelo Decreto de 20 de outubro de 1823. *Coleção das leis do Império do Brasil*, Rio de Janeiro, parte 2, p. 124, 1847.
- BRASIL. Decreto nº 8.946 de 19 de maio de 1883: Dá novo regulamento para cobrança do imposto do selo. *Coleção das leis do Império do Brasil*, Rio de Janeiro, Tomo XLVI, parte 2, v. 1, p. 623-656, 1883.
- COSTA E SILVA, Alberto da (coord.). *Crise Colonial e Independência: 1808-1830*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2011.
- CUNHA, Rui Vieira. *Estudo da Nobreza Brasileira: Grandes do Império*. V. 4. Rio de Janeiro: Edição do Autor, 1996.
- JOPPERT, Flavio. O pedido do foro de fidalguia de Francisco Peixoto de Lacerda Verneck, seus ancestrais e descendentes. *Revista da ASBRAP*, n. 6, p. 273-284, 1999.
- LACOMBE, Américo Jacobina. Nobreza brasileira: notas prévias acerca dos apontamentos de legislação para uso dos procuradores da Coroa e Fazenda Nacional pelo Conselheiro José Antônio da Silva Maia. *Anuário do Museu Imperial*, Petrópolis: Ministério da Educação e Saúde/Museu Imperial, v. 1, p.

51-150, 1940.

LEÃO, Andréa Borges. *10 lições sobre Nobert Elias*. Petrópolis: Editora Vozes, 2022.

LOUREIRO, Guilherme Maia de. *Estratificação e mobilidade social no Antigo Regime em Portugal*. Lisboa: Guarda-Mor, 2015.

LYRA, Heitor. *História da queda do Império*. Tomo II. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1964.

MAROTTA, Valerio. Potere imperiale e leggi barbariche: Il Pactus legis Salicae. In: *Ravenna Capitale; società, diritto e istituzione nei papiri ravennati*. Ravenna, 2010.

OLIVEIRA, Luiz da Silva Pereira. *Privilégios da Nobreza e Fidalguia de Portugal*. 2. ed. Lisboa: Associação da Nobreza Histórica de Portugal, 2002.

SILVA, Kalina Vanderlei. O retrato do Conde de Alegrete: Matias de Albuquerque, general no Estado do Brasil e cortesão da Espanha seiscentista. In: *Domínios da Imagem*, [S. l.], v. 9, n. 17, p. 86-100, 2015.

SILVA, Maria Beatriz Nizza da. *Ser nobre na Colônia*. São Paulo: Editora UNESP, 2005.

TAUNAY, Affonso E. de. O Archivo nobiliarchico brasileiro. *Jornal do Commercio*, Rio de Janeiro, domingo, 27 de fevereiro de 1938.

TORRES, João Camillo de Oliveira. *A democracia coroada (teoria política do Império do Brasil)*. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio Editora, 1957.

VASCONCELOS, Francisco de. *A nobreza do século XIX em Portugal*. Porto: Centro de Estudos de Genealogia, Heráldica e História da Família da Universidade Moderna do Porto, 2003.

VILLAS BOAS E SAMPAYO, Antonio de. *Nobiliarchia Portuguesa*. Múltiplas reedições. Amsterdam: por Manoel Antonio Monteiro de Campos, 1754.

ZÚQUETE, Afonso Eduardo Martins (Direção e Organização). *Nobreza de Portugal e do Brasil*, v. 2. Lisboa: Editorial Enciclopédia, 1960.

